

PRISCILA DE ASSUNÇÃO BARRETO CÔRBO

Políticas de informação e memória no Colégio Pedro II: preservação e acesso ao patrimônio documental e seus paradoxos

Tese de doutorado
Março de 2020



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - PPGCI

PRISCILA DE ASSUNÇÃO BARRETO CÔRBO

Políticas de informação e memória no Colégio Pedro II: preservação e acesso ao
patrimônio documental e seus paradoxos

Rio de Janeiro

2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO - ECO
INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA - IBICT
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - PPGCI

PRISCILA DE ASSUNÇÃO BARRETO CÔRBO

Políticas de informação e memória no Colégio Pedro II: preservação e acesso ao
patrimônio documental e seus paradoxos

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCI/UFRJ/IBICT), como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Medeiros Pimenta

Rio de Janeiro
2020

CIP – Brasil. Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

C792p

CÔRBO, P. de A. B.

Políticas de informação e memória no Colégio Pedro II: preservação do patrimônio documental e seus paradoxos / Priscila de Assunção Barreto Côrbo, Rio de Janeiro, 2017.

222 f.

Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro em convênio com Instituto Brasileiro de pesquisa em Informação em Ciência e Tecnologia. Rio de Janeiro.

Orientador: Dr. Ricardo Medeiros Pimenta.

1. Políticas de Informação. 2. Políticas de Memória. 3. Colégio Pedro II. 4. Patrimônio Documental. 5. Ciência da Informação. I. PIMENTA, Ricardo Medeiros. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. III. Escola de Comunicação. IV. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência da Informação. V. Título.

CDD 020

PRISCILA DE ASSUNÇÃO BARRETO CÔRBO

Políticas de informação e memória no Colégio Pedro II: preservação e acesso ao patrimônio documental e seus paradoxos

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia em convênio com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGCI/UFRJ/IBICT), como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Aprovada em 16 de março de 2020.

Prof. Dr. Ricardo Medeiros Pimenta (Orientador)
PPGCI-IBICT/ECO-UFRJ

Prof. Dr. Gustavo Henrique de Araújo Freire
UFRJ

Profa. Dra. Gilda Olinto
PPGCI-IBICT/ECO-UFRJ

Profa. Dra. Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei
UNIRIO

Profa. Dra. Marcia Teixeira Cavalcanti
Universidade Santa Úrsula

Profa. Dra. Lena Vania Ribeiro Pinheiro (Suplente)
PPGCI-IBICT/ECO-UFRJ

Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis (Suplente)
UNIRIO

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família,
em especial, ao meu marido Dayo,
a minha princesinha Yasmin
e a minha mãe Ivonete.

AGRADECIMENTOS

A Deus e a Nossa Senhora por me darem forças, discernimento e inspiração necessários para enfrentar os desafios da vida. A Santo Antônio de Categeró e São Judas Tadeu por ampararem e guiarem sempre meus caminhos.

A minha família, em particular, ao meu esposo, amigo e companheiro Dayo e a nossa florzinha Yasmin, que ilumina e alegra todos os nossos dias. À minha querida e amada mãe Ivonete, ao meu irmão Alexsandro e à sobrinha Isabelle, as minhas cunhadas Cristiane, Daxé e Camila. Aos meus sogros Decione, Wagner e Cristina.

Ao professor Ricardo Pimenta, por sua, amizade, parceria, atenção e orientação que contribuiu ricamente para o bom andamento da pesquisa.

Ao Colégio Pedro II, aos amigos e colegas que muito contribuíram para o desenvolvimento da pesquisa, em especial, a equipe do Centro de Documentação e Memória, Vera Maria, Afonso Bensabat, Beatriz Boclin, Vera Cabana, Tatyana Marques, Elizabeth Monteiro e Douglas de Andrade.

Ao corpo docente e administrativo do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia.

Aos professores e professoras Gustavo Freire, Vera Lucia Dodebei, Gilda Olinto, Lena Vania, Marcia Cavalcanti e João Marcus por terem aceitado participar da banca examinadora e ao professor Gustavo Saldanha por ter aceitado participar da banca de qualificação.

À Tatyana Marques, Simone Alves e Luiza Hiomi pela amizade e parceria de sempre.

Aos queridos amigos da turma de doutorado de 2015, em especial, Nádia Santos, Leyde Klebia, Bianca Rihan, Bruna Cajé, Thayron Rangel, Larriza Thurler, André Apel, Andréa Doyle, Iara Vidal, Karla Corvino, Edilson Filho, Jobson Minduim, Ana Patrícia e Tatiana Fernandes.

“A grandeza e perenidade das instituições ganham longevidade, além de aumentar sua extensão, quando a tradição delas é capaz de não deixar desaparecer seus feitos e rememorá-los com inusitado carinho. A tradição é uma força quase telúrica, imanente”.
(O COLÉGIO PEDRO II, 2013, p. 41).

CÔRBO, Priscila de Assunção Barreto. **Políticas de informação e memória no Colégio Pedro II: preservação e acesso ao patrimônio documental e seus paradoxos.** 2020. 227 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – PPGCI-IBICT/ECO-UFRJ, Rio de Janeiro, 2020.

RESUMO

Partimos da hipótese de que a concepção de políticas de informação e memória pode ser um importante parâmetro para a análise das práticas de preservação do patrimônio documental que vêm sendo estabelecidas, ao longo dos anos, pelo Colégio Pedro II. Indaga-se que todo patrimônio, de valor cultural, histórico, estético, arqueológico, etnológico, antropológico, científico e documental é por natureza um potencial veículo de informação, dinâmico e atemporal, que carrega significados e emoções e coloca a todo o momento em circulação o conteúdo da memória, julga-se, por conjectura, que a institucionalização de políticas de informação e memória potencializa o valor informacional do patrimônio e justifica ações de preservação. O Colégio Pedro II, instituição tradicional de ensino público, fundado no período regencial brasileiro, produziu, ao longo de sua trajetória histórica de 182 anos de existência, valioso patrimônio documental que é interpretado neste estudo como “lugar de memória”. O patrimônio documental tem valor histórico inestimável para a instituição e alto grau de relevância para a pesquisa histórica, pois dimensiona a importância desta instituição para o desenvolvimento da educação brasileira. O valor informacional de seu patrimônio, como prova e testemunho, serve à reconstrução histórica e à sociedade à medida que também valida não apenas o discurso historiográfico sobre o tema como os capitais simbólicos por trás dos elementos constituintes da imagem e da identidade da Instituição. Na presente investigação, tornou-se manifesta a fragilidade como são tratadas as questões que envolvem a preservação da memória do Colégio Pedro II. A ausência ou insuficiência de premissas, decisões e ações de preservação se apresentam como desafio para o Colégio em manter preservado seu patrimônio.

Palavras-chave: Políticas de Informação. Políticas de Memória. Colégio Pedro. Patrimônio Documental. Ciência da Informação.

CÔRBO, Priscila de Assunção Barreto. **Políticas de informação e memória no Colégio Pedro II: preservação e acesso ao patrimônio documental e seus paradoxos.** 2020. 227 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – PPGCI-IBICT/ECO-UFRJ, Rio de Janeiro, 2020.

ABSTRACT

We start from the hypothesis that the design of information and memory policies can be an important parameter for the analysis of the preservation practices of documentary heritage that have been established, over the years, by Colégio Pedro II. It is inquired that all heritage, of cultural, historical, aesthetic, archaeological, ethnological, anthropological, scientific and documentary value is by nature a potential vehicle of information, dynamic and timeless, which carries meanings and emotions and puts it at all times in circulation the content of memory, it is believed, by conjecture, that the institutionalization of information and memory policies enhances the informational value of heritage and justifies preservation actions. Colégio Pedro II, a traditional institution of public education, founded in the Brazilian regency period, produced, throughout its historical trajectory of 182 years of existence, valuable documentary heritage that is interpreted in this study as a “place of memory”. The documentary heritage has an invaluable historical value for the institution and a high degree of relevance for historical research, as it measures the importance of this institution for the development of Brazilian education. The informational value of its heritage, as evidence and testimony, serves to reconstruct history and society to the extent that it also validates not only the historiographical discourse on the theme but also the symbolic capitals behind the constituent elements of the image and identity of the Institution. In the present investigation, the fragility of how issues related to the preservation of the memory of Colégio Pedro II are treated. The absence or insufficiency of assumptions, decisions and preservation actions is a challenge for the College to keep its assets preserved.

Keywords: Information Policies. Memory Policies. Colégio Pedro II. Documentary Heritage. Information Science.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Divulgação do incêndio do Internato no jornal O Globo.....	80
Figura 2: Emblema do Colégio como símbolo de força e poder.	86
Figura 3: Brasão do Colégio elaborado pelos alunos.	87
Figura 4: Poema de ex-aluno dedicado ao Colégio e à comunidade escolar.....	88
Figura 5: Logo versão em azul.	97
Figura 6: Logo versão em amarelo.	97
Figura 7: Logo de 170 anos do CPII.	97
Figura 8: Logo de 175 anos do CPII.	98
Figura 9: Campus Centro.....	98
Figura 10: Logo do NUDOM.	98
Figura 11: Tabuada do Colégio Pedro II.	100
Figura 12: Primeiro uniforme do Colégio.	102

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais diferenças entre arquivo, biblioteca, museu e centro de documentação.	41
Quadro 2: Produção intelectual da comunidade escolar.....	88
Quadro 3: Obras do acervo da Biblioteca Histórica cadastradas no Guia do Patrimônio Bibliográfico Nacional.	112
Quadro 4: Produção acadêmico-científica de Antenor Nascentes.....	113
Quadro 5: Coleções do acervo bibliográfico.	121
Quadro 6: Jornais e revistas estudantis do acervo bibliográfico.	122
Quadro 7: Descrição do acervo histórico.	125
Quadro 8: Obras do acervo do NUDOM cadastradas no Guia do Patrimônio Bibliográfico Nacional.....	126
Quadro 9: Princípios para uma boa prática de preservação – Programa Memória do Mundo da UNESCO.	170
Quadro 10: Índícios de Políticas de informação e memória nos Institutos Federais da Região Sudeste do Brasil.	179

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABINIA - Associação de Bibliotecas Nacionais Ibero-americanas
ADCPII - Associação de Docentes do Colégio Pedro II
CEDOM - Centro de Documentação e Memória
CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos
CONSUP - Conselho Superior
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CREIR - Centro de Referência em Educação Infantil
EREREBÁ - Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico
IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus
ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IFLA - Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
IHGB - Instituto Histórico Geográfico Brasileiro
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC - Ministério da Educação
MPPEB - Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica
NUDOM - Núcleo de Documentação e Memória
ONU - Organização das Nações Unidas
PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional
PNHD-3 - Programa Nacional de Direitos Humanos
PPI - Projetos Políticos Pedagógicos Institucionais
PPP - Projeto Político Pedagógico
PPPI - Projeto Político Pedagógico Institucional
PRD - Programa de Residência Docente
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROFEPT - Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica
PROFMAT - Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional
PROPGPEC - Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura
SIGA - Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos
SINAES - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SINDSCOPE - Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II
SPHAN - Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. A REPRODUÇÃO DAS SEMELHANÇAS E OS LUGARES DE MEMÓRIA.....	25
2.1. Cultura Material.....	27
2.2. Lugares de memória.....	32
2.2.1. <i>Centros de Documentação e Memória</i>	39
2.2.2 <i>Patrimônio</i>	46
2.2.3. <i>Documento</i>	59
3. O “NOVO VELHO” COLÉGIO PEDRO II: REVISITANDO O PASSADO E EVOCANDO SUAS MEMÓRIAS.....	69
3.1. Trajetória histórica.....	70
3.2. Colégio Pedro II como lugar de memória.....	84
3.3. Patrimônio documental: um representante da memória coletiva e institucional.....	91
3.3.1. <i>Símbolos</i>	95
3.3.2. <i>Campus Centro</i>	104
3.3.3 <i>Centro de Documentação e Memória</i>	107
3.3.4. <i>Museu Histórico</i>	109
3.3.5. <i>Biblioteca Histórica e Coleções Especiais</i>	109
3.3.6. <i>Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes</i>	112
3.3.7. <i>Núcleo de Documentação e Memória</i>	119
4. POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E MEMÓRIA.....	131
4.1. Aspectos conceituais.....	132
4.2. Valor de Memória dos Documentos/Monumentos.....	137
4.3. Preservação do patrimônio documental.....	157
4.4 A Memória Institucional no contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.....	175
5. O “FUTURO VELHO” COLÉGIO PEDRO II: REFLEXÕES CONCLUSIVAS.....	198
REFERÊNCIAS.....	208

1. INTRODUÇÃO

Ao longo de toda a história registrada nos rolos de papiro, nos pergaminhos, nas tábuas de argila ou nos tecidos até nos filmes, nas gravações sonoras ou nos documentos digitais, existe uma manifesta preocupação pela preservação dos bens culturais que resultam de processos intelectuais e criativos do ser humano. A preservação desses bens permite às gerações futuras compreender e contextualizar a história e a cultura de seus antepassados e, mais que isso, traduz na própria intencionalidade da ação indícios de políticas do passado e de seus presentismos. Vivenciamos hoje, segundo Hartog (2006, p.261), um presente que se evidencia cada vez mais onipresente e se revela na relação entre “amnésia e a vontade de nada esquecer”. Na mesma proporção, encontra-se uma “ardente obrigação” do patrimônio que está diretamente relacionado à nossa identidade coletiva e uma espécie de “tradução pública” de dever de memória. (HARTOG, 2006).

O desejo de perpetuar a memória, facilitado pela reprodução técnica e a consequente criação de “lugares”, impulsionou tanto a sociedade quanto as instituições, públicas e privadas, em toda parte, no mundo, a criar representações de suas memórias, ou seja, verdadeiras memórias auxiliares, cada vez mais extensas, diversificadas e até mesmo duplicadas. Igualmente, proporcionou a crescente criação e ampliação de espaços de “guarda de memória”, a exemplo de bibliotecas, museus, arquivos e monumentos históricos. Na mesma proporção, surgem os centros de documentação e memória, instituições detentoras de acervos culturais, ou melhor, bens culturais tangíveis que assumem, neste contexto, papel determinante para a salvaguarda e longevidade de acervos conceituados como patrimônios culturais e/ou históricos.

O Colégio Pedro II, instituição tradicional de ensino público, fundado no período regencial brasileiro, produziu, ao longo de sua trajetória histórica de 182 anos de existência, valioso conjunto de bens que reflete sua influência humanística na formação do corpo docente e discente. Devido as suas particularidades, este patrimônio documental se apresenta como importante objeto da história e da etnografia escolar brasileira e, pela força de evocação e sedução que produz, como “lugar de memória”.

Com o intuito de preservar a memória e consolidar a tradição histórica impulsionou o Colégio a investir na (re)produção de símbolos que fazem parte de uma cadeia de pertencimento e estabelecem laços de identidade e de vínculo com a Instituição. Além dos símbolos, parcela significativa da memória da Instituição está em guarda no *campus* Centro, considerado o principal “lugar de memória” da Casa não só

por ter seu reconhecimento como “bem simbólico nacional”, prédio oficialmente tombado como “patrimônio histórico” pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), mas, especialmente, por manter em sua guarda preciosos acervos, lugares e símbolos, e abrigar espaços de “guarda da memória” dedicados à preservação, conservação e divulgação do patrimônio documental. Destes, destacam-se os setores pertencentes ao Centro de Documentação e Memória (CEDOM), que inclui: o Núcleo de Documentação e Memória; o Museu Histórico; a Biblioteca Histórica; as Coleções Especiais de Professores da Casa e o Centro de Estudos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes.

A memória do Colégio Pedro II se constituiu, a partir de vários acontecimentos que marcaram sua trajetória e nos revela costumes e tradições que passaram a fazer parte da identidade e da memória individual, coletiva e nacional. Podemos considerar, ainda, que parcela significativa da memória histórico-institucional foi formada, por meio dos testemunhos de alunos e servidores, autores que escreveram sobre o papel de destaque assumido pelo Colégio, em muitos momentos, de forma singular.

Parte indissociável à reconstrução da história, à solidificação da tradição e à instituição da memória no Colégio, encontram-se as experiências e lembranças da comunidade escolar e dos grupos e laços de pertencimento que ali se formaram. Tal fenômeno revela que as reminiscências e suas relações com a cultura escolar fazem parte da memória coletiva e que a memória individual só existe, na medida em que os indivíduos são um produto do grupo ao qual pertencem.

Para Halbwachs (2006), a memória implica o ser social de cada indivíduo, nesse caso, de seu enquadramento social. Ou seja, a singularidade do pensamento individual emerge dos entrecruzamentos das correntes do pensamento coletivo. A memória individual alimenta-se da memória coletiva e a memória autobiográfica insere-se na memória histórica. O ato de lembrar não é autônomo, mas enraizado no movimento interpessoal das instituições sociais – a família, a classe social, a escola, a profissão, a religião, o partido político, para não citar todos – das quais o indivíduo pertence. Nossas lembranças emergem em nosso contato com os outros ou originam-se de situações sociais; mesmo que estejamos sós, lembramos e esquecemos como membros de grupos e, conforme os lugares que neles ocupamos ou deixamos de ocupar. Assim, Halbwachs (2006) relaciona a memória à participação em um grupo social (real ou imaginário), em uma comunidade afetiva, de forma que, quando nos lembramos, deslocamo-nos de um grupo a outro, em pensamento. Acerca desse caráter social, podemos pensar o quanto a

memória do indivíduo depende das palavras dos outros, das histórias lidas ou contadas, das obras de arte, que são sociais não só em termos do contexto em que estão inseridas, mas por serem produções históricas. Para o autor, a memória depende da linguagem e dos significados constituídos, socialmente.

Atuante nas diferentes esferas política, cultural e educacional e, no campo da vida social, o Colégio Pedro II participou, expressivamente, para a formação da identidade nacional. Sua importância histórico-institucional transcende as linhas do tempo e do espaço, em que a memória coletiva se expressa e se revela. Tornou-se um marco educacional brasileiro, campo de formação curricular propício para a construção de diretrizes e bases dos programas de ensino das escolas existentes no país, posição que se mantém até os dias atuais. Desde sua criação, primou pela educação e pela consolidação da identidade nacional, contribuiu para a formação de cidadãos e para a construção de um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que habilitassem seus alunos a viverem em sociedade e a tomar, em qualquer situação, as decisões mais convenientes para si e para o país. Em seus bancos escolares, se educaram personalidades ilustres em diversas áreas da cultura brasileira. Além disso, foi contemplado com um quadro memorável de docentes.

Conforme Ciavatta (2005), a identidade que é construída na escola por seus alunos e servidores é um processo dinâmico, sujeito permanentemente à reformulação relativa às novas vivências, às relações que estabelecem. Nesse sentido, não seria incorreto considerar a escola como espaço promotor do processo de “individuação” (ESCÓSSIA, 2012) do aluno que, em se atuar neste espaço institucional, em face de suas ferramentas tecnológicas, didáticas e científicas, constitui-se para o mundo ao passo que constrói seu conhecimento, ao mesmo tempo em que tem acesso à informação, por meio das disciplinas, referências, dos lugares, das obras e dos conteúdos presentes no espaço escolar. Com efeito, podemos, igualmente, apontar que esse “processo está, fortemente, enraizado na cultura do tempo e do lugar em que os sujeitos sociais se inserem e na história que se produziu, a partir da realidade vivenciada, que constitui ela mesma ‘um lugar de memória’”. (CIAVATTA, 2005, p.97, grifo do autor).

De acordo com Pierre Nora (1993), para que um “lugar” se torne “lugar de memória” é necessário, antes de tudo, que haja vontade de memória. O Colégio demonstrou, no decorrer de sua trajetória histórica, não somente ter, pelo âmbito institucional, “vontade de memória”, como se tornou lugar comum à vontade de seus alunos e funcionários. Existe um coletivo de sujeitos sociais que têm em suas narrativas pessoais a presença do referido colégio como lugar comum de suas lembranças e

formador de sua identidade. Por sua cultura escolar própria são invocadas as memórias individuais e coletivas e, a partir deste fenômeno, é possível reviver sua história, consolidar sua tradição e se afirmar nesta configuração, como um “lugar de memória”.

O “novo-velho” Colégio Pedro II – “instituição dotada de alma e historicidade” – se revela, portanto, como “lugar de memória”, existindo de fato e de direito na fronteira entre a tradição e a modernidade, no limite entre o passado e o presente, do espaço de projeção da ação educacional de base legal, projetando-se como lugar de representação da alta cultura, um lugar de referência nacional do saber institucionalizado. (ANDRADE, 1999). Hoje, a Instituição expressa sua memória e fortalece sua tradição, por meio de seu patrimônio documental, parte em guarda no *campus* Centro, constituído por símbolos; eventos comemorativos; homenagens anuais à comunidade escolar; e, acervos históricos, museológicos, iconográficos e bibliográficos, raros e especiais.

O patrimônio documental tem valor histórico inestimável para a instituição e alto grau de relevância para a pesquisa histórica, pois dimensiona a importância do Colégio no desenvolvimento da educação brasileira. O valor informacional do patrimônio, como prova e testemunho, serve à reconstrução histórica e à sociedade, à medida que também valida, não apenas o discurso historiográfico sobre o tema, como os capitais simbólicos por trás dos elementos constituintes da imagem e da identidade do Colégio.

O valor histórico, patrimonial e informacional que foi atribuído aos seus bens é devido não somente ao interesse institucional ou público sobre o patrimônio em si, mas, especialmente, a todas as potencialidades que seus símbolos, lugares e acervos carregam, enquanto veículos de significados que transluzem hábitos e costumes da própria instituição, da comunidade escolar, da sociedade, de época e de atores sociais. O patrimônio documental é, especialmente, espelho e reflexo da memória coletiva e institucional, diz respeito às experiências passadas, descreve o resultado das atividades institucionais, no cumprimento de seus objetivos e finalidades, e representa por si só um patrimônio documental, e mesmo museal, de grande importância à memória da educação brasileira.

Os objetos e documentos pertencentes aos acervos, alguns de valor histórico sensível, estão circunscritos ao Centro de Documentação e Memória que seleciona, interpreta, registra, organiza e armazena o material informacional, de acordo com os objetivos e as finalidades institucionais. Essas ações também dão intencionalidade ao valor documental, patrimonial e mesmo informacional. São muitos os motivos que

levam o CEDOM a salvaguardar seus acervos, sejam estes relacionados à raridade bibliográfica, à fabricação, ao valor científico e cultural, à preciosidade do material ou à antiguidade. Com efeito, todas essas razões estão vinculadas às possibilidades de informação que estes objetos e documentos carregam consigo, bastando analisá-los para que apareçam respostas sobre seus usos, seus materiais, seus proprietários, suas relações sociais, sua história, entre outros.

Diante das potencialidades do patrimônio documental que justificam ações de preservação, encontram-se também intencionalidades que fortalecem o estabelecimento de políticas de informação e memória no Colégio Pedro II. A criação dos setores responsáveis pela memória institucional, a congregação destes ao Centro de Documentação e Memória e a instituição da Comissão de Memória Histórica, apontam indícios de políticas de informação e memória que começam a ser delineados, com o propósito de garantir a preservação e o acesso permanente ao patrimônio documental do Colégio e corrobora para a afirmação de que a Instituição tem “vontade de memória” e quer manter “vivo” seu legado recebido do passado.

No entanto, verificam-se lacunas nas políticas institucionais que denotam a falta de diretrizes e estratégias voltadas para o tratamento, a divulgação e a preservação da memória institucional. Dentre os planos de ação atualmente estabelecidos pelo Colégio Pedro II, que regem o desenvolvimento político pedagógico e institucional destacam-se: o Projeto Político Pedagógico Institucional, o Projeto de Desenvolvimento Institucional e o Regimento Geral. Essas Políticas identificam a Instituição, no que diz respeito à filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, a estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver.

Suponha-se que talvez não haja competências informacionais suficientes para propiciar ao CEDOM e à Comissão de Memória Histórica uma maior dinamicidade capaz de responder às questões presentes: o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido às novas gerações? Neste sentido, faz-se necessário investigar como e porque as questões que dizem respeito à memória institucional não estão sendo tratadas nos instrumentos de gestão e tão pouco nos projetos e nas metas institucionais que vêm sendo implementados.

Diante do exposto, apresenta-se o desafio de o Colégio Pedro II em manter preservado seu patrimônio e constituir uma Memória Institucional para o futuro. Durante o curso de mestrado, concluído no ano de 2013, foi realizada uma investigação, acerca das potencialidades de um repositório institucional, como forma de garantir que toda a

memória produzida e acumulada, ao longo dos anos, pelas instituições de ensino e pesquisa, mais precisamente o patrimônio documental do Colégio, não se perdesse no tempo. O estudo anterior revelou a viabilidade dos repositórios institucionais para as funções de armazenar, disseminar, preservar e dar acesso à produção intelectual das instituições e de suas comunidades acadêmicas. Possibilitam, também, às instituições e aos pesquisadores aumentar a visibilidade de seus trabalhos de pesquisa, constituindo-se como ferramenta de gestão do conhecimento. Assim sendo, foi possível identificar um conjunto de critérios essenciais que, em um primeiro momento, pudessem servir de base para a constituição de uma política voltada para o planejamento e a implantação de um repositório institucional no Colégio Pedro II. (CORBO, 2013).

Entretanto, verifica-se, na atual pesquisa de doutorado, a fragilidade de tratar as questões que envolvem a preservação da memória, parte exclusiva de uma política de repositório institucional e não dentro do âmbito de estudos das Políticas de Informação e Memória. Na tentativa efetiva da implementação de um repositório institucional no Colégio, tendo como base projetos e ações de instituições de ensino e pesquisa do país, que mantém ou pretendem construir seus repositórios, foi possível observar que as instituições precisam estar amparadas por questões legais e instrumentos institucionais que assegurem a preservação de seus patrimônios no futuro. Desta forma, não basta criar, gerenciar, armazenar, disseminar, pensar em preservar e garantir o acesso ao patrimônio documental, se não existir um conjunto de políticas e diretrizes que respalde e justifique as práticas e as ações de preservação da memória, em curto e longo prazo.

Posto isto, busca-se indagar sobre as seguintes questões: quais elementos seriam necessários para se constituir no Colégio Pedro II uma Memória Institucional no futuro, uma vez verificado que o patrimônio documental do Colégio Pedro II exerce forte influência, sobretudo, na vida da comunidade escolar? Quais medidas precisam ser tomadas para manter protegidas e garantir o acesso às obras do NUDOM e da Biblioteca Histórica, especialmente, as obras raras destes setores que fazem parte, atualmente, do “Patrimônio Bibliográfico Nacional”, conforme declarado pelo Plano Nacional de Obras Raras da Fundação Biblioteca Nacional? Quais práticas devem ser adotadas com o intuito de evitar o desaparecimento do Centro de Estudos e da Biblioteca Antenor de Veras Nascentes, atentando-se para o fato de que este laboratório de saberes tornou-se insumo para a produção de novos estudos que geram novos projetos, como o caso do Atlas Linguístico Brasileiro, vigente até os dias atuais e mantido pela Casa de Rui Barbosa? Como garantir que a memória coletiva e nacional, evocada por meio dos

símbolos do Colégio, não se perca no futuro, tendo em vista que os mesmos são utilizados como referencial emblemático de representação da tradição e afirmação da identidade?

Diante das questões apresentadas, partimos da hipótese de que a concepção de políticas de informação e memória pode ser um importante parâmetro para a análise das práticas de preservação do patrimônio documental que vêm sendo estabelecidas, ao longo dos anos, pelo Colégio Pedro II.

Certo de que todo patrimônio, de valor cultural, histórico, estético, arqueológico, etnológico, antropológico, científico e documental é por natureza um potencial veículo de informação, dinâmico e atemporal, que carrega significados e emoções e coloca a todo o momento em circulação o conteúdo da memória, julga-se, por conjectura, que a institucionalização de políticas de informação e memória potencializa o valor informacional do patrimônio e justifica ações de preservação.

O presente estudo teve por objetivo geral investigar indícios de políticas de informação e memória no Colégio Pedro II, especialmente, nos instrumentos de gestão que regem seu funcionamento e norteiam seus trabalhos administrativos e pedagógicos que tenha como foco a preservação e o acesso ao patrimônio documental. Do mesmo modo, tornou-se indispensável identificar as políticas de informação e memória que estão sendo concebidas pelos demais Institutos Federais de Ensino Superior no Brasil, ao passo que hoje o Colégio se configura neste novo cenário da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Como objetivos específicos, considerou-se necessário analisar e interpretar os elementos que compõem o patrimônio documental do Colégio Pedro II, de valor inestimável para a instituição e sociedade, já que o mesmo detém parte do processo da memória e da identidade individual e coletiva. Os elementos simbólicos representam etapas marcantes da própria História do Brasil e são considerados importantes, no sentido de enriquecer a construção de uma memória que valorize a identidade nacional e institucional. Procurou-se identificar as possíveis barreiras que impedem a entrada efetiva das políticas de informação e memória na pauta e agenda institucionais.

De acordo com a UNESCO (2002), o patrimônio documental pertence a todos e por esse motivo deve ser preservado e acessível para todos de maneira permanente e sem obstáculos. Desta forma, julga-se necessário manter, permanentemente, em circulação o patrimônio documental do Colégio Pedro II. Pressupõe-se que a “vontade de memória” (NORA, 1993) conjugada às políticas, aos projetos e às metas institucionais possa

efetivamente tornar-se “obrigação” e “dever de memória” (HARTOG, 2006).

A pesquisa atual caracteriza-se como um estudo qualitativo e exploratório sobre a temática central das “políticas de informação e memória”. Efetuou-se levantamento documental e bibliográfico com o intuito de identificar indícios de políticas de informação e memória no Colégio Pedro II voltados à preservação de seu patrimônio documental.

Para alcançar os objetivos foram desenvolvidos os seguintes procedimentos de levantamento e análise de dados. A revisão de literatura especializada concentrou-se, principalmente, em livros, bases de dados e periódicos científicos, nacionais e internacionais, assinalados na bibliografia. Sob a perspectiva, acerca da temática de “patrimônio documental”, a análise de dados pautou-se na literatura especializada tais como documentos de pesquisa produzidos, no país e no exterior. Buscou-se projetos de instituições como Arquivo Nacional, Fundação Biblioteca Nacional, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization (UNESCO), Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) e Museu Histórico Nacional.

No intuito de explorar as peculiaridades do Colégio que o tornam “lugar de memória” foi proposto um inter-relacionamento entre os pensamentos de Pierre Nora (1993), acerca dos “Lugares de Memória”; Vera Andrade (1999), em relação aos “lugares de memória” do Colégio Pedro II; Jacques Le Goff (2012), sobre documento/monumento; Michael Pollak (1989; 1992), Maurice Halbwachs (2006) e Krystof Pomian (2000), a respeito das principais indagações desta pesquisa: memória e esquecimento.

Investigou-se, ainda, o percurso histórico do Colégio Pedro II nos acervos institucionais - bibliográfico, histórico, iconográfico e museológico -, pertencentes aos setores do Centro de Documentação e Memória do Colégio. A análise de fontes primárias teve como base normas e legislações pertinentes à criação, ao funcionamento e às diretrizes para os programas de ensino e, ainda, material institucional que assinala o momento de transição do Colégio Pedro II em Instituição Federal de Ensino Superior. O material coletado constitui-se como a principal fonte para a análise de dados, entendendo que o mesmo compõe um arcabouço de informações que outorgam a esse mesmo objeto e a outros elementos discursivos do Colégio Pedro II a condição de patrimônio.

Dentre esses, inicialmente, destacou-se os materiais informacionais do Núcleo de Documentação e Memória. Artigos de jornais e periódicos de época, catálogos, teses dos professores catedráticos, obras literárias dos alunos, professores e funcionários da instituição. A obra de Escragnolle Doria (1997) retrata a história centenária do Colégio

Pedro II (1837 a 1937), constituindo-se material de relevância para a pesquisa. Em estudos atuais, destacou-se a obra de Vera Andrade (1999; 2007) que em sua descrição da relação analítica entre história, memória e educação, afirma o Colégio Pedro II como um “lugar de memória”.

No contexto das políticas de informação e memória, recorreu-se às publicações de estudiosos do tema, destacando-se entre eles Frohmann (1995), Jardim (2009), Braman (2011), González de Gomez (2011;2012), Paul Ricoeur (2007; 2014), Andreas Huyssen (2000; 2014a; 2014b), Geni Fernandes (2011) e Thiesen (2013). Tais conceitos fundamentaram o tema central deste estudo.

Com o propósito de atingir o objetivo geral deste estudo, buscou-se investigar indícios de políticas de informação e memória no Colégio Pedro II, por meio de levantamento e análise dos documentos institucionais, com base no Regimento Geral, no Projeto Político Pedagógico Institucional e no Plano de Desenvolvimento Institucional, bem como nos instrumentos de gestão dos Institutos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Considerando o número expressivo de instituições pertencentes ao sistema federal de ensino da Rede, dispersos por todas as regiões do Brasil, constituídos por Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; Centros Federais de Educação Tecnológica; Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná; e, o Colégio Pedro II, totalizando 644 *campi* em funcionamento, optou-se em fazer um recorte espacial na região sudeste, atualmente, com um total de 20 Instituições, atentando-se, especialmente, para o fato de que o Colégio Pedro II encontra-se neste território.

A presente investigação está estruturada em cinco capítulos, sendo o primeiro de caráter introdutório, apresentando as questões que nortearam a pesquisa e identificando a hipótese, os objetivos e a justificativa, ainda sim, a descrição do tratamento metodológico dos dados. O segundo capítulo deste estudo, apresenta a temática sobre cultura material e lugares de memória, dentro deste último, conceitos de centros de documentação e memória, patrimônio e documento, sob a perspectiva dos principais teóricos da área e de organizações nacionais e internacionais, com o intuito de introduzir a discussão, acerca dos lugares de memória do Colégio Pedro II, designado, neste estudo, como patrimônio documental.

O terceiro capítulo versa sobre o *locus* da pesquisa, o Colégio Pedro II, as considerações históricas e os principais acontecimentos que marcaram a vida desta instituição de ensino público do Brasil. Na sequência, apresenta o patrimônio documental

desta instituição, descreve os setores que compõe o Centro de Documentação e Memória e aponta suas particularidades no âmbito de estudos sobre cultural material. Com enfoque para o *campus* Centro, considerado um “lugar de memória” não só por seu reconhecimento como bem simbólico, oficialmente tombado como bem histórico, mas, principalmente, por abrigar precioso conjunto de bens, lugares e acervos.

O capítulo quatro apresenta, inicialmente, a estrutura organizacional do Colégio Pedro II e seus objetivos, consoante o novo Estatuto que atende às especificidades da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Investiga-se o campo teórico-conceitual das Políticas Públicas de Informação para se chegar ao entendimento sobre Políticas de informação e memória, tendo como base questões que encerram esta discussão: o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido no futuro? Na tentativa de encontrar elementos que forneçam subsídios para um melhor entendimento sobre o estabelecimento de Políticas de informação e memória, destaca-se alguns pressupostos, acerca do valor dos monumentos e documentos. No tópico seguinte, apresenta uma discussão sobre as questões que envolvem a preservação do patrimônio documental. Por fim, apresenta uma análise sobre os instrumentos de gestão que regem a organização e o funcionamento dos Institutos da Rede, com o propósito de compreender como a questão do patrimônio e da memória institucional vem sendo tratada pelos mesmos.

O último capítulo, “O futuro velho” Colégio Pedro II, a título de considerações finais, apresenta reflexões, acerca do que foi tratado na pesquisa tese.

2. A REPRODUÇÃO DAS SEMELHANÇAS E OS LUGARES DE MEMÓRIA

Desde sua origem, nos discursos dos filósofos gregos, Platão e Aristóteles, o conceito de mimese estava associado à representação do universo perceptível. Para Platão, toda a criação era vista como uma imitação. Até mesmo a criação do mundo era uma imitação da natureza verdadeira, o mundo das ideias. Sendo assim, a representação artística do mundo físico seria uma imitação de segunda mão. Aristóteles também define mimese como imitação, mas ao contrário de Platão, que aplica a todas as atividades humanas e pressupõe modelos anteriores, a imitação rejeita o mundo das ideias e se torna específica das artes.

A partir dos discursos propostos pelos dois filósofos, surgiram outras definições deste conceito, variando de acordo com o campo teórico ao longo da história da arte. Num plano teórico mais atual que o de Platão e Aristóteles, a mimese está relacionada a um caráter social, uma forma de conhecimento do mundo e uma forma de nele estar: “A característica da ação mimética não é a redução do mundo social ao eu, como na tradição cartesiana. Ela é, ao contrário, a ampliação dos sistemas de relações, dados por meio da aproximação e da adaptação ao mundo social” (GEBAUER; WULF, 2004, p. 15).

No que diz respeito à aprendizagem do comportamento mimético, Gebauer e Wulf (2004, p. 35) consideram que a mimese permite o surgimento do novo, a partir, justamente, não do que é semelhante, mas do que difere: “O princípio da mimese não se constitui da assimilação, mas sim da diferença, que contribui para a multiplicação das imagens, palavras, dos pensamentos, das teorias e ações, sem se tornar ela própria evidente”. Nesta perspectiva, as imagens produzidas são processos semióticos em que a interpretação mimética pode fazer surgir o novo, através de uma relação de diferença.

Em contrapartida, Walter Benjamin (2012) afirma que a natureza produz semelhanças, mostra que nela há uma objetividade e, por isso, a natureza pode ser conhecida. O conceito tradicional de semelhança é deslocado. De certo modo, produzir semelhanças implica em dizer que uma coisa não é outra, mas que há uma identidade no diferente que permite relacioná-las.

Para Benjamin (2012) o ato de imitar, denominar e produzir semelhanças refere-se à faculdade mimética da espécie humana e sua interação com a linguagem das coisas. A mimese torna-se presente nos signos da linguagem e faz surgir a própria natureza. Esta surge, a partir das semelhanças que produz, pois são percebidas e transmitidas na

linguagem. Assim sendo, Frota (2010, p. 12) constata que Benjamin volta-se para o domínio das analogias, “o qual mostra que o mundo se recobre em seus signos, liberando imagens que se conectam no movimento linguístico das semelhanças. No interior da linguagem, Benjamin descobre nossa faculdade mimética”.

Assim, a materialidade das imagens se apresenta como o início de um percurso que leva à percepção do conhecimento humano. A linguagem não supera ou afasta as imagens de sua articulação, antes, as utilizam. Benjamin elucida esta argumentação:

Nessa perspectiva, a linguagem seria a mais alta aplicação da faculdade mimética: um *médium* em que as faculdades primitivas de percepção do semelhante penetraram tão completamente, que ela se converteu no *médium* em que as coisas se encontram e se relacionam, não diretamente, como antes, no espírito do vidente ou do sacerdote, mas em suas essências, nas substâncias mais fugazes e delicadas, nos próprios aromas. (BENJAMIM, 1987, p. 112, grifo do autor).

Assim, o ser humano concedeu à faculdade mimética alguma influência na linguagem. Tal modo nos leva ao entendimento de que a linguagem é parte indissociável do universo de sensíveis, principalmente, de um sensível das imagens. Segundo Coccia:

Esquece-se que a linguagem é, antes de tudo, uma das formas de existência do sensível. Se falamos é porque somos especialmente sensíveis às imagens. Não existe linguagem sem imagem; ela é uma forma de sensibilidade superior. Poder-se-ia compreender a linguagem como um arqui-meio, o espaço de medialidade absoluta onde as formas podem existir como imagens em completa autonomia em relação tanto aos sujeitos falantes quanto aos objetos dos quais representam a forma e a semelhança. (COCCIA, 2010, p. 44-45).

A linguagem para Benjamin (2012, p.58) seria o grau máximo da faculdade mimética e o mais perfeito arquivo das semelhanças não físicas: “um *medium* no qual as forças primitivas de produção e interpretação mimética penetram de tal modo que conseguiram liquidar as da magia”. A mimese se apresenta como uma forma de veiculação e apropriação de imagens, ultrapassando totalmente a noção de mera imitação ou duplicação. Ela é o que permite às imagens circularem em outras imagens e mesmo na linguagem:

O mimetismo é consequência do fato de que toda forma, mesmo quando ela parece ter uma relação essencial com o sujeito que a hospeda, é capaz de multiplicar-se a outros, salva *veritate sui et subiecti*, sem que o sujeito a perca ou se transforme e sem nenhuma necessidade de transformação da forma mesma. A imitação é essa vida secreta e veicular das formas. O sensível exprime metafisicamente essa capacidade secreta de absoluta transmissibilidade e de infinita apropriabilidade das formas. A

imagem não é, assim, apenas o absolutamente transmissível, mas também o infinitamente apropriável. (COCCIA, 2010, p. 59, grifo do autor).

Neste sentido, podemos considerar que o ser humano tanto se apropria de sensíveis quanto é parte sensível no mundo e que, esta parte, assim como os demais seres humanos é produtora de novos sensíveis. De acordo ainda com o autor, “[...] a vida humana não se define como um distanciamento do resto dos animais, senão apenas como um aprofundamento dessa mesma vida animal: ela é a vida animal que levou suas possibilidades às últimas consequências. A humanidade não é o Outro da animalidade ou do biológico, mas o animal absoluto, a vida absolutamente sensível”. (COCCIA, 2010, p. 60).

Jacques Rancière (2012, p. 17) enfatiza que “a imagem da arte separa suas operações da técnica que produz semelhanças”. Podemos entender com esta afirmativa que a arte opera para além das semelhanças que as produz. É nesse sentido que o autor fala de uma arquissemelhança como sendo “[...] a semelhança que não fornece a réplica de uma realidade, mas o testemunho imediato de um outro lugar, de onde ela provém”.

Neste plano, no qual as imagens têm a capacidade de produzir semelhanças, é possível inferir sobre a relevância desses sensíveis no âmbito dos estudos da cultura material. Para a cultura material as imagens, os objetos ou vestígios são por natureza um potencial veículo de significados, dinâmico e atemporal, onde circulam testemunhos históricos de sociedades, de lugares e de acontecimentos. Estes sensíveis são para a memória, os recursos materializados da lembrança contra o esquecimento.

2.1. Cultura Material

De acordo com Hodder (1994), a cultura material foi projetada, especialmente, para ser comunicativa e representativa, devendo sempre ser interpretada em relação ao contexto de produção, uso, descarte e reutilização do objeto. Woodward (2007) acrescenta que para estudar e comprovar este campo há de se considerar o ponto de vista do analista e do ator. Para o analista, o objeto tem a capacidade de se tornar, historicamente, poderoso e ser interpretado no decurso de qualquer reflexão literária. Já na perspectiva do ator, ou usuário, o objeto precisa ser interpretado, levando em consideração suas múltiplas interpretações, práticas e manipulações.

Os estudos sobre cultura material estabelecem, também, que os objetos têm a capacidade de significar coisas e, a partir dessa prerrogativa, torna-se possível dizer e reproduzir coisas, tomar decisões e ações sobre as coisas em nome das pessoas ou cumprir seu papel social. O simbolismo material pode trazer vantagens aos grupos sociais. Os objetos podem facilitar a formação de identidades e de hábitos sociais e influenciar o modo de funcionamento da dinâmica cultural das sociedades. (HODDER, 1994; WOODWARD, 2007).

Dentre as várias dimensões e complexidades que os objetos podem encerrar, percebemos que os mesmos passaram há testemunhar seu tempo, enquanto concretizadores de recordações, de tal forma que sua produção e apropriação crescem, continuamente, colocando a todo momento em circulação, o conteúdo da memória. Pomian (2000, p. 509), afirma que os objetos são representativos de um tempo: “[...] o tempo adquire espessura pouco a pouco, ao mesmo tempo, formam-se, através de uma mesma série de operações, a “memória” colectiva e o “documento monumento” que se torna seu suporte”. Todo o conhecimento sobre o passado da vida humana e sobre as coisas só poderia ser obtido, em razão dos vestígios e das recordações, coletivamente, materializadas. De acordo ainda com o autor,

Ora, a “memória” enquanto capacidade, mesmo circunscrita, de remontar no tempo não realiza plenamente as suas faculdades potenciais se não quando chega a esta reconstrução, à restauração, nos limites do possível, do estado originário daquilo que chegou até nós em estado de ruína [...] Toda a imagem é parcial porque mostra apenas um aspecto do que representa, um único ponto de vista escolhido segundo critérios que as mais das vezes não são os nossos, se é que não nos aparecem mesmo como sendo inteiramente obscuros. [...] Porque é uma imagem, ou relíquia, ou ambas as coisas ao mesmo tempo, todo o “documento/monumento” é necessariamente parcial. É uma ruína, como de resto toda a recordação. E, se interessa, é porque permite conservar uma relação com o passado e também porque permite remontar no tempo e encontrar algo da completude original perdida. Permite proceder a uma reevocação. (POMIAN, 2000, p. 512, grifo do autor).

Assim como Pomian (2000), Dohmann (2013, p.36) considera os objetos parte de um tempo, e acrescenta que são, ainda, representantes de um pensamento, de um *status* e de uma técnica, são social e culturalmente distintos: “nenhum objeto, nenhuma coisa é ou tem movimento na sociedade humana, exceto pela significação que os homens lhe atribuem”. Por esta razão, o autor enfatiza que o campo de estudo da cultura material ultrapassa as investigações, sob os aspectos físicos dos objetos, “constitui-se

em exposição e fonte de conhecimentos sobre a técnica, tecnologia, funcionalidade, estética, suas formas de apropriação e, sobretudo, de uso.”

Toda nossa consciência do passado está fundada na memória e, através das lembranças, recuperamos acontecimentos anteriores, distinguimos o ontem do hoje e confirmamos que já vivemos um passado. Dohmann (2013) reconhece que os objetos são prova e testemunho documental que imprimem marcas nos indivíduos e criam interna e, externamente, um processo dinâmico, comunicativo e intercultural.

A relação entre homem e objeto é inseparável. Todas as dimensões da vida humana são, constantemente, atravessadas pela massiva presença do objeto, fiel companheiro desde os primeiros dias de sua existência, passou a integrar, de forma permanente, o cotidiano dos indivíduos: “comprovando que não há atividade humana que dispense o suporte material, a começar da sua condição mais básica: a do espírito existir e, sobretudo, manifestar-se.” (DOHMANN, 2013, p. 31).

No princípio tudo eram coisas, enquanto, atualmente, tudo tende ao objeto. [...] o homem construiu o seu ambiente a partir dos conhecimentos adquiridos ao longo de sua trajetória sempre influenciada pelas necessidades inerentes à espécie, e pela limitação dos seus saberes, aprofundados à medida do seu processo evolutivo material. [...] A fabricação de objetos, bem como seu manuseio diário constitui parte substancial da odisséia humana, na medida em que esta relação com os artefatos estabelece o grande diferencial com o restante dos animais, que além de determinar a espécie dominante no mundo, passa a ser o legado físico que registra sua história. Como animal hábil, o homem sabia que sua sobrevivência dependeria disso. (DOHMANN, 2013, p. 32).

Os objetos não são inócuos, tão pouco neutros, são emuladores de lembranças e veículos de informação, particularidades inerentes a sua substância, carregados de força e intencionalidade que dão sentido à existência humana. Esta relação de interdependência entre objetos e seus significados se configura em elementos determinantes para o conhecimento sobre a realidade dos indivíduos, expressam quem são, onde estão e o que fazem, provocando uma fusão de aspectos emocionais e racionais, conferindo-lhes, também, um sentido de identidade, na busca constante pelo novo, na esfera da materialidade para atender suas necessidades básicas de subsistência, no esforço pela sobrevivência. A produção de objetos estabelece então uma relação direta com suas necessidades e expressa padrões culturais locais e temporais.

O objeto reflete vivências e simbolismos que envolvem universos mentais, em atribuições de sentidos caracterizadas por fluxos imagéticos de diferentes graus de subjetividade, desde simples experiências de “estar-no-mundo” até a aura criada pelo próprio

artefato, na sua condição de ícone, na tarefa de comunicar experiências culturais. (DOHMANN, 2013, p. 33).

Para Flusser (2007, p. 12), a produção de artefatos contribui como princípio básico da existência humana. Para este filósofo tcheco todo artefato é produzido, por meio de uma ação que evidencia uma intencionalidade. “Do ponto de vista etimológico, portanto, a manufatura corresponde ao sentido estrito do termo in + formação (literalmente, o processo de dar forma a algo). No sentido amplo, fabricar é informar. Daí deriva o sentido, menos usual, de “fabricar” como inventar ou engendrar ideias ou versões, como na frase “fabricar um álibi”. Neste sentido, o objeto manufaturado tem o potencial de transformar as relações do homem com o seu entorno e de tirar algum proveito dessa relação homem-ferramenta.

Ao concretizar uma possibilidade de uso, o artefato se faz modelo e informação. Por exemplo, depois que se vê uma alavanca em operação e se compreende o princípio empregado, não é mais possível olhar para qualquer vara de madeira ou metal sem reconhecer seu potencial de aplicação à mesma finalidade. O que antes era um simples pedaço de pau adquire uma função e um significado específicos pela existência prévia de um conceito. Ou seja, **informar também é fabricar**. (FLUSSER, 2007, p. 12-13, grifo nosso).

Fabricar e informar para Flusser (2007, p. 37) fazem parte do mesmo plano, são manifestações da ação humana de tentar colocar sentido ao mundo, por meio de códigos e técnicas. “[...] Um homem rodeado de ferramentas, isto é, de machados, pontas de flecha, agulhas, facas, resumindo, de cultura, já não se encontra no mundo como em sua própria casa, como ocorria, por exemplo, com o homem pré-histórico que utilizava as mãos. Ele está alienado do mundo, protegido e aprisionado pela cultura.”

Flusser está mais preocupado com a relação homem-ferramenta, em que o homem, para ele Homo faber, se apropria das coisas e as transforma.

[...] Trata-se de uma questão topológica ou, se se quiser, arquitetônica. Enquanto se fabricava sem ferramentas, isto é, enquanto o Homo faber apreendia a natureza com as mãos, a fim de apropriar-se das coisas e transformá-las, enquanto não se podia identificar a localização de fábricas, não havia um "topos" para elas. O homem pré-histórico, da Idade da Pedra Lascada, não especificava lugares para fabricação, produzia em qualquer lugar. Quando entram em jogo as ferramentas, torna-se necessário delimitar espaços no mundo para a fabricação – como os lugares onde se extraía o sílex das montanhas, ou os locais onde o sílex era convertido em objetos que receberiam uma aplicação e seriam utilizados. Esses espaços de fabricação são círculos em cujo centro se encontra o homem; em círculos excêntricos localizam-se suas ferramentas, que, por sua vez, estão rodeadas pela natureza. Verifica-se essa arquitetura fabril praticamente durante toda a história da humanidade. (FLUSSER, 2007, p. 39)

Em outra perspectiva, Pomian (2000, p. 509), reconhece que pela existência dos suportes da memória – vestígios, imagens e relíquias -, o passado se tornou mais presente, mais rico e bem mais datado do que antes, justamente, no centro do presente, incluso na memória coletiva e transgeracional. “Um acontecimento, um ser ou um objecto deixam num indivíduo que com ele tenha entrado em contacto uma marca tanto mais profunda quanto mais o acontecimento, o ser ou o objecto era insólito, inesperado, espantoso”. No entanto esses vestígios com o tempo podem vir a desaparecer, por isso o surgimento dos suportes da memória para conservar as recordações o mais longe possível, garantindo sua duração perene.

Para Fernandes (2013) o livro é o principal suporte da memória, criado como forma de registro das lembranças da humanidade para o futuro. Em defesa desta argumentação, o autor remonta aos tempos da Grécia Clássica onde *lethé* assombra todos os homens dos quais vivem no eterno receio do esquecimento. Revela que, no século XXI, existe uma disputa entre aquilo que esquecemos, e o que lembramos determina o que somos. O homem deste século procura registrar sua presença de qualquer forma, “ser conhecido mais que ser reconhecido”. Le Goff (2012, p. 455) enfatiza que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.

De acordo ainda com Fernandes, para ludibriar *lethé*, desenvolvemos diferentes técnicas e objetos que auxiliam Mnemosine, “a sociedade cria ‘próteses’ externas que solicitam ou potencializam as capacidades mnemônicas dos indivíduos” (MONSTESPERELLI, 2004 apud FERNANDES 2013, p. 249). Desta forma, são os registros que garantem não só às gerações futuras a transmissão do conhecimento humano, mas, sobretudo, o principal responsável na luta contra o esquecimento.

[...] É na arte, entendida helenicamente como técnica – *téchné* – que a memória reside, seja nas mnemotécnicas ou nas artes que permitem a fixação em formas legíveis e algo duradouras os pensamentos e sentimentos humanos, como o desenho, a poesia e a escrita. Talvez por isso seja possível afirmar que Mnemosine ao gerar as musas que inspiram os homens em seus trabalhos, que são o antídoto para o esquecimento, engendra também dialeticamente o maior medo humano: o de ser esquecido. (FERNANDES, 2013, p. 249-250).

Nesta perspectiva, o livro torna-se o principal objeto da memória que corporifica o esforço humano contra o esquecimento, um dos principais meios para combater *lethé*. São, portanto, próteses criadas pelo ser humano para recordar, feitas por *techné* contra

lethé, portadoras de *aletheia*. “[...] Os usos dessas técnicas transformam a alma da memória humana, com os desdobramentos do desenho e os avanços do domínio da escrita e da leitura, por uma quantidade cada vez maior de homens, a memória humana expande-se, solidifica-se”. (FERNANDES, 2013, p. 250).

Na relação entre memória e esquecimento, Fernandes apresenta uma melhor, no entanto reducionista, definição sobre livro, entendido como “recipiente portátil que consiste em uma série de páginas impressas [e/ou manuscritas e desenhadas] e costuradas, e que conserva, anuncia, expõe e transmite conhecimentos aos leitores, através do tempo e do espaço.” (HASLAM, 2007 apud FERNANDES, 2013, p. 251). Nesta lógica, os livros apresentam duas funções mnemônicas, a primeira como guardião de histórias e a outra como acumulador de conhecimentos, a história e o conhecimento ganham proporções amplas e complexas relacionadas ao universo das narrativas.

No fluxo dos significados e das emoções que as imagens, objetos ou vestígios podem encerrar, está também a faculdade de estimular aspectos singulares nas reminiscências individuais e coletivas, pelas recordações do passado que alternam tensões entre esquecimentos e lembranças. Os suportes da memória têm a capacidade de resgatar lembranças de lugares, de acontecimentos e de pessoas e facilitar a relação interpessoal, conectando o mundo para o compartilhado de experiências, saberes e hábitos.

2.2. Lugares de memória

Toda escola e, sobretudo, todo lugar de interação social, tem o potencial de se tornar um “lugar de memória”. Ao adentrarmos no espaço escolar nos deparamos com inúmeros traços e vestígios reconhecíveis de sua história, tais como o papel pautado, o quadro-negro e o giz, a sala de aula, a entrada da escola com seu *hall* de circulação, os muros que a rodeiam, a arquitetura do prédio, o pátio e os laboratórios para aulas experimentais. Igualmente, encontramos bibliotecas e salas de leitura com acervos de livros e materiais didáticos, instrumentos fundamentais para o processo de ensino e aprendizagem. Ainda sim, identificamos hino e cânticos próprios do lugar, emblemas e bandeiras, uniformes e suas peculiaridades, jogos e brincadeiras, festas, comemorações e homenagens aos alunos e servidores, ou seja, todos os objetos e “lugares de memória” que estabelecem não somente o *modus operandi* da instituição escolar, mas,

especialmente, que envolvem e despertam o interesse e o imaginário da comunidade escolar e, por assim dizer, todos os bens materiais e imateriais pertencentes à cultura escolar.

Para Vidal e Silva (2010, p. 43) investigar a cultura material no âmbito da história sensorial escolar envolve destacar as experiências individuais e coletivas de “construção de subjetividades, esquemas perceptivos, gostos, corporeidades, memórias e afetos.”

Os objetos e espaços escolares reúnem conhecimentos, práticas e modos de vida e de expressão, e também “lugares de memória”. São os que contribuem, expressivamente, para a criação de identidades e laços de pertencimento e que levam a comunidade escolar a sentir-se integrada no espaço escolar. Na direção do pensamento de Vinão Frago e Escolano (1998, p. 46), “o espaço-escola é também uma construção cultural e, portanto, histórica”. Os objetos, os espaços e os edifícios escolares não são neutros, eles falam e constroem relações com todos aqueles agentes que vivem e partilham do mesmo espaço, como afirma o autor José Maria Hernández Díaz. São, especialmente, reveladores da preservação e manutenção de uma memória escolar, constituindo-se em interessantes objetos da história e da etnografia escolar. “La etnografía de la escuela no es más que el resultado de aplicar una práctica etnográfica y una reflexión antropológica al estudio de la institución escolar” (HERNÁNDEZ DÍAZ, 2002, p. 229). Sendo assim, os objetos, os acervos e os espaços escolares são dotados de significados que podem nos atrair, repelir ou interpelar. De acordo ainda com o autor,

La cultura de la escuela se expresa en las redes sociales que configuran la institución, y casi siempre a través de los elementos materiales y físicos que la convierten en referente. De ahí la imprescindible consideración de la memoria de la cultura de la escuela, de su historia, a través también de su materialidad, del labirinto de sus objetos y lugares de memoria que la perspectiva del trabajo etnográfico nos ayuda a ordenar, situar e interpretar. (HENÁNDEZ DÍAZ, 2002, p. 246).

No processo de adaptação à vida escolar, e no próprio fluxo das lembranças, o primeiro dia de aula tem seu papel capital: dia do uniforme novo, do caderno escolar em branco, dos impecáveis lápis coloridos afiados como agulhas, enfim, o dia da circulação dos suportes e utensílios da escrita escolar nas práticas cotidianas da sala de aula, bem como o dia da transformação da criança em aluno. A entrada na escola marca a iniciação do aluno no mundo do trabalho escolar, no universo da cultura escolar.

A cultura escolar pode ser definida, de acordo com Julia (2001, p. 10) como “um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos”. Para Fartes (2014, p. 854), essas práticas estão associadas aos saberes e à cultura profissional do corpo docente e administrativo das instituições de ensino que se propõe considerar como possíveis “comunidades de prática”. Com enfoque nos estudos sobre as práticas pedagógicas adotadas pelos Institutos Federais, a autora ressalta que, atualmente, os profissionais vêm-se convocados a desenvolver suas atividades “como membros de uma instituição que deve consolidar-se como produtora de conhecimentos científicos, tecnológicos e de inovação em sintonia com as exigências das políticas de ciência e tecnologia vigentes no país”. Diante disso, podemos considerar que pela cultura escolar, torna-se possível perceber os procedimentos utilizados e os conhecimentos ensinados ou aprendidos em uma determinada instituição escolar, variando conforme as políticas e os valores institucionais e fora dela.

Na perspectiva sobre cultura escolar, há de se considerar os espaços ainda desvendáveis como, por exemplo, os laboratórios e seus objetos e as bibliotecas e suas coleções que guardam as experiências e os saberes de uma geração passada. Para Viñao Frago (1998, p. 29-31), “a cultura escolar não reside, apenas nos modos de fazer e pensar, mas também em seus aspectos materiais, presentes na disposição e no uso dos espaços e tempos, nos objetos de uso corriqueiro, nos materiais didáticos e nos objetos produzidos pela instituição”.

Tanto o processo de ensino e aprendizagem quanto os aspectos materiais, característicos da cultura escolar, são para a comunidade escolar lugar comum de suas lembranças e formador de sua identidade. A identidade que é construída na escola por seus alunos e funcionários é um processo dinâmico, sujeito permanentemente à reformulação, relacionada às novas vivências e aos laços que se estabelecem. De acordo com Ciavatta (2005, p.13), esse “processo está fortemente enraizado na cultura do tempo e do lugar onde os sujeitos sociais se inserem e na história que se produziu a partir da realidade vivenciada, que constitui ela mesma “um lugar de memória”.

O conceito “lugar de memória” foi cunhado pelo historiador francês Pierre Nora na obra *Les Lieux de Mémoire*, de 1984. Para Nora (1993), os “lugares de memória” precisam ser ao mesmo tempo materiais, simbólicos e funcionais, porém, em graus diferentes. São lugares materiais aqueles em que a memória se apoia e pode ser apreendida, através dos sentidos; os lugares funcionais têm a função de sustentar a

memória coletiva; e, é nos lugares simbólicos, que a memória coletiva se expressa e se revela.

De acordo, ainda, com Nora (1993, p. 27), “[...] o lugar de memória é um lugar duplo: um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, sobre sua identidade e recolhido sobre seu nome, mas, constantemente aberto sobre a extensão de suas significações.” Apesar disso, o autor ressalva que nem todos os lugares podem ser classificados como “lugares de memória”, é preciso antes de tudo que haja “vontade de memória” por aqueles atores sociais que o reconheçam enquanto tal.

Pollak (1992, p. 201) revela que a memória está relacionada a acontecimentos, personagens e lugares. Está, particularmente, associada a um fenômeno individual, “algo relativamente íntimo próprio da pessoa”, mas também pode ser compreendida como um fenômeno coletivo e social, isto é, “como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.”

Do mesmo modo que esses aspectos relacionados à memória oferecem um sentido aos indivíduos que compartilham lembranças e, simultaneamente, ao grupo que procura dar significado ao passado, as constantes transformações geram identidades e sentido plurais, baseados em escolhas pessoais e eletivas em que se dá a construção e reconstrução de identidades individuais e coletivas, garantindo aos indivíduos o sentimento de permanência de si mesmo no grupo social. (POLLAK, 1992).

Tal como Pollak (1992), Nora (1993) considera haver uma forte ligação entre memória e identidade que, por meio da memória do grupo, são firmados os laços de pertencimento. O segredo da identidade é o sentimento de pertencimento. Cardoso (2011) acrescenta que a memória é um dos principais meios para a formação de identidade, ou seja:

[...] uma configuração valorativa por meio da qual uma pessoa ou instituição faz-se reconhecida e única diante de seus pares. Pela memória, pensa-se o vivido para além do que ele foi nele mesmo, em direção a uma resignificação do que se passou a partir dos olhos do presente. (CARDOSO, 2011, p. 15).

Halbwachs (2006) enfatiza que a memória, enquanto construção social é evocadora de lembranças, e essas lembranças remontam a um momento único e recordável, individualmente, apesar de, coletivamente, “enquadrada” no “rol” de coisas e experiências recordáveis. Ou seja, nossas lembranças se fortalecem, se legitimam, enquanto nossas lembranças coletivas se relacionam aos mesmos eventos que compartilhamos com o grupo: imagens, objetos, lugares etc. Recordamos mais

facilmente quando partilhamos da mesma lembrança com o grupo ao qual pertencemos; cada membro do grupo contribui, assim, para a formação da memória coletiva. Assim sendo, o autor afirma:

Nossa impressão [sobre coisas, objetos e lugares] pode se basear não apenas na nossa lembrança, mas também na de outros, nossa confiança na exatidão de nossa recordação será maior, como se uma mesma experiência fosse recomeçada não apenas pela mesma pessoa, mas por muitos. (HALBWACHS, 2006, p. 29).

A percepção de todas as coisas, inseridas no mundo que nos cerca, está fundada na memória e, através das lembranças, recuperamos fatos que ocorreram em uma determinada época, distinguimos o ontem do hoje e tomamos consciência da existência de um passado que, por mais remoto que seja, além de nos fazer revisitar memórias, nos desperta o sentimento de pertencer aos lugares e fortalecer os laços com grupos sociais dos quais pertencemos. Ainda que não estejamos em presença do grupo, o nosso lembrar e as maneiras como percebemos e vemos o que nos cerca se constituem, a partir dessa relação de experiências.

Nesta configuração nos confere um sentido de identidade, pois saber o que fomos, confirma o que somos. Definimos o que somos, usando como parâmetro a lembrança, a capacidade de estabelecer laços com o passado, de tal forma que estejamos sempre visíveis e reconhecíveis para nós mesmos e para os outros. Podemos dizer que o passado, através da lembrança, é sempre vivido como construção e não apenas recordado. Recordar algo é muito mais do que, simplesmente, reproduzir fatos.

Memória não é só lembrança, não é a busca da compreensão ou do entendimento do passado (essas são características históricas); memória é mais do que entender, construir, recordar. É criação social e política; é expressão cultural e, portanto, ferramenta discursiva. Com efeito, a memória não é, então, uma simples gravação de tudo o que vivemos, mas uma seleção das experiências.

Cada um de nós carrega as suas lembranças, mas não estamos sós neste lembrar, ao contrário, estamos o tempo todo interagindo com a sociedade, seus grupos e instituições. A nossa memória está impregnada das memórias dos que nos cercam. A nossa memória e as maneiras como percebemos o mundo constituem-se, a partir desse emaranhado de experiências, tão diversas quanto os diferentes grupos com que nos relacionamos.

Poderíamos imaginar que, por se alimentar do passado, a memória seja estática. Porém, ela se modifica ao longo do tempo e se rearticula, conforme a situação, as

relações que se estabelecem. A memória é história viva e vivida, e permanece no tempo renovando-se. Para lembrar e para esquecer, também estão em jogo elementos inconscientes como o afeto, a censura, entre outros. A memória não é uma simples gravação. Relaciona-se às emoções, às outras experiências vividas, aos valores e às experiências dos grupos. Lembrar, também se relaciona com o coletivo. Dificilmente, lembranças emergem fora das relações com os grupos e o interesse pela experiência do outro.

Halbwachs (2006) considera a distinção entre diferentes tipos de memória: memória interna, pessoal ou autobiográfica; memória social ou coletiva e memória histórica. Assim, a memória social diferencia-se da memória histórica por ser estruturada em função de uma pertença específica, ao passo que a memória histórica resulta da coexistência de várias memórias coletivas. De acordo com o autor, o indivíduo recorda, através da palavra, sendo a linguagem partilhada com os membros do seu grupo que lhe fornece as categorias, através das quais se apreende a realidade. Halbwachs (2006) chama a atenção para os “quadros coletivos” da memória, isto é, os instrumentos de que a memória coletiva se serve para recompor uma imagem do passado em consonância com os pensamentos dominantes da sociedade.

Na compreensão dos quadros coletivos da memória é necessário ter em consideração duas coordenadas fundamentais: o tempo e o espaço. Em relação ao impacto do tempo, é preciso ter em conta que, por um lado, as pertenças sociais de cada indivíduo condicionam a sua experiência do tempo e, por outro, os momentos-chave do ciclo individual, que são, socialmente, reconhecidos e partilhados.

A outra coordenada fundamental da vida social é o espaço. Para Halbwachs (2006), o espaço constitui um quadro de referência, de tal forma poderoso e persistente, que se pode dizer que não existe qualquer memória coletiva que não se desenrole num dado quadro espacial. Assim, o autor sublinha a importância da vinculação dos grupos a um espaço. Os grupos estão ligados, naturalmente, a um lugar porque é o fato de estarem juntos num dado espaço que permite aos seus membros criar laços sociais. O espaço é o local onde a dimensão subjetiva revela-se, de forma mais intensa. O mesmo passa a ser um lugar ligado mais às experiências, ao aspecto afetivo, à necessidade de raízes do que ao sentido geográfico do termo.

A memória, portanto, desempenha um papel fundamental em relação às áreas históricas, pois ela é estruturada a partir da relação do sujeito com o mundo externo. Ele é guiado por sentimentos, crenças, concepções socialmente formuladas, fantasias e memórias coletivas ou

individuais, a partir das quais se estrutura o imaginário, em que se dá a construção de símbolos, figuras ou imagens, às quais correspondem significados estabelecidos pelos grupos sociais. O imaginário, por sua vez, tem uma dimensão coletiva, para a qual concorrem elementos comuns do grupo social, e outra particular, que é individual a cada sujeito social. Assim, há a diversidade de imaginários e, portanto, multiplicidade de representações sociais, que serão diferenciadas e únicas para cada pessoa, mesmo que apresentem pontos semelhantes aos demais integrantes do grupo social. A representação social não é única: ela é múltipla, variada, multifacetada. Falar de representação social acerca de qualquer assunto é falar das diversas representações sociais emitidas pelos sujeitos sociais. (COSTA, 2007, p.16).

Para Crippa (2010, p. 81), “a memória fixa/registra dados da percepção, da experiência e do conhecimento. A Memória associa os dados em ‘imagem’ – material ou mental – que permite novas relações entre eles, através da função da Imaginação”. Assim, julga-se importante os registros da memória externos, que propiciam a ampliação de bases de dados acessíveis no tempo e no espaço. De acordo com a autora, a memória possibilita resgatar algo pertencente ao passado para compará-la a alguma coisa do presente.

[...] É, portanto, a capacidade de preservar determinadas Informações, essencial para a elaboração da experiência individual e do conhecimento de natureza científica, filosófica ou técnica. Memória e Imaginação são faculdades que dialogam com a temporalidade. Memória e Imaginação se atrelam ao tempo e ao sentido do tempo: são a capacidade de transcender o presente. O homem sem memória e sem imaginação viveria em um eterno presente, como os animais. Porém, dotado dessas faculdades, espelha-se em si mesmo, pois lembra e prevê. (CRIPPA, 2010, p. 81).

Os conceitos de apropriação, imaginário, símbolo, memória, identidade, lugar e representações sociais estão, intimamente, relacionados, pois se ligam à experiência do espaço. Um espaço que é praticado, imaginado e simbolizado é também apropriado. Com a apropriação, o indivíduo ou grupo social tanto assume determinado lugar como propriedade sua, como também entende que ele pertence ao lugar. Esse sentimento de pertença não se relaciona, apenas à dimensão espacial: pertencer ao lugar significa também pertencer ao grupo. À medida que o sujeito interage com o lugar, o meio deixa marcas no indivíduo, contribuindo para a construção de sua identidade. Como coloca Halbwachs (2006, p. 69), “há em cada época uma estreita relação entre os hábitos, o espírito de um grupo e os aspectos dos lugares onde ele vive”. Assim, a apropriação e a sensação de pertencimento estão, intimamente, relacionadas à formação da identidade, seja individual ou coletiva. A construção da identidade procura relacionar os

imaginários locais, trazendo embutidos os significados dos lugares, as relações sociais e as memórias associadas.

Com relação à identidade, a memória é um fator fundamental para sua constituição, em função do sentimento de continuidade e de pertencimento que confere ao indivíduo ou ao grupo. A memória cria identidade para o grupo. Um dos pontos que permite a identificação do sujeito com o grupo é um passado de acontecimentos e experiências em comum, que possa funcionar como elo, que fomente o sentimento de pertença. Essa memória coletiva tem um caráter dinâmico: quando o grupo muda ao longo do tempo, as lembranças também se transformam. Ela só subsiste, enquanto o grupo social existe; quando seus integrantes morrem, tem fim também a memória coletiva. As lembranças particulares só subsistem quando têm o respaldo das coletivas. (POLLAK, 1992; HALBWACHS, 2006).

Assim como a identidade, a memória é uma construção social, é um trabalho de organização que articula a lembrança e o esquecimento, sofrendo transformações constantes. A memória é seletiva, depende dos valores do indivíduo, do momento histórico e dos interesses do grupo social, que sempre remetem aos conflitos de definição das identidades (POLLAK, 1989). A memória coletiva é formada para dar sentido e estabelecer a maneira do indivíduo se relacionar com o mundo.

2.2.1. Centros de Documentação e Memória

De acordo com o que foi estabelecido pela Unesco, em seu Projeto “Memória do Mundo”, o patrimônio documental mundial está armazenado em museus, arquivos e bibliotecas, assim também podemos acrescentar os centros de documentação e memória, instituições detentoras de acervos documentais/culturais que visam produzir, organizar, armazenar, preservar e disseminar o conhecimento humano em sua área de especialização, que se configuram, dentro desta perspectiva, como “lugar de memória”.

Para Camargo (1999), os Centros de Documentação e Memória são uma unidade institucional que tem como principal objetivo produzir informações e organizar fontes de pesquisa. Hoje, os Centros se tornaram um fenômeno dentro do ambiente das universidades, no campo das ciências humanas e sociais, letras e artes, e, para além desse universo acadêmico, presente nas fundações de cultura, museus, bibliotecas e instituições de pesquisa.

[...] A necessidade de constituir bases sólidas de informação impõe-se, no mundo contemporâneo, como condição indispensável ao desenvolvimento científico e cultural, sob pena de comprometer a produção acadêmica no que se refere à sua inserção num circuito informacional mais amplo, nacional e internacional. (CAMARGO, 1999, p. 49).

Os Centros de Documentação e Memória têm por características reunir, preservar e organizar coleções e conjuntos documentais diversos, de natureza bibliográfica, museológica ou arquivística, reunidos segundo critérios de valor histórico e informativo. Para Camargo (1999, p. 50), trabalha-se, deste modo, com “informação especializada”. Para um melhor entendimento sobre o campo de atuação destas instituições, segue no quadro 2, abaixo, suas principais particularidades.

Quadro 1: Principais diferenças entre arquivo, biblioteca, museu e centro de documentação.

ENTIDADE	DIFERENÇA	ATRIBUTO	ACERVO	FINALIDADE	ORGANIZAÇÃO
ARQUIVO	Possui documentos acumulados organicamente, no decorrer das funções desempenhadas por entidades ou pessoas, independentemente da natureza ou do suporte da informação; portanto, provenientes de uma única fonte geradora (a entidade/ pessoa acumuladora).	Órgão receptor, ou seja, os documentos chegam a ele por passagem natural e obrigatória. Funções primárias: Administrativa (viabilizar e comprovar atividades de instituições e pessoas)	Reúne documentos seriados e, ao mesmo tempo, únicos, mediante processo sedimentar (acumulação) de acordo com o funcionamento da entidade produtora). A totalidade desse conjunto, que espelha a trajetória da entidade ou pessoa que o gerou, é indivisível porque somente dentro desse conjunto cada documento adquire seu pleno significado. Referência conjuntos de documentos. Técnicas de registro e formato e suportes associados à escrita	Administrativas, jurídicas e sociais, podendo ser também científicas e culturais.	Baseada na trajetória específica de cada entidade ou pessoa, exigindo conhecimento da relação entre os documentos e da estrutura e funções da entidade ou pessoa; Abordagem: - Princípios - Contexto - Série
BIBLIOTECA	Possui documentos originados das atividades culturais e da pesquisa científica, reunidos, artificialmente, em torno de seu conteúdo, sob a forma de coleções.	Órgão colecionador, ou seja, define quais documentos deseja ter em seu acervo e os adquire por compra, doação ou permuta. Funções primárias: Educação, científicas, técnicas e culturais.	Reúne documentos múltiplos, isto é, com muitos exemplares, produzidos por diversas fontes (livrarias, editoras, empresas jornalísticas etc.), mediante processo seletivo (coleção), de acordo com seu perfil ou linha temática. Referência documentos isolados.	Educativas, científicas e culturais.	Baseada em sistemas predeterminados e universais, exigindo conhecimento do sistema e do conteúdo dos documentos; Abordagem: - Normas - Conteúdo - Item

			Técnicas de registro e formato e suportes associados à escrita		
MUSEU	Possui objetos tridimensionais originados da atividade humana ou da natureza, reunidos, artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo ou sua função.	Órgão colecionador, ou seja, define quais documentos deseja ter em seu acervo e os adquire por compra, doação ou permuta. Funções primárias: Educacionais, científicas, técnicas e culturais.	Reúne documentos únicos, produzidos por diversas fontes geradoras, mediante processo seletivo (coleção), de acordo com seu perfil ou linha temática. Referência peça a peça. Técnicas de registro, formatos de suportes diversos.	Recreativas, educativas, culturais e científicas; testemunha uma época ou atividade.	Efetuada, segundo a natureza do material e a finalidade específica do Museu; Abordagem: - Normas - Conteúdo - Item
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO	Possui documentos arquivísticos, bibliográficos e/ou museológicos, constituindo conjuntos orgânicos (fundos de arquivo) ou reunidos, artificialmente, sob a forma de coleções, em torno de seu conteúdo.	Órgão colecionador e/ou referenciador.	Acervo constituído por documentos únicos ou múltiplos, produzidos por diversas fontes geradoras; Referência: - peça a peça - documentos isolados - conjuntos de documentos. Técnicas de registro, formatos de suportes diversos.	Oferecimento da informação cultural, científica ou social especializada.	Realiza o processamento técnico de seu acervo, segundo a natureza do material que custódia. Abordagem: - Princípios - Contexto - Série - Normas - Conteúdo - Item

Fonte: Adaptado de TESSITORE (2003); CAMARGO; GOULART (2015).

Para Camargo (1999, p. 51), a potencialidade dos serviços dos Centros de Documentação e Memória é promover o ensino e a pesquisa, pela sua comunidade de usuários, bem como expandir seu âmbito de trabalho a atender outros segmentos da sociedade, procurando atingir usuários em potencial, interessados em fazer uso das informações disponibilizadas. Portanto, ampliar suas possibilidades, contribuindo para o exercício da cidadania. Os centros de documentação e memória são base para a construção do conhecimento científico e, de modo diferente, “opera como uma das possibilidades de interferir na sua transformação em conhecimento público, por meio do acesso democratizado à informação especializada.”

Maesima (2012, p. 332) revela que os centros de documentação e memória surgiram no século XX, juntamente, ao campo de estudo da Documentação¹, com o intuito de subsidiar o desenvolvimento científico, tecnológico e cultural e dar conta do grande volume de documentos gerados pela sociedade, neste período. No Brasil, os Centros se estabeleceram nas universidades, mais, precisamente, na área de humanidades, decorrente tanto da explosão documental em seus diferentes suportes de informação, quanto da alteração do estatuto do documento para o historiador, com o caráter “lato” de preservação, tendo como áreas a arquivística, a biblioteconomia e, em alguns casos, a museologia.

A definição no sentido lato fica adequada aos centros de documentação universitário, que surgiram com a preocupação de subsidiar o ensino e a pesquisa. Para se consolidarem, foi necessário que se constituíssem, além de lugares de informação, em lugares de memória, visto que passaram agregar ao seu acervo documentos originais de pesquisa (CAMARGO, 1999, p. 55) de caráter histórico, o que pode ser explicado pela necessidade de atender às demandas crescentes da pesquisa histórica, em sua nova configuração; bem como pela falta de políticas no âmbito da preservação dos documentos gerados, tanto na esfera privada quanto na pública. (MAESIMA, 2012, p. 333).

De acordo com Camargo (1999, p. 55), a demora pelo aparecimento dos Centros de Documentação nas universidades brasileiras justifica-se pela falta, inicialmente, de seu reconhecimento e apoio nas áreas de ciência e tecnologia, se estabeleceram, particularmente, no âmbito das humanidades, letras e artes, apenas como “órgãos geradores de base informativa”. Ainda sim, para que pudessem se estabelecer dentro das instituições de ensino

¹ Documentação é a “disciplina que trata da organização e processamento de documentos, incluindo identificação, análise, armazenamento, recuperação e disseminação da informação. As técnicas desta disciplina têm seu desenvolvimento iniciado na década de 1930. Em 1937, realizou-se em Paris o 1º Congresso Mundial de Documentação. Em 1938 foi criada a FID – Federação Internacional de Documentação, sediada na Holanda.” (MAESIMA, 2012, p. 329-330).

precisaram, também tornar-se centros de preservação da memória, reunindo fontes originais de pesquisa.

Maesima (2012, p. 333-334) assinala, ainda, que outras condições favoreceram a criação dos primeiros Centros de Documentação nas universidades como, por exemplo, o estabelecimento da Política Nacional de Cultura em 1975, proposta pelo Ministério da Educação e Cultura, na gestão do Ministro Ney Aminthas de Barros Braga, e a estruturação da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). Acrescenta-se a estas iniciativas, a falta de políticas públicas, neste período, e de legislação que estabelecesse uma política nacional de arquivos públicos e privados que contemplasse a gestão e preservação do patrimônio documental do Estado e da sociedade. Para o autor, esta situação evidenciava a falta de responsabilidade e de vontade política, por parte do poder público, que se furtava em desempenhar seu papel de preservar a documentação produzida pelo próprio, levando os Centros a assumir, também a função de preservar a memória e disseminar o acesso aos documentos.

Diante deste cenário, Maesima (2012, p. 335) enfatiza a importância e a necessidade de se manter Centros de Documentação nas universidades, bem como o estabelecimento de casas de memória, arquivos, museus, bibliotecas e outras instituições similares, ou seja, “lugares de memória” com o intuito de preservar os vestígios de um passado materializado em documentos:

Simultaneamente, o acelerado processo de transformação da sociedade, ocasionado pelas incessantes inovações tecnológicas, ameaça constantemente apagar os sinais, ainda existentes, de um passado vivido em comum. Sinais materializados que se constituem em documentos. Documentos que atestam e esperam a questão da história, para se monumentalizar. (MAESIMA, 2012, p. 335).

Sob esta perspectiva, Tessitore (2003, p.11) pontua que os documentos que se constituem em registros da atividade humana precisam estar preservados, organizados e acessíveis para que possam cumprir sua função social, administrativa, jurídica, técnica, científica, cultural, artística e/ou histórica. As instituições que estão incumbidas desta tarefa são os arquivos, as bibliotecas, os museus e centros de documentação que são, sobretudo, corresponsáveis pelo benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico.

Para Tessitore (2003, p.11), toda experiência humana gera e acumula um grande volume de registros que testemunham uma época ou atividade social. O documento, definido tecnicamente como o “conjunto da informação e seu suporte”, pode ser compreendido como

livro, artigo de revista, prontuário médico, carta, cartaz de um seminário, vídeo de uma conferência, legislação, objetos, entre outros. “Não é a condição de um documento – manuscrito ou impresso, avulso ou encadernado, papel ou disquete, objeto ou não – que o define como um documento de arquivo, biblioteca, museu ou centro de documentação, mas sim a sua origem e função. (TESSITORE, 2003, p.11).

Sob outro ponto de vista, Murguia (2010b) descreve as bibliotecas, os arquivos e museus como lugares de memória e seus agenciamentos. Caracteriza-se como instituições de memória que interligadas formam associações e constroem redes e sistemas, são também por natureza instituições sociais que se mantém em constantes transformações. São lugares políticos onde é exercido algum tipo de poder e relações de força, em alguns casos, partindo do poder do Estado.

O agenciamento é a atualização do poder. Uma das relações de força entre tantas outras virtuais. Aquilo que é dito, pressupõe coisas não ditas, aquilo que é visto pressupõe coisas não vistas. A positividade de ambas está determinada pela forma e quem se organiza a matéria e a forma como se finalizam as funções. Eis a premissa sob a qual passamos a descrever os arquivos, bibliotecas e museus. (MURGUIA, 2010b, p. 12).

Para Murguia (2010b, p. 15), os arquivos, as bibliotecas e os museus obedecem a rupturas históricas, não se trata, apenas de mudanças sociais e econômicas, mas a uma nova maneira de pensar, “[...] a vontade de verdade que prevalece ou age em determinadas épocas, configurando diferentes mecanismos de validação.” Estas instituições se reconstituem em torno da memória, a partir do aspecto político da memória.

Neste sentido, a memória se configura como “um elemento político e articulador da emergência de novos saberes, novas representações, novos comportamentos culturais que, através dela legitimam sua existência. Uma memória que, articulada ou não com a história, seja capaz de resgatar indivíduos pelo fato de serem indivíduos”. (MURGUIA, 2010b, p. 28). Para a memória ter algum agenciamento ou alguma mobilidade social, não basta somente ela mesma ser discurso, mas ter lugares por onde atravessem esses discursos. Nesse projeto de construção ou manutenção de identidades locais ou globais, Murguia (2010b) distingue dois desdobramentos para a questão:

1 – Validação. Toda ação de inserção ou valorização social dos arquivos, bibliotecas e museus encontra na memória uma justificativa para sua criação ou para o atendimento de suas demandas. A imagem da biblioteca de Alexandria, por exemplo, perpassa a história ocidental até nossos dias como modelo de reunião do saber universal ou memória do mundo. Da mesma forma, as bibliotecas nacionais são vistas hoje como um depósito da memória do país. (MURGUIA, 2010b, p. 28-29).

2 – Representação. Ao mesmo tempo em que, (ou como consequência de), arquivos, bibliotecas e museus são elementos representativos e articuladores de uma identidade. Sejam os arquivos, bibliotecas ou museus nacionais, como representativos de uma nação. Ou, sejam no âmbito regional ou local, essas instituições representam um passado comum, agindo no imaginário e no cotidiano dos indivíduos como lugares privilegiados no convívio social. (MURGUIA, 2010b, p. 29).

No entanto, Murguia (2010b, p. 31) declara que as bibliotecas, os arquivos e museus estão perdendo a capacidade de lidar com a memória, pois “a memória não é uma entidade em estado de repouso. Ela se define como um ser em constante mutação, que se mostra em múltiplos arranjos e rearranjos com outras associações”, por isto justifica-se a multiplicação de Centros de Memória que são mecanismos que surgem com mais força para dar conta daqueles outros.

Os próximos tópicos são uma contribuição para um melhor entendimento sobre documentos/monumentos, o legado do passado deixado às novas gerações, a importância da preservação desses vestígios para o futuro. A seguir, categoria de patrimônio documental na perspectiva dos principais teóricos que trabalham com esta temática dentro do campo da Memória, História e Ciência da Informação.

2.2.2 Patrimônio

A concepção sobre “patrimônio” está inserida no contexto das grandes categorias do espírito humano, servindo para distinguir e demarcar valores sociais. Em outras palavras, todas as sociedades definem, classificam, distinguem e valorizam seu patrimônio, entendido como os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, e portadores de referências à identidade, à nação e à memória social.

Deste modo, compreende-se que não apenas as sociedades ocidentais, mas também outras sociedades, no tempo e no espaço regulam, na vida tanto ordinária quanto extraordinária ou cosmológica, seu patrimônio: formas de expressão; modos de criar, fazer e viver; criações científicas, artísticas e tecnológicas; obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e, conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (ABREU, 2009).

Hoje, a ideia que temos sobre patrimônio nos remete aos bens que transmitimos aos nossos herdeiros, apresentando-se de diferentes formas, por exemplo, materiais como uma

joia, um livro ou uma pintura, outros de pouco valor comercial, mas de grande importância afetiva, como os bens imateriais que legamos, os ensinamentos e as lições de vida que recebemos de nossos antepassados, tal como o modo de fazer uma receita que passa de geração em geração pelas nossas famílias. Para Funari e Pelegrini (2006), estes aprendizados podem ser classificados numa nova categoria de patrimônio: o patrimônio espiritual. Esse conjunto de bens pode ser herdado por testamento e fazem parte do patrimônio de um indivíduo.

[...] A maneira de fazer nhoques – que não se resume à receita, guardada com cuidado no caderno com a letra da nossa querida mãe ou avó -, o modo como sambamos (algo que nunca estará em um caderninho!), os ditados e provérbios que sabemos de cor e que nos guiam por toda a vida são exemplos de um patrimônio imaterial inestimável. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 8-9).

De acordo com Funari e Pelegrini (2006), a variedade de grupos e interesses leva a multiplicidade de pontos de vista e ações no mundo. O que define patrimônio, portanto, está à disposição de interesses diversos e dos benefícios que este possa oferecer à coletividade. “[...] Os interesses sociais de governantes e governados, de homens e mulheres, crianças e adultos, cristãos e muçulmanos nem sempre são convergentes. O que para uns é patrimônio, para outros não é. Além disso, os valores sociais mudam com o tempo”. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 10).

Françoise Choay (2017, p. 11), nos revela que “patrimônio” é uma palavra antiga e tem sua origem associada às “estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”.

A etimologia da palavra “patrimônio” vem do latim, *patrimonium*, onde *patri* designa pai e *monium*, recebido, o termo está, historicamente, associado ao conceito de herança. De acordo com Funari e Pelegrini (2006.), *patrimonium* se referia aos antigos romanos e a tudo que pertencia ao pai, *pater* ou *pater familias*, pai de família. Em vista disso, a família ficava sob a proteção e o domínio do senhor, incluindo a mulher e os filhos, os animais, além dos escravos - caso os tivesse -, e todos os bens móveis e imóveis. Todo esse conjunto de bens, se assim possamos considerar, faziam parte do *patrimonium*, podendo ser legado por testamento, sem exceção, inclusive as próprias pessoas.

O que entendemos hoje como patrimônio se consolidou na França, no século XIX, quando foi utilizado pela primeira vez o conceito moderno sobre patrimônio, surgido no âmbito privado do direito de propriedade, associado aos interesses aristocráticos. Como a maioria da população não possuía propriedades ou bens, logo não era possuidora de

patrimonium, o patrimônio pertencia à elite patriarcal romana, era individual e privado da aristocracia, não existindo patrimônio público. (FUNARI; PELEGRINI, 2006).

Funari e Pelegrini (2006) traçam uma perspectiva histórica sobre patrimônio e revelam que, após a propagação do cristianismo e o domínio da Igreja, a partir da Antiguidade, este caráter aristocrático do patrimônio foi acrescido de outro, simbólico e coletivo, o religioso.

O culto aos santos e a valorização das relíquias deram às pessoas comuns um sentido de patrimônio muito próprio e que [...] de certa forma permanece entre nós: a valorização tanto dos lugares e objetos como dos rituais coletivos. Essas leituras e interpretações populares não deixavam de se ligar às concepções aristocráticas, mas, de certo modo, fugiam do seu controle. A reação das elites não tardaria, e veio com a monumentalização das igrejas e a criação das catedrais, que passaram a dominar as paisagens do mundo físico e espiritual. No topo de uma elevação, passava a erguer-se a sede da cátedra do bispo, autoridade máxima: a catedral era um patrimônio coletivo, mas aristocrático.” (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 11-12).

De acordo com os autores, o Renascimento trouxe uma perspectiva de mudança do caráter aristocrático pelo humanismo nascente.

Os homens de então lutaram pelos valores humanos, em substituição do domínio da religião, e combateram o teocentrismo que prevalecera por longos séculos [...] buscaram inspiração na Antiguidade grega e romana e condenaram seus imediatos antecessores. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 12).

Mas como chegar aos venerados antigos? Havia duas maneiras principais: lendo obras antigas e colecionando objetos e vestígios da Antiguidade. Com a invenção da imprensa, multiplicaram-se as edições das obras clássicas, na língua original e traduzidas. Em paralelo, os humanistas começaram a se preocupar com a catalogação e coleta de tudo que viesse dos antigos: moedas, inscrições em pedra, vasos de cerâmica, estatuária em mármore e em metal. Vestígios de edifícios também eram medidos, desenhados e estudados com grande dedicação. Esses humanistas, que amavam coisas antigas, fundaram o que viria a se chamar Antiquariado. Isso ocorria não apenas em cidades com grandes monumentos clássico, como Roma, mas por toda a Europa, até mesmo em cidadezinhas e aldeias onde os antiquários faziam pesquisas com um não disfarçado orgulho local. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 12-13).

Para Funari e Pelegrini (2006, p. 13) o patrimônio moderno deriva, de um jeito ou de outro, do Antiquário que nunca deixou de existir na forma de colecionadores de antiguidades. “No entanto, a preocupação com o patrimônio rompe com as próprias bases aristocráticas e privadas do colecionismo, e resulta de uma transformação profunda nas sociedades modernas, com o surgimento dos Estados nacionais.”

Medeiros e Surya (2012) enfatizam que a preocupação com a preservação dos monumentos históricos na França teve seu marco no ano de 1837, quando os remanescentes da antiguidade, construções religiosas da Idade Média e castelos passaram a ser estudados

pela primeira Comissão dos Monumentos Históricos. No entanto, foi necessário aguardar mais de um século para que a política internacional de preservação propusesse unificar conceitos e critérios comuns em defesa do patrimônio, tendo em vista a necessidade de recuperar edificações afetadas pelos impactos da Segunda Guerra Mundial.

A Carta de Atenas, datada no ano de 1933, elaborada no Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, que teve como tema a cidade funcional: habitação, trabalho, diversão e circulação, é reconhecida como propulsora da preservação de monumentos históricos, na qual foram discutidos aspectos da arquitetura contemporânea e definidas diretrizes para a reconstrução de edificações deterioradas. (MEDEIROS; SURYA, 2012).

Para Medeiros e Surya (2012), as cartas internacionais que tratam de questões que envolvem a preservação e o restauro do patrimônio mundial impulsionaram iniciativas preservacionistas brasileiras.

A necessidade de preservar o patrimônio histórico-arquitetônico no Brasil se intensificou na década de 1910. Manifestava-se um movimento de valorização da cultura nacional e proposta de proteção de bens culturais, antecedendo a Semana de Arte Moderna. Em meio a esse movimento, nosso patrimônio passou a ser carregado de simbolismo, materializando elementos de memória nacional. (MEDEIROS; SURYA, 2012, p. 295).

Funari e Pelegrini (2006) evidenciam que o ápice do patrimônio brasileiro decorre do período entre as duas grandes guerras mundiais, que surge sob o efeito do nacionalismo, associado ao imperialismo, superado com o fim da Segunda Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas (ONU).

O Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), criado em 1937, atual, IPHAN, é considerado por Medeiros e Surya (2012), outro importante marco para a preservação do patrimônio brasileiro. O Instituto tem por missão proteger o patrimônio histórico e artístico nacional, por meio do tombamento, conferindo aos bens a garantia de perpetuação da sua existência.

Françoise Choay (2017) enfatiza que, ao longo dos anos, o conceito de patrimônio vem sendo ressignificado e recebendo uma diversidade de conotações, tais como patrimônio artístico, cultural, histórico, tangível, intangível etc., que o torna nômade.

Assim, ampliando o leque de categorizações sobre o conceito de patrimônio, podemos encontrar, na atualidade, uma gama de designações para o termo, além dos já mencionados por Choay (2017), tal como urbanístico, paisagístico, material, imaterial, científico, tecnológico, documental, digital, para não citar todos.

Para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o termo patrimônio histórico e/ou cultural diz respeito a um conjunto de manifestações, realizações e representações de um povo, de uma comunidade que, de alguma maneira, sejam eles naturais, físicos ou sensoriais, se fazem presente no meio em que se vive – materializadas, através de paisagens, jardins, edificações, monumentos, objetos e obras de arte -, sendo importante serem conservadas, por representarem parte de uma cultura e o modo de vida de uma época. Torna-se possível percebê-los em diferentes lugares e atividades e se fazem presente no nosso cotidiano, estabelecendo identidades que determinam os valores que defendemos. Identificamos nos nossos modos de fazer, criar e trabalhar. Nos livros que escrevemos, na poesia que declamamos, nas brincadeiras que organizamos, nos cultos que professamos. “É ele que nos faz ser o que somos. Quanto mais o país cresce e se educa, mais cresce e se diversifica o patrimônio cultural. O patrimônio cultural de cada comunidade é importante na formação da identidade de todos nós, brasileiros”. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 25).

Conforme Pinheiro e Granato (2012, p. 24), caracteriza-se como patrimônio cultural os bens que se destacam dos demais por um processo de significação, que se formaliza quando da escolha para que façam parte desse conjunto. “O que os diferencia [...] inclui a noção de comunicação, que pode traduzir-se de formas diferentes: significância, simbolismo, conotação cultural, metáfora etc. Os objetos de interesse da preservação têm, portanto, em comum, sua natureza simbólica”. Todos são símbolos e todos têm um potencial de comunicação, sejam eles significados sociais ou sentimentais.

De acordo com as Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Mundial, estabelecidas pela UNESCO, a noção de patrimônio cultural pode ser entendida como todo bem, material ou imaterial, que seja de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas e que tenham, principalmente, um excepcional e universal valor, desde o ponto de vista histórico, estético, arqueológico, científico, etnológico ou antropológico.

Segundo a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 216, entende-se como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à nação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Neste sentido, incluem-se, entre outros, as obras, os objetos e os documentos de arquivos, de bibliotecas e de museus.

De acordo com Penna (2010), patrimônio cultural intangível está relacionado a lugar onde circulam memórias e identidades que manifestam sua materialidade, sob a forma de documentos:

[...] Após intensas discussões e revisões, atualmente o sentido do patrimônio direciona-se para uma perspectiva de valorização das memórias coletivas, os modos de viver, pensar e comunicar, não considerando como função patrimonial apenas a guarda e conservação de fontes histórias representativas/evocativas das instituições oficiais do Estado. (PENNA, 2010, p. 157).

Medeiros e Surya (2012, p. 295) consideram “patrimônio” como um grande acervo, o registro dos acontecimentos da história de um lugar, de uma sociedade. Os autores consideram patrimônio histórico, especialmente, o conjunto de manifestações culturais, artísticas ou sociais de dada sociedade que, de algum modo, seja esta natural, física ou sensorial, fazendo-se presente no meio em que se vive, “materializadas, através de paisagens, jardins, edificações, monumentos, objetos e obras de arte, sendo importantes peças a serem conservadas, por representarem parte de uma cultura e o modo de vida de uma época.”

Na perspectiva de Fonseca (2009), esse universo em que estão inseridos os patrimônios históricos e artísticos nacionais se distingue pela variedade de bens que o integra, maior ou menor, conforme a concepção de patrimônio e de cultura que se estabelece:

[...] igrejas palácios, fortes, chafarizes, pontes, esculturas, pinturas, vestígios arqueológicos, paisagens, produções do chamado artesanato, coleções etnográficas, equipamentos industriais, para não falar do que a Unesco denomina patrimônio não-físico ou imaterial – lendas, cantos, festas populares, e, mais recentemente, fazeres e saberes os mais diversos. (FONSECA, 2009, p. 41).

Podemos considerar, ainda, dentro desta multiplicidade conceitual sobre patrimônio, a existência, como apontam os autores Granato e Bezerra (2012, p. 115), do patrimônio cultural da ciência e tecnologia (C&T) e a importância de ações e projetos de preservação para a memória e identidade. Os autores utilizam o termo “objetos de ciência e tecnologia” para designar todos os bens e objetos científicos que serviram para o desenvolvimento em pesquisa científica e tecnológica. “[...] Assim, devem ser consideradas como parte desse patrimônio as coleções biológicas, inclusive morfológicas, as coleções arqueológicas, etnográficas e mineralógicas utilizadas para este fim.”

Granato e Bezerra relacionam algumas questões que foram tratadas no II Seminário Internacional Cultural Material e Patrimônio de C&T, em 2009, que teve por objetivo levantar algumas questões sobre os estudos relacionados ao patrimônio cultural da C&T,

compreendendo experiências desenvolvidas no setor e estudos científicos. Destacam, entre outras, as principais recomendações deste evento:

- o patrimônio cultural brasileiro da Ciência e Tecnologia tem sido cronicamente excluído das políticas de preservação do patrimônio cultural. Trata-se de um patrimônio tangível e intangível, em geral pouco conhecido do grande público e, muitas vezes, ignorado pela comunidade científica nacional e internacional. Tal como em outros países, a maioria das coleções, bibliotecas, arquivos e espaços edificados de relevância histórico-científico-tecnológica, no Brasil, encontra-se dispersa por universidades, institutos politécnicos, antigos liceus e escolas técnicas, institutos e laboratórios de pesquisa, autarquias, instituições militares, fundações e museus. Na ausência de políticas coordenadas de âmbito nacional, uma parte muito significativa deste patrimônio encontra-se em situação vulnerável, de abandono, sujeita à arbitrariedade e em risco de danos irreversíveis ou mesmo de perda irremediável;
- o patrimônio cultural da Ciência e Tecnologia constitui um componente essencial da cultura brasileira e latino-americana. O valor e papel contemporâneo desse patrimônio cultural devem ser reconhecidos legal e socialmente em pé de igualdade com o patrimônio artístico, arqueológico, histórico, arquitetônico e natural. Todos fazem parte integrante do nosso patrimônio cultural, da nossa memória e da nossa identidade;
- o patrimônio cultural da Ciência e Tecnologia constitui um importante recurso para a pesquisa nas mais diversas áreas do conhecimento. Devidamente estudado e interpretado, constitui ainda um recurso inestimável de popularização da ciência para o público em geral. (GRANATO; BEZERRA 2012, p. 118-119).

Diante das dificuldades encontradas neste campo e apontadas no Evento, motivou a plenária a elaborar um documento às autoridades competentes dos dois ministérios para embasar ações articuladas em prol da preservação do patrimônio cultural de C&T. De acordo com os autores, espera-se que essa ação seja oportuna no intuito de inserir a discussão sobre patrimônio cultural de C&T no rol dos projetos e negociações de preservação como objeto de futura política pública.

Em outra perspectiva sobre patrimônio, Dodebei (2008), revela que a concepção do termo passa, ainda, por transformações relacionadas às novas dimensões de tempo e de espaço no mundo, impactada pelas mudanças do século atual, que se reestrutura, por meio das redes interligadas de computadores, especialmente, em relação aos atributos de acumulação, permanência e integridade. Neste sentido, o patrimônio se expande e se multiplica, diante das variações deste conceito e mais recentemente, também engloba o meio digital, do qual se vinculam as memórias virtuais. O bem patrimonial é entendido como objeto informacional em constante desenvolvimento, único e virtual.

Dodebei (2008, p. 24) aproxima o conceito de patrimônio ao termo “documento”, sendo um patrimônio registrado quando são atribuídos valores aos bens, sejam estes textuais,

imagéticos ou monumentos, de qualquer forma, aos lugares de memória de Pierre Nora (1993). A autora apresenta, entre outras coisas, as políticas patrimoniais estabelecidas pelo IPHAN que estariam em consonância com a atribuição de valor aos bens registrados e classificados, segundo sua natureza em livros de Tombo:

Atribui-se o valor [aos] patrimônios que estão sendo criados e que são frutos de manifestações culturais, em sua maioria, de natureza artística e coletiva, como as artes populares, indígenas, urbanas, das periferias e de comunidades carentes, entre outros. Ou ainda, seguindo o movimento ecológico, o patrimônio conviria também a espaços naturais como bosques, florestas, fauna, lagos e praias. Essa extensão conceitual faz surgir os patrimônios paisagístico, genético e medicina, entre tantos outros adjetivos que reforçam a preocupação com o perigo de perda para a sobrevivência atual da humanidade mais do que com a herança para gerações futuras. (DODEBEI, 2008, p. 25).

Neste processo de patrimonialização, Dodebei (2008) identifica “patrimônio” como “informação”, esclarecendo que há uma separação nas categorias de bem intangível ou imaterial do patrimônio material. Percebe que esta dissociação é estabelecida, no intuito de salvaguardar o legado do passado e incluir, neste processo preservacionista, ações presentes. No entanto, a falta de materialidade de um bem não exclui a imaterialidade e vice-versa:

[...] De um lado, essa separação demonstra a importância do contexto de criação do patrimônio material, uma vez que lhe atribui sentido cultural; de outro, a proteção do fazer cultural deve ser considerada um ato de preservação dos produtos e do ambiente em que esse fazer se produz, e não outra categoria de patrimônio. [...] Os bens de natureza imaterial são classificados na ordem dos saberes, dos fazeres, das comemorações da tradição oral, sejam eles a música, a dança, a literatura ou a língua. São circunstanciais, vivos e preservados pela tradição, depreendendo-se disso e a aparente falta de um corpo material na condição efêmera de produção não exclui a materialidade do imaterial, nem a imaterialidade do material. Preservar uma construção religiosa sem a liturgia ou uma língua sem o falante é observar uma única face ou natureza do objeto. Ademais, mesmo com a criação de leis, normas e procedimentos que visem proteger os bens patrimoniais de natureza intangível ou imaterial, é necessário compreender o caráter de virtualidade desses bens e a impossibilidade prática de separar o material do imaterial. (DODEBEI, 2008, p. 25).

No Programa Memória do Mundo, elaborado pela UNESCO, podemos identificar outra categoria de patrimônio: o patrimônio documental. De acordo com o Programa, a Memória do Mundo representa a memória coletiva e documentada dos povos do mundo e seu patrimônio documental que, por sua vez, representa boa parte do patrimônio cultural mundial. Esta memória coletiva e documentada traça a evolução do pensamento, dos descobrimentos e das realizações da sociedade humana. Trata-se do legado do passado para a comunidade mundial presente e futura. (UNESCO, 2002).

Para os propósitos do Programa Memória do Mundo (UNESCO, 2002, p. 11), a definição de patrimônio documental compreende elementos que são:

- Movíveis.
- Feitos de símbolos / códigos, sons e/ou imagens.
- Preserváveis (os suportes são elementos inertes).
- Reproduzíveis e transladáveis.
- O fruto de um processo de documentação deliberado.

Para a UNESCO (2002, p. 11), o conceito de “documento” está relacionado a tudo aquilo que “documenta” ou “registra” alguma coisa com o propósito intelectual, reconhece que algumas culturas são mais “documentais” que outras. Considera, ainda, que um documento conste de dois componentes: “o conteúdo informativo e o suporte no qual esse se consigna. Ambos podem apresentar uma grande variedade e ambos vão ser, igualmente, importantes como parte da memória”. Destacam-se:

- Itens textuais tais como manuscritos, livros, jornais, cartazes etc. O conteúdo textual pode ter sido inscrito a tinta, lápis, pintura ou outro meio. O suporte pode ser de papel, plástico, papiro, pergaminho, folhas de palmeira, cortiça, pano, pedra etc.

- Do mesmo modo, itens não textuais como desenhos, gravuras, mapas ou partituras.

- Itens audiovisuais, como filmes, discos, fitas e fotografias, gravados de forma analógica ou digital, por meios mecânicos, eletrônicos, ou outros consistindo em um suporte material, com uma camada para armazenar informação, onde se consigna o conteúdo.

- Documentos virtuais, tais como os sítios de internet, são armazenados em servidores: o suporte pode ser um disco rígido ou uma fita e os dados eletrônicos são o conteúdo.

Um item do patrimônio documental pode ser um único documento de qualquer tipo. Ou um grupo de documentos, tais como uma coleção, um acervo ou fundos arquivísticos. Uma coleção é um conjunto de documentos selecionados individualmente. Um fundo é uma coleção ou série de coleções que obram em poder de uma instituição ou uma pessoa, ou um fundo ou conjunto de documentos, ou uma série de documentos que obra em poder de um arquivo. (UNESCO, 2002, p. 11-12).

Assim, diante desta vasta variedade de conteúdos e suportes informacionais, o patrimônio documental pode encontrar-se sob a custódia de diferentes instituições como museus, arquivos, bibliotecas, centros culturais e de documentação e de memória e/ou organizações, públicas e privadas, de tipo educativo, religioso e histórico. Neste contexto, estão imbricadas, principalmente, as questões que envolvem a preservação, salvaguarda e acessibilidade do patrimônio documental. (UNESCO, 2002).

O Programa ressalta, ainda, que o patrimônio documental procede de todas as partes do mundo e de diferentes épocas históricas; portanto, pertence a toda a humanidade, mesmo estando em poder de um indivíduo, de uma organização, privada ou pública, ou de uma nação. Por certo, esta realidade deveria refletir-se no decorrer do tempo nas mudanças dos elementos registrados. (UNESCO, 2002).

Lage (2002, p. 9-10), autora portuguesa, em sua obra intitulada “Patrimônio Documental: territórios, práticas e desafios”, um dos poucos trabalhos que se aprofunda nesta temática, lança dois questionamentos que nos fazem refletir, acerca do que definimos e categorizamos como “patrimônio”, se referindo ao que nos remete à memória e ao objeto de antiquário: “O que podemos hoje – diante da erosão da memória e do medo dos riscos de esquecimento que caracterizam as nossas sociedades – definir como patrimonial? O agrado pelo antigo que vemos alargar-se significará uma mudança séria na concepção patrimonial?”

Ainda sim, Lage (2002, p. 10) ressalta que não basta somente definir o que se configura ou não como patrimônio, mas ir além, o conceito deve ser estabelecido dentro de uma perspectiva teórica que ultrapasse os diferentes domínios do conhecimento, consolidados e formalizados como os das Ciências da Documentação e Informação, da História das Populações e da Demografia Histórica e os Estudos Culturais e Sociais das Ciências e das Técnicas, do mesmo modo, dentro de uma perspectiva prática que possibilite uma compreensão necessária à sua salvaguarda, difusão e ao seu desenvolvimento.

No intuito de aprofundar o entendimento sobre este campo do conhecimento, a autora levanta mais algumas questões:

[...] o Património como o conjunto de formas transmitidas – conduzem-nos a simplificar-lhe o acesso? O que é útil para proteger é o melhor meio para conhecer? Como conciliar num mesmo universo real estas duas configurações, uma que relewa do passado, outra que nos interroga sobre as possibilidades de apropriação desse património pelas sociedades actuais? (LAGE, 2002, p. 10-11).

Para Lage (2002), estes questionamentos tornam-se desafios indispensáveis para uma melhor compreensão do que consideramos hoje por patrimônio documental. Os riscos de esquecimento e de um apagamento da memória associados à preocupação com a conservação e fruição de um bem cultural comum, seu uso e sua transmissão, abarcam, naturalmente, uma variedade de perspectivas teóricas e práticas que encerram na necessidade de preservação e acesso.

O patrimônio documental disperso, em uma escala global, por uma infinidade de instituições e entidades, públicas e privadas, desperta os mais variados interesses, sobretudo,

para o estudo da história das nossas populações. Depois de promovido a elemento de um patrimônio, muda de natureza e de função, e serve para atender a outra finalidade, como enfatiza Lage (2002, p. 12): de “habitat considerado enquanto propriedade fundamental da existência”. Esta nova noção de patrimônio parece estar associada à nossa própria existência e às condições de vida e de sobrevivência.

Donde a atenção particular ao património documental local, memória do lugar e das redes que o atravessam, das suas historicidades, das trajectórias temporais e especiais que o tecem, dos objectos que as populações fabricam e de que servem, e sem os quais não são compreendidas nem os seus comportamentos nem os seus lugares nas hierarquias sociais, nem os seus papéis e identidades. Por isso devendo ser objecto de toda a solícitude dos arquivos e das bibliotecas: recolha sistemática de documentos antigos ou contemporâneos e conservação, microfilmagem, digitalização da imprensa, produção editorial e gráfica local que verse aspectos e acontecimentos da vida local/regional e que, para além dos tradicionais domínios da história ou da literatura, dedique uma especial atenção aos objectos e aos actores, agentes e sujeitos políticos, económicos, sociais. (LAGE, 2002, p. 13).

De acordo ainda com a autora, o conceito de patrimônio documental está intrinsecamente associado ao conceito de documento:

[...] no seu duplo sentido - de recurso, logo funcional, e de significado, logo cultural -, sendo no entanto mais complexo que os conceitos já de si complexos de Documento (unidade de informação), Informação (dados do conhecimento registrados) ou Fonte histórica (todo o dado procedente do passado, do recente, que tem uma realidade material e objectiva, relacionado com a actividade científica e social e historicamente produzido; testemunho original, não re-elaborado, do conhecimento do passado.” (LAGE, 2002, p. 15).

O patrimônio documental reúne acervos das mais variadas formas e integra cada vez mais uma diversidade de espólios e coleções, conteúdos e novos suportes, estendendo-se ainda mais para uma série de territórios onde a informação alcança uma dimensão instrumental:

[...] produtos e resultados de distintos processos históricos da terra e dos homens (registros, marcas, traços de actividades e de culturas de povos e das populações em determinados espaços – tempos e realidades concretas – comportamentos, usos e costumes, tradições, manifestações culturais e artísticas (teatro, cantares, danças, música, feiras, romarias, etc.), actividades e trabalhos antigos e recentes, objectos e instrumentos de trabalho, formas e objectos de culto, de instrução, educação, recreio e lazer, em síntese uma diversidade de marcas e manifestações materiais e simbólicas da memória e história colectivas da humanidade, da diversidade de povos e culturas e das populações anónimas. (LAGE, 2002, p. 16).

Para Lage (2002), a ideia de patrimônio documental partilha e serve à construção das noções de, por exemplo, patrimônio histórico e patrimônio cultural, pois se encontra inserida em todas as categorias de patrimônio.

Enquanto Património, o Património Documental reclama como todas as modalidades categorizadas de Património a que sempre subjaz, medidas de defesa genéricas que vão desde a promoção do seu conhecimento, o incremento da sua pesquisa e levantamento, inventariação e classificação, a formação do e para o uso, educação e promoção para a tomada de consciência e utilização como renovação de acções educativas, criação de centros de património documental (língua, literatura, ou outras fileiras em que se é historicamente diferenciado como do que melhor se faz e sabe fazer. (LAGE, 2002, p. 16).

Desdobrando um pouco mais este campo do conhecimento, Thompson e Pereira Filho (2012), historiadores do IPHAN, classificam, dentro de uma perspectiva arquivística, “patrimônio documental” tanto para designar patrimônio material quanto para patrimônio imaterial, ou seja, todos os bens culturais pertencentes à sociedade ou a coletividade, independente de seu suporte físico.

Esta [...] engloba as fontes históricas que remetem, de alguma forma, às múltiplas formas de expressões patrimoniais. Ou seja, há tanto a dimensão material do registro, que pode ser alternar através dos diferentes suportes físicos – papel, negativo, fotografia e mídias audiovisuais – como a faceta simbólica da imaterialidade, cujos conteúdos transmitidos por certo documento podem suscitar polifônicas apropriações. Nessa medida, interessa sublinhar que os bens existentes nos arquivos explicitam a riqueza da junção de significados daquilo convencionalmente chamado de “patrimônio material” e “patrimônio imaterial”. Enfim, as fontes de arquivos agregam traços tangíveis e intangíveis dos bens culturais, sendo uma das missões finalísticas do Iphan sua adequada preservação. (THOMPSON; PEREIRA FILHO, 2012, p. 21).

Diante da ampla variação sobre a concepção de patrimônio, apresentada até o momento, podemos considerar que, em suas diferentes categorias, atende a muitos interesses tanto na esfera individual e/ou coletiva, quanto no âmbito das instituições, públicas e privadas, que o custodiam, sejam estes pessoais, sociais, políticos, técnicos etc. O patrimônio exerce forte influência na sociedade, no indivíduo ou na coletividade, passa a ter e a ser parte do patrimônio. Verificamos, assim, suas potencialidades na criação de laços de pertencimento, na construção de redes de interação social e na formação de memórias individuais e coletivas.

Fernandes (2009, p. 51) destaca que a questão do patrimônio está relacionada ao papel da memória e da tradição na construção de identidades, individuais e coletivas, assim como os meios recorridos pelos Estados na objetivação e legitimação da ideia de nação.

Permeando essas dimensões, está a consideração do uso simbólico que os diferentes grupos sociais fazem de seus bens – e aqui me refiro tanto à produção quanto à conservação ou destruição – na elaboração das categorias de espaço e tempo. Ou seja, o valor que atribuem a esses bens enquanto meios para referir o passado, proporcionar prazer aos sentidos, produzir e veicular conhecimento. Esses diferentes valores atribuídos são, na civilização ocidental, regulados por duas noções que se articulam sobre as

categorias de tempo e espaço – a noção de história e a de arte, a primeira, enquanto reelaboração do passado, a segunda, enquanto fruição in praesentia. Nesse sentido, os bens que constituem os patrimônios culturais se propõem como marcas do tempo no espaço. (FERNANDES, 2009, p. 51).

Retomando a fala de Hartog (2006), o passado imprime suas marcas na sociedade; esses rastros da memória facilitam o entendimento sobre o passado, por meio do partilhamento das lembranças e experiências que levam a novas leituras dos acontecimentos passados. O autor reconhece que o novo regime de historicidade que o Ocidente vive, desde a queda do Muro de Berlim, contribuiu para um crescimento na categoria do presente, o que classifica como “presentismo”, um presente cada vez mais onipresente, onde se vive entre a amnésia e a vontade de nada esquecer.

No curso do período, o patrimônio se impôs como a categoria dominante, englobante, se não devorante, em todo caso, evidente, da vida cultural e das políticas públicas. Nós já recenseamos todos os tipos de “novos patrimônios” e declinamos “novos usos” do patrimônio. [...] As Jornadas do Patrimônio têm se disseminado por todo o mundo e fala-se hoje, sobretudo através das iniciativas e das convenções da UNESCO, de universalização do patrimônio, enquanto que, a cada ano, se alonga a lista dos sítios do patrimônio universal da humanidade. [...] Discute-se tudo o que toca o patrimônio, inclusive, ultimamente, os seus “abusos”. (HARTOG, 2006, p. 266).

Sob outra perspectiva, Crippa (2011, p. 53), revela que a questão do patrimônio se constitui como um “novo horizonte” de reflexões para o campo da Ciência da Informação, de natureza interdisciplinar, que começa a ser explorado. Mais ainda, no que diz respeito hoje as suas relações transdisciplinares, estimulando novos estudos transversais, perpassando por diferentes saberes. “[O] patrimônio cultural, ao se colocar como um novo horizonte para a Ciência da Informação, transforma também essa ciência, adensando-a com objetos que, antes, ela não possuía”.

O patrimônio informa-nos sobre muitas coisas, mas, fundamentalmente, principalmente sobre o tempo. É, portanto um documento muito especial. Sua importância relaciona-se com as idades, os períodos as épocas e estes sempre estão carregados de costumes, valores, ideais e ideias. (CRIPPA, 2011, p. 53).

Crippa (2011, p. 53-54), destaca que outros profissionais e outras áreas de estudos das Ciências Humanas trazem uma longa trajetória de reflexão sobre patrimônio. Assim, a concepção do termo estaria vinculada ao processo de construção do Estado-Nação europeu. Ao longo do século XIX e parte do século XX, verificou-se a necessidade de instituir lugares e objetos que representassem os valores de um ponto de vista estético, científico ou espiritual. Para a autora, “o discurso patrimonialista da esfera pública constrói-se em uma visão de cultura atrelada a monumentos emblemáticos, com base na “excepcionalidade” das obras, da

perspectiva do enaltecimento de um passado dotado de sentidos estabelecidos e da constituição das identidades nacionais.”

No intuito de compreender essa relação transdisciplinar entre o campo da Ciência da Informação e a questão do patrimônio, Crippa (2011, p. 55) identifica três linhas eixos de discussão que precisariam ser mais bem exploradas por esta área do conhecimento e que apresentam caminhos promissores, a saber:

- a relação entre patrimônio e o conceito de documento;
- os processos documentais e a profissionalização do cientista da informação;
- a mediação e apropriação cultural do patrimônio.

Com efeito, até o presente momento, procuramos entender, dentro deste segundo capítulo, o conceito sobre cultura material, lugares de memória e patrimônio, seus desdobramentos dentro das áreas da Memória, História e Ciência da Informação. Após adentrarmos no universo dos objetos, restos, relíquias, vestígios, manifestações culturais, memórias afetivas, individuais e coletivas, a valorização do patrimônio como veículo de informação e a necessidade de preservá-lo como legado às novas gerações, no tópico a seguir, buscaremos abarcar as definições sobre o conceito de documento, mantendo-se, ainda, dentro dessas três áreas do conhecimento, com o intuito de tentar explorar a relação entre patrimônio e documento, apontado por Crippa (2011), em seu primeiro eixo de discussão, no que tange ao tema “patrimônio documental”, questão principal desta pesquisa tese.

2.2.3. Documento

Neste tópico, trabalha-se a relação entre o documento como memória e patrimônio e a perspectiva do documento na Ciência da Informação. Busca-se, com isso, identificar como o documento/patrimônio pode vir a informar. Sendo assim, abordar-se, inicialmente, o conceito de documento na Ciência da Informação para, posteriormente, se trabalhar a questão do documento como objeto da memória.

A perspectiva sobre o documento como objeto de estudo da Ciência da Informação demanda uma análise que se inicia na origem de formação do campo. Sendo assim, investiga-se o conceito de informação como uma construção social. Nesse sentido, autores como Michael Buckland, Bernd Frohmann, W. Boyd Rayward, Ronald Day e outros, retomam os estudos de Paul Otlet e Suzanne Briet sobre a Documentação como área de estudo.

Na ênfase de Buckland (1991), sobressai-se a importância de destacar o objeto que singulariza a Ciência da Informação de outros campos que trabalham com a informação. A abordagem sobre a informação, em sua forma material é, para o autor, algo central para os estudos da informação. Com isso, destacam-se três formas de apresentação da informação: a “informação como processo”, no sentido de alguém ser informado, de constituir-se como um ato ou como a comunicação de uma novidade; “informação como conhecimento”, informação como algo percebido ou redutora de incertezas e a “informação como coisa”, na qual se destacam os objetos que informam ou os objetos como fonte de informação:

(1) Informação-como-processo: Quando alguém é informado, aquilo que conhece é modificado. Nesse sentido, “informação” é “o ato de informar...; comunicação do conhecimento ou “novidade” de algum fato ou ocorrência; a ação de falar ou o fato de ter falado sobre alguma coisa”.

(2) Informação-como-conhecimento: “Informação” é também usado para denotar aquilo que é percebido na “informação-como-processo”: o “conhecimento comunicado referente a algum fato particular, assunto, ou evento; aquilo que é transmitido, inteligência, notícias” A noção de que informação é aquela que reduz a incerteza poderia ser entendida como um caso especial de “informação-como conhecimento”. Às vezes, a informação aumenta a incerteza.

(3) Informação-como-coisa: O termo “informação” é também atribuído para objetos, assim como dados para documentos, que são considerados como “informação”, porque são relacionados como sendo informativos, tendo a qualidade de conhecimento comunicado ou comunicação, informação, algo informativo. (BUCKLAND, 1997, p. 806, grifo do autor, tradução nossa).

Em versão mais recente, Buckland (2017, p. 22, tradução nossa) descreve *bits* e *bytes* no domínio da informação-como-coisa: “Informações como coisa, denotando bits, bytes, livros e outras mídias físicas. Com efeito, este é o uso mais comum da palavra, inclui qualquer coisa material ou ação física percebida como significante. Nesse sentido, informação se torna sinônimo de uma visão ampla do documento”. O autor separa a palavra documento, a partir das classes verbo e substantivo. Como verbo, documento significa tornar evidente, fornecer uma explicação. Como substantivo, algo ligado ao aprendizado, incluindo uma lição ou palestra.

A partir dessa perspectiva, destaca três abordagens para o conceito de documento. Dentro de uma **visão material convencional**, a perspectiva de documentos como registros gráficos, geralmente texto, escrito em uma superfície plana (papel, tablete de argila, microfilme, arquivos de processador de texto etc.) que são materiais, locais e, geralmente, transportáveis. Uma **visão instrumental**, quase tudo pode ser utilizado para servir como um documento, para significar algo, para ser sustentado como constituindo evidência de algum

tipo. Coleções de história natural e traços arqueológicos podem ser incluídos nesta perspectiva. Uma **visão semiótica**, as duas visões anteriores enfatizam a criação de documentos e implica criação intencional. Portanto, eles são incompletos do ponto de vista semiótico, nos quais qualquer coisa pode ser considerada um documento se for apresentar evidência de algo, independente da intenção do criador do objeto.

Na interpretação de Frohmann (2009b), existem quatro características das práticas documentárias, a saber: relacionadas à sua materialidade; ao pertencimento institucional; à disciplinaridade e à contingência histórica. Corroborando a esta lógica, González de Gómez, (2011a, p. 33), estabelece que “O que daria às informações a possibilidade de permanecer de modo duradouro em “exomemórias” ou infra-estruturas epistêmicas, ganhando “peso e massa” para gerar efeitos, dependeria de sua fixação e estabilização no escopo seletivo e normativo das instituições”.

Certas propriedades das práticas são particularmente notáveis em tais descrições: a primeira é a materialidade: já que os documentos existem em alguma forma material, sua materialidade configura práticas com eles. [...] Uma segunda propriedade das práticas documentárias é o quanto profundamente estão incorporadas nas instituições. Muito da autoridade da informatividade dos documentos depende dos locais institucionais de sua produção, um argumento apresentado por Foucault em sua discussão sobre a importância das instituições para a formação de modalidades enunciativas [...]. Uma terceira propriedade é a disciplina social: práticas documentárias, como muitas outras, exigem treinamento, ensino, correção e outras medidas disciplinares [...]. Uma quarta propriedade é a historicidade: práticas surgem, desenvolvem-se, entram em declínio e desaparecem – tudo isso sob circunstâncias históricas específicas. (FROHMANN, 2009b, p. 229).

Rayward (2018) destaca a atualidade da obra de Paul Otlet e de Henri La Fontaine; traça um histórico do trabalho desses autores, enfatizando a importância da disciplina criada e sistematizada por eles, a Documentação. Sendo assim, identifica a atual Ciência da Informação como herdeira do trabalho desenvolvido por esses pensadores, em especial, a partir do livro *Tratado de Documentação*, publicado em 1934.

Além disso, Rayward (1974) dá ênfase ao fato de que Paul Otlet, por meio da *Documentação*, antecipa a ideia de hipertexto e redes.

Assim que a revolução da informação teve início, a obra de Otlet podia ser vista em um novo tipo de contexto. Aquilo que parecera utópico, até mesmo mais parecido com ficção científica, em suas especulações sobre o que hoje denominamos tecnologia da informação, começou a parecer uma previsão deste mundo novo. Em 1991, escrevi sobre essas ideias de que Otlet estaria antecipando o hipertexto e as redes baseadas em computadores e, num artigo de 1974, intitulado ‘Visions of Xanadu...’, examinei formal e detidamente as implicações do hipertexto. (RAYWARD, 2018, xxiii).

Para Day (2001), o trabalho desenvolvido por Paul Otlet, Henri La Fontaine, Briet e outros documentalistas contemporâneos do início do século XX, nas décadas de 1920 e 1930, tinha uma agenda política, “a documentação era obviamente um fato cultural que possuía metas e efeitos políticos definidos, inclusive o de moldar o futuro — e a possibilidade para o futuro — de determinada maneira” (2001, p. 35, tradução nossa).

Sendo assim, a Documentação proposta por Paul Otlet e Suzanne Briet, como disciplina, estaria impregnada de um discurso otimista quanto aos benefícios do desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação e não consideraria os males de uma aculturação dos países em desenvolvimento, pelos países desenvolvidos.

Today, Otlet’s and Briet’s rhetoric and arguments continue in government and industry announcements that information and communication technologies lead to global economic, social, and cultural development as well as to international understanding; that a universal network of information standards leads to “bringing the world together” in an age of dynamic and flexible production; and that information and communication technologies in the “information age” will lead to greater international justice, peace, and community. For Otlet and Briet and for their fellow documentalists who made such an international ruckus in the library world before and just after World War II, documentation quite obviously was a cultural event that had definite political goals and effects, including shaping the future—and the possibility for a future—in a particular way. As seen from the rhetoric of their texts, this task of shaping the future was intrinsic to their writings. By the documentalists’ own arguments, their professional discourse as information scientists must be understood and judged at a cultural level, before and beyond its status as a strictly professional or technical discourse. (DAY, 2001, p. 35).

A abordagem de Day (2014) contribui com a perspectiva dos aspectos da teoria crítica na análise do texto e da obra otletiana. Para Day (2014), os “Fatos” de Paul Otlet ocorrem, por meio da utilização das técnicas documentárias em conjunto com tecnologias empregadas, não apenas nas atividades científicas e profissionais, porém, também nos dispositivos de mediação diária da vida. O senso moderno de informação do século XX, em especial, o do pós-Segunda Guerra Mundial é identificado como um dispositivo para a organização do conhecimento, a partir de um senso positivista de conhecimento.

Em comum aos neodocumentalistas, está a ênfase na importância do trabalho de Paul Otlet e de Suzanne Briet. Com isso, destaca-se, brevemente, o entendimento sobre o documento, na perspectiva desses primeiros documentalistas.

Para Otlet (2018, p.5), um documento “é constituído por um conjunto de fatos ou ideias apresentados em formato de texto ou imagem e ordenados segundo uma classificação ou um plano determinado pelo objeto ou o propósito a que se propõem seus redatores.” Dessa

forma, o documento está inserido em um ciclo de operações, desde a sua origem até a sua eliminação.

O documento é o objeto de um ciclo de operações, que permitem a mais completa divisão do trabalho e a mais ampla utilização de seus resultados. Um documento é feito, inicialmente, num original ou protótipo. Em seguida, é multiplicado, e depois distribuído àqueles a quem se destina. Posteriormente, são formadas coleções ou conjuntos onde ele nada perderá de sua individualidade. Além disso, torna-se objeto de um trabalho complementar, que tende a julgá-lo e avaliá-lo, e a incorporar aos dados do conhecimento os dados específicos que contiver; finalmente é utilizado. A etapa posterior, eventual, mas não obrigatória, consiste na destruição do documento, cercada de medidas de precaução. (OTLET, 2018, p. 7).

Briet (2016) remete-nos a uma produção documentária, a partir de um fato, ou do registro de um fato; a nova espécie encontrada, antílope, é catalogada com fins de ratificação de uma descoberta. A partir desse descobrimento, constrói-se uma cadeia de documentos; o fato original registrado ou catalogado é o que a autora denomina como documento primário. Na abordagem de Briet, pode-se constatar, também, como um documento transforma-se em um monumento ou patrimônio.

Admiramos a fertilidade documentária a partir de um simples fato. Por exemplo: um antílope de uma nova espécie foi encontrado por um explorador na África, que conseguiu capturar um exemplar e enviá-lo para a Europa, para nosso Jardin des Plantes. Um comunicado para a imprensa faz com que esse fato seja divulgado em notícias de jornais, rádios e atualidades cinematográficas. A descoberta é objeto de uma comunicação perante a Académie des Sciences. Um professor do Muséum [National d'Histoire Naturelle] considera-o para suas aulas. O animal vivo é enjaulado e colocado no zoológico. Morto, será empalhado e conservado (no museu). Emprestado para uma exposição. Mostrado em filme sonoro. Seu berro é gravado em disco. A primeira monografia sobre esse animal fará parte de um tratado ilustrado com pranchas, depois, de uma enciclopédia especializada de zoologia geral e, posteriormente, de uma enciclopédia geral. As obras são catalogadas numa biblioteca, após terem sido anunciadas em catálogos de livrarias e de editoras, e na Bibliographie de la France. Os documentos são reproduzidos (desenhos, aquarelas, pinturas, estátuas, fotos, filmes e microfilmes), depois selecionados, resumidos, descritos, traduzidos (produtos documentários). Os documentos relativos a esse fato são objeto de uma ordenação científica (fauna) e ideológica (classificação). Enfim, sua conservação e utilização são determinadas por técnicas gerais e métodos válidos para o conjunto dos documentos, métodos esses estudados em associações nacionais e congressos internacionais. O antílope catalogado é um documento primário e os demais são documentos secundários ou derivados. (BRIET, 2016, p. 2).

Para Rabello (2009), o ato e a necessidade de documentar estão relacionados a toda a história de vida humana e proporcionaram a criação de espaços para guarda e o acesso a esses

registros/documentos. O registro de ideias, descobrimentos e fatos atua como um instrumento de memória.

A necessidade de registrar ideias, conhecimentos, fatos, etc. na forma de uma memória “sobressalente” e de acordo com distintos interesses e demandas (religiosas, artísticas, comerciais, etc.) acompanhou uma outra atividade, a saber, a de armazenamento e guarda de documentos em espaços específicos que possibilitariam o seu posterior acesso. Sob um olhar distanciado desse fenômeno, podemos dizer que tais demandas sociais percorreram um grande espaço temporal particularizadas pelos aspectos socioculturais que as envolviam. Se tomarmos como referência o que se convencionou chamar de civilização ocidental, os primórdios desses interesses documentais compreendem desde a Antiguidade até os nossos dias. (RABELLO, 2009, p. 13).

Para Crippa (2010), a ação ou o ato de documentar provém de uma vontade de manter uma memória e de um julgamento de relevância; uma negociação ou uma política de memória. A importância do registro para o ser humano se evidencia, principalmente, a partir do século XV, com a invenção da imprensa; contudo em toda a história humana encontra-se o registro, como forma de conhecer e transmitir sua memória por gerações.

Ao longo dos últimos cinco séculos e meio, graças a invenção dos caracteres móveis tipográficos, foi possível transformar o mundo no que ele é hoje. Até o século XIX, tudo que os homens consideraram, de alguma maneira, relevante, digno, necessário ou, simplesmente, útil, transferiu-se em registro de alguma natureza: foi transformado em livro e foi colocado à disposição de um número cada vez maior de pessoas, foi transformado em gravura, cuja reprodução também permite um alcance maior do que uma imagem pintada ou esculpida. No século XIX, novas formas de registro renovam a possibilidade de ampliar a memória e de transformar o conhecimento: jornais e revistas, cujo princípio de informação (novidade, brevidade, inteligibilidade e, sobretudo, falta de conexão entre as notícias) reflete o princípio de fragmentação da cidade moderna, privando o leitor da experiência direta do acontecimento que narrativas anteriores permitiam. (CRIPPA, 2010, p. 101).

Nesta perspectiva, o documento destaca-se como um dispositivo de ampliação da capacidade de pensamento humano,

A memória fixa/registra dados da percepção, da experiência e do conhecimento. A memória associa os dados em “imagem” – material ou mental – que permite novas relações entre eles, através da função da Imaginação. Daí a importância de registros de memória externos, que permitem a ampliação das bases de dados acessíveis no tempo e no espaço. A memória permite o resgate de algo que pertence ao passado, para compará-lo com os dados do presente. É, portanto, a capacidade de preservar determinadas informações, essencial para a elaboração de experiência individual e do conhecimento de natureza científica, filosófica e técnica. (CRIPPA, 2010, p. 81).

Crippa (2011) identifica, além disso, em trabalhos de autores com propostas documentalistas na Ciência da Informação, uma possibilidade de pensar o patrimônio cultural como documento. Apesar de grande parte do patrimônio cultural se constituir por bens e imóveis de grande porte, e o que fica estocado em arquivos, museus e bibliotecas são os documentos sobre esses bens. Para a autora, a noção, na bibliografia da Ciência da Informação, de documento como informação registrada em um suporte, faculta-nos a pensarmos o patrimônio como documento na Ciência da Informação.

Com base nas propostas documentalistas de Otlet, de Briet, de Buckland e de Dodebei, é possível admitir que o patrimônio cultural, ao ser objeto de interesse da Ciência da Informação, informa, pois se trata de um conjunto de bens aos quais foi atribuído algum valor e que, por intermédio dele, foi disseminado, com a finalidade de informar sobre ele. Assim, os bens culturais devem ser considerados documentos. (CRIPPA, 2011, p. 58).

Na abordagem de Le Goff (2012), o documento é visto como uma construção social, a partir do momento em que ele foi produzido, em uma sobreposição constante de significados a ele atribuídos ao longo das gerações, até as novas significações que adquirirá para as gerações futuras.

O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, das sociedades que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio. O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmitificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias. (LE GOFF, 2012, p. 521-522).

Para Dodebei (2000), o que fundamenta o conceito de um documento é o atributo de ser prova ou testemunho de uma ação cultural; nesse sentido, a autora elabora um entendimento sobre o documento, no domínio do conceito de memória social. A memória, nessa perspectiva, configura-se na manutenção de um recorte de ações e num processo de representação, em que se redefine aquela ação que se deve rememorar. A memória social é retida, por meio das representações que processamos na memória individual ou coletiva e pode ser obtida na reprodução ou no isolamento. Conforme explicação da autora:

A memória social é assim retida, por meio das representações que processamos, quer na esfera pessoal – memória individual – quer na esfera pública – memória coletiva. Desse modo, ao falarmos em representação. Tal representação pode ser compreendida também de duas formas: a representação obtida por meio da *reprodução*, como é o caso da duplicação de textos, sons e imagens; e a representação obtida por *isolamento* de um objeto, por exemplo, um espécime único. No último caso, mesmo que possa

aparecer, a princípio, que o espécime único perdeu sua mobilidade dentro do tecido social, a propriedade de unicidade o transforma em signo de sua existência móvel, invertendo-se, assim, apenas o *locus* da representação. (DODEBEI, 2000, p. 60).

Sendo assim, o significado de memória é o que constitui o documento, ainda que de forma provisória. Os objetos do cotidiano se transformam em documentos de modo intencional de forma temporária e circunstancial. Desse modo, a autora atribui as seguintes características aos documentos:

Unicidade – Os documentos que são os objetos de estudo da memória social não são diferenciados em sua essência ou seja, não se agrupam em categorias específicas, tal como os exemplos tradicionais: o livro para bibliotecas, o objeto tridimensional para museus e o manuscrito para arquivos.

Virtualidade – A atribuição de predicados ao objeto submetido ao observador dentro das dimensões espaço-tempo é seletiva, o que proporcionará, arbitrariamente, uma classificação desse objeto.

Significação – A transformação dos objetos do cotidiano em documentos é intencional, constituindo estes uma categoria temporária e circunstancial. (DODEBEI, 2000, p. 63-64).

Outra possibilidade de pensar o documento na memória social é a partir dos lugares de memória, conceito proposto por Pierre Nora (1993). Retomando as elucidações do historiador, um documento pode ser considerado um lugar de memória, por exemplo. Para que este fenômeno aconteça torna-se, particularmente, importante que o documento possa servir de instrumento para ser trabalhada a memória a respeito do mesmo. Assim sendo, o autor evidencia a necessidade de preservação da memória em arquivos, bibliotecas, centros de documentação, museus etc., para que o legado deixado pela história em seus traços e vestígios às novas gerações não se perca no tempo, pois os lugares de memória não são produtos espontâneos, são, portanto, uma construção histórica, em que o interesse em seu estudo advém do seu valor representativo nos processos sociais.

Desta forma, surge à necessidade de criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. A memória é parte de um fenômeno, “um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”, é a vida, “sempre carregada por grupos vivos”, assim, ela está em constante evolução, “aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.” (NORA, 1993, p. 9). Para o autor:

[A memória] se apoia inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na

imagem. [...] Menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas. Daí a obsessão pelo arquivo que marca o contemporâneo e que afeta, ao mesmo tempo, a preservação integral de todo o presente e a preservação integral de todo o passado. O sentimento de um desaparecimento rápido e definitivo combina-se à preocupação com o exato significado do presente e com a incerteza do futuro para dar ao mais modesto dos vestígios, ao mais humilde testemunho a dignidade virtual do memorável. (NORA, 1993, p. 14-15).

Os “lugares de memória” são, portanto, um local não apenas de organização e preservação da documentação, mas de história, constituídos de restos, rastros, traços e vestígios para tornar tangível o passado vivido. Esses “lugares” permitem a evocação de lembranças, identidades e recordações, individuais ou coletivas que se apóiam no plano material e simbólico. Caracterizam-se, principalmente, pela sua natureza orgânica e funcional associada à memória.

Logo, os “lugares de memória” devem ser mantidos no tempo para que os fatos não sejam esquecidos e, assim, permaneçam na história e possam oferecer aos indivíduos um senso de identidade, de história, de cultura, de pertencimento e de memória individual e coletiva, pois nem tudo pode ser lembrado sem que haja uma “vontade de memória” que aponte direções para que isso aconteça. Para Pomian (2000)

Podemos, pois, esperar que, se o homem não se vir reduzido dentro em pouco ao estado de fóssil e a globalidade do seu patrimônio ao estado de ruína, os nossos sucessores encontrem na sua memória documentos e monumentos suficientes para formarem ideias muito claras acerca do nosso presente tornado o seu passado. (POMIAN, 2000, p. 515).

O passado imprime suas marcas no espaço físico, social, cultural e simbólico. São esses vestígios que tornam possível revisitar o passado, na medida em que a memória social elabora representações, a partir de experiências e de lembranças partilhadas que acabam por conduzir a novas leituras dos acontecimentos passados. O passado só existe em função de um presente que o constitui como passado, reevocando a sua atualidade. Com efeito, tal afirmação converge à proposição de François Hartog (2006, p. 261) sobre o “presentismo”. Para ele o “presentismo” dá o tom das políticas de informação e memória, das lutas e das disputas por memória, uma vez que, é nesse período, do “presentismo”, em que nos encontramos “onde se vive entre a amnésia e a vontade de nada esquecer”. Ao nos aproximarmos do conceito proposto por Hartog (2006, p.266), percebemos o evidente câmbio da forma como concebemos algumas relações com o passado: da história-memória para a história-patrimônio. Tal mudança contribuiu em muito para a aproximação das noções de

nação, história e identidade junto às perspectivas de “conservação, de reabilitação e de comemoração” empregadas nas políticas públicas.

3. O “NOVO VELHO” COLÉGIO PEDRO II: REVISITANDO O PASSADO E EVOCANDO SUAS MEMÓRIAS

“O velho que preserva sua validade ou o que encarna uma tradição ou marca uma presença no tempo e no espaço, continua novo. Só é velho aquele que por comodismo se alia ao passado imobilizador.”
(Professor Wilson Choeri).

O Colégio Pedro II (CPII) foi fundado em dois de dezembro de 1837, na cidade do Rio de Janeiro, em homenagem ao Imperador-Menino, Dom Pedro II, para tornar-se “colégio-padrão” de ensino secundário oficial do Município da Corte e servir de arquétipo para o ensino brasileiro, tanto para as aulas avulsas, como para os liceus e estabelecimentos particulares das províncias.

Tomado como referência, através de seus programas de ensino, procurou projetar seus métodos pedagógicos e a formação humanística de seu currículo para todas as partes do país. Sua contribuição se deu de modo expressivo nos mais variados setores da vida nacional, tanto no quadro da nossa evolução política e cultural, como no processo pedagógico e educacional, qualitativa e quantitativamente, e essa condição vem se perdurando ao longo dos tempos.

A Instituição constitui-se, hoje, em uma autarquia federal, do Ministério da Educação integrada à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e, equiparada, no que diz respeito a sua estrutura e organização, aos Institutos Federais de Ensino Superior, na redação dada pela Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012. Caracteriza-se como uma instituição de ensino básico, profissional e superior, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação básica e de licenciaturas.

Os objetivos do Colégio Pedro II foram redefinidos, não obstante aos estabelecidos a princípio, consoante o novo Estatuto, Portaria nº 1.316, de 5 de novembro de 2012, para atender e adequar-se às novas formas de atuação como Instituição Federal de Ensino Superior e poder contemplar a pluralidade de ensino, atualmente, ofertado pela Instituição. De igual forma, as finalidades institucionais também foram revistas; com a equiparação aos Institutos Federais, o Colégio passa a desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica; realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico.

O Colégio possui quinze *campi* localizados no Rio de Janeiro, nos bairros do Centro, Duque de Caxias, Engenho Novo, Humaitá, Niterói, Realengo, São Cristóvão e Tijuca. Oferece cursos que vão desde o primeiro segmento do ensino fundamental ao nível médio; atende,

também, à modalidade de educação para jovens e adultos, o PROEJA (Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos), além de programas de especialização profissional na área de educação e formação de professores.

Destacam-se os seguintes Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu*:

- Programa de Residência Docente (PRD);
- Ciências Sociais e Educação Básica;
- Ensino de Artes Visuais;
- Ensino de Ciências e Biologia;
- Educação Linguística e Práticas Docentes em Espanhol/LE;
- Educação Matemática;
- Educação Psicomotora;
- Ensino de História;
- Ensino de História da África;
- Educação das Relações Étnico-Raciais no Ensino Básico (Ererebá).

Podemos citar ainda três Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu*:

- Mestrado Profissional em Práticas de Educação Básica (MPPEB);
- Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT);
- Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (ProfEPT), curso voltado para técnicos em Educação.

As linhas que seguem neste capítulo apresentam o percurso histórico do Colégio Pedro II e buscam constituir espécie de ressonância, enquanto conjunto de reflexões ao célebre conceito de “lugares de memória” (NORA, 1993). Entre memórias individuais e coletivas, o Colégio revive sua história, consolida sua tradição e se reafirma como “lugar de memória”.

3.1. Trajetória histórica

A origem do Colégio Pedro II reporta-se ao ano de 1739, na antiga Rua do Valongo, depois Rua da Imperatriz, hoje Rua Camerino, no centro da cidade do Rio de Janeiro, ao Abrigo dos Órfãos de São Pedro, obra de caridade da antiga paróquia de São Pedro. Em 8 de julho do mesmo ano, foi fundado o Seminário de São Pedro, pelo Bispo Dom Frei Antonio de

Guadalupe, destinado a acolher meninos órfãos de famílias de baixa renda. Neste seminário, os órfãos permaneceram, durante 27 anos, vivendo de caridade pública e sob rigoroso condicionamento.

Em dezembro de 1766, os seminaristas foram transferidos para uma nova casa nas adjacências da Rua do Valongo, passando o colégio a ser designado Seminário de São Joaquim. Com o amparo de Bispos, os reitores do seminário construíram um pequeno patrimônio e ergueram a Igreja de mesmo nome. “Os seminaristas de São Joaquim concluíam seus estudos de latim e cantochão – tipo de canto litúrgico gregoriano – em quatro, cinco ou seis anos, e se ocupavam em sua formação do ofício diário religioso.” (COLÉGIO PEDRO II, 2000, p. 22).

O Seminário de São Joaquim foi extinto, em 5 de janeiro de 1818, por determinação de D. João VI que instalou no local as tropas militares, vindas de Portugal para o Brasil. Após seu retorno para Portugal, o príncipe regente, D. Pedro, por decreto de maio de 1821, restabeleceu o Seminário de São Joaquim em seu prédio de origem. Porém, este continuou sobrevivendo em precárias condições financeiras. (DORIA, 1997).

Reformado em dezembro de 1831, o Seminário foi entregue às responsabilidades da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, continuando a ser um estabelecimento de ensino gratuito para órfãos, mas permitindo, também, o ingresso de filhos de militares e de funcionários públicos e de alunos pensionistas, sendo estes habilitados para o trabalho. Por determinação do Ministro Lino Coutinho, naquele momento, os alunos também deveriam receber aulas de instrução militar, através do exercício das armas, “com o objetivo de formar elementos para a preservação da ordem pública na Guarda Nacional recém-criada.” (COLÉGIO PEDRO II, 2000, p.23).

Pelo Decreto de dois de dezembro de 1837², o Seminário de São Joaquim foi transformado em colégio de instrução secundária, pelo ministro interino do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos, durante a Regência de Pedro de Araújo Lima - Marquês de Olinda -, e, denominado “Collegio de Pedro II”, em homenagem a Dom Pedro II, no seu décimo segundo aniversário.

Por conseguinte, o “Collegio de Pedro II” foi instalado no casarão da Rua Larga de São Joaquim, atual Avenida Marechal Floriano, todo reformado pelo arquiteto francês Gradjean de Montigny e modelado, segundo os educandários franceses da época, “mantendo um paralelismo entre a influência das ‘Luzes’ que chegaram da França e a ‘ilustração’

² C.f.: Coleção de Leis do Império do Brasil de 1837, v. 1, pt. 2, p. 59.

peninsular de base clerical e filantrópica.” (COLÉGIO PEDRO II, 2000, p. 23, grifo do autor).

As aulas foram inauguradas, em 25 de março de 1838, em sessão solene que contou com a presença do Imperador e suas duas irmãs, as Princesas D. Januária e D. Francisca, do Regente, de todo o Ministério e intelectuais do Município da Corte.

Dada à solenidade, o “Jornal do Commercio” destaca o discurso proferido pelo Ministro, em nome do Regente, ao Reitor Frei Antonio de Arrábida - Bispo titular de Anemúria -, no qual foram estabelecidas as normas e diretrizes para a condução das aulas. Bernardo de Vasconcelos em seu discurso conclui que: “[...] o intento do Regente interino ao criar o Colégio era oferecer um exemplo ou norma aos que já se achavam instituídos nesta Capital por alguns particulares, convencido como estava que a educação colegial era preferível à educação privada.” (DORIA, 1997, p. 25-26).

Fundado no período regencial brasileiro, o Colégio integrava um projeto civilizatório mais amplo do império no Brasil, do qual faziam parte a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Arquivo Nacional. O momento histórico, pós-independência do Brasil, era de consolidação da monarquia e propício para que os governantes pudessem construir um sentimento de Nação e instaurar uma identidade nacional pela educação e pela cultura. (SANTOS, 2011).

Durante o Império, desde o início da tarefa de construção do Estado, o discurso de legitimação da Monarquia levou intelectuais e estadistas a formularem um projeto político civilizatório da Nação, comprometido com o perfil identitário branco-europeu e cristão idealizado para os trópicos. A ausência do sentimento de pertencimento nacional exigiu do poder oficial um esforço maior voltado para a tarefa de consolidação do Estado e construção da nação brasileira pela via da educação e cultura. (ANDRADE, 2007, p. 219).

O projeto de criação do Colégio Pedro II estava inserido no contexto da promulgação do Ato Adicional de 1834, que concedia a cada assembleia provincial a responsabilidade de promover a instrução de sua população. O governo imperial permaneceu responsável pelas instituições educacionais do Rio de Janeiro, então sede da corte, e pelo ensino superior. No entanto, a administração central compreendeu que, embora as províncias tivessem liberdade de atuação, era preciso implantar uma instituição de ensino secundário de referência para o restante do Brasil. (BRASIL, 1834).

Andrade (1999) pontua que o Colégio foi concebido, a fim de atender a esses propósitos: tornar-se uma instituição que tivesse um caráter nacional e modelar, passando a ser identificada como uma representação institucional e simbólica do governo imperial, assim

como o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Academia Imperial de Belas Artes.

A diretriz maior do projeto político-cultural objetivava colocar o Brasil entre as “nações civilizadas”, e, nestes termos, a política educacional concentrou inicialmente esforços no sentido da regulamentação e elevação do nível de ensino superior, principalmente nos cursos jurídicos, e implementação da instrução pública e particular, primária e secundária. (ANDRADE, 1999, p. 6).

Para corresponder às diretrizes desse projeto político-cultural do Estado Monárquico, Bernardo de Vasconcelos, ao criar o Colégio Pedro II, tomou como modelo os programas de ensino dos colégios franceses idealizados por Napoleão Bonaparte, como o Colégio Henrique IV e o Liceu Luís, o Grande. Igualmente as transformações realizadas no antigo prédio da Rua Larga de São Joaquim, projetado com o intuito de retratar uma nação que tentava se afirmar como civilizada aos moldes europeus e, portanto, fez-se necessário representar esse estado monárquico com o imperador jovem, culto e, especialmente, ligado ao ensino. (SANTOS, 2011).

Assim sendo, no plano da educação pretendia-se a formação de uma elite nacional, para ocupar cargos da administração pública e do governo. Os jovens da elite brasileira deveriam receber orientação pedagógica inspirada nos modelos europeus, o que correspondia a uma educação tradicional humanística, de caráter acadêmico e de inspiração erudita. (SANTOS, 2011).

A Regência que compreende a necessidade urgente de um grande estabelecimento nacional de Instrução Secundária, resolveu chamar a si o patrimônio do Seminário de São Joaquim e transformar esta velha instituição n'um Collegio onde a mocidade se preparasse de modo completo nos estudos das humanidades. (COLÉGIO PEDRO II, 1914, p. 43).

A maioria dos alunos pertencia à alta sociedade econômica e política do país, apesar de haver a previsão para estudantes destituídos de recursos financeiros. No ensino secundário, prevalecia o Bacharelado em Ciências e Letras, não concedido a outros estabelecimentos particulares. O aluno que completasse o curso tinha acesso direto às Academias, principalmente, nas áreas da medicina, engenharia e direito. Assim, a instituição propunha-se a formar quadros políticos e intelectuais para os postos da alta administração, principalmente, pública. (ANDRADE, 1999).

Logo, o Colégio Pedro II assumia a função de um importante agente no processo de construção da identidade nacional, contribuindo de fato para a formação de futuros cidadãos. A presença ilustre do Imperador e da Corte, na data da inauguração do Colégio, pontuava a

importância que teria para a política, desempenhando outros papéis, além da instrução, tornando-o símbolo de civilidade.

Dom Pedro II dedicou, durante sua vida a cuidar do seu colégio; essa proximidade com o poder fez com que o educandário vivesse, ao longo do tempo, todas as vicissitudes políticas, todos os conflitos do governo imperial e, posteriormente, do governo da República³. “Os critérios do saber erudito que configuram o perfil do Imperial Colégio refletiam o sistema de valores da sociedade da época e o ‘lugar’ da educação no projeto de construção do Estado/Nação.” (COLÉGIO PEDRO II, 2000, p. 24, grifo do autor).

Bernardo Pereira de Vasconcelos, por sua vez, era um político empreendedor e visionário que, durante seu mandato, se dedicou com extremo empenho às questões referentes ao desenvolvimento do programa de ensino, atentando para as dificuldades e participando, diretamente, com o Reitor de Arrábida, nas decisões políticas e pedagógicas do Colégio. Em decorrência disso, o “Jornal do Comércio” noticia à população a contribuição singular do Colégio Pedro II para o progresso da nação:

Qual será o coração entusiasta pela prosperidade do Brasil que não sentirá palpitações movidas por um interesse tão grande qual o da fundação do Colégio de Pedro II, de um estabelecimento que tende a preparar a nova geração que há de se reger os futuros destinos do país de uma maneira mais ampla já nos princípios adquiridos em prática, um dos dogmas da religião, já pelos certames científicos que aí colherá em sucessão de estudos clássicos e progressísticos.

Faltava ao Brasil um semelhante estabelecimento, uma escola progressiva de educação à mocidade, como disse o Ministro do Império, que servisse de tipo as outras que se acham em atividade no país. (DORIA, 1997, p. 27).

Para Gasparello (2004), o Colégio era mais do que um estabelecimento de ensino. Inspirado no estilo das capitais europeias, como um lugar de instrução vinculado às universidades pertencentes aos países deste continente, sua estrutura curricular livresca, seus professores e seus alunos representavam um projeto de sociedade brasileira civilizada.

Diante de tais explicitações, torna-se possível perceber tamanha a contribuição dada ao desenvolvimento do país, condição que se perdura até os dias atuais. Bem assim, sua participação, em especial, para o estabelecimento de instituições hoje já consagradas, a começar pela antiga Escola Normal, atual Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro; a Academia Brasileira de Letras e a Academia Brasileira de Filologia.

³ Entrevista concedida por Ilton José Jornada, professor e pesquisador da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 2014, apresentando a história do Colégio Pedro II. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9X0PbaKQpoc>. Acesso em: 10 fev. 2018.

Os primeiros sinais de ensino de letras no Brasil surgiram em 1854, no Colégio que, assim, antecipa-se à criação da Faculdade de Letras de Lisboa. Ainda nesta fase, o educandário, embora dedicado ao ensino secundário, prestou grande contribuição ao ensino da Filosofia no país, que à época, não dispunha de Faculdades para este fim. Assim sendo, Segismundo (1987, p. 4), afirma: “Dada a escassez dos cursos de nível superior até meio século atrás, e por força da riqueza de seus currículos, coube à Casa exercer de fato o papel de Universidade, o que sucedeu com proveito dos discentes e da cultura nacional.”

Desde sua fundação até o início do século XX, o Colégio teve como reitores, bispos e doutores, sendo o primeiro reitor o Bispo de Anemúria. As aulas eram ministradas por professores de grande prestígio, como engenheiros, médicos e religiosos, reconhecidos pela sociedade por seu conhecimento erudito, conferindo à Instituição a cultura de uma elite dominante. “Tratava-se de advogados, médicos, escritores, membros de uma elite intelectual que buscou sua formação, inicialmente, no exterior e, mais tarde, no Brasil, com a criação das universidades brasileiras”. (SANTOS, 2011, p. 55).

Para Andrade (2007, p. 221), os professores assumiram o papel fundamental de agentes do Governo para a formação do cidadão, fornecendo as bases para a construção da cultura de pertencimento à civilização ocidental. A educação deveria proporcionar o instrumental necessário para manter a ordem e o caminho para o progresso, garantindo a moralização dos indivíduos e a superação dos problemas sociais. “O ensino superior e secundário, de caráter elitista, passou a ser personalizado pelo titular da cadeira, o professor catedrático. A cátedra se tornou uma instituição cultural, destacando figuras de intelectuais proeminentes.”

Os professores catedráticos⁴ deveriam ser nomeados por decreto, mediante concursos de provas e títulos, escolhidos entre diplomados pela Faculdade de Educação, Ciências e Letras. (DORIA, 1997). Segundo Santos (2011, p. 56), os catedráticos “formavam uma categoria de professores autores, intelectuais oriundos das academias que referendavam o ensino superior e secundário, contribuindo, assim, para o projeto educacional do Estado-Nação”.

A primeira sessão do Conselho Colegial do Colégio ocorreu em 2 de agosto de 1880, instância prevista em seu estatuto, elaborado por Bernardo de Vasconcelos, que preconizava reuniões presididas pelo reitor com a participação do corpo docente, contando, ainda, com a

⁴ O último concurso para a cátedra ocorreu em 1975, em decorrência a Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que estabeleceu a Reforma Universitária, entre outras medidas extinguiu as cátedras no Ensino Superior e por extensão no Colégio Pedro II.

presença de professores catedráticos, na qual eram estabelecidas as principais decisões políticas e pedagógicas do programa de ensino, horários das aulas, indicações de obras e compêndios que deveriam ser adotados nas aulas, entre outros. Ao entrar em vigor, no Colégio, a Reforma Homem de Mello, na gestão do Reitor Goldschmidt, o Conselho Colegial foi convertido em Congregação, conforme decreto de 24 de agosto de 1881. (CHOERI, 2010).

As disciplinas ou – como se dizia no século XIX – as “cadeiras” que compunham os programas de ensino do Colégio Pedro II eram estabelecidas pelo governo imperial, em consonância com as propostas que fundamentavam o projeto do Estado de formar uma elite capacitada a gerir o projeto de nação que se objetivava concretizar. Apesar disso, o conteúdo das disciplinas estava a cargo dos catedráticos – os professores do Colégio responsáveis pelas cadeiras, em sua maioria autores dos livros didáticos ali adotados. (SANTOS, 2011, p. 56, grifo do autor).

Dentre as disciplinas que compunham o programa de ensino do Colégio, destacam-se as aulas de Filosofia, Latim, Grego, Inglês, Francês, Alemão, Português, Italiano, História Geral, História Natural, Corografia do Brasil⁵, Geografia Geral, Matemática, Desenho, Música e, ainda, o ensino de Dança. No ano de 1859, foram iniciadas as aulas de Ginástica, ministradas até o início do século XX - aulas de Ginástica Sueca. Por decreto de 1894 os alunos do Externato (atual *campus* Centro) e Internato (atual *campus* São Cristóvão), também deveriam receber aulas de Instrução Militar, formando um batalhão escolar, ministradas por oficiais subalternos do exército, concorrendo ambos a solenidades cívicas. (DORIA, 1997).

Nas reuniões da Congregação, também eram definidos os critérios para a aprovação dos alunos - ocasião essa denominada “Tribunal de Exame”, que ocorriam no final de cada ano letivo (DORIA, 1997) -, e os prêmios e as menções honrosas para os alunos que se destacavam, durante o ano letivo. Atualmente, a Congregação, hoje transformada em Conselho Superior (CONSUP⁶) realiza, no início de cada ano letivo em “Sessão Solene”, a entrega da “Pena de Ouro”, prêmio simbólico aos alunos que tiveram melhor desempenho escolar no ano anterior, passando este, sucessivamente aos novos agraciados.

Por consequência, a tradição do Colégio se estabeleceu, a partir da qualidade acadêmica de sua Congregação, por meio do conteúdo curricular, de seus materiais didáticos e

⁵ Corografia brasileira ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil caracteriza-se como o estudo geográfico de um país ou de uma de suas regiões.

⁶ O CONSUP é o órgão máximo do CPEI, previsto pelo novo Estatuto do Colégio, inciso X, art. 8, aprovado pela portaria do Ministério da Educação nº. 1.316, de 5 de maio de novembro de 2012, tem caráter consultivo e deliberativo, presidido pelo Reitor, possui em sua composição representantes do corpo docente, discente e técnico-administrativo, do Conselho de Dirigentes, um representante do MEC, egressos da Instituição e representantes legais de estudantes.

da metodologia aplicada no ensino. Ainda sim, podemos considerar que a tradição é fruto da excelência da maioria de seus catedráticos e seu corpo discente.

De preparador de uma classe privilegiada política e econômica, o Colégio passa a moldar as bases de uma elite intelectual. Grande parcela dos alunos se tornou personalidades ilustres em diversas áreas da cultura brasileira. Além disso, o Colégio foi contemplado com um quadro memorável de docentes. Nesta configuração, Choeri (2010) revela:

De seus bancos escolares saíram gerações de homens públicos que engrandeceram e dignificaram o país; suas cátedras forneciam as teorias, as doutrinas literárias, linguísticas e filosóficas que lastrearam parte substancial do momento cultural brasileiro. Era um grande ressoador acústico dos magnos problemas da ciência, da técnica e do humanismo clássico. Os seus programas serviam de paradigma para todo o universo educacional brasileiro. (CHOERI, 2010, p. 39).

Podemos citar algumas personalidades da política e cultura brasileira que estudaram ou fizeram parte do quadro de professores desta Instituição; entre os ex-alunos destacam-se os presidentes da república: Francisco de Paula Rodrigues Alves, Hermes da Fonseca e Washington Luís e, ainda, Alvares de Azevedo; Joaquim Nabuco; José Soares de Souza; Barão de Ramiz Galvão, Visconde de Taunay; Vieira Fazenda; Paulo de Frontin; Manoel Bandeira; Vicente Licínio Cardoso; Afonso Arinos de Melo Franco; Prudente de Moraes Neto; Alceu de Amoroso Lima (Tristão de Athayde); Pedro Nava; Mario Lago; João Batista de Mattos, cidadão de ascendência afro-brasileira, neto de escravos, libertados pela Lei do Ventre Livre, foi o primeiro General negro do Exército Brasileiro, entre outros. Dos que passaram pelos bancos escolares e, posteriormente, fizeram parte do corpo docente estão os catedráticos: Carlos Maximiano Pimenta de Laet – Conde de Laet (Cátedra de Português, 1873, e, diretor do Externato, 1919, e Internato, 1925); Jonathas Serrano (Cátedra de História, 1920); Philadelpho de Barros Azevedo (Cátedra de Filosofia, 1917) e Antenor Nascentes (Cátedra de Espanhol, 1919 e Português, 1928). (COLÉGIO PEDRO II, 2000).

Quanto ao quadro intelectual de professores, além dos nomes citados acima, destacam-se os catedráticos: Justiniano José da Rocha (Cátedra de História e Geografia, 1838); Manoel de Araújo Porto Alegre – Barão de Santo Angelo (Cátedra de Desenho, 1838); Padre Leandro Rabello Peixoto e Castro (Cátedra de Religião, 1838); Joseph Flermann de Tautphoeus – Barão de Tautphoeus (Cátedra de Alemão, Grego e História, 1847); Sylvio Romero (Cátedra de Português, 1880); João Capistrano de Abreu (Cátedra de Corografia e História do Brasil, 1883); Eugênio de Barros Raja Gabaglia (Cátedra de Matemática, 1890); José Dias Carlos Delgado de Carvalho (Cátedra de Inglês e Sociologia, 1894); Luiz Gastão d'Escragnolle Dória (Cátedra de História, 1906); Euclides da Cunha (Cátedra de Filosofia, 1909); Euclides

de Medeiros Guimarães Roxo (Cátedra de Matemática, 1919, e, diretor do Externato, década de 1940) e Fernando Antonio Raja Gabaglia (Cátedra de Geografia, 1937), para não citar todos.

A tradição do Colégio se fez, com o decorrer do tempo, mais, precisamente, quando a instituição começou a crescer cultural e pedagogicamente, pela riqueza de seu programa de ensino, admitindo, em seu quadro docente e técnico, de preferência, ex-alunos e profissionais formados por outros educandários. (O COLÉGIO PEDRO II, 2013).

Em alguns segmentos culturais e na intelectualidade externa ao Colégio, uma afirmação explicativa é encontrada, para quando, se enaltecem e aplaudem a publicação de livros, artigos e projetos, no âmbito da ciência, no campo das artes e das pesquisas, com êxito e repercussão, a seguinte afirmativa: “Não é de se admirar, pois estudou no Colégio Pedro II. (O COLÉGIO PEDRO II, 2013, p. 30).

Com efeito, verifica-se um número considerável de alunos que depois passaram a fazer parte do corpo docente e, comumente, a ocupar cargos de destaque dentro da Instituição. A título de exemplo, podemos citar os professores Aloysio Jorge do Rio Barbosa; Geraldo Pinto Vieira, um dos principais responsáveis pela criação do NUDOM; Vera Lucia Cabana de Queiroz Andrade, ex-coordenadora do NUDOM; Wilson Choeri, ex-diretor geral do Colégio; Vera Maria Ferreira Rodrigues, ex-Reitora e atual coordenadora do CEDOM. Todos os citados são ex-alunos e agora professores e membros da Comissão da Memória Histórica do Colégio. Devido à dedicação e ao carinho dados à Instituição, durante os anos, após o falecimento dos professores Aloysio, Wilson e Geraldo, a família doou suas bibliotecas particulares para o Colégio.

Assim, acredita-se que a tradição histórica do Colégio se consolidou porque teve, especialmente, em seu quadro docente e discente, personalidades importantes que participaram ativamente para seu fortalecimento, seja nos mais diferentes setores da vida nacional, no quadro da evolução política e cultural, seja no processo pedagógico, educacional ou administrativo da vida institucional.

Na trajetória de 182 anos de existência, a Instituição atravessou crises políticas e financeiras e importantes reformas educacionais. Uma das mais relevantes reformas aconteceu, sob a influência do Ministro Marquês de Olinda, por Decreto de 24 de dezembro de 1857, quando precisou expandir o Colégio, em função da necessidade de ampliar o número de vagas para atender a crescente demanda de alunos das elites regionais. Assim o fez, dividiu-o em Externato e Internato. O Externato, localizado no prédio do antigo Seminário de São Joaquim, atual *campus* Centro, e o Internato, situado na antiga Chácara da Mata, no

Engenho Velho, atual Rua São Francisco Xavier. Em 1888, sendo Ministro do Império o Barão de Cotegipe, passou o Internato para uma nova casa no Campo de São Cristóvão, hoje *campus* de São Cristóvão, vindo a abrigar, posteriormente, jovens filhos de militares que tombaram na Guerra do Paraguai. (O COLÉGIO PEDRO II, 2013).

Pelo Decreto nº. 27.279, de 11 de agosto de 1950, foi determinada, em caráter de utilidade pública, a desapropriação do edifício onde funcionava o antigo Clube de São Cristóvão e entregue ao Patrimônio da União, em 10 de novembro do mesmo ano, para ser anexado aos terrenos do Internato. (O COLÉGIO PEDRO II, 2013).

Em 17 de janeiro de 1961, o prédio do Internato foi, totalmente, destruído por um incêndio de causas não identificadas. O fogo foi percebido, inicialmente, pelo 3º pavimento, no flanco esquerdo; tanto este como o 2º andar estavam com as instalações elétricas desligadas, de acordo com o eletricitista chefe e o administrador, da época. O incêndio começou pelos fundos para frente do edifício, e de cima para baixo. No prédio funcionavam, apenas os laboratórios, de Física, Química e História Natural; no térreo, o gabinete do diretor, a biblioteca, o grêmio escolar, a chefia de disciplina e o salão-nobre. Os outros dois andares estavam vazios. Neste episódio trágico, três bombeiros ficaram feridos, dois com ferimentos moderados e o terceiro em estado grave. O jornal “O Globo” destacou, um dia após o ocorrido, imagens do local em chamas e de crianças do bairro, alunos e bombeiros, tentando recuperar os livros que resistiram ao fogo. Na reportagem intitulada “Salvem ao Menos os Nossos Livros!” torna-se, facilmente, percebível a importância desta Instituição para a nação, a dimensão que alcançava todas as instâncias da vida pública, para a consolidação da identidade nacional e para a formação acadêmica dos cidadãos. (Figura 1).

Figura 1: Divulgação do incêndio do Internato no jornal O Globo.



Fonte: Jornal O Globo, 18 de janeiro de 1961, Edições Matutinas, Geral, p.1.

Na primeira imagem da capa do jornal “O Globo”, podemos observar, logo de início, o subtítulo da figura: “Cento e vinte e cinco anos de história escolar foram devorados com o incêndio do Pedro II.” Destaca-se, ainda: “A Angústia dos estudantes no incêndio do Internato do Colégio Pedro II – os alunos enfrentavam o perigo, na tentativa de livrar das chamas a fabulosa biblioteca – destruição de peças históricas – não será perturbada a vida escolar”. (JORNAL O GLOBO, 1961, p. 1).

Logo na quinta página deste mesmo editorial do jornal, há menções sobre o incêndio no Colégio, matéria também intitulada “Salvem ao menos os nossos livros!”, destaca um pouco mais de detalhamento de como ocorreu o incêndio, as perdas e as falas dos envolvidos:

“Salvem pelo menos os livros” – foi o apelo angustiado de um pequeno aluno do Internato do Colégio Pedro II, a chegada dos bombeiros que acorreram aos chamados que, na tarde de ontem, devam conta de que estava pegando foto o “velho casarão branco de São Cristóvão”, como era carinhosamente apelidado o centenário prédio que, desde o Império, acolhera centenas e centenas de jovens estudantes. Os bombeiros sabiam da existência de valiosa biblioteca, condenada a desaparecer na fogueira, pois era temerário tentar salvá-la. Mas estudantes do próprio Colégio Pedro II, em

férias, e de outros estabelecimentos, moradores das vizinhanças, indiferentes ao perigo usando picaretas que nem se sabe de onde surgiam, arrombavam portas de acesso à biblioteca e lançavam-se à salvação dos livros. Ao serem impedidos pelos bombeiros, um deles exclamou: - “Seu” môço, deixe-nos salvar os livros. São preciosos. Mas os soldados os afastaram. Era iminente o perigo de desabamento. Não obstante, algumas centenas de livros foram retiradas. A biblioteca do Internato fora grandemente enriquecida com a doação feita pelo Professor José Oiticica e pela família do Professor Pinheiro Guimarães, ambos falecidos. Entre os primeiros a comparecer ao local estava o Professor Valdemiro Potsch, que visitava a Exposição Internacional quando soube do incêndio. Pouco depois chegavam o diretor do Colégio, Prof. Carlos Potsch, e o subsecretário, Eustáquio Toledo de Queirós. Todos lamentavam a perda da biblioteca, uma das melhores existentes no Rio de Janeiro. Quanto ao prédio, cuja construção data de 125 anos, fora vistoriado e condenado pelos bombeiros há 15 anos, o que gerou construção do novo edifício, em fase de conclusão, no terreno ao lado. (JORNAL O GLOBO, 1961, p. 5).

Além da destruição do prédio e a perda de valiosos documentos, outros bens do Colégio também tomam destaque neste Jornal:

[...] o fogo destruiu uma rica coleção de retratos, a óleo, do Imperador, constituindo preciosidades históricas. Os arquivos do Internato registravam a passagem por ali, como alunos, de três Presidentes da República: o Marechal Hermes da Fonseca e os Srs. Washington Luis e Rodrigues Alves. Muitas personalidades da vida pública nacional, entre juízes, literatos, militares e políticos tiveram, ali a fonte de seu saber. Os fichários e o material de secretaria estavam a salvo, no prédio 195 do Campo de São Cristóvão. Segundo os funcionários e professores presentes, a vida escolar não será alterada, o que não foi desmentido pelo Professor Carlos Potsch, que declarou pretender tomar providências imediatas junto às autoridades visando à não-perturbação do ano letivo. (JORNAL O GLOBO, 1961, p. 5).

O Governo Federal, sensibilizado pelo ocorrido e pressionado pela sociedade e pelos alunos, tratou de fornecer recursos para reconstruir, no local, um novo complexo educacional. Atualmente, neste complexo educacional estão localizados três *campus* de ensino, a Reitoria e a assessoria administrativa. O *campi* de São Cristóvão possui amplas salas de aula, salas de leitura, midiatecas, bibliotecas, piscina, dois campos de futebol e um teatro, “Teatro Mario Lago”, nomeado em homenagem ao ex-aluno. (O COLÉGIO PEDRO II, 2013, p. 59).

De acordo com professor Ilton José Jornada, outra importante reforma política, financeira e educacional ocorreu depois de proclamada à República. Fazendo-se necessário redimensionar seu significado simbólico, o educandário muda em muito a sua destinação social, torna mais acessível a entrada de alunos internos e externos de várias classes sociais, dando-lhes gratuidade, material, uniforme e acolhimento⁷.

⁷ Entrevista concedida por Ilton José Jornada, professor e pesquisador da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 2014, apresentando a história do Colégio Pedro II. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=9X0PbaKQpoc>. Acesso em: 10 fev. 2018.

Em face às reformas, dias após a queda do Império, no ano de 1889, o Imperial Collegio de Pedro Segundo passa a denominar-se Instituto Nacional de Instrução Secundária. Em novembro de 1890, passa a se chamar Gymnasio Nacional. No ano de 1909, o Externato é rebatizado como Externato Nacional Pedro II e o Internato como Internato Nacional Bernardo Pereira de Vasconcelos, seu fundador. A tradição falou mais forte e, em 1911, o educandário retoma seu nome de origem, Colégio Pedro II, o qual permanece até os dias atuais⁸.

Para o professor Ilton José Jornada, as mudanças não se restringiram ao nome do Colégio. No período, era presidente da República o Marechal Hermes da Fonseca, ex-aluno do Colégio e ministro da instrução da República, Benjamin Constant. Benjamin, adepto da filosofia positivista promove mudanças fundamentais para o programa do então Gymnasio Nacional. Assim, foram intensificadas as aulas de ginástica e os estudantes passaram a ter instrução militar nas aulas de evoluções militares e esgrima. Era preciso cuidar do desenvolvimento físico dos jovens, para transformá-los em cidadãos soldados, aptos a defender a pátria. Nesta perspectiva positivista, foi criado, em 1890, o Batalhão Escolar, uma estrutura muito semelhante a do exército. Assim, tínhamos um Estado maior formado para alunos graduados, a banda de tambores e a praça de armas, onde eram guardadas as armas deste batalhão. A ênfase nos estudos de ciências, iniciados na segunda metade do século XIX, foi ampliada e os estudos de religião substituídos pelos estudos de história e sociologia, de acordo com este ideário positivista.⁹

De acordo com Andrade (1999, p. 97): o Colégio perpassou, ao longo dos anos, por inúmeras e impactantes reformas políticas, financeiras e educacionais e, sobreviveu, especialmente, ao processo de apagamento de sua memória histórica que ocorreu em diferentes períodos, de forma a impactar na ruptura com a tradição do Imperial Colégio, conforme descreve a historiadora:

- Obrigatoriedade dos alunos prestarem exames de madureza e vestibulares para ingresso nos cursos superiores, instituída em 1890 e ratificada em 1915.
- Política de equiparações dos ginásios estaduais e colégios particulares, períodos críticos: 1892 a 1895 e 1911 a 1927.
- Extinção do Internato e unificação dos Externatos, ano de 1892.
- Substituição das designações de reitor e vice-reitor pelas de diretor e vice-diretor, ano de 1892.
- Extinção do bacharelado e abolição dos diplomas e títulos, ano de 1911.

⁸ JORNADA, 2014, passim.

⁹ Ibid., 2014.

- Direção unificada para Externato e Internato, anos de 1911 a 1917.
- Suspensão das aulas e ocupação do espaço escolar, ano de 1930.
- Ameaça de municipalização, ano de 1934.

Para tratar as novas reformas de ensino, o professor Wilson Choeri¹⁰ propôs implantar o Plano Diretor e impôs criar o *slogan* “O Novo Velho Colégio Pedro II”, conceito que fosse capaz de contemplar todos os propósitos dispostos na missão, função e objetivos institucionais:

[...] Por que Novo? Novo no sentido de incorporar os múltiplos avanços e inovações e conquistas que a ciência e tecnologia – a informática e comunicação – puseram à disposição da Educação em “lato e strictu sensus”.

Velho, a fim de preservar, ampliar e redimensionar em novos postulados a herança histórico-cultural, que serviu de base para que os axiomas e postulados pretéritos que fundamentavam e norteavam o passado, voltassem a poder servir de azimutes direcionais para a compreensão do “neo-humanismo”, que emerge da revolução gerada pela Comunicação, Técnica e Informática, em sua ação conjunta. (O COLÉGIO PEDRO II, 2013, p.102, grifo do autor).

Diante do apresentado, podemos perceber que o Colégio se tornou um campo de formação curricular fértil para a construção de diretrizes e bases dos programas de ensino de muitas escolas brasileiras, posição que se mantém até os dias atuais. Desde sua fundação primou pela educação e pela consolidação da identidade nacional, contribuiu para a formação de cidadãos e para a construção de um sistema de hábitos, atitudes e comportamentos que habilitassem seus alunos a viverem em sociedade e a tomar, em qualquer situação, as decisões mais convenientes para si e para o país. Apropriadamente, Dória (1997) declara:

Contribuir para o desenvolvimento da Educação nacional foi, é e será o compromisso maior do Colégio Pedro II, entendendo tal meta como a disposição perseverante na preparação de um futuro melhor para o país. Educar não é informar, mas formar verdadeiros cidadãos do mundo a experimentar a vida ao compasso de um coração brasileiro em que repousem indelévels os valores de nosso povo. (DORIA, 1997, p. 7).

Não obstante ao arquétipo de colégio padrão do ensino brasileiro, a Instituição também se consagrou como “lugar de memória” à medida que há um coletivo de sujeitos

¹⁰ Wilson Choeri é reconhecido como uma das personalidades mais importantes da Casa. Dedicou-se com extremo empenho, até os últimos dias de vida, ao Colégio Pedro II. Em 1940 ingressou na Instituição como aluno. No ano de 1978 foi o primeiro Secretário de Ensino responsável, junto com o Diretor-Geral, Professor Tito Urbano da Silveira, pela criação de quatro novas Unidades Escolares, hoje carinhosamente chamadas de Pedrinhos. Em 1994 foi eleito Diretor-Geral, mantendo-se no cargo até 2008. Participou como membro da Comissão da Memória Histórica, desde a sua criação em 1990, permanecendo até 2013, ano de seu falecimento. Autor de inúmeros livros sobre a memória e história do Colégio, recebeu muitas homenagens por sua atuação na vida profissional como educador, tanto pelo Colégio Pedro II quanto por inúmeras instituições. Após seu falecimento, a família doou sua biblioteca particular à Instituição.

sociais que têm em suas narrativas pessoais a presença do referido colégio como lugar comum de suas lembranças e formador de sua identidade.

3.2. Colégio Pedro II como lugar de memória

O Colégio Pedro II não pode ser percebido, apenas como uma posse ou como uma instituição exterior à sociedade que o habita. Ele é uma parcela de identidade, fonte de uma relação de essência afetiva com o espaço. De acordo com Bonnemaïson e Cambrezy (1996, p. 10), esse espaço é “investido de valores não somente materiais, mas também, éticos, espirituais, simbólicos e afetivos”.

Em relação ao espaço, a memória é coletiva, pois a percepção do espaço resulta do que o olhar apreende, que é trabalhado no imaginário, a partir de valores e conceitos estabelecidos pelo grupo. (NORA, 1993). O lugar funciona como suporte da memória coletiva e da identidade social. Sendo o Colégio Pedro II um “lugar de memória”, ele apresenta uma dimensão material, funcional e, principalmente, simbólica, pois essa instituição contém elementos necessários ao sentimento de continuidade dos indivíduos e grupos sociais.

Diante dessa concepção de uma força simbólica que delimita e atribui valores ao espaço e à vida do indivíduo ou grupo social, o território ocupado pelo Colégio é, fundamentalmente, um referencial na construção das identidades. Neste sentido, a relação dos homens para com os seus territórios expressa e transcende a “posse” material de uma porção da superfície terrestre. Assim, a dimensão simbólico-cultural de território permite trabalhar com a identidade cultural, já que ela seria um mecanismo que demarca a diferença, que assume um significado de orgulho em pertencer a um grupo.

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e, obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional (no sentido do ter) e simbólico (no sentido do ser), pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”.

A história pretérita do Colégio Pedro II apresenta costumes e tradições que com o tempo passaram a fazer parte da memória coletiva. Atuante nas diferentes esferas política, cultural e educacional e, no campo da vida social, a Instituição contribuiu, sobretudo, para a formação da identidade nacional. Sua importância histórico-institucional transcende as linhas do tempo e do espaço, onde a memória coletiva se expressa e se revela.

A identidade de “colégio padrão” transitou no tempo na fronteira entre o passado e o presente, no limite entre a tradição e a modernidade, historicamente, “do plano real – espaço de

projeção da ação educacional de base legal – para o campo simbólico – um lugar de representação da alta-cultura, um lugar de referência nacional do saber institucionalizado.” (ANDRADE, 1999, p. 96).

O Colégio demonstrou, no decorrer de sua trajetória histórica, não somente ter, pelo âmbito institucional, “vontade de memória”, como se tornou lugar comum à vontade de seus alunos e funcionários. Por sua cultura escolar própria - dotada de processos, valores, significados, rituais e normas -, são invocadas as memórias individuais e coletivas e, a partir deste fenômeno, é possível reviver sua história, consolidar sua tradição e se afirmar nesta configuração, como um “lugar de memória”.

Na perspectiva de Andrade (1999), o que consagrou o Colégio como “lugar de memória”, especialmente, foram os diferentes momentos que a instituição atravessou, durante os anos, resistindo às crises políticas e financeiras e reformas educacionais, na tentativa de manter sua permanência na esfera educacional:

Na luta pela sobrevivência do Colégio e sua manutenção na esfera federal, a comunidade escolar [...] reconstruiu a memória de seu passado de glórias, num processo pedagógico de socialização das lembranças, o que levou à institucionalização da identidade do Colégio. Em lugar das reminiscências individuais, foi construída uma memória coletiva que emergiu da história do Colégio, e, é neste sentido, que o trabalho de recriação da memória a partir dos registros e sua institucionalização foi pedagogicamente socializado para se tornar empiricamente atemporal, num esforço de laboração da síntese histórica do passado remoto glorioso e ocultação do passado recente de crises, numa projeção de enfrentamentos futuros. (ANDRADE, 1999, p. 97).

Para Pollak (1989), este processo de enquadramento da memória é, particularmente, importante por preservar os aspectos sociais e as estruturas institucionais de uma sociedade, relaciona-se aos indivíduos e à coletividade, que estão ligados por uma ou mais relações sociais, formando o tecido social.

Nesta conjectura, podemos então considerar que parte indispensável à reconstrução da história, à solidificação da tradição e à instituição da memória no Colégio tornou-se possível, por meio das experiências e lembranças da comunidade escolar e dos grupos e laços de pertencimento que ali se formaram. Este fenômeno revela que as reminiscências e suas relações com a cultura escolar fazem parte da memória coletiva e que a memória individual só existe, na medida em que os indivíduos são um produto do grupo ao qual pertencem. Como por exemplo, as lembranças de Fernando Segismundo no tempo de aluno e depois professor do Colégio:

Há mais de meio século pertenço ao Colégio Pedro II – circunstância de que muito me orgulho. Fui seu aluno e nele exerci o magistério perto de quatro décadas. Algumas das mais altas expressões da inteligência nacional lidaram

ali, transmitindo ao País, fora sua sabedoria, convenientes exemplos de amor ao estudo, desprendimento e civismo. A muitos desses mestres devo a minha formação intelectual e moral – a eles e a outros servidores da Casa. Para mim o Colégio tem sido uma obsessão, se assim me posso exprimir. Eu não consigo ver-me e compreender-me sem as raízes que a ele me prendem. (SEGISMUNDO, 1987, p. 2).

Curioso destacar, ainda, outras diferentes formas de manifestações vindas da comunidade discente que evidenciam a importância desta instituição não só para a sua formação acadêmica, mas, principalmente, como lugar comum de suas lembranças e formador de sua identidade. Na figura abaixo, identificamos uma reprodução do emblema do Colégio Pedro II, elaborado por seus alunos, que descreve, pontualmente, a relação e os laços de pertencimento dos mesmos à Instituição. Verificamos que o aluno, uniformizado com trajes nas cores do Colégio: azul e branco, representa um Super-Herói, devidamente, protegido por sua capa e por seu escudo, simbolizado aqui pelo emblema do Colégio. Todo Super-Herói é encorajado a desvendar o mundo e tem por missão salvar o planeta, mas este, em especial, expressa sua força e poder, tendo em sua defesa o escudo da Instituição que irá protegê-lo dos inimigos e dos perigos que enfrentará em suas lutas diárias.

Figura 2: Emblema do Colégio como símbolo de força e poder.



Fonte: Revista Educação Pública¹¹.

O brasão representado na figura 3, em destaque abaixo, foi reconstruído, possivelmente, por alunos do terceiro ano do ensino médio¹². Na tentativa de interpretar toda a simbologia expressa nesta figura, podemos inferir que o Colégio Pedro II não só contribuiu para a formação de seus alunos, mas os possibilitou ter o mundo em suas mãos, por meio do conhecimento que lhes foi dado, durante sua trajetória escolar. Nesta logomarca, verificamos as folhas de tabaco e café, bem como as três estrelas que identificam os alunos do terceiro ano

¹¹ Texto de: Leonardo Soares Quirino da Silva. Publicado em: 07/03/2006. Disponível em: http://www.educacaopublica.rj.gov.br/biblioteca/educacao/0103_01.html. Acesso em: 20 jul 2017.

¹² Disponível em: <https://www.facebook.com/clubeamigosdopedrosegundo/>. Acesso em: 20 jul 2017.

do segundo segmento, ou seja, o último ano antes de ingressarem na faculdade. Desta forma, o Colégio irá, por meio da potencialidade de sua tradição, capacitá-los em outro mundo, o acadêmico, que é especial para a vida de todos os estudantes. Como consequência, o adolescente passa a fazer parte do mundo adulto onde vai escolher sua profissão e, logo, ingressar no mercado de trabalho. Assim, torna-se claro que o Colégio, na busca em fornecer uma formação sólida e consubstancial a seus alunos, possibilitou aos mesmos ingressarem na vida adulta e acadêmica.

Figura 3: Brasão do Colégio elaborado pelos alunos.



Fonte: Página da rede social do Clube dos Amigos do Colégio Pedro II.

Podemos verificar na figura 4, um poema escrito por Márcio Hilário¹³, que expressa seu carinho e gratidão pelos anos vividos, enquanto aluno e agora como professor, reportando, principalmente, a grande contribuição que esta instituição vem realizando para a formação de seus discentes, consolidando tradições, memórias e identidades.

¹³ A mística do Colégio Pedro II. Texto de: Márcio Hilário. Publicado em: 26/10/2009. Disponível em: <http://marciohilario.blogspot.com/2010/12/mistica-do-colegio-pedro-ii.html>. Acesso em: 20 jul 2017.

Figura 4: Poema de ex-aluno dedicado ao Colégio e à comunidade escolar.



Fonte: Página da rede social de Márcio Hilário.

Ainda, podemos citar, no plano das experiências e lembranças, algumas obras consideradas relevantes para a memória institucional. Destas, parte das mais variadas formas de contribuição como, por exemplo, os relatos de alunos e funcionários da Casa e autores que escreveram sobre o papel de destaque assumido pelo Colégio, em muitos momentos de forma singular, conforme segue na tabela abaixo:

Quadro 2: Produção intelectual da comunidade escolar.

AUTOR	OBRA	DESCRIÇÃO
Afonso Arinos de Melo Franco	Título: Alma do tempo e Diário de bolso. Ano: 1979	Escritor e político influente, Senador e Ministro das Relações Exteriores, descreveu e divulgou suas recordações da vida escolar no Internato do CPII, no Brasil e no exterior.
Beatriz Santos	Título: O currículo da disciplina escolar histórica no Colégio Pedro II: a década de 1970: a história e os estudos sociais. Ano: 2011 Título: Intelectuais na América Latina: pensamento, contextos e instituições. Dos Processos de	Professora e coordenadora do NUDOM, descreve as particularidades do currículo da disciplina História no CPII.

	Independência à Globalização. Ano: 2014	
	Título: Educação na História. intelectuais, saberes e ações instituintes. Ano: 2016	
Beatriz Boclin Marques dos Santos e Vera Lucia Cabana de Queiroz Andrade	Título: Colégio Pedro II pólo cultural da cidade do Rio de Janeiro: a trajetória de seus uniformes escolares na memória coletiva da cidade. Ano: 2016	Historiadoras e Professoras do Colégio, destacam a importância dos uniformes escolares do CPII como foco de análise das transformações socioculturais do espaço urbano.
Comissão de Atualização da Memória Histórica	Título: O Colégio Pedro II: contribuição histórica aos 175 anos de sua fundação. Ano: 2012	A obra elaborada pela Comissão relata o percurso histórico-educativo sobre a evolução do ensino nacional e o alcance e os efeitos das crises políticas e financeiras e reformas educacionais que acometeram o colégio, durante os anos.
Elizabeth Monteiro Silva	Título: Inventário analítico e registro de autoridade do Fundo Colégio Pedro II Ano: 2009	Bibliotecária do NUDOM, em sua dissertação de mestrado, identifica e classifica o acervo histórico do CPII.
Escragnolle Doria	Título: Memória histórica do Collegio de Pedro Segundo: 1837-1937. Ano: 1937	Professor Emérito registra em detalhes a história dos cem primeiros anos do Colégio.
Fernando Segismundo	Título: Colégio Pedro II: tradição e modernidade; Ano: 1987	Professor e jornalista de destaque na Associação Brasileira de Imprensa (ABI), onde chegou à presidência da mesma, explica seus escritos comemorativos do Sesquicentenário do Colégio, que não pode ser compreendido fora de suas raízes como aluno e docente do CPII.
João Batista de Mello e Souza:	Título: Os estudantes do meu tempo. Ano: 1920	Escritor brasileiro, membro da Academia Carioca de Letras, registra nesta obra sua vida escolar no Externato do CPII.
Joaquim Manuel de Macedo	Título: Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro. Ano: 1862	Jornalista e Professor do Colégio dedica o segundo volume de sua obra ao Imperial Collégio de Pedro II.
Joaquim Nabuco	Título: Minha formação. Ano: 1900	Político, diplomata e escritor membro da Academia Brasileira de Letras, descreve autorretrato recordando-se de seus tempos de estudante no Colégio.
Malba Tahan	Título: Acordaram-me de	Escritor brasileiro Julio Cesar de

	<p>madrugada: memórias de um ex-aluno do Colégio Pedro II. Ano: 1973</p>	<p>Mello e Souza, cujo pseudônimo Malba Tahan, irmão mais novo de João Batista de Mello e Souza, ambos alunos do Internato do Colégio Pedro II, traz em sua obra recordações enquanto ex-aluno.</p>
Pedro Nava	<p>Título: Baião cativo. Ano: 1974</p> <p>Título: Chão de ferro. Ano: 1976</p>	<p>Escritor rememora o ambiente escolar, na condição de ex-aluno do Colégio.</p>
Priscila Côrbo	<p>Título: Repositório Institucional: um olhar para a preservação e o acesso aos documentos de memória histórico-institucional do Colégio Pedro II. Ano: 2013</p>	<p>Bibliotecária do Centro de Documentação e Memória apresenta em sua dissertação o percurso histórico do Colégio e as características que o estabelecem como lugar de memória. Sinaliza a urgente necessidade de se estabelecer ações e diretrizes para a preservação da memória institucional.</p>
Tatyana Cardoso	<p>Título: Construindo memórias e identidades por meio de narrativas: as experiências pessoais de docentes e discentes em pertencer ao Colégio Pedro II. Ano: 2011</p>	<p>Bibliotecária do NUDOM aponta os diversos símbolos que integram a rotina escolar do CPII determinantes para a constituição da memória institucional e identidade coletiva.</p>
Vera Lucia Cabana de Queiroz Andrade	<p>Título: Colégio Pedro II: um lugar de memória Ano: 1999</p>	<p>Professora e ex-coordenadora do NUDOM, descreve a relação analítica entre história-memória-educação, estabelece o Colégio como um lugar de memória.</p>
Visconde de Taunay	<p>Título: Memoriais do Visconde de Taunay. Ano: 1948</p>	<p>Escritor, jornalista e político, descreve a vida social e política do Império, destacando sua formação cultural no Colégio.</p>
Wilson Choeri	<p>Título: Geopedagogia: Uma visão geopolítica e geoestratégica para a educação no Brasil Ano: 1995</p> <p>Título: O Colégio Pedro II de ontem, hoje e futuro: uma visão e análise crítica e prospectiva. Ano: 2010</p> <p>Título: Histórias do Velho Colégio Pedro II Ano: 2004</p>	<p>Professor descreve a trajetória do ensino no Colégio e os novos paradigmas da educação brasileira.</p>

Andrade (1999) considera que parcela significativa do reconhecimento do Colégio, como “lugar de memória”, se fez também com o trabalho de reconstrução da memória, entre outros, a partir da pesquisa histórica, que reproduziu a trajetória legal do Colégio da seguinte forma:

[...] através das reformas de ensino; da criação de símbolos, que reinventaram a tradição; da organização didática das comemorações, que socializaram as lembranças de um grupo delimitado; e da geração de documentos, onde a palavra escrita transcende sua dimensão primeira de comunicação e atinge o sentido grego da revelação, extrapolando o tempo de seus produtores e fazendo emergir “*as formas de pensar, sentir, crer, e o operar de uma cultura.*” (ANDRADE, 1999, p. 98, grifo do autor).

Nestes termos, Andrade (1999, p.99) identifica três dimensões da memória que justificam esse relacionamento institucional com a sociedade:

- imagens da comunidade afetiva: criação de símbolos que perpetuam a origem monárquica da instituição;
- quadro de analogias: organização de eventos comemorativos que promovem o partilhar da experiência passada;
- preservação da documentação: valorização das lembranças para a produção da história-memória, cuja função é relembrar e resgatar o passado ilustre, na tarefa de formar novos grupos de solidariedade no presente.

No intuito de valorizar as lembranças e fortalecer a memória coletiva, a Instituição produziu e mantém, sob sua guarda, valioso patrimônio documental que se revela como importante objeto da história e da etnografia escolar brasileira, em razão mesmo da força de evocação, da sedução que produz como “lugar de memória”.

3.3. Patrimônio documental: um representante da memória coletiva e institucional

A partir da relação entre mimese e apropriação dos suportes da memória, que foi apresentada no segundo capítulo, torna-se possível adentrar no universo das significações que transita o patrimônio documental do Colégio Pedro II. Em concordância com as premissas de Rancière (2012), o patrimônio desta Instituição não produz simplesmente semelhanças, mas, produzem arquissemelhanças. Seus acervos, espaços e símbolos, são espelho e reflexo da memória coletiva e institucional, bem como testemunho histórico da própria educação no Brasil. A Instituição, construiu sua vida, através de seus materiais simbólicos; em seu fazer

cotidiano se apropriou das diferentes formas do sensível e criou representantes de sua memória que se multiplicam mimeticamente, produzindo novos sensíveis.

Como suporte da memória institucional, o patrimônio documental do Colégio traduz na sua materialidade, a intenção que lhe deu origem e sua forma é produto de uma representação imaginada, antes mesmo da sua própria configuração física. Assim como afirma Dohmann (2013, p. 38) “Os objetos podem dizer muitas coisas de seus possuidores”, podemos retomar a seguinte afirmação, citada, anteriormente: os objetos são um potencial veículo de informação, seja em seu caráter funcional de estabelecer uma ação, seja para determinar um período e espaço de tempo, passado-presente e, neste processo dinâmico, se comunicam com outros objetos e se constituem identidades. Portanto, os lugares, acervos e símbolos do Colégio veiculam informações sobre a instituição e comunidade escolar, fabricam sua autoimagem, e constroem e intensificam identidades.

O desejo de perpetuar a memória e consolidar a tradição histórica impulsionou o Colégio a investir na (re)produção de símbolos que fazem parte de uma cadeia de pertencimento e estabelecem laços de identidade, de vínculo com a Instituição. Além dos símbolos, parcela significativa da memória da Instituição está em guarda no *campus* Centro, onde encontramos valioso conjunto de bens que reflete a influência humanística da instituição na formação do corpo docente e discente. Destacam-se os Salões para eventos: Salão Nobre e Sala de Leitura; os Laboratórios de Física, Química e Biologia; e, os setores do Centro de Documentação e Memória: a Biblioteca Histórica e suas Coleções Especiais; o Centro de Estudos Linguísticos e a Biblioteca Antenor de Veras Nascentes; o Museu Histórico; e, o Núcleo de Documentação e Memória e seus acervos bibliográfico, iconográfico e histórico.

A memória do Colégio Pedro II se expressa e se fortalece, por meio de seus bens, materiais e imateriais, aqui apresentados na categoria de “patrimônio documental”, constituído por acervos, espaços e símbolos, que são por natureza um potencial veículo de informação, dinâmico e atemporal, condutor de significados e emoções que dão suporte ao legado de parcela significativa da memória coletiva e institucional.

O patrimônio documental do Colégio foi produzido, inicialmente, com o intuito de atender às necessidades da comunidade escolar e dar suporte às atividades de ensino e pesquisa. Hoje, consagra-se como lugar privilegiado da memória, especialmente, promove o partilhar das experiências e lembranças passadas e nos revela costumes e tradições que guardam em si referências à identidade e à memória coletiva, nacional e institucional. Em seus traços e vestígios deixados às novas gerações encontramos, sobretudo, o testemunho da evolução da história da educação brasileira. Seus acervos, espaços e símbolos se multiplicam

mimeticamente, reproduzindo hábitos e costumes desta Instituição e de sua comunidade escolar, conectando o passado ao presente, construindo identidades e laços de pertencimento.

Em vista disso, o Colégio Pedro II estendeu o valor de seu patrimônio para atender diferentes propósitos. Por um lado, representar a memória, consolidar a tradição e fazer declarações sobre sua própria identidade. Por outro, exercer seu poder e sua autoridade ante as outras instituições de ensino público do país, ponderando que a Instituição se afirma no *status* de “colégio padrão de ensino público”, condição que mantém desde sua fundação, conforme foi explicitado no capítulo anterior.

O patrimônio documental exerce forte influência, sobretudo, na vida da comunidade escolar. Desperta sentimentos de posse e paixão, numa relação de domínio e identidade, funciona como emulador de lembranças e veículo de emoções. Presente, diariamente, no espaço institucional, o patrimônio do Colégio confirma a vinculação da comunidade escolar a um lugar de pertencimento, ou seja, seus acervos, espaços e suas imagens são utilizados como referencial emblemático de representação da memória e afirmação da identidade.

Neste plano, o patrimônio do Colégio tem a potencialidade de sustentar e dar sentido à memória coletiva; seu uso cede lugar ao reflexo da própria imagem institucional, que assim é, constantemente, motivada a destacar sua existência no comportamento coletivo. O *campus* Centro - primeira unidade escolar -, por exemplo, guarda traços e vestígios de como era o ambiente escolar, desde sua fundação. O conjunto de objetos e símbolos deste *campus* faz retroceder no tempo recordações mais longínquas, transformando a dimensão espaço-tempo num processo dinâmico, de tal forma que o passado se torna mais presente na vida institucional. No espaço escolar, o tempo passa a ser ritualizado, todos os objetos que compõem seu ambiente passam a ter uma simbologia própria:

[...] um ritual que agrega artefatos que podem ser tomados como indícios de marcas de tempo partícipes do ritmo ou organização escolar: os relógios de parede, peças distribuídas pelos almoxarifados às escolas como parte do mobiliário escolar; os livros de conto que muitas vezes anunciam a hora do conto como integrante da rotina escolar; os manuais que esquadrinham minuciosamente o tempo a ser dedicado a cada atividade; as caixas de jogos que denunciam momentos dedicados a atividades lúdicas. (VIDAL; SILVA, 2010, p. 41).

Dentro deste processo que resulta a ritualização do passado, podemos também considerar as celebrações que ocorrem, anualmente, no Colégio Pedro II, especialmente, no *campus* Centro. As cerimônias são realizadas com o propósito de homenagear os alunos e funcionários da Casa pelos seus feitos, no passado. No entanto, acabam perpetuando a tradição institucional e, oportunamente, facilitando a comunidade escolar a reevocar

lembranças e resgatar, no tempo, fatos e experiências vividas no passado. Para Pomian (2000), essa ritualização da memória estabelece uma relação imediata entre o presente e o passado,

[...] tudo acontece como se o intervalo que nos separa dos acontecimentos de fundo não tivesse realidade alguma, ou pelo menos como se a perdesse no decurso da cerimônia, como se, enquanto esta é celebrada, o tempo permanecesse em suspenso. Aqui a memória colectiva é considerada como sendo capaz de transformar, em determinadas condições, uma recordação, uma imagem ou uma relíquia, numa presença real, de efectuar mais do que uma reevocação: uma ressurreição do passado. (POMIAN, 2000, p. 513).

Por sua vez, os acervos do Centro de Documentação e Memória, constituídos, inicialmente, para dar suporte às atividades de ensino, transmitem hoje os atos administrativos e as práticas pedagógicas que eram realizadas pela instituição, desde o século XIX, e atestam o grau de conhecimento de seus docentes e discentes, configurando-se como principal fonte de informação para quem tem interesse em estudar a história da educação brasileira. Mais do que isso, os acervos deste Centro registram lembranças, remontam fragmentos históricos, desvendam lugares, datam acontecimentos e revelam personalidades importantes em diversas áreas da cultura do nosso país, que estudaram ou fizeram parte do corpo docente. Certamente, sem o registro de todos esses vestígios seria inviável recuperar o passado institucional, que estaria agora, disperso no tempo, sujeito ao esquecimento. Retomando a afirmação de Fernandes (2013): os suportes da memória são criados como forma de registro das lembranças da humanidade para o futuro.

Assim como os acervos, os símbolos do Colégio também transmitem tradições e costumes de gerações passadas. Por meio da ritualização da memória, torna-se possível evocar lembranças, construir identidades e formar laços de pertencimento. Cada componente de sua estrutura possui propriedades interdependentes relacionadas, diretamente, às particularidades da Instituição. Os símbolos são veículos de comunicação carregados de afetividades e reminiscências. Perpetuam a memória, por meio do imaginário; a Tabuada do Colégio é um exemplo disso. Para Bibiani (2003), um símbolo é muito mais que um simples instrumento que decodifica a mensagem de um signo ou sinal. Consiste na transmissão do significado de um gesto, de uma figura, de um emblema, de uma insígnia que, por sua vez, serve de instrumento simbólico para representar uma nação, uma instituição, uma corporação, os nomes de família e assim por diante.

Entende-se, portanto, que a cultura material do Colégio pode trazer diversas significações e ser interpretada de diferentes formas. No entanto, acredita-se que a intenção principal desta Instituição ao criar e se apropriar dos suportes da memória é, além de

perpetuar sua tradição e memória no futuro, ser reconhecida pela sua própria identidade. Nos tópicos que seguem, são apresentados o patrimônio documental e suas peculiaridades, a começar pelos símbolos.

3.3.1. *Símbolos*

No intuito de preservar a memória para a posteridade, a Instituição criou representantes de seu estatuto e de sua posição histórica que se multiplicam, mimeticamente, reproduzindo tradições e costumes de gerações passadas. Os símbolos do Colégio Pedro II transmitem lembranças que afetam os alunos e funcionários da Casa, cujas memórias conectam o presente ao passado e, a partir disso, geram uma experiência única e marcante em suas vidas, construindo, assim, identidades e laços de pertencimento.

De acordo com Andrade (1999), os símbolos são o meio utilizado pelo Colégio para proclamar sua identidade, sugerir respeito, constatar lealdade e revelar o passado institucional. Um conjunto de práticas e representações institucionalizadas no tempo, em seu fazer cotidiano, que tencionam reconhecer uma identidade social, fortalecer uma tradição, exibir uma maneira própria de estar no mundo, que preserva a imagem de um Colégio padrão de qualidade, conferindo-lhe reconhecimento público. Assim, a autora afirma:

Para a abordagem do Colégio Pedro II como um lugar de memória é necessária a compreensão das múltiplas dimensões de sua memória coletiva que oculta a percepção da ruptura do equilíbrio institucional e expressa o desejo de retorno a ritos do passado; ao mesmo tempo em que reconhece o desaparecimento do passado glorioso, o recria na repetição da tradição. (ANDRADE, 1999, p. 99).

Neste sentido, podemos destacar os principais símbolos do Colégio: a bandeira, o uniforme, o hino, a tabuada, os prêmios, os títulos, o sino e o mastro. No entanto, estes dois últimos são mencionados no próximo tópico; tanto o sino quanto o mastro estão, sob a guarda do *campus* Centro.

Bandeira

A bandeira do Colégio Pedro II, constituída pela esfera armilar circundada por ramos de café e tabaco, foi (re)inventado pela tradição para ser usada como símbolo permanente do passado glorioso. A esfera armilar foi a divisa pessoal do Rei de Portugal e Algarves, D. Manuel I, sendo o primeiro a adotar, além do pavilhão real, um símbolo pessoal no trono

português, no ano de 1495. No auge da expansão marítima, a bandeira de D. Manuel I era levada pelas naus das Armadas das Índias de Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral, representando, alegoricamente, a ciência geográfica da época – o céu, a Terra e o domínio científico da astronomia – e, simbolicamente, a autoridade – o império e o domínio, o poder e a soberania – figurando como uma das mais antigas tradições heráldicas do Brasil. (ANDRADE 1999).

A bandeira do Império, criada logo depois da Independência do Brasil, conservou a tradicional esfera armilar e introduziu a Cruz de Cristo, o anel de estrelas, os ramos de café e tabaco e a coroa imperial como timbre. [...] A esfera armilar, após ter sido exclusiva de D. Manuel, fez parte da bandeira do Principado do Brasil, vindo a integrar, com D. João VI, a bandeira do Reino Unido e figurar em cor azul na coroa dos dois imperadores do Brasil. A Cruz da Ordem de Cristo tornou-se um símbolo quase oficial da nação portuguesa, tendo sua representação, na bandeira nacional, o significado da emancipação pacífica do Brasil e a opção pela monarquia, com a união das províncias. A combinação verde-amarelo representou, politicamente, a adoção das cores da Casa de Bragança (verde, azul e branco de D. Pedro I) e da Casa de Habsburgo – Lorena (amarelo ouro de D. Maria Leopoldina) e, de forma telúrica, a expressão “da riqueza e da primavera eterna do Brasil”. (ANDRADE, 1999, p. 103).

Andrade (1999, p. 103) reconhece que a bandeira do Colégio Pedro II foi uma simplificação da bandeira de D. Manuel I e da bandeira Imperial, tradição inventada sem registro legal de criação, “símbolo que integra o Colégio ao Estado e à Nação, ainda que uma nação pensada nos padrões imperiais, mas mesclada, cada vez mais, pelos elementos circunstanciais republicanos”.

A ideia de construção do Estado Nacional pautou-se, em muitos momentos, na elaboração de imagens representativas de atos gloriosos do passado. Os símbolos nacionais foram concebidos, de forma a promover uma identificação com a causa nacional. Conforme assinalado por Hall (2006, p. 51), as “culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a ‘nação’, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades”. A nação é representada por imagens e símbolos, cujas memórias conectam o presente ao passado, construindo a ideia de pertencimento.

Considerando os significados de cada componente presente na bandeira, no âmbito dos estudos em heráldica, podemos inferir que a esfera armilar branca personifica a nação; envolvida por ramos verdes de café e tabaco, que significavam a riqueza da terra, os mesmos podem ser considerados estereótipos da educação, vista como uma riqueza, um bem cultural que deve ser preservado e perpetuado para todas as gerações; o fundo azul-céu, cor-imagem nacional da monarquia, onde se insere a origem da escola oficial do Estado. O bicromo verde-amarelo não era bem visto por um número considerável de artistas e intelectuais, durante a

monarquia, pela conotação vulgar das vestes dos bobos das cortes desde a Idade Média, vindo, supostamente daí, a opção pelo azul absoluto, cor esta sempre associada à monarquia. (ANDRADE 1999).

A bandeira do Colégio Pedro II é utilizada de formas variadas pelos servidores e pela comunidade escolar, a fim de atender a diferentes propósitos, seja em documentos oficiais, exposições culturais, sites e redes sociais, oficiais ou não, assim como no emblema dos uniformes e acessórios de alunos. Nas figuras abaixo, encontramos modelos variados como forma de uso; as primeiras figuras são as logomarcas oficiais em duas versões de cores. Logo abaixo, verificamos duas marcas que foram confeccionadas, especialmente, para as comemorações de 170 e 175 anos do aniversário do Colégio. As três últimas imagens, são o logo do *campus* Centro, mesmo tipo aplicado para todos os outros campi, e logos elaborados para os setores do CEDOM: antigo Laboratório de Digitalização do Acervo Histórico e Núcleo de Documentação e Memória. Todos os documentos digitalizados pelo Laboratório já saem do setor com esta logomarca, e o logo do Núcleo é utilizado para os eventos patrocinados pelo setor, na confecção de brindes, folders e convites.

Figura 5: Logo versão em azul.



Fonte: Site oficial do Colégio Pedro II.

Figura 6: Logo versão em amarelo.



Fonte: Site oficial do Colégio Pedro II.

Figura 7: Logo de 170 anos do CPII.



Fonte: Site oficial do Colégio Pedro II.

Figura 8: Logo de 175 anos do CPII.



Fonte: Site oficial do Colégio Pedro II.

Figura 9: Campus Centro.



Fonte: Site oficial do Colégio Pedro II.

Figura 10: Logo do NUDOM.



Fonte: Site oficial do Colégio Pedro II.

No intuito de padronizar o uso do brasão pelos servidores e pela comunidade escolar, a equipe de Comunicação Social criou o “Manual de Aplicação da Marca” onde há orientação, desde 2016, da forma correta de utilização da logomarca em documentos oficiais, peças gráficas e audiovisuais etc., e estabelece as configurações e restrições para uso, como cor, tamanho, tipografia e aplicações, bem como arquivos para download da marca, em diferentes formatos e versões¹⁴.

Prêmios e títulos

O Colégio homenageia seus alunos e professores com prêmios e títulos simbólicos que, conseqüentemente, resultam no fortalecimento da tradição institucional e na construção de identidades. No início de cada ano letivo, em Sessão Solene, ocorre a entrega da “Pena de Ouro”, prêmio simbólico aos alunos que tiveram melhor destaque no ensino médio pelo desempenho no ano anterior, passando este, sucessivamente aos novos agraciados.

Com o prêmio “Pantheon” e o título de “Alunos Eminentés”, são agraciados os ex-alunos que tiveram sucesso na vida pública, seja política, cultural, ou outra, concedidos pela Congregação do Colégio. O Título honorífico de “Aluno Eminente”, oficialmente, aparece pela primeira vez, no Regimento de 1987 do Colégio¹⁵. Na Sessão Solene da Congregação, no dia 16 de dezembro de 1987, foi entregue pelo Vice-Diretor Carlos Potsch o título de “Aluno Eminente” ao professor e, então Diretor-Geral, Tito Urbano da Silveira. No entanto, o professor Choeri esclarece que essas condecorações já foram concedidas no passado, pelo Colégio, e voltam a ser entregues aos seus ex-alunos, na década de 1970. (O COLÉGIO PEDRO II, 2013).

A titulação de “Aluno Eminente” não se restringe e é a sua concessão tão somente aos ex-alunos, que tenham ocupado altas funções na esfera da Administração Pública ou Comunitária ou que tenham acadêmica e culturalmente relevância. [...] A condição “sine qua non” é ter honrado, com trabalho profícuo e jamais ter perdido ou deixado de lado o “espírito público” que o Colégio Pedro II lhe tenha ensinado: a ética e o espírito de cidadania operante. (O COLÉGIO PEDRO II, 2013, p. 44).

São homenageados, ainda, com o título de “Bacharel *Honoris Causa*”, concedido desde o período do Império, aos alunos concluintes do ensino médio. Já o título de “Bacharel

¹⁴ Disponível em: http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2017/manual_marca/index.html. Acesso em: 20 jul 2017.

¹⁵ Regimento Interno do Colégio Pedro II. Portaria n. 503 de 28 de setembro de 1987. Capítulo V- Disposições Gerais. Art.27 O Colégio Pedro II poderá conceder os seguintes títulos honoríficos: I- Professor Honorário; II- Professor Emérito; III- Bacharel “Honoris Causa”; IV- Aluno Eminente.

em Ciências e Letras”, mantido na República e confirmado, por decreto presidencial, em 1937, ano do centenário da fundação do Colégio, é concedido aos ex-alunos que, igualmente, tiveram destaque na vida pública e continuam, referenciando o Colégio Pedro II. Com o título de “Professor Emérito”, os professores que tenham se destacado, ao longo de suas carreiras, como membros docentes do Colégio.

Hino e Tabuada

A música do Hino foi composta pelo maestro Francisco Braga, mesmo compositor do Hino da Bandeira Nacional e a letra foi escrita por Hamilton Elias, Aluno Eminente do CPII. O Hino foi executado, pela primeira vez, no dia 2 de dezembro de 1937, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro, em sessão solene pela comemoração do centenário da Instituição, onde os orfeões do Externato e Internato foram regidos pelas professoras Maria Elisa de Freitas Lima e Luciana Villa-Lobos. Estiveram presentes professores e alunos do Colégio, Ministros de Estado, Prefeito do Distrito Federal e demais autoridades, convidados e, o então Presidente da República, Getúlio Vargas¹⁶.

A Tabuada foi escrita por Nilton Batinga, jornalista e criador também da Revista Ciências e Letras, publicada e mantida pelo grêmio do Colégio. (O COLÉGIO PEDRO II, 2013).

Figura 11: Tabuada do Colégio Pedro II.

<p>Ao Pedro II, tudo ou nada? Tudo! Então como é que é? Tabuada! Três vezes nove, vinte e sete. Três vezes sete, vinte e um. Menos doze ficam nove. Menos oito fica um! Zum! Zum! Zum! Paratibum! Pedro II!</p>

Fonte: Site oficial do Colégio Pedro II.

¹⁶ Publicado em 30 Setembro 2014 no site do Colégio. Disponível em: http://www.cp2.g12.br/cpii/hino_cp2.html. Acesso em: 05 de dez. 2016.

A memória coletiva é fortalecida e provocada, desde os anos iniciais do primeiro segmento do ensino fundamental no Colégio. São apresentados aos alunos da pré-escola e da alfabetização, mesmo sem saber ler ou escrever, o Hino e a Tabuada, em suas atividades recreativas e brincadeiras de lazer. “Subliminarmente, antes de alfabetizada, a criança dos “Pedrinhos”, antes de conhecer, insista-se, as letras do alfabeto, é inoculada ou, diríamos, vacinada para o futuro com o vírus da Tradição...” (O COLÉGIO PEDRO II, 2013, p. 37).

Não há, sem sombra de qualquer dúvida, entre os alunos e ex-alunos, aquele que não saiba entoar a “Tabuada”. Reunidos, ouvindo o grito de chamamento: “Ao Pedro II, tudo ou nada!!”, é respondido “Tudo”, em alto brado, de modo vibrante, segue-se o cantochão da tabuada. Ela é grito de luta, de resistência, de confraternização, alegria e, raramente, nas solenidades em que há regozijo e alunos, venha a faltar a “Tabuada” de encerramento. (O COLÉGIO PEDRO II, 2013, p. 37).

Assim, a tradição do Colégio Pedro II é enraizada e repassada de geração em geração pelos membros da comunidade escolar, se perpetuando no espaço e tempo, especialmente, por meio do Hino e da Tabuada. Seus alunos e ex-alunos já têm decorada a Tabuada e quando há um (re)encontro entre eles, independente do lugar que isso aconteça, fazem questão de entoá-la como forma de identidade e pertencimento ao grupo e à Instituição. Tipicamente comum nos depararmos com um grupo de ex-alunos que, como forma de testar e confirmar terem pertencido à comunidade escolar, pedem uns aos outros para recitar a Tabuada. “Enquanto houver ex-alunos do Colégio, se um possível ato equivocado, desvairado quiser vir a extingui-lo, jamais poderá destruí-lo ou amesquinhá-lo, enquanto puder ser gritada a Tabuada e se cantar o Hino do Colégio.” (O COLÉGIO PEDRO II, 2013, p. 41).

Uniforme

O uniforme dos alunos do Colégio Pedro II vem, no decorrer dos tempos, apresentando muitas mudanças em sua modelagem, bem distinta daquela confeccionada em seu primeiro traje estudantil. Tais variações nos permitem identificar e reconhecer as diferentes fases e reformas institucionais e educacionais, assim como as transformações sociais, políticas e culturais, retratando épocas históricas e costumes da sociedade. Destaca-se na figura abaixo, o primeiro uniforme utilizado pelos alunos do Colégio.

Figura 12: Primeiro uniforme do Colégio.



Fonte: Acervo do Museu Histórico do Colégio Pedro II.

Em face da sua origem à sombra dos seminários católicos de São Pedro e de São Joaquim, o Colégio Pedro II expressou, nos uniformes de seus alunos, a moda dessas instituições religiosas. Logo após a transformação do antigo Seminário de São Joaquim em colégio público de instrução secundária, tornou-se necessário não somente renovar a filosofia escolar, tomando como modelo os educandários franceses da época, mas, especialmente, remodelar os trajes estudantis, substituindo a bata religiosa pela jaqueta e pelo quepe de estilo Biedemeier, traduzindo um novo modelo de instituição escolar. (SANTOS; ANDRADE, 2016).

Mas as mudanças políticas da sociedade se expressaram também nos novos uniformes escolares do Colégio Pedro II após a instauração do regime republicano no Brasil, a partir de 1889, demonstrando que a vida escolar era igualmente uma questão política. A normatização define como a atenção à construção dos uniformes escolares era detalhista, alcançando a padronização dos botões, traduzindo como a rigidez disciplinar do ensino se confundia com a rigidez militar, sob uma certa compreensão de patriotismo que marcou a construção da República no Brasil. (SANTOS; ANDRADE, 2016, p. 15).

Com a entrada do corpo feminino no quadro discente, na década de 1930, o Colégio novamente precisou redefinir seu uniforme escolar, preocupando-se em manter os costumes da sociedade daquela época.

Nas décadas de 1930, 1940 e 1950, no uniforme, obrigatório do Colégio, tanto no dos meninos como no das moças, traziam em cada lapela dois ramos bordados: o do café e do tabaco; e o Globo Armilar, indicativo dos estudos de humanidades. No dólman caqui ou branco (de gala) era obrigatória camisa social branca e gravata preta.

A gravata preta simbolizava o luto e homenagem póstuma ao Imperador D. Pedro II. O debrum fino de cor azul que envolvia, à esquerda e direita a calça, os punhos e a gola dos uniformes dos rapazes simbolizavam os dois

grandes rios brasileiros: O Amazonas e o São Francisco. (O COLÉGIO PEDRO II, 2013, p. 38).

Com o passar dos anos, o modelo dos trajes dos uniformes foi sendo simplificado, procurando sempre adaptar-se aos novos tempos. Apesar disso, o uniforme escolar continua mantendo e resgatando as principais peculiaridades da Instituição, não dispensando a esfera armilar e o filete de cor azul.

Diante do apresentado, verifica-se a necessidade de estudar, analisar e interpretar mais profundamente o papel desempenhado pela simbólica ao longo da história da instituição Pedro II, já que as interpretações analíticas desses atributos podem aludir ou relacionar-se a acontecimentos, tradições e lugares de memória. Nesta perspectiva, podemos citar Nora (1993) quando nos afirma que “a memória perdura-se em lugares como a história em acontecimentos”.

Neste sentido, reportando-se aos símbolos do Colégio, podemos perceber que a Tabuada é revestida de suprema simbologia e cantada, a todo o momento e, em qualquer lugar, dentro e fora da Instituição, na voz de seus alunos, quando são firmados os laços de pertencimento a esta instituição de ensino. Já o brasão, o emblema e o uniforme são utilizados, diariamente, pelos alunos e representa o lugar ao qual pertencem e de onde provém, ao mesmo tempo em que faz desses símbolos um novo sensível dado à percepção.

Percebemos, também, que as cores da bandeira e os designs dos uniformes do Colégio configuram estilos e modelos que nos ajudam a identificar determinada época, numa relação espaço-temporal e carregam em si uma cadeia de significações.

Nas premissas de Dohmann (2013), aos objetos são atribuídos valores simbólicos que estão, inexoravelmente, ligados ao contexto em que foram produzidos, seja dentro ou fora do espaço de produção. Nesta perspectiva, observamos que os símbolos do Colégio ultrapassam o valor de uso que lhes foi conferido, no ato de sua criação, agora valorados pelo que significam à instituição e à comunidade escolar, como fomentadores da memória coletiva e propulsores de identidades e de laços de pertencimento.

Portanto, analisar e interpretar os elementos que compõem os símbolos do Colégio Pedro II é de extrema valia, já que esses elementos detêm parte do processo da memória e da identidade institucional. Os elementos simbólicos representam etapas marcantes da própria História do Brasil e são considerados importantes, no sentido de enriquecer a construção de uma memória que valorize a identidade nacional e institucional.

3.3.2. *Campus Centro*

O casarão da antiga Rua Larga de São Joaquim, atual Avenida Marechal Floriano, foi reformado em 1831, pelo arquiteto francês Gradjean de Montigny e, posteriormente, no ano de 1874, foi ampliado por seu discípulo, Francisco Joaquim Bethencourt da Silva, arquiteto brasileiro, formado pela Academia Imperial de Belas Artes, sendo o primeiro arquiteto do país responsável pelos projetos de modernização e construção de prédios públicos, assim como fez no Colégio Pedro II, dando ao educandário a sua atual fachada em Estilo Neoclássico.

Em 19 de maio de 1983, o *campus* Centro foi tombado pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, mediante processo nº 1031-T-1980, inscrição nº 489, Livro Histórico, fls.86, Inscrição nº550, Livro Belas Artes fls. 4, vol. II. Desta forma, toda e qualquer alteração ou manutenção deve ser avaliada e acompanhada pelo Instituto.

Sendo reconhecido como “um bem nacional” que guarda significativa parcela da memória institucional e nacional, representada pelo conjunto de acervos, espaços e símbolos, hoje, ainda conserva os traços originais de sua fundação. “O prédio [...] destaca-se e se sobressai por sua cúpula externa, de forma campanular, que se ergue imponente e plasticamente, semelhante àqueles que embelezam muitos edifícios europeus.” (O COLÉGIO PEDRO II, 2013, p. 47).

Com uma suntuosa arquitetura, avista-se logo nos *halls* de entrada, escadas de ferro fundido, fabricadas na Alemanha, cidade de Wittenberg, por Eisenwerk Joly de Wittenberg e instaladas, provavelmente, no Colégio, no século XX. Destaca-se, no segundo *hall* de entrada, escada de maior beleza, contendo dois lados para acesso ao piso superior em estilo caracol e pisos formando desenhos geométricos. As escadas apresentam um elegante estilo *art nouveau*, confeccionadas em ferro batido com degraus em mármore Carrara e balaustres de ferro, com ornamentação rendilhada e floral.

No interior do prédio, encontram-se luxuosos lustres em cristal pendentes; amplos corredores, salas de aula e gabinetes de professores; galeria de quadros de formatura dos Bacharéis em Ciências e Letras, dos anos iniciais de 1900 até a década de 1950; galerias de fotos dos ex-diretores do *campus* e dos ex-presidentes da República; galeria de assinatura dos homenageados com o título Bacharel *Honoris Causa*; bustos de importantes personalidades tanto para o Colégio quanto para o país, como o de Tito Urbano, ex-professor e ex-diretor deste *campus*, responsável pela criação das comumente reconhecidas unidades Pedrinho, e os

bustos de Bernardo Pereira de Vasconcelos e de Dom Pedro II quando criança e outro já adulto.

No pátio deste *campus*, encontram-se dois importantes símbolos vindos do Império: o sino, feito com material em bronze, badalava nas ocasiões especiais como, por exemplo, para anunciar as presenças do Imperador D. Pedro II e, na República, do Presidente. Está também o mastro, imponente peça de metal que pertencera à canhoneira Parnaíba que participou da Batalha do Riachuelo, na Guerra do Paraguai, retirado, possivelmente, no início da década de 1940. (O COLÉGIO PEDRO II, 2013).

O antigo Externato mantém, ainda, sob sua custódia, os Laboratórios de Física, Química e Biologia; o Salão Nobre e Sala de Leitura; e, os setores do Centro de Documentação e Memória que são tratados, especialmente, no tópico 3.3.

Os primeiros indicativos que registram a necessidade da criação dos Laboratórios de Física, Química e Biologia (antigo História Natural) constam no Capítulo XXIV, do Regulamento de 1838. O artigo n.151 deste capítulo estabelece que: “Haverá também hum Gabinete de Physica, hum Laboratório de Chimica, e huma collecção elementar dos productos dos tres Reinos vegetal, mineral e animal”. (BRASIL, 1838, p. 83).

Os Laboratórios possuem um conjunto de objetos representativos dos procedimentos educativos em aulas experimentais, especialmente, do início do século XX. O Laboratório de Biologia, em especial, possui um acervo significativo de espécies animais empalhadas. Talvez estes sejam o testemunho mais valioso e expressivo brasileiro nessas áreas, despertando interesses de pesquisa das instituições históricas mais conceituadas do país.

A construção do Salão D. Pedro II, conhecido hoje como Salão Nobre, foi uma das transformações mais significativas realizadas no *campus* Centro. Inaugurado em 27 de fevereiro de 1875, o Salão foi projetado com o propósito de reproduzir o cenário educacional, histórico, cultural e político do século XIX. Suas particularidades, claramente percebíveis, tanto por sua riqueza arquitetônica como por toda sua simbologia histórica, pode ser encontrada em seus traços. O teto foi esculpido em formato de abóbada talhada e adornado com florões e arabescos de cores vivas e variadas. Destaca-se um quadro a óleo de D. Pedro II Jovem, simbolizando a presença constante do seu patrono no educandário¹⁷. Em seu aspecto simbólico e histórico, apresenta uma dimensão humanista que direcionou e envolveu o Colégio, quando da sua formação, ao esculpir os bustos representando os imortais: Homero,

¹⁷ De acordo com Joaquim Manuel de Macedo, em seu livro “Um passeio pela Cidade do Rio de Janeiro, de 1862, onde podemos encontrar a descrição mais antiga e detalhada do prédio original do Colégio, verifica-se que outrora existia uma sala chamada “do retrato” onde ficava este quadro do Imperador. (ANDRADE, 1999).

Sócrates, Virgílio, Dante, Galileu, Tasso, Camões e Shakespeare, refletindo o peso acadêmico do bacharelado em humanidades.

No discurso proferido pelo professor Roberto Accioli, em 2 de dezembro de 1959, por ocasião da visita do Presidente da República Juscelino Kubitschek ao Colégio, para as homenagens do 122º aniversário da Instituição, são apresentados mais detalhes do Salão Nobre:

Mede o rico salão [...] 37 m de extensão sobre 10,65 m de largura e 7,4m de altura, dimensões que mostram que é muito extenso em relação à largura [...] o soalho forma um lindo mosaico de preciosas madeiras do País, constituindo florões e festões de cores vivas e variadas e delicados arabescos; é esse soalho um lindo e rico espécime da opulenta flora brasileira, sentindo-se, referia ou consagrado autor que nossa indústria não esteja ainda assaz adiantada, para serem aproveitadas em móveis e objetos de arte e luxo essas madeiras de cores variadas, de forte consistência e desenhos admiráveis. (Informação verbal¹⁸).

Naquela época, o Salão tornou-se o lugar de referência para as comemorações culturais e sociais do Império, como as refeições de grau de Bacharel em Ciências e Letras e dos doutores em medicina, os concursos para a cátedra que alguns, inclusive, contavam com a presença do Imperador D. Pedro II e os saraus literários. (ANDRADE, 1999).

Atualmente, continua sendo utilizado como principal local da Instituição para a realização das grandes solenidades e dos eventos de maior relevância como, por exemplo, as aulas magnas, no início de cada ano letivo e as comemorações pelo aniversário da instituição, no dia 2 de dezembro, bem como as homenagens com entrega de prêmios simbólicos para os alunos e professores da Casa.

Na Sala de Honra, mais tarde transformada em Salão de Leitura, não menos importante, ocorrem eventos de menor porte, pois, atualmente, o espaço abriga a Biblioteca Escolar do *campus* Centro. O salão amplo e extenso mantém preservado piso revestido com taco de madeira de lei, lustres de cristal pendentes e um quadro a óleo de D. Pedro II¹⁹, retratando o monarca na fase adulta, que destacam a decoração do ambiente e encantam os visitantes que por ali passam. Além disso, possui um piano que é utilizado pelos alunos e funcionários em eventos. Desde sua fundação, o Salão foi designado como espaço para estudos e, logo nos primeiros anos do Colégio, às reuniões da Congregação.

¹⁸ COLÉGIO PEDRO II. Anuário do Colégio Pedro II. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955, v.16, p.231.

¹⁹ Retrato a óleo do velho imperador de corpo inteiro, levando nas mãos o decreto de fundação do Colégio, obra do pintor Carlos Osvald que foi inaugurada em 2 de dezembro de 1928, na comemoração de 103 anos do monarca e 91 anos do Colégio.

Para a Comissão da Memória Histórica do Colégio Pedro II, os salões representam espaço não só de celebração de eventos, mas, principalmente, lugar para evocação da memória coletiva da comunidade docente e discente petrosecundense.

Curioso destacar, ainda, que, em frente à porta de entrada do Colégio, avista-se, do outro lado da Avenida Marechal Floriano, uma estátua de bronze do Ministro Bernardo Pereira de Vasconcelos, na qual se apresenta caminhando em direção ao educandário, trazendo em uma das mãos um livro e na outra o decreto de sua fundação. Na tentativa de interpretar seus aspectos simbólicos, perante a homenagem do Colégio dedicada ao Ministro, podemos perceber a importância que esta instituição tradicional de ensino teve para o progresso da nação. Bernardo, representante do Estado, coloca-se incumbido do compromisso de mantê-lo em funcionamento, bem como da responsabilidade de garantir este legado às novas gerações.

Diante das particularidades do *campus* Centro, apresentadas acima, podemos reconhecê-lo como um “lugar de memória”, lugar capaz de “contar” e “resgatar” histórias, através de seu patrimônio documental. Seus bens materiais e imateriais refletem práticas que conferem significados aos lugares, aos indivíduos e aos grupos que lá pertencem, possibilitando reconstruir investigações histórico-educativas, problematizar certas categorias sociais e dar novo significado a algumas pautas de investigações, tais como: o tempo escolar, o espaço escolar, o currículo, os manuais didáticos, as autobiografias, as memórias etc. Ou seja, seus bens têm valor inestimável para a instituição e alto grau de relevância para a pesquisa em diversas áreas do conhecimento, pois dimensiona a importância do Colégio no desenvolvimento da Educação Brasileira.

3.3.3 Centro de Documentação e Memória

Durante os anos, o Colégio Pedro II produziu diversos documentos no cotidiano da administração escolar, gerados a partir do resultado de suas atividades, no cumprimento de seus objetivos e suas finalidades, que retratam a história da educação brasileira. Manteve ainda, sob sua custódia, valioso acervo bibliográfico, hemerográfico, iconográfico, museológico e histórico, bem como coleções especiais que refletem a influência humanística da Instituição, na formação do corpo docente e discente.

Para garantir a salvaguarda de seus acervos e de suas coleções, hoje considerados históricos e especiais, fez-se necessário criar espaços destinados à guarda e à preservação,

evitando-se, assim, os riscos da efemeridade. Em 04 de agosto de 2014, através da portaria nº 4.231, foi instituído o Centro de Documentação e Memória, no *campus* Centro, para reunir os diferentes setores já existentes no Colégio, responsáveis pela proteção de seu patrimônio documental. Os objetivos do CEDOM são:

- Coordenar os setores existentes no Colégio Pedro II dedicados à preservação, conservação e divulgação do acervo histórico e documental da Instituição.
- Estabelecer a padronização técnica, metodológica, pedagógica e de funcionamento desses setores.
- Promover eventos de divulgação da história e memória do Colégio Pedro II.

Atualmente, o Centro realiza a coleta, preservação e divulgação dos acervos e coleções destes setores, além de subsidiar os trabalhos de pesquisa e extensão de sua comunidade escolar e de outras instituições de ensino, em nível de graduação e pós-graduação. Os setores que fazem parte do Centro são: o Museu Histórico, criado na década de 1980, que guarda traços e vestígios de como era o ambiente escolar desde o séc. XIX; a Biblioteca Histórica e suas Coleções Especiais, doadas pelas famílias de professores e ex-alunos; o Centro de Estudos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes; e, o Núcleo de Documentação e Memória, principal fonte de informação para o estudo da história da educação brasileira.

Reconhecido como polo cultural e guardião da memória histórico-institucional, registrada em livros, manuscritos, imagens, objetos, depoimentos escritos e orais, o CEDOM atua como fomentador da memória coletiva e propulsor de identidades e de laços que se formam, dos que ali se fazem presentes e se sentem pertencer. O valor informacional de seus acervos e suas coleções servem à reconstrução histórica e à sociedade, à medida que também validam, não apenas o discurso historiográfico sobre o tema, como os capitais simbólicos por trás dos elementos constituintes da imagem e da identidade do Colégio.

O Centro assume, ainda, o papel de laboratório para a produção e troca de saberes. Seus acervos e suas coleções possuem valor inestimável para a Instituição e alto grau de relevância para a pesquisa, pois dimensionam a importância do Colégio no desenvolvimento da Educação Brasileira. Suas fontes de informação e de memória têm sido objeto de investigação de pesquisadores, nas diferentes áreas do conhecimento, em toda parte do país, tomando como base os inúmeros trabalhos de pesquisa desenvolvidos no âmbito escolar e fora dele, que possibilita novos e amplos estudos, acerca da referida instituição de ensino.

Nos tópicos a seguir, são apresentadas as particularidades de cada setor do Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II, a começar pelo Museu Histórico.

3.3.4. Museu Histórico

O Museu Histórico, criado em 1979, guarda traços e vestígios de como era o ambiente escolar, desde o século XIX. Possui objetos das aulas experimentais de instrução militar; uniformes e objetos antigos de alunos; cadernetas dos estudantes do Internato e Externato; provas manuscritas dos alunos, incluindo, nessa coleção, a prova do ex-presidente da República, Washington Luis; emblemas; diplomas; dispositivos do antigo laboratório de geografia; quadros com retratos dos professores catedráticos que fizeram nome ao Colégio; quadros de formaturas, em especial, o quadro de quando o Colégio se chamava Gymnasio nacional, com bacharelados do ano de 1902; e, quadro com as fotos das dependências do antigo Internato, sendo hoje principal fonte de pesquisa, pois registra como era esta unidade antes do incêndio, em 1961.

Tem sob sua responsabilidade a conservação e divulgação da história e memória da Instituição, por meio de objetos, documentos e fotos. O Museu desenvolve, ainda, atividades de educação patrimonial, promovendo visitas guiadas para a comunidade discente, com o objetivo de desenvolver orientações básicas sobre o patrimônio histórico do qual fazem parte, desde os anos iniciais do Ensino Fundamental.

3.3.5. Biblioteca Histórica e Coleções Especiais

A criação da Biblioteca do Imperial Colégio de Pedro II, atual Biblioteca Histórica, é referida no Regulamento n.8, de 31 de janeiro de 1838, Capítulo XXIV, artigo n.146 que dispõe sobre os Estatutos do Colégio, tal como os Laboratórios de Química, Física e Biologia, em que podemos identificar as primeiras diretrizes para a realização das atividades administrativas e as deliberações sobre a estrutura, finalidade e o funcionamento assinados pelo ministro do Império, Bernardo Pereira de Vasconcelos.

A Biblioteca Histórica, situada no primeiro pavimento do *campus* Centro, é composta por coleções especiais, raras e/ou preciosas, que refletem a influência humanística na formação do corpo docente e discente do Colégio Pedro II, desde sua fundação e agrega coleções especiais, formadas de acervos pessoais de professores e de um aluno eminente, doados à Instituição. Tem por objetivo, disseminar a preservação do patrimônio documental brasileiro, além de subsidiar os trabalhos de pesquisa científica em nível de graduação e pós-graduação. De acordo com as especificidades de pesquisa e do acervo, a Biblioteca não

mantém assinaturas de periódicos, pois as obras, atualmente, são incorporadas ao acervo, por doação. As coleções estão divididas em duas partes: Coleções Especiais e Acervo Antigo.

Coleções Especiais

As Coleções Especiais são constituídas por acervos pessoais doados por professores da Casa e pelo aluno eminente Hélio Thys, ou pelos seus familiares e de coleções já existentes na antiga biblioteca do Externato do Colégio Pedro II. Os acervos estão acondicionados em sala anexa ao Acervo Antigo. As obras estão armazenadas em estantes de ferro e de madeira, separadas em espaço distinto, formando conjuntos de obras de seus respectivos doadores, onde podemos encontrar, além de livros, objetos pessoais, como máquina de escrever, escrivaninha, mesa, cadeira, fichário, quadro de retratos, para não citar todos.

Fazem parte do conjunto de acervos as seguintes coleções: Professor Cândido Jucá Filho; Professor Roberto Bandeira Accioli; Professor Haroldo Lisboa da Cunha; e, Hélio Thys. A Coleção do ex-professor catedrático, Cândido Jucá Filho, linguista e filólogo, é composta por cerca de 4.000 volumes, doados à Instituição, em 2 de dezembro de 1992, formada, basicamente, por publicações especializadas em Filologia. Possui valiosas primeiras edições de clássicos da Literatura Brasileira e grande número de obras de José de Alencar e, sobre ele, que era área de estudos deste Professor. Destaca-se, também, o acervo de Literatura Portuguesa, especialmente, a coleção Camiliana e as obras de referência. Reúne, ainda, arquivos pessoais, fichas de pesquisa filológica, manuscritos e publicações de sua autoria.

Roberto Bandeira Accioli foi professor de história e sua coleção é constituída, essencialmente, por livros desta área, de diferentes épocas, em especial a Antiguidade Clássica, grande parte em francês, Legislação de Ensino e assuntos afins, com um total aproximado de 5.000 volumes.

Haroldo Lisboa da Cunha foi professor de matemática e sua coleção é formada por livros de Ciências Exatas, especialmente, de Matemática e assuntos afins. Destaca-se algumas obras antigas, como o exemplar de álgebra de 1690, totalizando 1.050 títulos e, aproximadamente, 2.000 volumes.

A Coleção do aluno emérito do Colégio, Hélio Thys, reflete a formação humanística e eclética deste jornalista, com um acervo bastante diversificado, em que se destacam obras na área de Comunicação. Este acervo reúne toda sua obra literária, inclusive textos inéditos e sua produção para jornais, revistas, rádio e televisão, com um total aproximado de 4.000 volumes. Obras das décadas de 1940 e 1950 e, em sua maioria, material de pesquisa em áreas de teatro

– peças do ex-aluno e livros teóricos - e radionovelas; romances; contos; crônicas; argumentos para cinema; e, música.

Acervo Antigo

O Acervo Antigo é composto por obras de assuntos gerais, nas diferentes áreas do conhecimento, grande parte em francês. Reúne livros e periódicos do século XVI até o início do século XX, perfazendo um total aproximado de 20.000 volumes. Incluem-se textos que fundamentam a educação do Brasil, desde o século XIX. As obras deste acervo, em especial, foram adquiridas por compra, a fim de atender às necessidades informacionais do corpo docente e discente e dar suporte às atividades de ensino e pesquisa.

Para o acondicionando das obras deste acervo o Colégio importou, especialmente, da Alemanha, no início do século XX, na administração do Reitor Carlos de Laet, uma estrutura de ferro de dois andares, larga e robusta, com escada e balaustres de ferro fundido. O piso superior em vidro, reforçado por malhas de ferro. As colunas de ferro dividem o espaço entre as prateleiras e a circulação de pessoas. No primeiro piso, além da estrutura de ferro, encontram-se armários de ferro e de madeira, onde também são realizados o tratamento das obras e o processamento técnico. Destaca-se, sobretudo, o elevador que foi construído e moldado, de maneira especial, no interior da coluna da biblioteca, talhada na madeira maciça, para conduzir os livros até a Sala de Leitura, que fica no segundo andar do prédio.

As obras que compõe o Acervo Antigo são consideradas raras e/ou preciosas, devido a sua importância histórico-cultural e difere-se das Coleções Especiais por conter obras que, em princípio, não podem ser, facilmente, adquiridas e nas quais a Instituição, por sua área de interesse (valor institucional), atribui importância na sua manutenção e preservação.

São obras que, por um lado, não podem ser substituídas ou descartadas sem causar prejuízo à missão institucional, à sua relação com outros itens do acervo e ao valor de pesquisa; por outro, três obras deste acervo, em particular, foram identificadas como “obras raras” pelo Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras (PLANOR²⁰), da Biblioteca Nacional e, assim, inseridas no Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional (CPBN) e no Guia do Patrimônio Bibliográfico Nacional de Acervo Raro, ambos instrumentos gerenciados PLANOR (Quadro 4).

²⁰ Disponível em: <http://planorweb.bn.br/planor.html>. Acesso em 22 ago. 2018.

Quadro 3: Obras do acervo da Biblioteca Histórica cadastradas no Guia do Patrimônio Bibliográfico Nacional.

AUTOR	TÍTULO	IMPRESSÃO	DESCRIÇÃO FÍSICA	EDIÇÃO/NOTAS
DRAGO, Luiz Pedro.	Apostillas de algebra.	Rio de Janeiro: Typographia de Pinheiro, 1868.	203 p.	
PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes.	Postillas de rhetorica e poetica dictadas aos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II.	Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877.	171 p.	
BECHARA, Evanildo.	Estudos sobre os meios de expressão do pensamento concessivo em português	Rio de Janeiro, 1954.		

Fonte: Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional. Disponível em: <http://planor.bn.br/scripts/odwp012k.dll?INDEXLIST=planor_pr:planor>. Acesso em 22 ago 2018.

O PLANOR tem como objetivos identificar obras raras existentes nas bibliotecas de outras instituições culturais, públicas ou privadas, orientar quanto à organização destes acervos, bem como divulgá-los. No seu âmbito de ação, fornece orientações e presta assessoria técnica para a gestão de acervos raros, realiza visitas com emissão de pareceres técnicos, promove eventos e cursos de capacitação profissional e gerencia o Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional – CPBN, que reúne dados de obras raras dos séculos XV ao XIX, de instituições públicas e privadas.

3.3.6. Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes

A Coleção Especial contendo a produção intelectual de Antenor de Veras Nascentes, nomeada como “Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes”, foi confiada por seus familiares ao Colégio Pedro II em 21 de setembro de 1990 objetivando atender à comunidade acadêmica do Brasil e do exterior.

O material doado consiste em um acervo bibliográfico, incluindo fichas de pesquisa filológica, arquivos e correspondências mantidas com personalidades de importância das áreas da ciência e das letras, do país e do exterior. Das principais obras que compõe o acervo do Centro de Estudos Linguísticos e da Biblioteca Antenor de Veras Nascentes destacam-se: livros; artigos de periódicos; material de referência como dicionários - destacando o Dicionário Etimológico - e correspondências, ambos de sua autoria; correspondências passivas de cientistas, pesquisadores e autoridades políticas, nacionais e internacionais;

precioso conjunto iconográfico; primeira edição de diversas obras; publicações de diferentes autores com "pareceres" de Nascentes, tornando-se, assim, obras de valores inestimáveis.

Antenor de Veras Nascentes nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 17 de junho de 1886, foi oficial da Secretaria do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Professor catedrático da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Faculdade Fluminense de Filosofia, da Escola de Filosofia e Letras da antiga Universidade do Distrito Federal, de Filologia Românica, na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras do Instituto La-Fayette (Universidade do Distrito Federal) e da Faculdade Fluminense de Filosofia (Universidade Fluminense). Foi membro da Academia Fluminense de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico da Cidade do Rio de Janeiro, da Academia Mineira de Letras, da Academia Brasileira de Filologia e da Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa. (COLÉGIO PEDRO II, 1953).

Sendo aluno do externato do Gymnasio Nacional, atual Colégio Pedro II, foi premiado em 11 de março de 1900 e, concluiu o curso de Bacharel em Ciências e Letras, em 1902. Colou grau na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais como Bacharel, em janeiro de 1909. No ano de 1953, foi nomeado Aluno Emérito pelo Colégio Pedro II. (PAMPLONA, 2016).

Ex-aluno do externato e, posteriormente, professor catedrático de Espanhol e Português do século XIX e XX pelo Colégio Pedro II, filólogo, dicionarista, lexicógrafo, especialista em línguas românicas, conceituado pela área da linguística, dialetologia, sociolinguística e geolinguística, dentre outras áreas, como um dos teóricos e metodólogos de maior expressão e contribuição do país. Entre suas principais produções acadêmico-científicas destacam-se os seguintes trabalhos:

Quadro 4: Produção acadêmico-científica de Antenor Nascentes.

ANO	LIVROS	ARTIGOS DE REVISTA
1914	<ul style="list-style-type: none"> Ligeiras notas sobre redação oficial 	
1917	<ul style="list-style-type: none"> Elementos de teoria musical 	
1920	<ul style="list-style-type: none"> Método prático de análise lógica Gramática da língua espanhola Como evitar as silabadas em latim 	
1921	<ul style="list-style-type: none"> Método prático de análise gramatical 	<ul style="list-style-type: none"> Ortografia e nomenclatura gramatical
1922	<ul style="list-style-type: none"> O Linguajar Carioca 	

1923	<ul style="list-style-type: none"> • Apostilas de português 	<ul style="list-style-type: none"> • O Cid • O turismo no Brasil • Filologia Portuguesa • Morfologia comparada • O espanhol pelo método direto • A questão ortográfica • Literatura brasileira
1925		<ul style="list-style-type: none"> • Um glossário luso-americano • El glosario de afronegrismos de Fernando Ortiz
1926	<ul style="list-style-type: none"> • O idioma nacional 	<ul style="list-style-type: none"> • O Manual de Estilo do professor José Oiticica
1927	<ul style="list-style-type: none"> • El Buscapié • O idioma nacional <p>Obs.: 2º volume</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Transformismo, lexicografia e linguística
1928	<ul style="list-style-type: none"> • O idioma nacional <p>Obs.: 3º e 4º volume</p>	
1929	<ul style="list-style-type: none"> • Noções de estilística e literatura 	<ul style="list-style-type: none"> • Filólogos brasileiros: Eduardo Carlos Pereira, Silvio de Almeida e Alberto Faria
1930	<ul style="list-style-type: none"> • Os Lusíadas <p>Obs.: edição escolar</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reforma ortográfica • Lexicografia luso-americana nos dicionários portugueses • O português do Brasil. Elementos americanos. Portugal na América • A questão ortográfica
1932	<ul style="list-style-type: none"> • Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa <p>Obs.: seu mais renomeado trabalho que lhe fez ingressar no campo da filologia e da lexicografia universal e com ele obter o 1º prêmio Francisco Alves, da Academia Brasileira de Letras</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Etimologia de Igreja • A pronúncia padrão do Distrito Federal • Relatório da comissão nomeada para estudar a pronúncia padrão do Distrito Federal
1933	<ul style="list-style-type: none"> • Num país fabuloso <p>Obs.: narrativa de sua viagem à América do Norte</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A língua portuguesa no Brasil • Uma crítica ao meu Dicionário Etimológico • Resposta às observações críticas relativas ao Dicionário Etimológico
1934		<ul style="list-style-type: none"> • Em defesa do meu Dicionário • Citações portuguesas Célebres

		<ul style="list-style-type: none"> • A língua do nordeste • Independência literária e da língua • A questão ortográfica • Sintaxe brasileira
1935	<ul style="list-style-type: none"> • O idioma Nacional da Escola Secundária 	<ul style="list-style-type: none"> • Sobre a questão ortográfica • Estética por Albino Estêves • Língua brasileira • Instituto de Filologia
1936		<ul style="list-style-type: none"> • Bibliografia de lingüística e de filologia portuguesa • Esbozo de comparación Del español com el português • Usina de José Lins do Rêgo • Em defesa de um dicionário
1937	<ul style="list-style-type: none"> • América do Sul Obs.: narrativas de viagem pelos países da América do Sul • O Idioma Nacional Obs.: edição em um só volume pela Companhia Editôra Nacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Cocktail; chorar pitanga; dissimilação semântica; Wörter und Sachen; elementos ciganos • O português do Brasil • Filologia romântica • O Colégio Pedro II e a filologia portuguesa • O tratamento de senhor do Brasil
1938	<ul style="list-style-type: none"> • Oração de Paraninfo 	<ul style="list-style-type: none"> • Autarquia, não: Autarcia • Português em boca de estrangeiros • El tratamiento de Señor en el Brasil • Carta de Guia de Casados de D. Francisco Manuel de Melo, notas filológicas • Enquadramento; presunção e água benta; o alemão, instrumento indispensável ao filólogo; hiperbibasmos no plural; tipo ibérico de composição; metafonia • José de Alencar e a língua brasileira; proposição ou oração, doutrina de Fausto Barreto
1939		<ul style="list-style-type: none"> • Estudos Filológicos Obs.: compilação de vários artigos publicados em revistas e jornais • Lexicografia – Dicionários, Vocabulários, Léxicos, Glossários • Nomes geográficos • Expansão da língua portuguesa no Brasil

		<ul style="list-style-type: none"> • Bibliografia
1940	<ul style="list-style-type: none"> • A ortografia simplificada ao alcance de todos 	<ul style="list-style-type: none"> • Gramaticografia • Manuel Bandeira e as Cartas Chilenas • Bibliografia
1941	<ul style="list-style-type: none"> • Dicionário de dúvidas e dificuldades do Idioma Nacional 	<ul style="list-style-type: none"> • O histórico do Decreto-lei 292 • Curso de Metodologia de Português da Universidade do Ar da Rádio Nacional • El português del Brasil • Um dia com Leite de Vasconcelos • Regência viva
1942		<ul style="list-style-type: none"> • Nomenclatura química • Além, aquém
1943	<ul style="list-style-type: none"> • Antologia Espanhola e Hispano-americana 	
1944	<ul style="list-style-type: none"> • O problema da regência • O Idioma Nacional Obs.: gramática para o Colégio Pedro II • O Idioma Nacional Obs.: antologia para o Colégio • O Idioma Nacional Obs.: gramática para o Ginásio • O Idioma Nacional Obs.: antologia para o Ginásio 	<ul style="list-style-type: none"> • Documento para a história da lexicografia nacional
1945	<ul style="list-style-type: none"> • Tesouro da Fraseologia Brasileira 	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto do Dicionário da Academia Brasileira de Letras
1949	<ul style="list-style-type: none"> • Português e Literatura Obs.: resenhas críticas às obras de Aires da Mata Machado Filho • Ditolgia léxica Obs.: resenhas críticas às obras de Wilton Cardoso • Dicionário básico do português do Brasil 	<ul style="list-style-type: none"> • Introdução e glossário da edição crítica de Contos e Lendas do Sul de J. Simões Lopes Obs.: de autoria de Aurélio Buarque de Holanda • Adolfo Coelho e a Etimologia
1952	<ul style="list-style-type: none"> • Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa Obs.: Tomo II 	<ul style="list-style-type: none"> • Études dialectologiques au Brésil • A pronúncia brasileira da língua portuguesa
1958	<ul style="list-style-type: none"> • Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil 	

Antenor teve uma carreira produtiva, admiravelmente, longa, dedicou 65 anos de sua vida, publicando trabalhos, ininterruptamente, a cada ano, conectando-se a autores e cientistas de diferentes partes do mundo, por meio de viagens ou correspondências, encerrando suas atividades com 85 anos de idade, um ano antes de seu falecimento. Silva (2012a) destaca que os anos mais expressivos de sua produção foram entre as décadas de 1920 a 1960; dependendo do ano, o autor lançou nove ou mais publicações. No ano de 1966, em especial, Nascentes publicou 15 trabalhos.

A influência de suas ideias impulsionou pesquisadores e instituições a desenvolver projetos na linguística e na geolinguística que se mantêm até a atualidade, especialmente, o Acordo Brasileiro de Ortografia, de 2009 e o Projeto ALiB que concretizou uma de suas aspirações com a construção do Atlas Linguístico Brasileiro.

Em relação aos livros, um dos mais importantes, “Bases para a elaboração do Atlas Linguístico do Brasil”, merece atenção, especialmente pela metodologia criada por Antenor Nascentes é até hoje adotada [...]. O relato dessa questão mostra o planejamento e os objetivos do governo brasileiro, iniciados com a proposta do Atlas, deferida pelo decreto 30.643, de 20 de março de 1952, que criou a Comissão de Filologia da Casa de Rui Barbosa, da qual Nascentes foi integrante. A Portaria nº 356, de 26 de maio de 1952, tinha por finalidade a elaboração desse projeto e instruções para torná-lo exequível, e criava o Centro de Pesquisas da Casa de Rui Barbosa. Apesar dessas iniciativas, e da contratação do professor Sever Pop para ministrar cursos, a execução do projeto tornou-se difícil em face de precariedades de infraestrutura do país como: estradas, transportes, recursos financeiros, recursos humanos qualificados, doenças infectocontagiosas. Mesmo assim, Nascentes, utilizando como exemplo os EUA, efetuou várias excursões pelo interior do País, observando e compilando informações colhidas entre as mais diversas camadas da população brasileira. (SILVA, 2012a, p. 73).

A proposta de Nascentes em desenvolver estudos dialetais por região no Brasil, gerou pesquisas que serviram de base para o Projeto Atlas Linguístico do Brasil (Projeto ALiB²¹), da Universidade Federal da Bahia que, a partir da iniciativa de um grupo de pesquisadores do Instituto de Letras, em conjunto com mais 12 Universidades do país, dando continuidade a esse empreendimento, concretizando-o, no ano de 2014, durante o III Congresso de Dialectologia e Sociolinguística, realizado em Londrina, onde ocorreu o lançamento dos dois primeiros volumes do Atlas Linguístico do Brasil, publicado pela EDUEL.

Os dois primeiros volumes reúnem dados de 25 capitais de estado e fundamentam-se em pesquisa *in loco*; os próximos volumes, de acordo com as informações disponíveis no site

²¹ Disponível em: <https://alib.ufba.br/antenor-nascentes>. Acesso em 20 dez. 2018.

do Projeto, representam 225 localidades, distribuídas por todos os estados da federação e dos demais dados das capitais.

Os pesquisadores do Projeto ALiB reconhecem as origens deste empreendimento advindas de Antenor Nascentes, e destacam sua importância como propulsor de ideias inovadoras para a área:

Lexicólogo, etimólogo, filólogo e dialectólogo, Antenor Nascentes muito contribuiu para os estudos da língua portuguesa. O interesse pelas questões de dialectologia brasileira esteve sempre presente em sua obra e foram, da sua parte, motivo de anotação, os fenômenos linguísticos quer no campo da fonética, como no da morfologia, da sintaxe e do léxico. A sua visão, entretanto, ia mais longe e entendia que o conhecimento efetivo do português do Brasil somente se daria no momento em que se tivesse descrito a língua em todo o território nacional. (PROJETO ALIB, 2018, passim²²).

Publica, então, as Bases para a elaboração do atlas linguístico do Brasil, em 1958, justamente depois que a Portaria 536/26.maio.52 inclui no seu Art. 2º a elaboração do atlas linguístico do Brasil. Nessa obra, da qual se edita o vol. II em 1961, lança, como o próprio título já indica, as bases para o atlas linguístico do Brasil. Discute na primeira introdução, ou primeiro capítulo, se se quiser assim chamar, as vantagens de um atlas feito ao mesmo tempo para todo o país, mas reconhece a impossibilidade de sua realização nesses termos e entre nós. Argumenta, principalmente, com a vastidão de nosso território, fator que funciona como óbice para tal objetivo não só entre nós, mas também para países outros com melhores condições do que o nosso. (PROJETO ALIB2018, passim²³).

Para Silva (2012a, p. 79), atualmente, as discussões que circundam a área da Linguística e Geolinguística estão presentes no mundo acadêmico, em busca de identidade histórica do Brasil e no uso de bases teóricas. Os trabalhos de Antenor contribuem, desta forma, para a evolução destas áreas como ciência e nas discussões nacionais sobre reformas ortográficas. “Pesquisas recentes sobre o berço da linguagem levam à reflexão sobre questões linguísticas que, por sua vez, as aproximam das ideias e da obra de Nascentes, especialista dedicado às áreas da Filologia, Linguística e Dialectologia, em torno de discussões ortográficas e linguísticas e do “estudo dos sons”.

De acordo ainda com Silva (2012a, p. 80), o “estudo dos sons” foi um grande marco para a época e Antenor reconhecido como um dos maiores mestres da língua que incentivou a criação de laboratórios de fonética experimental nas escolas e a criação de institutos filológicos. “Sua dedicação ao magistério reflete-se no caráter educativo, cultural e social que marcou sua obra, e leva a crer ter sido o motivo que levou Nascentes a publicar artigos e

²² Disponível em: <https://alib.ufba.br>. Acesso em 20 dez. 2018.

²³ Ibid.

livros sobre metodologia de ensino, o “ensinar a ensinar”, contrariando, assim, muitos gramáticos ortodoxos que foram seus desafetos por longos anos.

3.3.7. Núcleo de Documentação e Memória

Criado, através de Portaria da Direção Geral n. 1.019, em 22 de agosto de 1995, pela iniciativa do diretor-geral do Colégio Pedro II, professor Wilson Choeri, para tratar, preservar e divulgar a produção intelectual da Instituição, desde a sua fundação. O Núcleo de Documentação e Memória caracteriza-se, hoje, como um núcleo de documentação institucional de pesquisa interdepartamental, que tem por objetivo, além dos mencionados acima, prestar assistência às pesquisas e aos projetos internos, desenvolvidos dentro ou fora do Colégio, e dar suporte ao trabalho de pesquisa de graduação e pós-graduação de instituições nacionais e estrangeiras, em diferentes áreas do conhecimento. (SILVA, 2009).

O NUDOM reúne documentos considerados raros e/ou preciosos devido à sua importância histórica, cultural e patrimonial. Seu acervo documental formou-se, a partir de doações de servidores da instituição (docentes, discentes e ex-alunos) e de coleções presentes em outros *campi*, que foram, devidamente, selecionadas e acondicionadas. Atualmente, o Núcleo presta assistência às pesquisas e aos projetos em diferentes áreas do conhecimento como historiadores, educadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos, dentre outras especialidades, tendo como áreas de pesquisa: História, Educação, Memória e Patrimônio. Além disso, desenvolve projetos de pesquisa junto aos professores e alunos da Instituição e configura-se como um laboratório de pesquisa.

O Núcleo dispõe de quatro salas: uma sala para armazenar o acervo histórico; outra para o acervo bibliográfico; sala de consultas aos documentos textuais, hemerográficos e iconográficos e outra destinada ao processamento técnico. O acesso aos documentos nas estantes é restrito aos funcionários do setor que, por medida de preservação, procuram disponibilizar documentos digitalizados, armazenados em CD-ROM. Permite a reprodução de partes da obra, por meio de fotografia – sendo necessária a assinatura do Termo de Cessão de Uso de Imagens -, ou cópia, respeitadas as condições físicas do exemplar, as restrições e os critérios de raridade estabelecidos nas Diretrizes para o Desenvolvimento do Acervo do NUDOM.

Para facilitar a consulta ao acervo, está à disposição dos pesquisadores um catálogo em fichas e o Catálogo de Teses e Dissertações; índice analítico e onomástico dos Anuários

do CPII; índice dos periódicos publicados pelo CPII; Inventário Analítico e Registro de Autoridade do Fundo CPII; sumário corrente dos periódicos avulsos e CD-ROM com o conteúdo das obras já digitalizadas do acervo histórico. O Núcleo, até o momento, não possui repositório institucional para salvaguardar os documentos digitais.

O patrimônio documental do Núcleo é composto por um conjunto bibliográfico, hemerográfico, iconográfico e histórico, formado, aproximadamente, por nove mil itens, entre obras raras, livros didáticos dos professores catedráticos, programas de ensino, livros manuscritos, Coleção das Leis do Brasil, Teses de Concurso para a Cátedra, produção acadêmica atual dos servidores e ex-alunos do Colégio, fotografias, documentos em formato eletrônico e digital, depoimentos de ex-alunos e antigos professores, descritos a seguir:

Acervo bibliográfico

O acervo bibliográfico do Núcleo é composto por um conjunto de obras que datam os primeiros anos da fundação do Colégio, representado por materiais didáticos das disciplinas ministradas nos séculos XIX e XX e a produção intelectual de servidores. Destacam-se regulamentos, regimentos e relatórios desde 1838; Programas de Ensino desde 1856; Coleção das Leis do Brasil de 1808 a 1962; teses de concursos para a cátedra de 1878 a 1975; anuários elaborados pelo Diretor-Geral no exercício da função, referente ao período de 1914 a 1961; monografias de conclusão de cursos de graduação e pós-graduação; teses de doutorado e dissertações de mestrado de servidores, incluindo os trabalhos realizados por pesquisadores externos que retratam a história da educação, tendo como fonte o Colégio; obras de memorialistas, professores e ex-alunos; provas de alunos; e, livros do acervo pessoal do imperador Dom Pedro II.

A produção de livros didáticos por parte do corpo docente, em especial, foi necessária e teve grande aceitação tanto no âmbito do Colégio como fora dele, revelando a projeção nacional de seus professores autores desta Casa. Pelo nível de qualidade da douta carreira de seus educadores e catedráticos e devido à escassez de publicações disponíveis, naquela época, tornou-se inevitável elaborar novos materiais didáticos que iriam atender com mais eficácia o ensino secundário, substituindo a bibliografia existente, de origem francesa e de coleções editadas por entidades religiosas.

Vale destacar, na produção de livros didáticos no âmbito da Geografia, Física e Humanas, os professores Fernando Raja Gabaglia e seu irmão João Capistrano de Raja Gabaglia que elaboraram para as cinco séries ginasiais, materiais atualizados com ampla

aceitação no espaço educacional. Na História do Brasil e da Civilização os livros dos professores João Ribeiro, Jonathas Serrano, João Baptista de Mello e Souza e, depois, da professora Terezinha de Castro, João Alfredo Libânio Guedes, Joaquim Ribeiro, Mecenas Dourado. No campo da História Natural, podemos citar Waldomiro Potsch e Lafayette Rodrigues Pereira e seus assistentes como Curvelo de Mendonça e Ernesto de Paiva Marreca, pela série de livros que produziram de Botânica, Zoologia e Mineralogia. (O COLÉGIO PEDRO II, 2013).

No campo de estudo da Filosofia, considera-se os professores Domingos José Gonçalves de Magalhães (1811-1882); Silvio Romero (1851-1914, concurso de 1880); Euclides da Cunha; Farias Brito (1862-1917) e Euryalo Canabrava (1908-1979). Na Sociologia, o professor Delgado de Carvalho. No campo da História, da Sociologia, Antropologia Cultural, o professor Joaquim Ribeiro. (O COLÉGIO PEDRO II, 2013).

A contribuição no campo da Física ocorreu pela ajuda de Francisco Alcântara Gomes Filho e, na matemática, pelos professores Euclides Roxo, Haroldo Lisboa da Cunha, Roberto Peixoto, Júlio César de Mello e Souza (pseudônimo Malba Tahan), suas produções acadêmicas tornaram-se de uso indispensável aos jovens que pretendessem ingressar no Ensino Superior. Na Língua Portuguesa, os professores Fausto Barreto, Said Ali, Silva Ramos e Carlos de Laet, autores que remontam à fundação do Colégio e se destacam por criarem as bases da Língua Portuguesa falada no Brasil e por fornecerem sua metodologia, na fonética e na gramática. Destacam-se, ainda, os professores dicionaristas Aurélio Buarque de Holanda Ferreira e Antenor de Veras Nascentes. Este último, teve importante participação na vida institucional e acadêmica do país; escreveu o primeiro Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, publicado em 1952. Tiveram, também, participação na tradição do estudo da Língua Portuguesa os professores Celso Cunha, Carlos Henrique da Rocha Lima, Evanildo Bechara e Leodegário Azevedo Amarante Filho. (O COLÉGIO PEDRO II, 2013).

O acervo bibliográfico está organizado nas estantes pelo sobrenome e nome do autor, respectivamente. As coleções estão divididas por assuntos, da seguinte forma (Tabela 2):

Quadro 5: Coleções do acervo bibliográfico.

COLEÇÃO	ÂMBITO E CONTEÚDO
Memória Histórica	Engloba os livros registrados por renomados e ilustres escritores que, de alguma maneira, versam sobre o Colégio Pedro II em seus escritos ou cujos autores são ou foram do Colégio Pedro II.
Livros didáticos	Reúne os livros didáticos adotados pelo Colégio Pedro II no decorrer de sua

	evolução histórica, nas mais variadas disciplinas (inglês, matemática, história, geografia, alemão, física, francês, química etc.).
Obras de referência	Coleção formada por dicionários, enciclopédias, manuais, guias, bibliografias etc., ou seja, publicações que foram planejadas e escritas para que a elas se recorram para obter informações, e não para serem lidas na íntegra.
Coleção Geraldo Pinto Vieira	Pertencente a um ilustre e renomado professor de História e ex-aluno da Instituição, da década de 1940, membro fundador do NUDOM. Sua coleção também está organizada por assuntos, quais sejam: Euclides da Cunha, Sebastianismo, Religião, Literatura de Cordel, Obras gerais, periódicos e livros que tratam sobre D. Pedro II, Livros didáticos, Padre Cícero.
Coleção Rio de Janeiro	Formada por obras que abordam a história do Rio de Janeiro.
Coleção D. Pedro II	Obras que pertenceram ao Imperador, bem como obras que abordam sobre sua vida e sua história.
Coleção de Factas	Documento interno produzido pelo Colégio Pedro II, que trata de portarias que nomeiam, exoneram, movimentam, entre outros, os servidores da instituição.
Periódicos	São artigos que abordam o Colégio Pedro II, de maneira geral, ou, artigos que foram escritos por membros da Instituição.
Coleções de Leis do Brasil	Coleção publicada pela Imprensa Nacional. Inclui Cartas de Leis, Decretos, Alvarás, Cartas Régias, Leis e Decisões imperiais.
Educação	Obras que versam sobre a história da educação, de uma maneira geral, bem como, leis, programas gerais de ensino, regimentos e regulamentos sobre o Colégio Pedro II.

Fonte: Inventário de obras do NUDOM.

Importante destacar, neste acervo, os jornais e as revistas estudantis elaborados pelos alunos do Colégio, entre o período de 1920 a 1990 (Quadro 3).

Quadro 6: Jornais e revistas estudantis do acervo bibliográfico.

PERÍODO	PUBLICAÇÃO
Décadas de 1920 e 1930	Sciencias Letras
Década de 1930	O Arauto Pronome Muirakitan Ateneu O Atalaia O Noticiário
Década de 1940	O Tangará Colmeia
Década de 1950	Símbolo Internato A Flama
Década de 1980	O Periscópio
Década de 1990	Declare Guerra

Fonte: Inventário de obras do NUDOM.

As obras do acervo bibliográfico do Colégio Pedro II são potencializadoras de múltiplos interesses e valores. Antes, serviam de instrumentos para o ensino e a aprendizagem

no cotidiano escolar e de modelo para os programas de outras instituições de ensino. Desta forma, a Instituição exercia sua influência sobre o espaço educacional brasileiro. Nos dias atuais, as obras possibilitam que a mesma expresse sua tradição, os materiais didáticos produzidos por notáveis professores da Casa que deram início, no século XIX, a consagrados conceitos culturais e pedagógicos, não só reconstroem as práticas educacionais adotadas pela entidade, mas desvendam a evolução da história da educação no país. São, portanto, aportes para amplos campos de estudos nas diferentes áreas do conhecimento.

Acervo iconográfico

O acervo iconográfico é representado por um conjunto de fotografias de professores, de cerimônias, de festas e de desfiles dos concursos e outros eventos realizados no Colégio. Contempla, ainda, fotografias dos *Campi*, da família imperial, do Rio antigo, álbuns das turmas de alunos e pinturas.

As fotografias do Salão Nobre, antes da reforma na década de 1920, revelam que o lugar era mais amplo e mantinha objetos que embelezavam ainda mais seu ambiente, como as caríatides que ornavam o local do orfeão, onde se apresentava o coral do Colégio. No pátio do antigo Externato havia um grande escorrega de concreto, com duas descidas que ligavam o segundo pavimento ao primeiro. Outros álbuns de fotografias, como as fotos do Internato antes do incêndio, ocorrido no ano 1961, de valor incomensurável para a instituição, destacam gabinetes de professores, laboratórios para experimentos, enfermaria, consultórios médicos, refeitórios, dormitórios, sala de armas e campo para o exercício das aulas de instrução militar e ginástica sueca, para não citar todos.

Este valioso acervo guarda traços e vestígios de como era o ambiente escolar, desde sua fundação, trazendo concepções de educação e expressando importantes fios constituintes de uma visão de mundo associada à escola, a partir do século XIX. Para o Colégio Pedro II, especialmente, o acervo não só registra os vários momentos que a instituição vivenciou, mas remonta fragmentos históricos perdidos no tempo, que desvendam lugares agora esquecidos e reporta ações antes desempenhadas pela Instituição. Hoje, são testemunhos da história e memória desta entidade, bem como condutores e fomentadores da memória coletiva.

Acervo histórico

O acervo histórico do Colégio foi formado, devido à necessidade de resgatar e organizar os materiais referentes à vida administrativa e acadêmica da instituição; nesta conjuntura, iniciavam-se os primeiros passos para a criação do Núcleo de Documentação e Memória, local de guarda propício para a preservação da coleção.

A produção dos documentos deste acervo teve início, a partir de março de 1838. A documentação, a princípio, encontrava-se no casarão da Rua Larga de São Joaquim, no então Externato do Imperial Colégio de Pedro II. (SILVA, 2009). Posteriormente, os documentos foram localizados dispersos entre os *campi* Centro e São Cristóvão. Uma parte, contendo as teses de concursos para a cátedra, estava armazenada em um armário, na sala da direção do *campus* Centro. A outra parte, contendo, possivelmente, toda a documentação institucional, encontrava-se em um depósito, no *campus* São Cristóvão. Este conjunto documental, de valor histórico inestimável para a Instituição, foi achado em péssimas condições de uso e de conservação.

Verificado os graves riscos que essa documentação histórica vinha sofrendo ao longo dos tempos, por falta de cuidados especializados e o grau de relevância para a pesquisa histórica, a direção do *campus* Centro, em 1990, constituiu uma equipe técnica para organizar e registrar essas obras. Em agosto de 1995, data da inauguração do NUDOM, foi lançada a primeira edição do Catálogo de Teses do CPII. No ano 2000, o Catálogo de Teses foi relançado, contemplando, também, os trabalhos realizados pelos servidores da Casa - teses de doutorado, dissertações de mestrado, monografias de conclusão de curso superior - e a produção de pesquisadores de outras instituições com referências ao Colégio.

Já a documentação que estava alocada no depósito do *campus* São Cristóvão, por determinação da Direção-Geral em 2003, foi confiada ao NUDOM e incorporada ao acervo que já se encontrava organizado.

O acervo histórico é constituído por um conjunto de documentos administrativos, nos quais foram registrados os atos praticados pela Instituição, produzidos, a partir do ano de 1838 até meados da década de 1990. Destacam-se Atas da Congregação; livros de Atas de Concursos de professores para ingresso no CPII; primeiro livro de avisos do Imperial Colégio de Pedro II de 1838; livros de Matrícula de funcionários; livros de Exames Preparatórios; ofícios enviados e recebidos; avisos do Ministério do Império; livros de Ocorrências Disciplinares; livros de Colação de Grau e Bancos de Honra; livros de Contabilidade; livros de Nomeações de professores e funcionários, totalizando nove mil itens.

A documentação foi organizada e avaliada, de acordo com a proveniência, o tipo documental, o conteúdo e seu potencial informativo, classificada em séries e subséries, abaixo apresentada na forma de tabela. (Quadro 4).

Quadro 7: Descrição do acervo histórico.

SÉRIE	SUBSÉRIES	ÂMBITO E CONTEÚDO
Docentes (1878-1990)	<ul style="list-style-type: none"> • Atas da Congregação • Concursos para professores • Conselho Departamental • Departamentos pedagógicos • Laboratórios de ensino 	Reúne o registro das atividades do corpo docente do colégio e apresenta informações sobre a elaboração dos programas de ensino que, posteriormente, eram implantados nas escolas de ensino secundário do país; concursos para professores; registros de horários, práticas de ensino; currículos; determinações pedagógicas de como o ensino deveria ser ministrado no colégio, com a distribuição das disciplinas nas séries, quais os livros didáticos a serem adotados (em alguns casos); atas de reuniões. Reflete o perfil do quadro docente e proporciona o estudo da evolução do ensino secundário no Brasil.
Documentos Administrativos (1838 a 1999)	<ul style="list-style-type: none"> • Contabilidade e Patrimônio • Conselho de Curadores • Documentos de Pessoal • Matrículas de Empregados • Relatórios 	Livros de Contabilidade e Patrimônio; Conselho de Curadores; Documentos de Pessoal Administrativo; Matrículas de Empregados; Relatórios.
Comunicações (1838 a 1973)	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicações Internas • Imprensa e Diário Oficial • Ofícios Enviados • Ofícios Recebidos 	Portarias, resoluções, correspondência enviadas para os professores e funcionários e entre os diretores do Internato e Externato, com o Ministério e, também, com outras instituições, além de recortes de jornais e cópias eletrostáticas de atos publicados no Diário Oficial.
Discentes (1838 a 1979)	<ul style="list-style-type: none"> • Assentamentos Escolares • Colação de Grau e Bancos de Honra • Exames Preparatórios • Ocorrências Disciplinares • Matrículas • Médias e Apontamentos de Matrículas 	Contém a documentação relativa a históricos, documentos de alunos, pedidos de matrículas, notas obtidas pelos alunos, pedidos de “gratuidade” para ingresso no colégio etc.
Unidades de Ensino Incorporadas ao Colégio Pedro II (1939 a 1959)	<ul style="list-style-type: none"> • Colégio Universitário • Colégio Felisberto de Menezes 	Documentação de dois colégios que, na década de 1950, foram incorporados ao Colégio Pedro II.
Comemorações, Celebrações e Sessões (1946 a 1989)		Livros de assinaturas para sessões solenes e livros de assinaturas para sessões solenes e comemorações.

Fonte: Inventário de obras do NUDOM.

As coleções pertencentes ao NUDOM estão organizadas por assunto. Cada uma delas é detentora de um significado próprio e cada item que a integra tem um significado individual,

a partir de um sentido coletivo, inerente ao conjunto a que pertence. É esta significação do conjunto que permite, a partir da pluralidade dos fragmentos selecionados, (re)construir uma visão global da escola, em diferentes momentos históricos.

Dentre as coleções deste Núcleo, encontram-se 10 obras registradas no Guia do Patrimônio Bibliográfico Nacional, da Fundação Biblioteca Nacional. O Guia é um projeto desenvolvido pelo PLANOR, que tem por objetivo indicar quais bibliotecas brasileiras possuem acervos antigos e raros, visando à preservação do patrimônio bibliográfico e da memória nacional, descritas no quadro abaixo:

Quadro 8: Obras do acervo do NUDOM cadastradas no Guia do Patrimônio Bibliográfico Nacional.

AUTOR	TÍTULO	IMPRESSÃO	DESCRIÇÃO FÍSICA	EDIÇÃO/NOTAS
	ANNUARIO do Collegio Pedro II: 1º Anno.	Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1914.	314 p.	
MENEZES, Francisco de Paula.	Discurso recitado na augusta presença de sua magestade o Imperador.....	Rio de Janeiro: Typ. do Diario, 1848.	19 p.	
BARRETO, Fausto; SOUZA, Vicente de.	Seleção litteraria de alguns dos principaes escriptores da lingua portugueza do seculo XVI ao XIX.	Rio de Janeiro: Liv. de J. G. de Azevedo, 1887.	242 p.	
BARRETO, Fausto; LAET, Carlos de.	Anthologia Nacional ou collecção de excerptos dos principaes escriptores da lingua portugueza do 19º ao 16º seculo.	Rio de Janeiro: Livraria da Viuva Azevedo & Cª, 1903.	420 p.	4. ed.
MACEDO, Joaquim Manoel de.	Lições de corographia do Brazil: para uso dos alumnos do Imperial Collegio D. Pedro II.	Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1877.	290 p.	
ROMERO, Silvio.	Historia da litteratura brasileira.	Rio de Janeiro: H. Garnier, 1903.	2 v.	2. ed.
DORIA, Escragnoelle.	Memoria historica: commemorativa do 1º centenario do Collegio de Pedro Segundo (2 de dezembro de 1837 – 2 de dezembro de 1937).	Rio de Janeiro: Ministério da Educação, [1937?].	341 p.	
ABREU, João Capistrano de.	O descobrimento do Brasil.	São Paulo: Annuario do Brasil, 1929.	349 p.	[Fac-símile da Tese de Concurso do Colégio Pedro II para a Cátedra

				de História do Brasil em 1883]. A BN possui exemplar(es) desta obra.
GABAGLIA, Eugenio de Barros Raja.	Funções de nutrição na série animal.	Rio de Janeiro, 1893.	69 p.	
ROMERO, Sylvio.	Da interpretação filosófica na evolução dos factos históricos.	Rio de Janeiro: Imp. Industrial, 1880.	31 p.	

Fonte: Catálogo do Patrimônio Bibliográfico Nacional. Disponível em: http://planor.bn.br/scripts/odwp012k.dll?INDEXLIST=planor_pr:planor. Acesso em 22 ago 2018.

Assim, podemos considerar que a história do Colégio não poderia ser escrita se não existisse um conjunto de documentos, onde os acervos e as coleções, sem dúvida alguma, ocupassem um lugar importante para a Instituição e, sobretudo, para a pesquisa histórica. O Centro de Documentação e Memória configura-se, portanto, como laboratório de práticas e trocas de saberes, assim como espaço de preservação e produção da memória institucional, um “lugar de memória”, segundo as premissas de Pierre Nora (1993).

Diante de todas as potencialidades do patrimônio documental do Colégio Pedro II, apresentadas neste capítulo, torna-se interessante, inclusive, pensar em uma nova interpretação de sua designação atual como “lugar de memória” (ANDRADE, 1999). Paraphrasing Flusser (2007, p. 35), para que possamos indagar sobre o passado desta instituição e conhecer a evolução da história da educação brasileira, bem como os laços de pertencimento dos grupos que ali se construíram e se mantêm presentes, torna-se imprescindível explorar o Colégio como fábrica, concentrar-se na escavação de suas ruínas. “[...] Podem-se reconhecer os homens por suas fábricas.” A quem interessar estudar a vida escolar do aluno João Baptista de Mattos, primeiro marechal negro do Brasil ou a vida e obra de um dos primeiros professores catedráticos negros do país, Antenor de Veras Nascentes ou mesmo o ingresso de estudantes do sexo feminino aos bancos escolares, por exemplo, precisará, indispensavelmente, investigar os documentos dos acervos do CEDOM. O Colégio como fábrica produz novos lugares, veicula informações sobre a instituição e a comunidade escolar, fabrica sua autoimagem e constrói e intensifica identidades. “Fabricar significa apoderar-se”. A fábrica do futuro terá o aspecto de escolas, onde os homens aprenderam a ensinar e transformar as coisas em seu benefício, contribuindo para a transformação da natureza em cultura. Desta forma, as fábricas se transformarão em laboratórios científicos,

academias de arte e mesmo bibliotecas. Para Flusser (2007, p. 43): “[...] fabricar significa o mesmo que aprender, adquirir informações, produzi-las e divulgá-las”.

Diante de tais indagações que podem vir a contribuir para futuros estudos sobre o Colégio Pedro II, torna-se possível extrapolar ainda mais esta designação do Colégio como “fábrica”. Pensando em suas múltiplas potencialidades, podemos arriscar em interpretá-lo, sob a perspectiva de “hiperdocumento”, descontextualizada de suas raízes advindas da tecnologia da informação como arquivo de hipertextos, conforme foi apresentado por Campos (2001). Como vimos, o Colégio Pedro II conecta pessoas e inscrições em um circuito ininterrupto, fomenta a memória coletiva e facilita a formação de identidades. Ainda assim, reproduz sua autoimagem, por meio de seu patrimônio documental que lhe permite o surgimento do novo, de algo novo dentro de uma rede de conectividades. Produzir semelhanças implica em dizer que uma coisa não é outra, mas que há uma identidade no diferente que permite relacioná-las. Neste sentido, estudar o Colégio Pedro II como hiperdocumento, permitirá uma melhor compreensão sobre seu passado e, pelas conexões que são formadas, por meio de seu patrimônio documental, torna-se possível resgatar lembranças de lugares, de acontecimentos e de pessoas. O patrimônio documental tem o potencial de conectar-se a outros inscritos, internos e externos à Instituição, no compartilhamento de experiências, saberes e hábitos.

Orientando-se pela leitura de Latour (2008), verificamos que todos os lugares de memória mantêm relações múltiplas entre o trabalho de redução e o trabalho de ampliação, repletos de ligações com o mundo que os circula. Latour (2008) ao falar de livros e de signos, revela a existência de uma rede de conexões que se formam, por meio destes que se apresentam como um universo de intertextualidade determinante para a reconstrução da realidade, para a qual foram produzidos. Sendo assim, este universo de intertextualidade estaria relacionado a um mundo de conexões e nos remeteria ou transportaria ao ambiente de produção, remontando cenas, especificidades, objetos, atores etc., de forma permanente.

De forma diferente, mas abarcando o mesmo contexto de interconexão que uma inscrição possa estabelecer, Pomian (2000) traz uma reflexão sobre os diferentes tipos de documentos escritos e seu caráter peculiar com a memória coletiva. Estes escritos reconstroem o passado e apresentam o lado invisível do tempo e do espaço.

[...] a memória coletiva e transgeracional, exatamente como a memória individual, coloca sempre as suas recordações num espaço determinado e que essa localização seria tão importante como a localização temporal, sobretudo quando se trata de proceder a uma reconstrução do passado. Pomian (2000, p. 512).

Desta forma, há uma rede onde circulam informações que estão associadas a alguma inscrição. Essas carregam consigo metainformações que se interconectam a outras inscrições. O Colégio Pedro II, então, poderia ser considerado como rede de transformação que transporta e conecta as inscrições, no mundo. Entendido, especialmente, como laboratório de saberes, não poderia permanecer, portanto, isolado do mundo que o cerca. Torna-se possível observar que as relações que se tecem, nesta rede de multiplicidades em que o Colégio Pedro II se encontra, nos reporta ao que Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) chamariam de “rizoma”. Os autores iniciam a discussão sobre rizoma, descrevendo como construíram o texto o “Anti-Edipo”. Enfatizam que esta construção não foi somente escrita a quatro mãos, mas que foram influenciados, ajudados, movidos, inspirados multiplicados, assim como todos nós somos, por forças exteriores. Na sequência, os autores discorrem sobre o papel do livro e seus agenciamentos. Deste modo, um livro é objeto não de um sujeito, mas de diferentes matérias que são formadas, de datas e velocidades diversas. Quando se atribui um sujeito a um livro seria o mesmo que negligenciá-lo às matérias e à exterioridade de suas correlações. Nele, existem linhas de articulação ou segmentaridade, estratos, territorialidades, mas, especialmente, linhas de fuga, movimentos de desterritorialização e desestratificação. “As velocidades comparadas de escoamento, conforme estas linhas, acarretam fenômenos de retardamento relativo, de viscosidade ou, ao contrário, de precipitação e de ruptura”. Todas as linhas e as velocidades mensuráveis constituem um agenciamento. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.10).

Nesta perspectiva, Deleuze e Guattari (1995) estabelecem que um livro se caracteriza como um agenciamento e que possui multiplicidades. Assim, um agenciamento maquínico que é direcionado para os estratos que fazem dele uma espécie de organismo, ou

[...] bem uma totalidade significativa, ou bem uma determinação atribuível a um sujeito, mas ele não é menos direcionado para um corpo sem órgãos, que não para de desfazer o organismo, de fazer passar e circular partículas a-significantes, intensidades puras, e não para de atribuir-se os sujeitos aos quais não deixa senão um nome como rastro de uma intensidade. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.11).

Assim sendo, torna-se possível associar essas relações que se constroem quando equiparado a uma pequena máquina. Como máquina literária, entretém com uma máquina de guerra, uma máquina de amor, uma máquina revolucionária etc. — e com uma máquina abstrata que as arrasta. Mas a única questão, quando se escreve, é saber com que outra máquina a máquina literária pode estar ligada, e deve ser ligada, para funcionar. “Kleist e uma louca máquina de guerra, Kafka e uma máquina burocrática inaudita. [...] Escrever nada tem a ver com

significar, mas com agrimensar, cartografar, mesmo que sejam regiões ainda por vir”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.12).

De acordo com Chartier (1998, p.77), a leitura é sempre apropriação, invenção, produção de significados. “[...] o leitor é um caçador que percorre terras alheias. Apreendido pela leitura, o texto não tem de modo algum – ou ao menos totalmente – o sentido que lhe atribui seu autor, seu editor ou seus comentadores”. Toda história da leitura supõe, em seu princípio, esta liberdade do leitor que desloca e subverte aquilo que o livro lhe pretende impor.

Para Deleuze e Guattari (1995, p.12), o livro imita o mundo, assim como a arte imita a natureza, através de procedimentos que lhes são próprios e que realizam o que a natureza não pode ou não pode mais fazer. A lei que rege o livro é a reflexão, o Uno que se torna dois. Reflete-se, então, sobre como é que a lei do livro estaria na natureza, posto que ela preside a própria divisão entre mundo e livro, natureza e arte? “Um torna-se dois: cada vez que encontramos esta fórmula, mesmo que enunciada, estrategicamente, por Mao Tsé-Tung, mesmo compreendida o mais "dialeticamente" possível, encontramos-nos, diante do pensamento mais clássico e o mais refletido, o mais velho, o mais cansado”. Desta forma, os autores descrevem o que seria o princípio de multiplicidade. Destaca que este ocorre quando o múltiplo é, efetivamente, tratado como substantivo, multiplicidade, que ele não tem mais nenhuma relação com o uno como sujeito ou como objeto, como realidade natural ou espiritual, como imagem e mundo.

Neste sentido, Deleuze e Guattari (1995) determinam que o agenciamento é o crescimento das dimensões numa multiplicidade que muda, necessariamente, de natureza, à medida que ela aumenta suas conexões. Não existem pontos ou posições num rizoma como se encontra numa estrutura, numa árvore, numa raiz. Existem somente linhas. Os autores destacam, ainda, os princípios que estabelecem o rizoma. Diferentemente do entendimento deste termo como árvores ou de suas raízes, possui um caráter de conexão:

um ponto qualquer com outro ponto qualquer, e cada um de seus traços não remete necessariamente a traços de mesma natureza, ele põe em jogo regimes de signos muito diferentes, inclusive estados de não-signos. O rizoma não se deixa reduzir nem ao Uno nem ao múltiplo. [...] Ele não é feito de unidades, mas de dimensões, ou antes, de direções movediças. Não tem começo nem fim, mas sempre um meio, pelo qual ele cresce e transborda. Ele constitui multiplicidades. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.31).

Diante de tais colocações sobre rede, apresentadas por Latour (2008) e, acerca da concepção de rizoma evidenciadas por Deleuze e Guattari (1995), podemos concluir, ressaltando que o Colégio Pedro II tem o potencial de atuação capaz de assegurar a

interconexão da sua comunidade escolar com diferentes lugares e conhecimentos registrados no mundo. O patrimônio documental sempre estará aberto para experimentações e será sempre atravessado por outras linhas de intensidade, linhas de forças etc. As linhas que atravessam suas inscrições estarão sempre se movendo em diferentes direções, se abrem e se fecham, se constroem e se desconstroem, se conectam e se desconectam, pulsão. Crescerá onde houver espaço, multiplicará onde encontrar possibilidades, e criará seu ambiente. Será sempre “[um] riacho sem início nem fim, que rói suas duas margens e adquire velocidade no meio”. (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p.36).

4. POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E MEMÓRIA

“[...] O futuro não nos julgará pelo esquecimento, e sim pela rememoração ampla de tudo, e ainda por não agirmos de acordo com essas memórias.”
(HUYSEN, 2000, p. 86)

O Colégio Pedro II está organizado em uma estrutura multicampi e conta com proposta orçamentária anual unificada. Possui órgãos colegiados presididos pelo Reitor, responsáveis pelas diretrizes institucionais, atentando-se às competências estatutárias. A gestão nos *campi* ocorre por delegação, conforme é previsto em seu estatuto. A Reitoria é composta por cinco Pró-Reitorias e pelas diretorias sistêmicas, além de setores, comissões e comitês que assessoram a administração escolar.

Os instrumentos de gestão que regem sua organização e seu funcionamento são o Regimento Geral, o Projeto Político-Pedagógico e o Projeto de Desenvolvimento Institucional. Para tratar de assuntos voltados à cultura, ao patrimônio e à memória institucional, considera-se, dentre outros, o Conselho Pedagógico e Administrativo, a Comissão Própria de Avaliação, a Diretoria de Articulação Institucional, a Diretoria de Articulação Externa e a Comissão de Memória Histórica. O Colégio dispõe, ainda, dos projetos e das ações que vêm sendo realizadas pelos setores do Centro de Documentação e Memória voltadas para o tratamento, a divulgação e preservação do patrimônio documental.

No entanto, verificam-se lacunas nas políticas de gestão adotadas pela Instituição, no que diz respeito à preservação da memória e do patrimônio; especialmente, identifica-se a desarticulação entre as principais instâncias institucionais, no momento em que os projetos e as metas são elaborados.

Neste capítulo, procura-se, inicialmente, trazer para a discussão o conceito sobre políticas de informação e memória, sob o ponto de vista dos especialistas da área. Em

seguida, com o propósito de elucidar elementos que possam contribuir para um melhor entendimento sobre esta temática, busca-se identificar o valor de memória dos documentos/monumentos e as questões que envolvem a preservação do patrimônio documental. Por último, apresenta-se uma análise sobre os projetos e as políticas institucionais que estão sendo implementadas pelos Institutos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, mais, especificamente, no Colégio Pedro II, com vistas à preservação do patrimônio e da memória institucional. Atenta-se, principalmente, para as possíveis barreiras que impedem a entrada efetiva das políticas de informação e memória na pauta da agenda institucional do Colégio Pedro II.

4.1. Aspectos conceituais

A concepção de políticas é empregada de diferentes formas e não existe uma única, nem melhor, definição sobre o termo. A discussão e a cobertura sobre políticas de informação se multiplicam dentro do campo de estudos da Ciência da Informação, que utiliza como base o conceito de regime de informação, assim como propôs González de Gomez (2012), que busca compreender o papel do Estado e suas implicações na sociedade contemporânea. Neste sentido, observam-se as formas de interação e relações entre esses atores.

Para Hernon e Relyea (1991 apud JARDIM, 2009, p. 9) política de informação pode ser definida como “um conjunto de princípios, leis, diretrizes, regras, regulamentos e procedimentos inter-relacionados que orientam a supervisão e gestão do ciclo vital da informação: produção, coleção, organização, distribuição/disseminação, recuperação, uso e preservação da informação”.

Jardim (2008, p. 6) enfatiza que o estudo sobre política de informação ganha nova dimensão entre as políticas públicas, “governos de diferentes países passaram a reorientar suas estratégias com relação ao desenvolvimento da área de informação”, e sua concepção tende a ser naturalizada e a designar diversas ações e processos do campo informacional como arquivos, bibliotecas, internet, tecnologia da informação, governo eletrônico, sociedade da informação, informação científica e tecnológica, entre outros. Para o autor,

Um conjunto de decisões governamentais no campo da informação não resulta necessariamente na constituição de uma política pública de informação. Uma política de informação é mais que a soma de um determinado número de programas de trabalho, sistemas e serviços. É necessário que se defina o universo geográfico, administrativo, econômico, temático, social e informacional a ser contemplado pela política de informação. Da mesma forma, devem ser previstos os diversos atores do Estado e da sociedade envolvidos na elaboração, implantação, controle e avaliação

dessas políticas. Políticas públicas de informação são norteadas por um conjunto de valores políticos que atuam como parâmetros balizadores à sua formulação e execução. Podem estar "difusas" no âmbito de outras políticas públicas, mas não implícitas. O Estado democrático é, por princípio, incompatível com políticas públicas de saúde, educação, habitação ou informação, que não sejam explícitas. (JARDIM, 2008, p. 6).

Neste contexto, o autor apresenta, de forma sucinta, o conceito sobre políticas públicas de informação:

[...] constituem o conjunto de premissas, decisões e ações – produzidas pelo Estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico etc.) relativos à produção, ao uso e à preservação da informação de natureza pública e privada. (JARDIM, 2009, p. 9).

No entanto, para o autor, uma política pública não pode ser definida, simplesmente, como um conjunto de decisões. Deve ser “concebida, formulada e implementada, a partir de atores sociais diversos que se relacionam e se influenciam, mutuamente, em um ambiente de conflitos e consensos.” (JARDIM, 2009, p. 17).

Frohmann (1995) ressalta que a abordagem dos estudos de política de informação em Ciência da Informação e Biblioteconomia, acaba por apresentar um aspecto reducionista tal como sua abordagem voltada para a produção, organização e disseminação da informação técnico-científica. Segundo o autor,

o foco da Ciência da Informação sobre o tema seria mais evidente em aspectos como a implementação de tecnologias, o aprimoramento da comunicação, agências governamentais e a ampliação do acesso aos documentos dos governos. Essa ênfase ocorreria em detrimento da realização de pesquisas sobre as relações entre informação e poder, ou as formas pelas quais o poder é exercido em e através de relações sociais mediadas pela informação. (FROHMANN, 1995 apud JARDIM, 2008, p. 6).

González de Gomez (2012, p. 43) apresenta uma reflexão teórico-conceitual sobre regime de informação como conceito analítico de ordem da política e da informação. A noção de Regime de Informação como o “modo informacional dominante em uma formação social, o qual define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição, enquanto vigentes em certo tempo, lugar e circunstância.”

Para a autora, o conceito de “política” não é autoevidente. Em certa circunstância, encontra-se associado a critério espacial (como esfera, domínio, território) e, em outra, identificado como modo de ação ou tipo de atividade (na definição já clássica, uma atividade, através da qual as pessoas geram, preservam e corrigem as regras gerais sob as quais vivem),

“a construção e a história do conceito de “política” e suas derivações são elas mesmas objeto e indagação e de proposições alternativas” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2011b, p. 183).

Utilizando a teoria do regime para uma análise da política de informação, Braman (2011, p. 42) estabelece que “[...] a política de informação é definida pelo conjunto de leis e regulações pertinentes a qualquer criação, processamento, fluxos e usos de informação – como um conceito guarda-chuva para políticas de informação, comunicação e cultura”.

A autora enfatiza que o estudo sobre a teoria do regime, apesar de ter surgido, inicialmente, no âmbito das relações internacionais, na década de 1980 por estudiosos desta área, hoje é adotado em outras esferas de análise. A teoria do regime é utilizada em, praticamente, todo estudo sobre o domínio das políticas emergentes: “[...] As negociações sobre o acesso à informação, em si mesmo um objeto de regime de políticas, também são entendidas como elementos significativos dos processos de formação dos regimes”. (SOUSA; KLYZA, 2007 apud BRAMAN, 2011, p. 42).

Delimitando o domínio específico de sua operacionalização, Braman complementa o conceito de regime de informação, trazendo uma abordagem sobre “cadeia de produção de informação” que varia, conforme a finalidade com que é incluída em seus trabalhos; porém, certos momentos e componentes seriam constantes, dois deles, em especial, interessam ao escopo desta pesquisa. O primeiro estaria relacionado à armazenagem e preservação da informação; formação e consolidação de memórias sociais e culturais. Estando o segundo, relacionado à busca de informações, devendo diferenciar-se o acesso à infraestrutura de informação (acesso à Internet de Banda Larga, por exemplo), do acesso intelectual e pleno às próprias fontes e conteúdos. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 48).

Para Braman, a teoria do regime não substitui, mas realimenta os estudos da política de informação: “[...] contribui para pensar instituições, ações e instrumentos políticos novos, sem que isso signifique necessariamente a desativação dos “sistemas” já existentes; [e,] unifica um domínio de tomada de decisão, evitando a dispersão gerada pela pluralidade de canais, de meios e de fluxos de informação. (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 52).

De modo geral, e independentemente do ambiente e do âmbito, uma política de informação cobre os objetivos, as diretrizes, práticas e intenções organizacionais que servem para fortalecer as decisões locais. Assim, a política não é apenas o caminho para exercer a autoridade, mas é também uma arte para alcançar o consenso corporativo. Para a elaboração de uma política de informação é importante a participação de todos os envolvidos, pois sem um consenso sobre os princípios e as diretrizes de quem faz o quê, quando e como, não se podem criar os fundamentos para a construção da autossuficiência informacional (information

superiority). (STRASSMANN, 1994). Caso não haja aceitação entre os principais atores e o entendimento dos relacionamentos, e caso não possua os meios para resolver divergências, a maior parte da energia será desviada para conflitos internos, em vez de ser direcionada para lidar com os desafios externos.

No âmbito de estudo das ações de informação e práticas documentárias, Fernandes (2011, p. 208), considera que a abordagem teórico-epistemológica do campo das políticas públicas de informação se mostra relevante para o exame das ações e práticas, a partir de aparatos institucionais, materiais e discursivo que, para a autora se entrelaçam, em um dispositivo de memória, constituindo o que ela denomina por “políticas difusas de memória”. A autora define o termo “política de” como uma ação intencional sobre um aspecto da vida, com vistas a alcançar uma configuração, um objetivo, um estado de coisas. “A ideia de “política de” também remete ao entendimento de que existe um sujeito, individual ou coletivo, ou um comitê instituído, para planejar e levar a cabo tal política; portanto, uma noção de centralidade ou centro de onde partiriam tais ações.”

Fernandes (2011, p. 221) estabelece que o termo “política de memória” implica em dois âmbitos articulados de ações no agora: “um em vista de manter memória de acontecimentos presentes e os meios para uma dada interpretação destes acontecimentos e interpretações do passado. Objetos, inscrições, lembranças e esquecimentos entram na tecedura do passado, numa trama urdida no presente.”

Paul Ricoeur (2007) apresenta reflexões sobre usos e abusos da memória em sua obra “A memória, a história, o esquecimento”. O autor aponta a “memória convocada a lembrar” ou “obrigada a não esquecer”, como parte de políticas de informação e memória desencadeadas no nível ético-político por grupos que, temendo o esquecimento de certos acontecimentos, agem de modo a manter suas lembranças vivas e atuantes no presente; ou, ainda, o que denominou de “memória manipulada” ou “memória instrumentalizada”, resultante de ações dos que querem impedir as recordações de certos acontecimentos por apagamento ou por colocação de um decalque – história de uma nação contada, a partir de sua descoberta por outra nação.

Para Ricoeur (2007, p. 71) “[...] lembrar-se é não somente acolher, receber uma imagem do passado, como também buscá-la. ‘fazer’ alguma coisa. O verbo ‘lembrar-se’ faz par com o substantivo ‘lembrança’. O que esse verbo designa é o fato de que a memória é ‘exercitada’.

Neste processo seletivo em jogo, em que “lembrar” e “esquecer” são condições básicas para manter decisões e ações no campo informacional, Thiesen (2013, p. 24) enfatiza

que “[...] o esquecimento é condição de possibilidades da lembrança. Há um processo seletivo. Resta saber, como esta seleção atua, não só no âmbito individual, mas no conjunto das instituições existentes na sociedade”.

As instituições “lembram” e “esquecem” e por esse motivo precisam estabelecer ações e planos que garantam a preservação do que consideram relevantes para conservar no tempo. De acordo com Thiesen (2013),

O fio que vai amarrar a memória às instituições é o tempo. Isto porque a memória, em sua forma mais elementar, é fundamentalmente tempo, movimento do tempo. Tempo que traz a marca do esquecimento, mas que também se encarrega de conservar os presentes na medida em que passam. (THIESEN, 2013, p. 87).

Segundo Pomian (2000, p. 507) “toda memória é em primeiro lugar uma faculdade de conservar os vestígios do que pertence já em si a uma época passada”. Por esse motivo, o tempo de lembrar - por meio de sinais e vestígios sejam esses símbolos, imagens, arquivos, documentos etc. - é parte determinante e indispensável de uma Política de Memória.

O ato de preservar é intencional e seletivo, encontra-se, constantemente, na posição de escolha do que conservar ou destruir, passível de disputas de poder, de interesses pelo Estado ou pelas organizações. É uma atividade exercida por determinados agentes e segundo determinados critérios, que orientam e legitimam o processo de atribuição de valores e, por consequência, a preservação, conforme assinala Fonseca (2009),

É exatamente nesse processo – que tem uma dimensão explícita, regulamentada, como, no caso do Brasil, a inscrição de bens nos Livros do Tombo, e outra implícita, e muitas vezes até deliberadamente ocultada, que remete às relações de poder entre os agentes envolvidos com a preservação – que se manifestam os conflitos de interesse em jogo na prática aparentemente tranqüila da preservação de bens culturais em nome do interesse público. (FONSECA, 2009, p. 53).

Le Goff (2012, p. 509). já pontuava que esse processo seletivo é uma escolha dissimulada do que se quer manter no futuro: “De fato, o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores”

A memória pode ser construída e reconstruída, a partir de fontes diversas como, por exemplo, documentos textuais e imagéticos recolhidos de arquivos brasileiros, livros de uma determinada biblioteca pública, registros audiovisuais de um colecionador particular ou,

ainda, através de relatos orais de pessoas que viveram ou testemunharam acontecimentos, conjunturas, modos de vida e assim por diante.

A multiplicidade das formas de utilização da informação contribui para a emergente necessidade de maior investimento, no que se refere à recuperação e à preservação de documentos, nos mais variados locais de guarda. Arquivos, museus, bibliotecas e centros de documentação e memória se constituem como guardiões de ricos acervos à espera de investigação para a compreensão da história das sociedades. Porém, a preservação de documentos não se dá espontaneamente, necessita, sobretudo, do estabelecimento de políticas e estratégias para que possa cumprir seu papel, qual seja: garantir o exercício da memória e da cidadania; garantir o produto intelectual; e, a acumulação do conhecimento e do saber pelo ser humano, no decorrer da história. “Se aquilo que se preserva é concebido como suporte de informação e como alguma coisa passível de ser utilizada para transmitir (ou ensinar) algo a alguém, pode-se falar em documento e memória”. (CHAGAS, 2003 apud CHUVA; NOGUEIRA, 2012, p. 32).

4.2. Valor de Memória dos Documentos/Monumentos

Na tentativa de encontrar elementos que forneçam subsídios para um melhor entendimento sobre o estabelecimento de políticas de informação e memória, verifica-se, neste tópico, alguns pressupostos, sobre a questão do monumento e do documento abordada por Jacques Le Goff (2003; 2012), Françoise Choay (2017) e, especialmente, por Alois Riegl (2014). Riegl, historiador da arte, pertencente à Escola de Viena de História da Arte, aborda a relação dos valores de memória com o culto dos monumentos, em sua obra “O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem”, datada em 1903. Logo, julga-se necessário investigar o valor do patrimônio documental à luz da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia que, por serem áreas do conhecimento distintas e apresentarem particularidades em tratar os tipos documentais, bem como as práticas de preservação, convergem pelo fato de voltarem parte de seu campo de estudo no valor informacional e de memória dos documentos. Com efeito, o patrimônio que se encontra em custódia nas bibliotecas, nos arquivos, museus e centros de documentação e memória, constitui-se como valiosa fonte de informação e pesquisa e, por esse motivo, deve ser preservado e ter seu acesso garantido às futuras gerações.

Riegl (2014) distingue-se por uma abordagem diferenciada interdisciplinar da história da arte; o autor revela que todo indivíduo possui um conhecimento sensorial e uma faculdade viva, a vontade, um fenômeno que se transformam em um “querer da arte” ou, ainda, uma “vontade artística”. Estabelece que todo monumento de arte possui duas dimensões, uma histórica e outra estética e que, ao mesmo tempo, representam um estágio determinado na evolução das artes plásticas, de que não é possível encontrar um equivalente. O monumento histórico também se caracteriza como artístico, seja este um manuscrito, uma folha de papel etc., carrega consigo, além do valor histórico, as informações de sua fabricação, de seu fabricante, sobre seu uso, a maneira como organizá-lo e uma série de elementos estéticos que dizem muito a respeito dessa obra.

De acordo com Riegl (2014, p. 31), entende-se por monumento “[...] uma obra criada pela mão do homem e elaborada com o objetivo determinante de manter sempre presente na consciência das gerações futuras algumas ações humanas ou destinos (ou a combinação de ambos)”. Devido a sua importância como testemunho vivo do passado, desperta o interesse do espectador, por meio de expressão das artes plásticas ou com auxílio de inscrições. Como monumento escrito, desperta representações contidas em nossa consciência. E como monumento de arte, pode ser percebido de imediato pelos nossos sentidos. Todo monumento, apresenta-se como não mais do que um substrato, evidente e inevitável, “para evocar no observador contemporâneo a representação do ciclo da gênese e do desaparecimento, o surgimento do indivíduo para além da generalidade e a sua dissolução gradual no universo, premido pela natureza”. (RIEGL, 2014, p. 38)

Choay (2017) apresenta o sentido original do termo monumento: a palavra provém do latim *monumentum* que deriva de *monere* (advertir; lembrar), representa tudo que é capaz de trazer à lembrança alguma coisa. Não está relacionado a algo que traz uma informação neutra, mas sim a algo que toca, pela emoção, uma memória viva. O monumento tem por finalidade reviver um passado mergulhado no tempo e de rememorar ou fazer com que as novas gerações rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças, atuando sobre a memória pela mediação afetiva, conservando sempre presente o passado vivido.

Mas esse passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. Para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, o monumento é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, acalma, tranqüiliza, conjurando o ser do tempo. Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. Desafio à entropia, à ação dissolvente que o tempo exerce sobre todas as coisas

naturais e artificiais, ele tenta combater a angústia da morte e do aniquilamento. (CHOAY, 2017, p. 17-18).

Assim, Choay (2017) considera que todo monumento tem por característica uma “universal cultura”, atuando sob suas múltiplas formas, presente em praticamente todas as sociedades, dotadas ou não de escrita.

O monumento histórico relaciona-se de forma diferente com a memória viva e com a duração. Ou ele é simplesmente constituído em objeto de saber e integrado numa concepção linear do tempo – neste caso, seu valor cognitivo relega-o inexoravelmente ao passado, ou antes à história em geral, ou à história da arte em particular -; ou então ele pode, além disso, como obra de arte, dirigir-se à nossa sensibilidade artística, ao nosso “desejo de arte” (Kunstwollen): neste caso, ele se torna parte constitutiva do presente vivido, mas sem a mediação da memória ou da história. (CHOAY, 2017, p. 26).

Le Goff (2012, p. 510) classifica o conjunto de vestígios do passado sob duas formas: monumentos, remetem à herança do passado e os documentos, uma escolha do historiador. A palavra *monumentum* deriva do latim e remete “à raiz indo-europeia *men*, que exprime uma das funções essenciais do espírito (*mens*), a memória (*memini*). O verbo *monere* significa “fazer recordar” é um sinal do passado”. O monumento seria tudo aquilo capaz de evocar o passado e perpetuar a recordação, espontaneamente ou não, das sociedades históricas, trata-se do legado à memória coletiva.

Já o termo latino *documentum* teria evoluído para o significado de prova; seu uso no vocabulário legislativo, difundido no século XVII, na linguagem jurídica francesa pela expressão *titres et documents*, e o seu sentido moderno de testemunho histórico, passou a ser utilizado, a partir do início do século XIX. (LE GOFF, 2012, p. 510).

[...] O significado de “papel justificativo”, especialmente no domínio policial, na língua italiana, por exemplo, demonstra a origem e a evolução do termo. O documento que, para a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX, será o fundamento do fato histórico ainda que resulte da escolha, de uma decisão do historiador, parece apresentar-se por si mesmo como prova histórica. A sua objetividade parece opor-se à intencionalidade do monumento. Além do mais, afirma-se essencialmente como um testemunho escrito. (LE GOFF, 2012, p. 510-511).

Dessa forma, começava a apresentar relevância para a história, pois se os acontecimentos não fossem registrados, havia o risco de se perderem no tempo. O ofício do historiador, como afirmou Marc Bloch (2001), é constituído pelo estudo dos homens no tempo, inseridos nos processos históricos. Esses homens deixam vestígios de suas vivências e, a partir deles, é possível capturar suas trajetórias ou seus traços do passado. A memória social documentada, quer dizer, acumulada em arquivos, bibliotecas, museus e nos centros de documentação, garante a relação de dependência entre documento e memória.

[Documento/monumento] enquanto conhecimento do passado (passado/presente), a história não teria sido possível se este último não tivesse deixado traços, monumentos, suportes da memória coletiva. Dantes, o historiador operava uma escolha entre os vestígios, privilegiando, em detrimento de outros, certos monumentos, em particular os escritos (cf. oral/escrito, escrita), nos quais, submetendo-os à crítica histórica, se baseava. Hoje o método seguido pelos historiadores sofreu mudança. Já não se trata de fazer uma seleção de monumentos, mas sim de considerar os documentos como monumentos, ou seja, colocá-los em série e tratá-los de modo quantitativo; e, para além disso, inseri-los nos conjuntos formados por outros monumentos: os vestígios da cultura material, os objetos de coleção (cf. pesos e medidas, moeda), os tipos de habitação, a paisagem, os fósseis (cf. fóssil) e, em particular, os restos ósseos dos animais e dos homens (cf. animal, homem). Enfim, tendo em conta o fato de que todo o documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso (cf. verdadeiro/falso), trata-se de pôr à luz as condições de produção (cf. modo de produção, produção/distribuição) e de mostrar em que medida o documento é instrumento de um poder (cf. poder/autoridade). (LE GOFF, 2012, p. 509).

Para Le Goff (2012) “O documento, o dado já não existem por si próprios, mas em relação com a série que os precede e os segue, é o seu valor *relativo* que se torna objetivo e não a sua relação com uma inapreensível substância real”. (FURET, 1974 apud LE GOFF, 2012, p. 516).

[...] O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa. (LE GOFF, 2012, p. 520).

Entende-se aqui a expressão documento com o sentido que lhe confere Le Goff (2012), ou seja, em uma dimensão ampliada que ultrapassa a produção escrita. Para este historiador, “a história se faz com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar seu mel, ou seja, com palavras, signos, paisagens” (LE GOFF, 2003, p. 540). O documento é resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu e, também, das épocas sucessivas, durante as quais continuou a existir. O documento é monumento, resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro determinada imagem de si própria. Atualmente, a história transforma os documentos em monumentos e apresenta uma massa de elementos que é preciso isolar, reagrupar, tornar pertinentes, ser colocados em relação, constituídos em conjunto. O novo documento alargado, transformado deve ser tratado como um documento-monumento; antes tudo encerrava em monumento/documento, hoje tudo se volta ao documento/monumento, segundo Le Goff (2012).

Mais ainda do que estes múltiplos modos de abordar um documento, para que ele possa contribuir para uma história total, importa não isolar os

documentos do conjunto de monumentos de que fazem parte. Sem subestimar o texto que exprime a superioridade, não do seu testemunho, mas do ambiente que o produziu, monopolizando um instrumento cultural de grande porte, o medievalista deve recorrer ao documento arqueológico, sobretudo àquele que faz parte do método estratográfico, ao documento iconográfico, às provas que fornecem métodos avançados, como a história ecológica que faz apelo à fenologia, à dendrologia, à palinologia: tudo o que permite a descoberta de fenômenos em situação (a semântica histórica, a cartografia, a fotografia aérea, a fotointerpretação) é particularmente útil. (LE GOFF, 2012, p. 522-523).

Retomando aos valores de memória, Riegl (2014, p. 39) propõe três estágios sucessivos de um processo crescente de generalização do conceito de monumento: valor de antiguidade, valor volitivo e valor histórico. Na classe dos monumentos de antiguidade, estão as obras feitas pela mão do homem, não sendo necessário identificar seu significado original ou sua destinação; no entanto, deve revelar sua existência e como conseguiu continuar conservada, por longo período. Encontram-se, na classe dos monumentos volíveis, as obras que, pelo desejo de seus criadores, têm por finalidade rememorar determinado momento ou vários momentos do passado. Em relação aos monumentos históricos, amplia-se esta designação com o intuito de contemplar as obras cuja escolha é resultado de uma vontade subjetiva. Segue abaixo uma breve descrição das categorias propostas pelo autor.

Valor de Antiguidade

O valor de antiguidade representa o aspecto não moderno do monumento, visto como um organismo natural que traz em si as marcas do desgaste provocado pelo tempo e pelas forças da natureza. Esta atribuição dada ao monumento dispensa a avaliação de especialistas, no que diz respeito às suas considerações históricas e artísticas. “[...] Os critérios pelos quais se reconhece o valor de antiguidade são tão simples, que eles são reconhecidos mesmo por pessoas cujo intelecto está totalmente ocupado pelo bem-estar físico e pela produção de bens materiais.” (RIEGL, 2014, p. 54).

Por se tratar de critérios mais simples e ter como facilitador a percepção sensorial do espectador, que evoca, diretamente, à sua sensibilidade, o valor de antiguidade está em acentuada vantagem em relação ao valor histórico, que se baseia por critérios científicos, podendo ser interpretado, apenas por intermédio de uma reflexão racional. “É verdade que a raiz do valor de antiguidade, do valor histórico, é científica, mas o valor de antiguidade almeja significar a aquisição final da ciência por todos.” (RIEGL, 2014, p. 54).

Valor Histórico

Nesta categoria, o monumento é testemunho de uma época, de um estágio da evolução humana que pertence ao passado. O monumento é portador de uma dimensão documental e deve manter-se fiel ao seu aspecto original, o mesmo que lhe foi atribuído no momento de sua criação. Assim, deve permanecer “intocável” e sua preservação deve ter o caráter preventivo com o intuito de garantir a autenticidade do material, considerando a possibilidade de uma futura reconstituição histórico-artística. (RIEGL, 2014, p. 16).

Para Riegl (2014), a concepção do termo “histórico” está relacionada à noção de “evolução” e toda atividade humana ou todo destino humano, nos quais legam testemunhos ou conhecimentos, pode vir a pretender, sem exceção, de um valor histórico, não se esgotando apenas neste:

[...] diante de um antigo campanário, devemos distinguir entre lembranças históricas dos mais diversos tipos, mais ou menos localizadas, que a sua imagem desperta em nós e a representação geral não localizada do tempo que “agiu sobre o campanário e que se revela, de forma imediata, nos traços perceptíveis da sua antiguidade. A mesma distinção é observada nos monumentos escritos. Uma folha de pergaminho do século XV, com a simples menção de uma transação de compra de um cavalo, desperta em nós, não apenas com os seus elementos de arte iguais à ruína do campanário, um duplo valor de memória (um histórico, pelos elementos da forma do papel, dos caracteres etc.; e o outro, agora em questão, devido ao amarelado e à pátina do pergaminho, à palidez das letras), mas também por seu conteúdo escrito: o valor histórico pelas condições da transação (história do direito e da economia), pelos nomes (história política, genealogia, de colonização), e outro valor pela língua estranha, nas locuções não habituais, noções e julgamentos que mesmo o indivíduo, sem possuir formação em história, identifica como ultrapassadas e fazendo parte do passado”. (RIEGL, 2014, p. 37-38).

Neste sentido, o monumento apresenta diferentes valores de memória e serve para atender a interesses variados. O valor de memória não está relacionado à obra no seu estado de criação, mas à “representação do tempo transcorrido desde a sua origem e que revela traços de antiguidade”. (RIEGL, 2014, p. 38).

Por se tratar de critérios mais apurados, a percepção do valor histórico requer conhecimento de história da arte e deve basear-se em critérios científicos, dos quais provém das classes mais cultas, “que são obrigados a admitir que o prazer despertado por um monumento não reside apenas na antiguidade, mas também na “satisfação” de poder classificá-lo dentro dos conceitos estilísticos por eles conhecidos”. (RIEGL, 2014, p. 16).

O valor histórico de um monumento resulta, para nós, do fato de ele representar um estágio evolutivo individual de um domínio qualquer da atividade humana. Com base nesse ponto de vista, não nos interessam no

monumento os traços das influências de degradação da natureza, mas a sua criação original como obra humana. O valor histórico é tanto maior, quanto mais o monumento tenha conservado a sua integralidade e quanto mais inalterado estiver após a sua criação, sendo perturbadoras e inoportunas as degradações e alterações parciais. Isso vale tanto do ponto de vista histórico-artístico como do ponto de vista histórico-cultural, e ainda mais do ponto de vista cronológico.” (RIEGL, 2014, p. 32-33).

Do ponto de vista do valor histórico, as degradações ocasionadas pelas forças da natureza, por mais que sejam inevitáveis e irreversíveis, não devem ser eliminadas, conforme é postulado pelo valor de antiguidade. No entanto, futuras degradações devem ser evitadas, visto que qualquer impacto torna mais difícil a reconstituição científica da obra original.

Riegl (2014) acredita que, no futuro, as exigências da pesquisa histórica possam ser realizadas pelo uso de “substitutos perfeitos dos originais”, citando entre os instrumentos válidos as fotografias em cor e as cópias em fac-símile. Nota-se que o autor antevia, já no início do século XX, as mudanças tecnológicas que impactariam na preservação dos monumentos e os aspectos neste que poderiam comprometer sua autenticidade.

Valor Volitivo de Memória ou de Comemoração

O valor volitivo da memória está relacionado ao tempo presente, posto que a construção do monumento tenha por finalidade, desde sua criação, evocar a consciência das novas gerações. Primando pela “imortalidade, o presente eterno, a essência incessante”, as ações de preservação do monumento devem ser capazes de mantê-lo vivo e de reconstruir as condições do momento de sua criação.

[...] Dotada de um valor de atualidade, a memória volitiva aproxima-se das obras do presente, fazendo com que o monumento não seja considerado intrinsecamente. Ao contrário, ele é visto “como uma estrutura moderna”, dotado da “aparência externa de toda obra humana em estado de formação, ou seja, que dê a impressão de integralidade e de não ter sido afetado pelas influências naturais. (RIEGL, 2014, p. 17).

O valor de comemoração tem uma forte ligação com o valor de atualidade, sua intenção é manter o monumento sempre presente e vivo na consciência das futuras gerações, sem perder sua conexão com o passado.

Enquanto o culto de antiguidade é fundado exclusivamente sobre a degradação e o valor histórico quer detê-la desde já, mas sem tocar a degradação que já se deu e que justifica seu direito de existência, o valor volível de comemoração pretende nada menos do que a imortalidade, o presente eterno, a essência incessante. As forças de degradação da natureza, que se opõem a satisfazer essa reivindicação, precisam ser combatidas, com rigor, e os seus efeitos detidos. Assim, por exemplo, uma coluna comemorativa cujas inscrições tivessem desaparecido, deixaria de ser um

monumento volível. O postulado fundamental dos monumentos comemorativos volíveis é a restauração. (RIEGL, 2014, p. 63).

Do ponto de vista deste valor, há uma tendência de considerar o monumento sempre como uma estrutura moderna, reivindicando ao monumento antigo uma aparência externa em constante estado de formação, mais, especificamente, que dê a impressão de integralidade e de não ter sido afetado pelas degradações das forças da natureza.

Valor utilitário ou de uso

Este valor versa sobre a necessidade de o monumento ter uma utilização, mesmo que se recorra à manutenção ou às ações de restauração, diferente do culto de antiguidade, ou seja, o monumento não pode ser de todo intocável, ele precisa ser usado, visitado, útil e ter algum fim presente: “[...] a falta desse uso, que nos é familiar, incomoda-nos”. (RIEGL, 2014, p. 68).

Valor de arte

Para RIEGL (2014, p. 69-70) todo monumento possui um valor de arte, uma vez que venha a atender às exigências do “querer moderno da arte”. Tais exigências provêm de duas ordens:

[...] toda obra de arte moderna que acabou de conformar-se como tal, deve apresentar uma integralidade de forma e cor sem qualquer dissolução. Em outros termos, ainda, toda obra nova possui, apenas por conta da sua “novidade”, um valor de arte, que pode ser denominado valor de arte elementar ou simplesmente valor de novidade. (RIEGL, 2014, p. 69-70).

O valor de arte terá forte influência para a preservação dos monumentos. Para Riegl (2014, p. 35-36), não existe um valor da arte eterno, mas apenas um relativo, moderno, não se trata mais de um valor de memória, mas sim um valor de atualidade. “[...] A preservação dos monumentos deve levar em consideração esse valor presente, pois sendo até certo ponto o valor atual prático oposto ao valor histórico de memória do passado, necessita de atenção mais urgente, uma vez que ele acaba por eliminar o conceito de “monumento”.

Valor de novidade

O valor de novidade contesta o culto do valor de antiguidade, os traços de degradação aparentes nos monumentos, devido o tempo, devem ser eliminados, opta-se pela reconstrução de sua forma e cor, recebendo a obra seu aspecto original. Acredita-se que as obras recém-

criadas ou recém-surgidas apresentam critérios mais simples e, por esse motivo, podem ser apreciadas por todos, mesmos aqueles com pouca cultura, diferentemente, do valor histórico. “[...] Por esse motivo, o valor de novidade sempre foi o valor de arte relativo, ao menos desde o início dos tempos modernos, foi apreciado somente por aqueles que dominavam uma cultura estética.” (RIEGL, 2014, p. 71).

Já foi mencionado que junto às forças naturais vivas que agem para a degradação dos monumentos, não muito antigos e atualmente ainda em uso, age a atividade do homem. Essa atividade não se faz de forma arbitrária e violenta, mas, de certo modo, com observação de regras. O emprego de uma obra pela força humana representa seu lento e permanente desgaste e dissolução. É explicável, assim, por que um monumento que costumamos ver em uso, por exemplo, um palácio residencial em uma rua movimentada, produz uma impressão desagradável de abandono e de destruição violenta quando deixado sem uso, parecendo ser mais velho do que é na realidade. Por esse motivo, o culto do valor de antiguidade foi colocado em uma posição tal que o obriga a manter ao menos os monumentos recentes e utilizáveis em um estado que lhes venha garantir a persistência do seu valor utilitário. Ao valor utilitário se vincula esteticamente o valor de novidade. (RIEGL, 2014, p. 74).

Diante dos valores de memória apresentados até o momento, observa-se que um valor vincula-se a outro; independente das regras do valor de antiguidade, o monumento deve manter-se útil e atual. “[...] Pelo menos no seu estágio de evolução atual, o culto de antiguidade deve abrir espaço, em certa medida e no caso de obras modernas e ainda com possibilidades de uso, ao valor de novidade”. (RIEGL, 2014, p. 74).

Valor de arte relativo

O valor de arte relativo estabelece que as obras referentes às gerações passadas são testemunhos da criação humana e devem ser apreciadas, em relação às suas particularidades, como sua concepção, forma e cor.

[Do ponto de vista moderno] parece ser normal que um monumento não tenha valor de arte, menos ainda quanto mais antigo for e mais tempo de evolução o separar da época. Entretanto, segundo nos mostra a experiência, as obras modernas e até mesmo obras que no seu tempo despertaram pouco interesse ou pesadas críticas são hoje apresentadas como grandes manifestações das artes plásticas. (RIEGL, 2014, p. 75).

Com efeito, a atribuição de valor de memória reflete, decisivamente, nas políticas de preservação dos monumentos, um problema atual anunciado por Riegl, já no ano de 1903. Para o historiador, existe uma progressiva ampliação do que se estabelece como valor histórico até que venha a tornar-se interesse atual. Toda obra se constitui como um organismo natural e o desgaste e a degradação física, ocasionados pelas forças mecânicas e químicas da

natureza, são inevitáveis. Diante disso, o ser humano deve agir contra o seu desaparecimento precoce, assim, deve proteger a obra da “morte prematura”. (RIEGL, 2014).

Refletindo questões atuais sobre preservação dos documentos/monumentos, Riegl (2014), partindo em defesa do culto ao monumento de antiguidade, prevenia que qualquer intervenção feita pelo homem não deveria ser realizada se tal ação comprometesse a autenticidade ou integridade da obra. Tão pouco, acréscimos nem reduções, nem restituições daquilo que as forças naturais degradaram com o tempo e sequer supressão do que, lhe tendo sido acrescentado, possa vir a alterar a forma original do monumento.

Seguindo este pensamento, torna-se necessário guardar indícios ou fragmentos do documento original para manter seu valor de antiguidade:

[...] Um monte disforme de pedras não é suficiente para dar ao espectador o valor de antiguidade; deve haver pelo menos algum traço da forma original, da obra humana da gênese passada, pois uma pilha de pedras não representa nada além de fragmentos mortos, disformes, sem nenhum vestígio de uma criação viva. (RIEGL, 2014, p. 53).

O exemplo explicitado acima por Riegl (2014), nos faz refletir sobre a importância de se estabelecer políticas de preservação, considerando todos os valores em potencial de memória que se manifestam nos documentos/monumentos, aqueles que não são percebíveis de imediato, tal como o valor de antiguidade e o de atualidade. Todo monumento é capaz de despertar interesses atuais, mesmo os de valor de antiguidade. Assim como revelou Choay (2017), o monumento atua sob múltiplas formas.

Para Riegl (2014), a investigação sobre os valores de memória dos documentos/monumentos abre a discussão sobre as diferentes modalidades de conservação, especialmente, como manter no tempo preservada a obra, sem perder seu valor de antiguidade e sua função cultural. “[...] Se o monumento é um documento imprescindível para o conhecimento de um dado momento histórico, isso não significa que ele não possa desempenhar uma função prática, capaz de conferir-lhe uma nova atualidade, sem negar seu aspecto de herança do passado”. (RIEGL, 2014, p. 20).

Assim como Riegl (2014), Choay (2017, p. 25) aponta a necessidade de associar o valor dos monumentos às práticas de conservação; tais ações devem vincular-se a um contexto mental e a uma visão de mundo.

[...] Adotar as práticas de conservação de tais monumentos sem dispor de um referencial histórico, sem atribuir um valor particular ao tempo e à duração, sem ter colocado a arte na história, é tão desprovido de sentido quanto praticar a cerimônia do chá ignorando o sentido japonês da natureza, o xintoísmo e a estrutura nipônica das relações sociais. (CHOAY, 2017, p. 25).

Para Choay (2017, p. 26) existe uma distinção evidente entre os monumentos e os monumentos históricos. O monumento nasce de forma intencional, ao contrário do monumento histórico que, a princípio, não é criado com essa vontade artística, somente a *posteriori* que, pela interpretação de seus apreciadores, nasce algum interesse pelo valor que carrega.

Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial. De modo inverso, cumpre lembrar que todo artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função memorial. Quanto ao prazer proporcionado pela arte, tampouco é apanágio exclusivo do monumento. (CHOAY, 2017, p. 26)

Essa diferença também é percebida, principalmente, nas práticas de conservação. Os monumentos estariam mais expostos às forças da natureza. O esquecimento, o desapego e a falta de uso também seriam fatores que contribuiriam para o desaparecimento do monumento, bem como a destruição deliberada e combinada, são ameaças que surgem tanto pela vontade de destruir ou ao contrário, pelo desejo de resistir à ação do tempo ou mesmo pelo anseio de aperfeiçoamento.

[...] A primeira forma, negativa, é lembrada com mais frequência: política, religiosa, ideológica, ela prova a contrario sensu, o papel essencial desempenhado pelo monumento na preservação da identidade dos povos e dos grupos sociais. A destruição positiva, também generalizada, chama menos a atenção. Ela se apresenta sob modalidades diferentes. (CHOAY, 2017, p. 26)

Fonseca (2009) revela que a difusão do valor de antiguidade teve importantes consequências, em relação às questões voltadas à conservação e restauração dos monumentos. Para o valor histórico, o que importa são suas referências externas, sendo fundamental para sua leitura que seja mantido íntegro; tal perspectiva justificaria a restauração e mesmo eventuais recriações. Em se tratando do valor de antiguidade, toda intervenção contrária ao desgaste natural do monumento seria inaceitável.

Mediante a divergência entre valor histórico e de antiguidade, apontada por Fonseca (2009), percebe-se na segunda metade do século XX, o surgimento de novas perspectivas sobre políticas de patrimônio voltadas para os critérios de conservação e restauração, adaptadas a um consumo cultural de massa.

[...] Essa ampliação do consumo de bens culturais tomou mais evidentes as expectativas estéticas, por parte desse público. [...] Do mesmo modo, o interesse de párocos em restaurar ou reformar suas paróquias, assim como o de prefeitos em modernizar as cidades antigas, evidencia uma conjugação do valor de novidade com o valor de uso. Na mesma linha, a preocupação, hoje, dos agentes culturais com a mediação – animação cultural, recursos audiovisuais etc. – se insere no objetivo de adequar a apresentação dos

monumentos ao acesso de um maior número de receptores. (FONSECA, 2009, p. 68).

Na perspectiva de Fonseca (2009) essa divergência entre valores ocorre em um meio restrito, o das camadas cultas, onde se encontram os agentes, diretamente, ligados às práticas de preservação que envolveriam os arquitetos, historiadores, restauradores, museólogos etc., voltando-se ao trato do bem em seu aspecto material.

[...] Já o conflito entre valor de ancianidade – que implica uma quase intocabilidade do bem e a sacralização de tudo que é antigo – e o valor de novidade, envolve setores mais amplos da sociedade e termina por atingir de modo mais extenso outras esferas das políticas públicas e a própria noção de desenvolvimento. (FONSECA, 2009, p. 68).

Riegl (2014, p. 68) considera o valor de uso dos monumentos também uma questão de preservação. Em sua narrativa, praticamente, todos os monumentos estariam em condição de uso. A utilização dos monumentos não só está relacionada ao valor econômico, mas também ao valor de antiguidade. “[...] Somente as obras sem utilidade podem ser observadas e apreciadas segundo o valor de antiguidade ao passo que diante de uma obra útil nos sentiremos mais ou menos impedidos e incomodados se esse tipo de obra não apresentar o valor atual esperado”.

Com efeito, a preocupação que Riegl (2014) manifestava, já no início do século XX, no que tange aos fatores que implicavam na preservação dos monumentos, ainda é uma questão para os dias atuais. Ao longo do tempo, percebemos uma ampliação dos valores de memória dos documentos/monumentos propostos, a princípio pelo historiador, especialmente, os valores relacionados à preservação do que hoje conhecemos como patrimônio, em suas múltiplas configurações, termo não explorado pelo autor em sua obra. Apesar disso, acredita-se que, naquela época, reportava-se aos monumentos.

Sob o ponto de vista do campo da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia podemos verificar, brevemente, outros valores de memória que podem ser atribuídos aos documentos, melhor dizendo, ao patrimônio que hoje se encontra preservado em diferentes lugares de memória como bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação e memória, fundações, institutos e outros.

Nos dias atuais, a questão que envolve o conceito de raridade bibliográfica ainda levanta uma série de dúvidas aos curadores de acervos, sobretudo, quanto ao estabelecimento do que seria classificado como antigo, raro, único e precioso. O acervo de uma biblioteca para ser considerado raro ou especial deve se enquadrar em alguns critérios que, assim, o qualifique, diferenciando-o dos demais. O problema a ser considerado implica na definição de conceitos como: O que é livro raro? O que é acervo especial? Como diferenciar um acervo

raro de um acervo especial? Estas questões são complexas e envolvem fatores e circunstâncias subjetivas.

Para Moraes (2005, p. 67), o que faz um livro ser considerado raro é a procura por ele: “O valor de um livro nada tem a ver com sua idade. A procura é que torna um livro valioso. O que o torna procurado é ser desejado por muita gente, e o que o fez desejado é um conjunto de fatores, de particularidades inerentes à obra”. Essas particularidades foram abordadas pelo autor, no seu livro *O bibliófilo aprendiz*, uma espécie de manual para bibliófilos, mas de grande valia para leigos.

Ana Virgínia Pinheiro (1989), bibliotecária e especialista da área, apresenta, em seus inúmeros trabalhos sobre livro raro, definições e os principais critérios que estabelecem a raridade bibliográfica:

cada livro é um universo restrito de manifestações culturais – originais e acrescentadas”. Porém, de maneira bastante simplificada, pode-se dizer que livro raro é aquele difícil de encontrar por ser muito antigo, ou por tratar-se de um exemplar manuscrito, ou ainda por ter pertencido a uma personalidade de reconhecida projeção e influência no país e mesmo fora dele (por exemplo: imperadores, reis, presidentes), ou reconhecidamente importantes para determinada área do conhecimento (física, biologia, matemática e outras). (PINHEIRO, 1989, p.1).

No entanto, Pinheiro (2004, p. 31) adverte que julgar uma obra como rara ou especial, é uma tarefa difícil para bibliófilos, curadores de acervos e eventuais proprietários de itens avulsos. Por esse motivo, os critérios de raridade bibliográfica devem ser estabelecidos segundo dois pressupostos:

1. é impossível pré-determinar as características de um livro raro, porque cada livro é um universo restrito de manifestações culturais – originais e acrescentadas;
2. é difícil discernir sobre características postas em evidência, quando se tenta provar a raridade de um livro – os argumentos são frágeis, baseados no “inquestionável” pressuposto da antiguidade. (PINHEIRO, 2004, p. 31).

A raridade bibliográfica está relacionada, primeiramente, ao caráter artesanal da obra. Pinheiro (1989) confirma a ideia de que só a antiguidade de uma obra não caracteriza a sua raridade, pois está diretamente ligada aos aspectos bibliológicos, por exemplo: colofão, colunas, assinaturas etc. Além dos detalhes técnicos e bibliológicos, a autora destaca a importância de se distinguir entre raro, único e precioso:

Raro é aquilo que é tratado sob esta acepção em qualquer lugar – o que é raro no Brasil, também o é na América do Norte, na Europa, na Ásia.

Único remete à ideia de “exemplar único conhecido”, relevando-se a existência de acervos potencialmente raros, não identificados, em bibliotecas, arquivos e museus, guardiões de livros. Quando se identifica um

exemplar, não se pode ter a certeza de que ele seja efetivamente um exemplar único, no mundo (FLAUBERT, p. 78-83).

Precioso abrange as noções de posse e identidade. Cada curador de acervo deve encarregar-se de acumular aquelas coleções que, em princípio, seriam da sua exclusiva competência, em função da missão da pessoa (física ou jurídica) que representa. Por exemplo: compete ao bibliotecário de um banco captar e armazenar todos os títulos referentes à história daquele banco, de seus fundadores, de seus acionistas – que são, por isso, preciosos; compete à determinada biblioteca estadual captar todos os itens referentes ao estado que representa (autores naturais, obras locais, obras sobre o estado etc.), formando uma coleção exaustivamente personalizada e, por isso, preciosa. (PINHEIRO, 2004, p. 32, grifo do autor).

Assim, os critérios de raridade bibliográfica implicam na abordagem do caráter bibliológico das obras e na ênfase da influência social, econômica e cultural sofrida por todas as autoridades que contribuíram na elaboração física e intelectual de uma obra. (PINHEIRO, 1989).

Ainda de acordo com Pinheiro (2004), compete ao bibliotecário, curador ou “dono” do acervo determinar e avaliar os critérios de raridade de seus itens, como também formalizar a metodologia adotada. A autora dedicou-se ao levantamento de critérios adotados por instituições públicas e privadas e esse estudo gerou uma metodologia para critérios que podem ou não serem adotados.

Pinheiro (1989) considera para o limite histórico, todo o período que caracteriza a produção artesanal de impressos, demarcado com as principais datas da evolução tecnológica do livro: do século XV, princípio da imprensa até antes de 1801, marco do início da produção industrial de livros. Aborda todo o período que caracteriza a fase inicial da produção de impressos em qualquer lugar – por exemplo, o século XIX, quando foram publicados os primeiros incunábulo brasileiros com a criação da Imprensa Régia e também todo o período que caracteriza uma fase histórica, demarcada em função do conjunto bibliográfico (âmbito, objetivo, utilização, assunto etc.) e/ou do interesse do colecionador.

Os aspectos bibliológicos envolvem a arte do trabalho tipográfico; a natureza e características dos materiais utilizados como suporte na impressão, tais como: papel de linho, pergaminho, marcas d'água, tintas, encadernações originais luxuosas, edições de luxo. Também se referem às ilustrações, desde que reproduzidas por métodos artesanais, não fotomecânicos, tais como: xilogravura, água forte, aquarela etc.

Com relação ao valor cultural destacam-se: edições limitadas e esgotadas, especiais e fac-similares, personalizadas e numeradas, críticas, definitivas e diplomáticas; assuntos tratados à luz da época em que foram pensados e escritos: obras científicas que datam do período inicial de ascensão daquela ciência; histórias de descobrimentos e de colonização;

teses; obras impressas em circunstâncias pouco convenientes a esta arte, tais como guerra, seca, fome etc.; memórias históricas de famílias nobres e usos e costumes; edições censuradas, interditas e expurgadas; obras “desaparecidas”, face às contingências do tempo e da sorte; edições contrafeitas e emissões; edições originais etc.; edições de artífices renomados e/ou considerados na história das artes que representam, tais como tipógrafos, impressores, editores, desenhistas etc.; edições de clássicos, assim considerados nas histórias das literaturas específicas.

A pesquisa bibliográfica aponta os seguintes caracteres da obra/exemplar: unicidade e raridade, sob o ponto de vista de bibliógrafos, bibliófilos e especialistas no assunto da obra; preciosidade e celebridade, referindo-se àquelas obras mais procuradas por bibliófilos e/ou mais estudadas por eruditos; curiosidade, referindo-se àquelas obras em que o assunto foi tratado de maneira *sui generis* ou de apresentação tipográfica incomum.

As características do exemplar referem-se às marcas de propriedade, tais como: *ex-libris*, *super-libris*, assinaturas (indicando que aquele exemplar pertenceu a um conjunto bibliográfico de personalidade famosa e/ou importante), marcas de fogo, marcas de artífices/comerciantes renomados e/ou considerados no mercado de livros, tais como livreiros, restauradores, etc.; dedicatórias de personalidades famosas e/ou importantes.

Como podemos observar, um livro pode ser considerado raro e/ou especial por várias razões: apresentação ou valor afetivo; encadernação ou ilustrações; material sobre o qual foi feita a impressão; edição que saiu de uma célebre tipografia ou por ser a primeira edição, para não citar todos. De acordo com o Plano Nacional de Recuperação de Obras Raras, da Fundação Biblioteca Nacional (PLANOR)²⁴, alguns critérios de raridade bibliográfica já se encontram preestabelecidos para determinadas obras como, por exemplo, obras editadas, após a criação da imprensa. Porém, o PLANOR adverte que é preciso, antes de tudo, definir o que é raro ou não, especial ou não. Por esse motivo, julga-se necessário conhecer, detalhadamente, a história da instituição que abriga a biblioteca, pois seu objetivo varia, conforme a instituição à que está vinculada ou ao seu ramo de atividade, por exemplo, biblioteca pública ou privada, seja especializada, universitária ou outra.

O livro raro justifica, por si próprio, a importância e a necessidade de mais estudos que promovam seu conhecimento e sua preservação. Esses livros condensam, sob a fragilidade de sua aparência, o conteúdo intelectual que revela todo o esforço humano em busca do desenvolvimento científico, social e cultural. As ideias, os pensamentos, os fatos e as

²⁴ Disponível em: <http://arquivo.bn.br/planor/>. Acesso em: 19 ago 2019.

informações contidos em suas páginas merecem ser preservados para manter e transmitir essa preciosa herança cultural.

Toda essa argumentação encerra um forte apelo à questão da preservação da história da humanidade, da identidade cultural de um povo. É de fundamental importância a existência de um patrimônio conhecido, de uma memória preservada para que se possa definir uma identidade cultural. A identidade cultural pode ser, inicialmente, captada através da história ou pelo conjunto de obras que a explicam: mitos, costumes, produção literária e artística, música, monumentos, língua e tradições, em resumo, o patrimônio cultural. Os objetos que a compõem, símbolos da ação humana e testemunhos da trajetória das sociedades, são valiosos portadores de mensagens e refletem na sua configuração, na sua forma, no seu material, no seu acabamento, as características do grupo social que os criou, bem como as relações sociais implícitas em cada atividade.

Neste contexto, Carter (2004) considera que,

O patrimônio histórico-cultural de uma nação não abrange apenas edificações e monumentos ou sua tradição sociocultural, mas também seus bens culturais, tangíveis e intangíveis, como o conhecimento que produz, a documentação que registra esse conhecimento e suas formas de divulgação. (CARTER, 2004, p. 2).

No caso dos livros, particularmente, a determinação de elementos que os identifiquem como raros e/ou preciosos componentes de um patrimônio cultural não é uma tarefa fácil, bem como diferenciar um acervo raro de um acervo especial. Torna-se necessário, portanto, sistematizar uma metodologia, a fim de explicitar e justificar os critérios adotados para identificar livros raros dentro de uma coleção, que pode ser especial.

Desta forma, não podemos afirmar que toda coleção especial mantém acervo com obras antigas ou mesmo obras raras. É preciso identificar as características de cada coleção.

A classificação “especial” visa identificar a coleção, segundo suas características extrínsecas e intrínsecas, além de definir o papel das coleções bibliográficas oriundas da aquisição de acervos particulares. As características extrínsecas são aquelas que estabelecem as relações do objeto observado com outros objetos; as características intrínsecas são as que constituem o próprio objeto, como o seu valor monetário ou simbólico, por exemplo.

Tendo em vista a natureza do documento a ser tratado (obras raras) e da sua importância para a memória nacional e institucional, a escolha de ações de organização e preservação, na Biblioteconomia de livros raros, deve refletir na política e nas linhas de acervo. “A falta dessas definições leva ao colecionismo mórbido e nostálgico, onde tudo deve

ser guardado e nada pode ser subtraído, desencadeando o inevitável colapso da biblioteca como organismo vivo que é” (PINHEIRO, 2004, p. 5)

Assim, podemos considerar que as bibliotecas são metáforas da memória, parafraseando Silva (2006),

[...] são também lugares da humanização da cultura, lugares em que a memória não apenas está guardada, mas de onde a memória se desprende para circular entre os leitores. A Biblioteca, qualquer biblioteca, é o lugar que abriga a palavra e que acolhe e torna possível a narrativa da história da humanidade. (SILVA, 2006, p. 93).

Na perspectiva da Arquivologia, Schellenberg (2006) afirma que uma instituição deve, necessariamente, preservar um mínimo de provas de como eram realizadas as atividades administrativas e as diretrizes tomadas no cumprimento de sua função, em se tratando de todos os setores do órgão. Os fatos de importância sobre a existência deste órgão – seu modo de ação, sua política em relação a todos os assuntos, seus métodos e seu conjunto de atividades devem ser preservados tanto para a própria instituição, quanto para a pesquisa histórica.

Bellotto (2006) classifica em três idades o ciclo de vida dos documentos administrativos: arquivos correntes, arquivos intermediários e arquivos permanentes. O primeiro, abriga documentos, durante seu uso funcional, administrativo, jurídico; sua tramitação legal; sua utilização relacionada às razões pelas quais os documentos foram criados, indispensáveis às atividades cotidianas. Os arquivos intermediários, reúnem documentos que já passaram do prazo de validade jurídico-administrativo, mas que, ainda, podem ser consultados pelos produtores.

Os arquivos permanentes, correspondem à terceira idade do ciclo, aos 25 ou 30 anos, contados a partir da data da criação do documento ou final de sua tramitação - de acordo com a legislação do país, estado ou município. Após o cumprimento das razões pelas quais o documento foi produzido, vão sendo armazenados orgânica e cumulativamente, em local de preservação e guarda permanente para usos científicos, sociais e culturais. De acordo, ainda, com a autora, esses documentos depois de ultrapassados o prazo de vigência, passam da condição de “arsenal da administração” para a de “celeiro da história”. Nesta última fase do ciclo, o documento de arquivo se caracteriza como “histórico”, pois atinge a sua utilização pela pesquisa histórica.

Bellotto (2006, p.115) ressalta que nem todos os documentos de arquivo merecem chegar à terceira idade, “é preciso não esquecer que, mais do que do fluxo ordenado, esse

‘merecimento’ decorre, fundamentalmente, da proveniência, da função e da natureza do conteúdo das séries documentais.”

Nesta perspectiva, os documentos de arquivo são, criteriosamente, organizados e avaliados, segundo a relação direta com o público a que se destina e a interesse diferenciado; a autora destaca quatro tipos de público: o administrador, interessado na própria informação que produziu; o cidadão, interessado em testemunhos que possam comprovar seus direitos e deveres junto ao Estado; o pesquisador – seja historiador, sociólogo ou acadêmico –, interessado no conteúdo dos documentos para a pesquisa histórica ou afim; e o cidadão, comum, interessado em informações pessoais ou gerais sobre assuntos diversos. De acordo ainda com a autora:

É nessa dualidade administração/histórica – ou melhor, valor administrativo/valor histórico – que se deve considerar a documentação estática ou inativa. Não há arquivos que sejam, em essência, históricos, e todo papel administrativo, desde sua criação, tem, em potencial, um valor histórico. (BELLOTTO, 2006, p.116).

Schellenberg (2006) destaca duas espécies para os valores dos documentos públicos: valores primários e valores secundários. Os valores primários são determinados pelo interesse que a própria organização tem na utilização dos documentos, esses nascem para atender aos objetivos pelos quais foram criados – administrativos, fiscais, legais e executivos. Serve ao órgão produtor e aos interessados, em primeira instância.

Ultrapassado o uso corrente, os valores secundários estão relacionados ao nível de importância que o documento possui para a pesquisa; segundo o autor, vai além do interesse do órgão que o produziu que, se preservado, pode fornecer informações que interessará a outras instituições e ao público em geral.

Para Rousseau (1998, p.122), o valor secundário define-se como sendo a qualidade do documento baseada nas utilizações não imediatas ou científicas. O que determina o valor secundário dos documentos de arquivo, para fins culturais, patrimoniais ou de investigação, é a qualidade dos testemunhos, “essa qualidade radica essencialmente no testemunho privilegiado e objetivo que o documento fornece”.

Os valores secundários dos documentos públicos podem ser avaliados como “prova” e “informação”. A prova que contém da organização e do seu funcionamento está relacionada ao processo de quando foi criado o documento. E a informação que contém sobre pessoas, coisas, fenômenos etc. com que o órgão tenha tratado. (SCHELLENBERG, 2006).

Acerca dos valores probatórios, os documentos estão relacionados à origem do órgão, referentes ao seu funcionamento e desenvolvimento, sendo probatórios ou demonstrativos, os que possuem o testemunho da existência e das atividades desta organização.

No entanto, os valores informativos provêm da informação contida nos documentos referentes aos assuntos de que tratam as organizações e não da informação sobre o próprio órgão. Quando preservado, o documento vale mais pela informação que possui sobre coisas, pessoas ou fenômenos, do que pelo referido órgão.

Os valores probatórios e informativos não se excluem, ao contrário, mutuamente se completam, pois um documento pode ser útil por atender a várias necessidades informacionais. “O valor que um documento contém, devido ao testemunho que oferece da organização e do funcionamento da administração pode, ocasionalmente, ser o mesmo que o valor derivado de sua informação sobre pessoas, coisas ou fenômenos.” (SCHELLENBERG, 2006, p.182).

Bellotto (2010, p. 162) revela que os documentos de arquivo nascem como prova e permanecem como informação/testemunho. “O documento de arquivo tanto resulta como registro de uma determinada ação, como registra ações que provocam outras ações. Enfim, o documento de arquivo nasce para dar vida à razão de sua origem.”

Retomando a questão sobre os valores dos documentos de arquivo, Schellenberg (2006) afirma que o arquivista deve ter conhecimento da origem do documento e de sua relação com as atividades da organização. Na maioria das vezes, este profissional considera a origem do documento não pelo órgão que o produziu, mas sim pelo valor informacional que contém. No entanto, existem alguns testes pelos quais se podem julgar os valores informativos e probatórios dos documentos.

Para analisar os valores probatórios dos documentos, o arquivista deve não somente preservar os documentos que possuem valor para a organização, mas, necessariamente, atentar aos documentos com potencial informativo para a pesquisa histórica.

No julgamento dos valores informativos, Schellenberg (2006) destaca três princípios: unicidade, forma e importância. No primeiro princípio, verifica-se a unicidade do documento quando a informação contida neste é única, ou seja, não há outras fontes documentárias ou outro lugar em que esta também possa estar registrada. Para o autor:

[...] A fim de ser considerada única para fins de avaliação, a informação não precisa ser completamente diferente de todas as demais, porém deve dizer respeito a assunto sobre o qual não exista outra informação documentária tão completa ou tão conveniente quanto nos documentos oficiais. (SCHELLENBERG, 2006, p.200).

Na aplicação do teste da forma, examina-se o grau de concentração da informação nos documentos: extensiva, intensiva ou diversificada. Para Schellenberg (2006), quanto maior o grau de concentração da informação, maior também serão as possibilidades de este documento ser preservado.

O terceiro princípio compreende a análise dos valores probatórios e informativos; neste, o profissional arquivista deverá preservar os documentos que possam atender, em primeiro lugar, as necessidades informacionais do órgão que o produziu, e, em segundo, dos pesquisadores e do público em geral. Desta forma, Schellenberg (2006) destaca as seguintes prioridades, que devem ser verificadas para a preservação dos documentos de arquivos:

Às necessidades do historiador e de outros estudiosos de ciências sociais, mas é óbvio, deve também preservar documentos de vital interesse para o genealogista, o pesquisador de história local e o antiquário. Entretanto, preservará documentos para usuários pouco prováveis, tais como pessoas interessadas em campos técnicos altamente especializados e em campos científicos, que não fazem amplo uso de documentos no exercício normal de suas profissões, e que, possivelmente, não usarão materiais arquivísticos a eles relativos. (SCHELLENBERG, 2006, p.204).

Rousseau (1998) enfatiza que os documentos de arquivo não se restringem, unicamente, à pesquisa histórica, uma vez que se prova que os documentos preservados por essa razão são utilizados para toda espécie de fins e que a necessidade, puramente, histórica é apenas uma entre outras. Esses documentos têm o poder de reconstituir a sua evolução e realizar estudos retrospectivos.

Desta forma, verifica-se a influência dos documentos de arquivo em variados domínios de atividades, nos quais atuam como fontes essenciais de informação. Sendo assim, a diversidade de pesquisadores e a multiplicidade das formas de utilização da informação contribuem para a emergente necessidade de maior investimento em preservação de documentos, o que se instaura como subsídio básico para a salvaguarda destes documentos.

Na perspectiva sobre o valor de patrimônio documental no campo da Museologia, Granato e Bezerra (2012, p. 123) revelam que os objetos de Ciência e Tecnologia possuem valor de uso permanente que se transforma em valor cognitivo e, assim, têm o potencial de contribuir para outros valores relacionados ao passado e por ele legitimados. Como exemplo, os autores citam,

[...] As locomotivas e os vagões que fazem parte do acervo de museus ferroviários deixam de servir ao transporte de pessoas e mercadorias, assim como as armas depositadas num museu do exército não são mais utilizadas na guerra e os utensílios de uma coleção ou de um museu de etnografia não participam mais das atividades diárias das pessoas. (GRANATO; BEZERRA, 2012, p. 123).

Neste sentido, Granato e Bezerra (2012, p. 124) sinalizam que ocorre, naturalmente, um redimensionamento no valor habitual dos objetos de Ciência e Tecnologia que, ultrapassado seu uso comum de reproduzir, questionar ou estudar os fenômenos físicos, passam agora a fundamentar-se no seu significado e nas informações que podemos obter a partir deles. Nesse processo de revalorização dos objetos, observa-se que não se trata apenas de testar teorias ou explorar ideias, mas determinar o que pode ser “experimentado, testado, e, assim, de certa forma, determinam também o que pode ser pensado.”

O objetivo de estudar um objeto de C&T é aprender o que ele é, para quê foi utilizado, do que foi feito e como foi produzido, de como está relacionado com outros objetos similares”. Os objetos são valorizados pelo que se pode aprender deles em termos de tecnologia, como resultado de um exame científico, assim como em termos estéticos entre as diversas classes de objetos museais, aqueles relacionados à ciência e tecnologia são os que podem ser usados para revelar nossa cultura científica passada, são parte do nosso patrimônio cultural e devem ser considerados como fontes de evidências históricas. (GRANATO; BEZERRA, 2012, p. 124).

Em virtude da importância dos objetos museais, Guimarães (2012, p. 76) ressalta a necessidade de preservá-los em benefício da sociedade e do seu desenvolvimento. Os museus devem adquirir, preservar e valorizar seus acervos, com o intuito de contribuir para a salvaguarda do patrimônio natural, cultural e científico.

Com efeito, todo patrimônio documental, esteja este sob a guarda de particulares, institutos, fundações, bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação e memória ou outro, pode vir a se constituir como valiosa fonte de informação e de pesquisa. Seja pela particularidade dos tipos documentais ou pelo testemunho histórico, seja pelas possibilidades de informação que fornece ou por proporcionar novas indagações e novos caminhos de pesquisa. Neste sentido, considera-se indispensável para a preservação, o estabelecimento de políticas de informação e memória que conjuguem reflexões, acerca dos valores de memória inerentes a todo patrimônio documental, inclusive os possíveis valores que possam vir a pretender, os que se transfiguram ou os que se manifestam no decorrer do tempo.

4.3. Preservação do patrimônio documental

Assim como recomenda o antigo ditado popular “mais vale prevenir que remediar” e que não deixa de ter uma verdade, amplamente, aceita no tocante à preservação do patrimônio documental. Este ditado foi, acertadamente, mencionado nas Diretrizes para a Salvaguarda do Patrimônio Documental propostas pelo Programa Memória do Mundo da UNESCO. O

Programa declara que a maior parte da memória do mundo encontra-se em guarda em bibliotecas, arquivos, museus e locais de custódia espalhados por toda parte, no mundo, e que atualmente, grande parte dessa memória corre o risco de desaparecimento. O patrimônio documental dos povos tem se perdido, devido aos danos ocasionados pelas guerras, pelo deslocamento acidental ou deliberado de acervos e coleções e por outras conjunturas históricas. Em alguns casos, questões políticas também dificultam o acesso ao patrimônio, em outros, a deterioração ou a destruição são uma ameaça iminente. (UNESCO, 2002).

Com a chegada do século XXI, uma nova realidade na produção e acumulação do patrimônio documental vem surgindo, em consequência dos avanços tecnológicos que trouxeram estímulos na criação e aquisição de objetos em formato digital, com intuito de facilitar o acesso a seus conteúdos ou proporcionar o armazenamento mais compacto e seguro. Porém, esses esforços não objetivaram preservar seu conteúdo para uso futuro. A preocupação foi com a perda da informação em longo prazo, pois suportes atuais em papel ou na forma digital, se não preservados, futuramente, estariam corrompidos ou poderiam se tornar irrecuperáveis. Segundo Sayão (2010, p.7), o objeto digital “traz consigo uma fragilidade estrutural intrínseca que coloca, permanentemente em risco a sua longevidade, tornando a preservação dos conteúdos em formatos digitais um dos desafios essenciais do nosso tempo”.

Esse problema já era previsto, desde a produção de objetos em formato digital; por isso, tanto as bibliotecas, os arquivos, museus, centros de documentação, as instituições de ensino e pesquisa e organizações governamentais vêm se preocupando com a preservação de seus patrimônios digitais, quanto os produtores dos dados têm se voltado para questões relativas à rápida obsolescência tecnológica de software e hardware, às mudanças nas formas de armazenamento, busca e recuperação da informação e à fragilidade e evolução dos suportes digitais.

Sayão (2010a, p.71) considera, ainda, que o problema seja de fato a ameaça de uma era de esquecimento, o perigo real de uma “amnésia digital”. Para o autor, “não é um exagero afirmar que a informação digital é mais frágil que os papiros encontrados nas tumbas dos faraós.”

Além disso, existem outros riscos que comprometem a integridade física e funcional do patrimônio documental, sejam eles ocasionados pela temperatura, umidade, pelo manuseio e acondicionamento inadequado; envelhecimento dos materiais; pelas catástrofes naturais (chuvas, inundações, tempestades, furacões, terremotos, incêndios e outras); ações humanas; ameaças biológicas; obsolescência tecnológica ou mesmo pela simples negligência humana.

Podemos considerar que muitos desses fatores levaram a perda de “culturas, costumes e crenças deixados pelos nossos antepassados.” (CASSARES, 2008, p.35).

Por esse motivo, torna-se necessária a adoção de medidas preventivas e corretivas com o intuito de minimizar a ação do tempo e garantir a disponibilidade futura do patrimônio, independente da forma como se apresente, digital ou não. “[...] é necessária a adoção de ferramentas que deverão servir para reparar e restaurar registros protegidos, prevendo os danos e reduzindo os riscos dos efeitos naturais (preservação prospectiva), ou para restaurar os documentos já danificados (preservação retrospectiva)”. (MARTERO ARELLANO, 2004, p.21).

Os documentos impressos, diferentemente dos digitais, não precisam de ambiente tecnológico para ser interpretados por seus usuários, já os objetos digitais necessitam de software, hardware e equipamentos especiais para serem utilizados. De acordo com Sayão, “[...] isso implica ter disponível, para acesso aos conteúdos e às funcionalidades do objeto digital, o ambiente correto ou, pelo menos, um substituto tecnologicamente equivalente.” (SAYÃO, 2010b, p.8).

De fato, durante toda a história registrada em seus diferentes suportes de informação, nos rolos de papiro, nos pergaminhos ou nas tábuas de argila até nos filmes, nas gravações sonoras ou nos documentos digitais, existe uma manifesta preocupação pela preservação do que hoje a UNESCO classifica como “Memória do Mundo”, entendida como a memória coletiva e documentada dos povos do mundo, refere-se aos bens que resultam de processos intelectuais e criativos do ser humano. “Ela traça a evolução do pensamento, dos descobrimentos e das realizações da sociedade humana. É o legado do passado para a comunidade mundial presente e futura”. (UNESCO, 2002, p. 5).

A preservação do patrimônio documental permite às gerações futuras compreender e contextualizar a história e a cultura de seus antepassados, entender modos de vida, de pensar e de produzir numa determinada época e num determinado lugar e, mais que isso, traduz na própria intencionalidade da ação indícios de políticas do passado e de seus presentismos. Esse patrimônio, quando preservado, propaga a certeza científica da veracidade de fatos. De acordo Hartog (2006, p. 261), vivemos um presente que se coloca cada vez mais onipresente e se revela na relação entre “amnésia e a vontade de nada esquecer”. Igualmente, encontra-se uma “ardente obrigação” do patrimônio que está, diretamente, relacionado à nossa identidade coletiva e uma espécie de “tradução pública” de dever de memória.

Retomando Riegl (2014), o ato de erigir monumentos pontua uma necessidade universal de manter sempre presente e viva na consciência das novas gerações as lembranças

do passado. O monumento criado para este fim é classificado como “monumento intencional”, pois tem como essência uma “vontade artística” e um “querer da arte”. O entendimento sobre a importância da preservação de monumentos, ou melhor dizendo, do patrimônio documental, conceito adotado neste estudo, passou então a ser, amplamente, assimilado quando o discurso se voltou para os estudos e as ações de conservação, levando em consideração o valor do monumento, enquanto testemunho da história e/ou obra de arte. Foi preciso que surgissem ameaças concretas de perda dos monumentos para que a preservação se tornasse tema de interesse público, contribuindo para o culto à nação.

Fonseca (2009, p. 37) determina que a atribuição de valor patrimonial a um conjunto de bens é dada, independentemente, de seu valor histórico, artístico ou outro, mas, especialmente, aplicada ao seu valor nacional, ou seja, aquele fundado em um sentimento de pertencimento a uma comunidade, no caso a nação. Esse processo de construção de identidade nacional “pressupõe certo grau de consenso quanto ao valor atribuído a esses bens, que justifique, o investimento na sua proteção”.

Diante deste novo sistema de valores, Fonseca (2009, p. 41) acrescenta que uma política de preservação do patrimônio deve estabelecer critérios para a proteção de bens, sejam estes móveis ou imóveis que, imprescindivelmente, considere os “valores atribuídos em função de determinadas relações de produção, de reprodução, de apropriação e de reelaboração desses valores, enquanto processo de produção simbólica e, enquanto prática social”.

Ao se considerar um bem como bem cultural ao lado de seu valor utilitário e econômico (valor de uso enquanto habitação, local de culto, ornamento etc.; e valor de troca, determinado pelo mercado), enfatiza-se seu valor simbólico, enquanto referência a significações da ordem da cultura. Na seleção e no uso dos materiais, no seu agenciamento, nas técnicas de construção e de elaboração, nos motivos, são apreendidas e referências ao modo e às condições de produção desses bens, a um tempo, a um espaço, a uma organização social, a sistemas simbólicos. No caso dos bens patrimoniais, selecionados por uma instituição estatal considera-se que esse valor simbólico refere-se fundamentalmente a uma identidade coletiva, cuja definição tem em vista unidades políticas (a nação, o estado, o município). (FONSECA, 2009, p. 42).

No entanto, Fonseca (2009, p. 43) esclarece que uma política pública de preservação depende, necessariamente, de outros fatores que, articulados a ela, venham contribuir para o propósito de proteger a integridade física de um bem patrimonial. A política de preservação deve considerar todos os possíveis valores que o bem possa vir a apresentar. Pela simples razão de que um mesmo bem possui valores diversos para pessoas e instituições com interesses variados, em diferentes momentos históricos. Por um lado, verifica-se que um bem é tanto mais nacional quanto maior for o número de pessoas que o identifique como

patrimônio. De outra forma, esse entendimento não significará, necessariamente, que todos fazem a mesma leitura do bem. “Isso porque a leitura de bens, enquanto bens patrimoniais, pressupõe as condições de acesso a significações e valores que justifiquem sua preservação”.

Para a autora, a criação e a proteção do patrimônio, enquanto prática social, pauta-se em um estatuto jurídico que possibilita sua gestão pelo Estado, em nome da sociedade, de determinados bens, escolhidos com base em critérios específicos, variáveis no tempo e no espaço. “A norma jurídica, nesse caso, funciona como linguagem performativa de um modo bastante peculiar: não apenas define direitos e deveres para o Estado e para os cidadãos como também inscreve no espaço social determinados ícones, figurações concretas e visíveis de valores que se quer transmitir e preservar.” (FONSECA, 2009, p.37).

De acordo, ainda, com Fonseca (2009, p. 62), a consolidação de políticas de preservação remonta ao século XIX, baseadas em dois modelos: anglo-saxão e francês. “[...] o modelo anglo-saxônico, com o apoio de associações civis, voltado para o culto ao passado e para a valoração ético-estética dos monumentos e, o modelo francês, estatal e centralizado, que se desenvolveu em torno da noção de patrimônio, de forma planejada e regulamentada, visando ao atendimento de interesses políticos do Estado”.

O modelo francês se difundiu entre os países da Europa e, na primeira metade do século XX, serviu de parâmetro para a consolidação de políticas de preservação nos países da América Latina e nas ex-colônias francesas. Logo após a Segunda Guerra Mundial, as políticas de preservação do patrimônio cultural nos países da América Latina, especialmente, no Brasil e na Argentina, começaram a ser delineadas, após a UNESCO reconhecer alguns bens culturais como patrimônio da humanidade (FONSECA, 2009). De acordo com Rodrigues (2016), o Brasil foi o primeiro país latino-americano a criar uma instituição pública voltada à preservação do patrimônio cultural.

Funari e Pelegrini (2006, p.29-30) revelam que a instauração de políticas de proteção e recuperação de centros históricos é recente tanto no nosso país como, também, nos países da Europa. Ganham maior ressonância, a partir das reflexões ocasionadas pelo desenvolvimento do urbanismo moderno, este compreende o “[...] estudo interdisciplinar da cidade e da questão urbana, que inclui o conjunto de medidas técnicas, administrativas, econômicas e sociais necessárias ao desenvolvimento humano e ao crescimento ordenado da urbe.” No Brasil, essas políticas públicas vêm sofrendo variações entre concepções e diretrizes que nem sempre são transparentes. Ainda, segundo os autores, grande parte dessas iniciativas se estabeleceu nas esferas do poder federal e, por consequência disso, apresentaram diferentes interpretações.

Neste sentido, a Inspetoria de Monumentos Nacionais, foi uma das primeiras iniciativas instituídas pelo Governo Federal, por meio do Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934, pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, no governo de Getúlio Vargas, departamento vinculado ao Museu Histórico Nacional, responsável pela preservação do patrimônio do Brasil. Caberia a este departamento, fiscalizar as edificações monumentais de valor histórico e artístico e o controle do comércio de antiguidades, que seriam realizados, por meio da organização de um catálogo dos objetos dotados de “valor e interesse histórico-artístico” existentes no país”, para propor ao Governo aqueles que deveriam ser declarados como Monumentos Nacionais, não podendo ser demolidos, reformados ou transformados sem a permissão e fiscalização do Museu. (BRASIL, 1934a).

Ao diretor-geral do Museu Histórico Nacional, caberia estabelecer acordos com qualquer pessoa, seja jurídica ou não, autoridades eclesiásticas, instituições científicas, literárias ou históricas, administrações estaduais ou municipais, e outras, para divulgar e proteger o patrimônio brasileiro.

A [Inspetoria] também ficaria encarregada de entrar em entendimento com os governos dos estados para uniformizar a legislação sobre a proteção e conservação dos Monumentos Nacionais, bem como a guarda e fiscalização dos objetos histórico-artísticos. Desta feita, cada estado se responsabilizaria pelos encargos dessa atividade em seus territórios, a exemplo do que já vinha sendo feito na Bahia com a Inspetoria Estadual dos Monumentos Nacionais, criada em 1927, e em Pernambuco com instituição congênere fundada em 1928, sendo que, a partir de então, seriam orquestradas e supervisionadas pelo órgão sediado no MHN. (MAGALHÃES, 2015, p. 20).

Segundo Fonseca (2009, p.37), a noção de patrimônio histórico e artístico nacional foi mencionada pela primeira vez, pelas vias jurídicas, na Constituição da República Federativa do Brasil de 1934 “como sendo objeto de proteção obrigatória por parte do poder público”. Em seu art. 10, que trata das disposições preliminares, estabelece o que compete à União e aos Estados, no capítulo III, mas, precisamente: “Proteger as belezas naturais e os monumentos de valor histórico ou artístico, podendo impedir a evasão de obras de arte.” (BRASIL, 1934b).

Apesar disso, somente a partir do Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, passou a ser regulamentada a proteção dos bens culturais do Brasil; em seu artigo 1º, podemos verificar o que se constitui como patrimônio histórico e artístico nacional: “[...] o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.” (BRASIL, 1937b).

As obras a que se refere o artigo 1º deste Decreto-Lei, só serão consideradas parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional, mediante sua inscrição, separada ou agrupada, em um dos quatro livros de tomo do SPHAN, a saber:

- 1) no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, etnográfica, ameríndia e popular, e bem assim as mencionadas no § 2º do citado art. 1º.
- 2) no Livro do Tombo Histórico, as coisas de interesse histórico e as obras de arte histórica;
- 3) no Livro do Tombo das Belas Artes, as coisas de arte erudita, nacional ou estrangeira;
- 4) no Livro do Tombo das Artes Aplicadas, as obras que se incluírem na categoria das artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras. (BRASIL, 1937b).

Fonseca (2009, p. 38) revela a importância das ações em prol do tombamento dos bens culturais: “[...] Na medida em que são considerados de interesse público, os bens tombados se convertem, em certo sentido, em propriedade da nação, embora não percam seu caráter de mercadorias apropriáveis individualmente.”

Considera-se o Decreto-Lei nº 25 como um dos principais instrumentos da administração pública que efetiva a proteção do patrimônio cultural brasileiro. O texto trata, entre outras coisas, dos valores que justificam a proteção dos bens, pelo Estado, sejam estes móveis e imóveis, mas, também do estatuto da propriedade desses bens de forma específica. A partir do Decreto-Lei, todas as Constituições brasileiras vêm validando a noção de patrimônio, no que se refere aos direitos e deveres, a serem considerados tanto pelo Estado como pelos cidadãos. (BRASIL, 1937b; FONSECA, 2009).

Ao mesmo tempo em que foi instituído o SPHAN, em 13 de janeiro de 1937, por meio da Lei nº 378, assinada por Getúlio Vargas, e suas diretrizes para a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, entrava em vigor a Constituição Federal de 1937, ampliando a competência da proteção dos monumentos, sejam estes “históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza”, para os Estados e Municípios como sujeitos ativos deste processo, visto que qualquer atentado contra esses bens seriam equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional. (BRASIL, 1937a).

Indiscutivelmente, a criação do SPHAN foi um importante marco regulatório que deu início às ações do governo voltadas à preservação do patrimônio cultural nacional. Tal ação impulsionou o surgimento de novas iniciativas e trouxe para a pauta de discussão novas perspectivas sobre a importância da proteção do patrimônio nacional. Hoje, o atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, autarquia federal, vinculada ao Ministério da Cidadania, está responsável pela preservação do patrimônio cultural brasileiro. O Instituto tem

por finalidade, proteger e promover os bens culturais do país, assegurando sua permanência e usufruto para as gerações presentes e futuras. Os conceitos que orientam a sua atuação vêm, ao longo do tempo, ganhando novos delineamentos, de acordo com as leis em vigor. A Constituição Brasileira de 1988, em seu artigo nº 216, define o patrimônio cultural como formas de expressão, modos de criar, fazer e viver. Encontram-se os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à nação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Também estão incluídas as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, os objetos, documentos, as edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e, ainda, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural foi uma importante iniciativa internacional estabelecida na 17ª sessão da Conferência Geral da UNESCO, reunida em Paris de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972. A primeira convenção referente ao patrimônio mundial reconheceu a importância da diversidade, fazendo menção aos sítios declarados como patrimônio da humanidade pertencentes aos povos do mundo. A Convenção atua na fiscalização da proteção dos bens culturais que estão inseridos na Lista do Patrimônio Cultural da Humanidade; as ações do IPHAN se encarregam da identificação, catalogação, restauração, conservação, preservação, fiscalização e difusão dos bens culturais, em todo o território brasileiro.

Por meio do Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000, que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, torna-se possível verificar uma ampliação da noção de patrimônio e o surgimento de novas possibilidades de tombamento do patrimônio cultural do Brasil, agora passando a valer o registro de “bens imateriais”, supervisionadas pelo IPHAN, nos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas. (BRASIL, 2000).

Assim, ficou instituído pelo Decreto ° 3.551, no âmbito do Ministério da Cultura, o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, que visa implementar uma política específica de inventário, referenciamento e valorização do patrimônio.

Neste novo cenário, o patrimônio e as ações em sua defesa passaram a ser pautadas pelos referenciais culturais dos povos, pela percepção dos bens culturais nas dimensões testemunhais do cotidiano e das realizações intangíveis.

[...] Essa abertura temática permitiu que construções menos prestigiadas ou mais populares, como moinhos, mercados públicos ou estações de trem, fossem reconhecidas como patrimônio, incluindo-se nesse rol produções contemporâneas e bens culturais de natureza intangível, como expressões, conhecimentos, práticas, representações e técnicas. Por outro lado, alterações nas leituras do patrimônio como monumentos isolados promoveram a valorização da noção de conjunto e a superação de visões da arquitetura como obra de arte independente. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.32).

Funari e Pelegrini (2006) declararam que essas iniciativas, nacionais e internacionais, que se instauraram na segunda metade do século XX, mudaram o enfoque da preservação do patrimônio, intensificaram a temática acerca da restauração e impulsionaram o estabelecimento de normas internacionais para os bens culturais.

[...] A Carta de Veneza e a Declaração de Amsterdã, resultantes dos congressos realizados, respectivamente, em 1964 e 1975, imprimiram novos parâmetros de análise à questão do patrimônio, na medida em propuseram a ampliação do conceito de monumento, recomendando também a preservação de obras consideradas modestas que tenham adquirido significação cultural e a proteção de conjuntos, bairros ou aldeias e apresentem interesse histórico e cultural. (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p.33).

As Cartas Patrimoniais²⁵ são documentos elaborados por especialistas ou por profissionais que trabalham com práticas de proteção aos bens culturais, bem como pela iniciativa de instituições como, por exemplo, UNESCO, Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e IPHAN, para não citar todas, com o objetivo de estabelecer diretrizes para normatizar procedimentos e métodos de preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural. Até o presente momento, somam-se 46 Cartas; as primeiras são as Cartas de Atenas, escritas em 1931 e a outra em 1933, manifestam a importância da preservação do patrimônio e do novo urbanismo. A última, Carta de Juiz de Fora, escrita em 2010, estabelece definições, diretrizes e critérios para a defesa e salvaguarda dos jardins históricos brasileiros.

²⁵ Cartas Patrimoniais. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/226>. Acesso em: 18 ago. 2019.

Sob a perspectiva da preservação do patrimônio documental que se encontra, em grande parte, nas bibliotecas, nos arquivos e museus, destaca-se o Compromisso de Brasília²⁶ e o Compromisso de Salvador²⁷, ambos compõem as Cartas Patrimoniais. O primeiro compromisso, assinado em 1970, manifesta o apoio à política de proteção aos monumentos, à cultura tradicional e à natureza. Em conformidade com o Decreto-Lei nº 25, de 1937, estabelece:

- Caberá às universidades o entrosamento com bibliotecas e arquivos públicos nacionais, estaduais, municipais, bem como com os arquivos eclesiásticos e de instituições de alta cultura, no sentido de incentivar a pesquisa quanto a melhor elucidação do passado e a avaliação de inventários dos bens regionais cuja defesa se propugna.

- Recomenda-se a defesa do acervo arquivístico, de modo a ser evitada a destruição de documentos, ou tendo por fim preservá-los convenientemente, para cujo efeito será apreciável a colaboração do Arquivo Nacional com as congêneres repartições estaduais e municipais.

- Recomenda-se a instituição de museus regionais, que documentem a formação histórica, tendo em vista a educação cívica e o respeito da tradição.

- Recomenda-se a conservação do acervo bibliográfico, observadas as normas técnicas oferecidas pelos órgãos federais especializados na defesa, instrumentação e valorização desse patrimônio.

O Compromisso de Salvador, assinado em 1971, manifesta apoio à política de proteção aos bens naturais e de valor cultural, especialmente, paisagens, parques, naturais, parias, acervos arqueológicos, conjuntos urbanos, monumentos arquitetônicos, bens móveis, documentos e livros. Nesta ocasião, a recomendação para a criação do Ministério da Cultura e de Secretarias ou Fundações de Cultura no âmbito estadual. Recomenda, entre outras coisas:

- O pleito de recursos financeiros e humanos junto ao Tribunal de Contas da União que sejam extensivos aos museus, às bibliotecas e aos arquivos, com acervos de importância comprovada.

- A criação, no âmbito das universidades brasileiras, de centros de estudos dedicados à investigação do acervo natural e de valor cultural em suas respectivas áreas de influência, com

²⁶ Compromisso de Brasília. I Encontro de Governadores de Estado, Secretários Estaduais da Área Cultural, Prefeitos de Municípios Interessados e Presidentes e Representantes de Instituições Culturais, promovido pelo Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20Brasilia%201970.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2019.

²⁷ Compromisso de Salvador. II Encontro de Governadores para Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Brasil. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Compromisso%20de%20salvador%201971.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2019.

a planificação, em sentido nacional, do Departamento de Assuntos Culturais do MEC, através dos seus órgãos específicos.

Quanto às Cartas Patrimoniais, acima citadas, torna-se possível perceber, sobretudo, uma preocupação que se manifesta por parte do Estado, em investir em ações em defesa dos bens de natureza bibliográfica, arquivística e museológica, bem como sua promoção e divulgação junto à sociedade, por meio de programas de incentivo à cultura.

Por sua vez, o artigo nº 216 da Constituição de 1988, conforme verificado, anteriormente, considera, entre outras coisas, bens culturais as “obras, objetos e documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais” e, na alínea nº 2 deste mesmo artigo, determina que a administração pública tenha a competência da gestão da documentação governamental e sua disponibilização a quem dela necessitar. No entanto, não consta, na Constituição, competências para a gestão do patrimônio bibliográfico ou museológico nacional. (BRASIL, 1988).

Atendendo ao disposto no artigo nº 216, da Constituição de 1988, o Arquivo Nacional²⁸, criado em 1838, é o órgão central do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivos (SIGA), da administração pública federal, integrante da estrutura do Ministério da Justiça, que tem por finalidade implementar e acompanhar a política nacional de arquivos, definida pelo Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), por meio da gestão, do recolhimento, do tratamento técnico, da preservação e da divulgação do patrimônio documental do país, garantindo pleno acesso à informação, visando apoiar as decisões governamentais de caráter político-administrativo; o cidadão, na defesa de seus direitos e incentivar a produção de conhecimento científico e cultural.

Em se tratando da identificação, valorização e preservação do patrimônio bibliográfico e documental do país, a Fundação Biblioteca Nacional²⁹, considerada pela UNESCO como uma das 10 maiores bibliotecas nacionais do mundo e também a maior da América Latina, é o órgão responsável pela execução da política governamental de captação, guarda, preservação e difusão da produção intelectual do país. Por meio do Depósito Legal³⁰, busca assegurar a coleta, a guarda e a difusão da produção intelectual brasileira, visando à preservação e formação da Coleção Memória Nacional. Nele, estão inclusas obras de natureza bibliográfica e musical.

²⁸ Arquivo Nacional. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/br/institucional>. Acesso em: 18 ago. 2019.

²⁹ Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sobre-bn/apresentacao>. Acesso em: 18 ago. 2019.

³⁰ Depósito Legal é definido pelo envio de um exemplar de todas as publicações produzidas em território nacional, por qualquer meio ou processo, segundo as Leis N. 10.994, de 14/12/2004 e 12.192, de 14/01/2010.

Outra importante iniciativa, acerca da preservação e promoção do patrimônio bibliográfico, é a Associação das Bibliotecas Nacionais da Ibero América³¹. Fundada no México, em 17 de dezembro de 1989, é o fórum inter-regional que reúne 22 bibliotecas nacionais da América Latina. Em outubro de 1999, se aprovou em Lima, Peru, a ata constitutiva que lhe outorga o caráter de Organismo internacional, com uma nova denominação: Associação de Estados Ibero americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais de Ibero América, mantendo-se a denominação de ABINIA. Principais objetivos:

- Coletar e manter informações atualizadas e retrospectivas nas Bibliotecas Nacionais Ibero-Americanas.
- Realizar as etapas necessárias para aumentar a conscientização sobre a importância e a importância do patrimônio bibliográfico e documental dos países membros.
- Adotar políticas, estratégias, padrões e programas de treinamento para a preservação de coleções nacionais de bibliotecas.
- Adotar padrões técnicos compatíveis que garantam controle bibliográfico, facilitam o intercâmbio de materiais e informações e a automação dos sistemas de informação.
- Desenvolver fontes de referência nacionais e regionais que incentivem a pesquisa, o estudo e o intercâmbio de informações.
- Vincule bibliotecas nacionais a outras bibliotecas, bem como redes e sistemas de informação existentes.
- Divulgar coleções através de catálogos, edições e exposições.
- Apoiar o treinamento acadêmico e os programas de treinamento em serviços destinados a atualizar e melhorar os recursos humanos das bibliotecas nacionais, bem como o treinamento dos usuários.
- Troque experiências e realize pesquisas conjuntas sobre problemas inerentes às bibliotecas nacionais.
- Prestar assistência técnica aos membros que solicitarem.
- Gerenciar a obtenção de recursos financeiros, materiais e humanos que contribuam para a consolidação e modernização das coleções e dos serviços das bibliotecas nacionais e que permitem a realização de programas cooperativos.
- Realizar qualquer outra atividade que as Partes decidam, de comum acordo, realizar em conformidade com os propósitos desta Lei.

³¹ ABINIA. Disponível em: <http://www.abinia.org/>. Acesso em: 18 ago. 2019.

A ABINIA vem contribuindo, de forma efetiva, para a preservação e valorização do patrimônio bibliográfico e documental dos países membros. Dentre seus principais objetivos específicos estão os projetos Instrumenta Musicae e o catálogo Novum Regestrum. O projeto “Instrumenta Musicae”, hoje coordenado pela Biblioteca Nacional da Espanha, tem por objetivo reunir a documentação musical das coleções patrimoniais da Espanha e Ibero-américa para a formação de um catálogo coletivo de fundos musicais do século XIX. Já o catálogo Novum Regestrum, tem por finalidade reunir as monografias dos séculos XVI a XIX, depositadas nos acervos das bibliotecas nacionais ibero-americanas. A Biblioteca Nacional, através do PLANOR, é coparticipante deste projeto do catálogo coletivo e tem trabalhado para disponibilizar as descrições - bibliográficas e dos exemplares – de obras entre 1501 e 1900, pertencentes ao seu acervo e ao acervo das instituições culturais brasileiras cadastradas neste Plano³².

Com o intuito de promover programas e ações voltadas para a preservação e difusão do patrimônio museal, O Museu Histórico Nacional³³, criado pelo Decreto n.º 15.596, de 02 de agosto de 1922, integra a estrutura do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), de acordo com os arts. 7º e 8º da Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009, e tem como missão “promover a mobilização coletiva para valorizar a consciência histórica e o direito ao patrimônio cultural do Brasil, por meio da formação e preservação de acervo, ação educativa e construção de conhecimento”.

No âmbito mundial, o Programa Memória do Mundo³⁴, criado pela UNESCO em 1992, vem se preocupando com as condições precárias de preservação e acesso ao patrimônio documental em diferentes partes no mundo, em decorrência das guerras e dos conflitos sociais e da falta de recursos que contribuíram para o agravamento dos problemas existentes, que vem se perdurando por vários séculos, causando a perda irreparável ou a ameaça de desaparecimento do patrimônio mundial. Para o Programa, a preservação é a soma das medidas necessárias para garantir a acessibilidade permanente do patrimônio documental. Compreende a conservação, que é definida como aquelas ações que, envolvendo o mínimo de intervenção técnica, são requeridas para prevenir uma deterioração ulterior do documento original. O ambiente natural no qual o patrimônio documental se encontra influi,

³² PLANOR. Disponível em: <http://arquivo.bn.br/planor/abinia.html>. Acesso em: 18 ago. 2019.

³³ Museu Histórico Nacional. Regimento Interno. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Regimento-Interno-MHN.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2019.

³⁴ Memória do Mundo: diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental. Disponível em: <https://mowlac.files.wordpress.com/2012/07/diretrizes-para-a-salvaguarda-do-patrimc3b4nio-documental.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2019.

profundamente, em sua sobrevivência, em longo prazo. As inundações, os incêndios, os terremotos e os ciclones podem ser fenômenos naturais, mas estratégias para atenuar suas possíveis consequências podem ser preparadas. Em geral, o patrimônio documental corre maiores perigos nos climas tropicais que nas zonas temperadas.

O documento “Memória do Mundo: diretrizes para salvaguarda do patrimônio documental” apresenta três principais objetivos:

- Facilitar a preservação do patrimônio documental mundial, mediante as técnicas mais adequadas.
- Facilitar o acesso universal ao patrimônio documental.
- Criar uma maior consciência em todo o mundo da existência e importância do patrimônio documental. (UNESCO, 2002, p. 5).

No quadro que segue, podemos verificar alguns princípios para uma boa prática de preservação propostos pelo Programa Memória do Mundo.

Quadro 9: Princípios para uma boa prática de preservação – Programa Memória do Mundo da UNESCO.

Princípios de preservação de acordo com o Programa Memória do Mundo da UNESCO
O controle cuidadoso da documentação e das coleções – a “boa administração” – é uma condição prévia indispensável para a preservação. Dependendo do material em questão, o mecanismo apropriado pode ser um catálogo, um inventário ou alguma outra maneira de registrar a forma e o conteúdo de uma coleção, até o plano dos suportes individuais. Pode ser feito em formato manual ou, preferencialmente, informatizado. Classificar e documentar a natureza e o estado de conservação dos diferentes suportes, a fim de que possam ser manipulados e recuperados de maneira segura é um aspecto importante da “boa administração”. Quando se aplica uma medida de conservação, é importante documentar <i>o quê</i> foi feito, <i>quando</i> se tem feito e sobre <i>quais</i> suportes. O controle correto da documentação e das coleções requer tempo e disciplina, mas evita perdas desnecessárias e manipulações duplas.
As condições de armazenamento – incluindo a temperatura, a umidade, a luz, os poluentes atmosféricos, os animais e insetos e a segurança material - deveriam, na medida do possível, maximizar a vida útil dos suportes armazenados. Os requisitos “ideais” variam, consideravelmente, em função do tipo de material envolvido, por exemplo: papel, filmes e fitas de vídeo têm requerimentos muito variados de temperatura e umidade ideais. Lamentavelmente, a maioria das instituições de custódias não opera em condições ideais, pelo que se trata de fazer o possível com os meios disponíveis e trabalhar para melhorar as instalações no futuro. Fatores como telhados com goteiras, janelas quebradas, fundações instáveis, sistemas de detecção / extinção de incêndios, preparação para os desastres e monitoramento ambiental são todos importantes. Mas práticas de boa gestão e vigilância ainda podem ser aplicadas, mesmo em condições pouco favoráveis.
O antigo ditado que diz: “mais vale prevenir que remediar” é uma verdade, amplamente, aceita no que se refere ao patrimônio documental. As práticas e técnicas que freiam a deterioração e os danos que podem ser ocasionados pela manipulação são muito melhores e mais baratas que qualquer procedimento de recuperação. Entre estas práticas importantes estão a observação de métodos adequados de armazenamento, manipulação e colocação em estantes e as medidas de segurança e de transporte apropriadas.
Conservar um documento original e proteger sua integridade significa que nenhuma informação é perdida, e que não se fecha nenhuma opção futura de preservação e acesso. Os documentos originais possuem, frequentemente, um valor intrínseco que uma cópia jamais terá. Várias instituições lamentaram a destruição prematura de originais depois de fazer cópias que resultaram de qualidade inferior. Independentemente do número de cópias que tenham sido feitas, jamais deveria se eliminar, levemente, os originais.
A migração do conteúdo ou reformatação – copiar um documento em um formato diferente – é útil e com

frequência necessário para efeito de acesso. De fato, o *Programa Memória do Mundo* encoraja a digitalização e a microfilmagem como meios de proporcionar o acesso universal, já que qualquer tipo de cópia de acesso reduz a pressão sobre os documentos originais e contribui, assim, para sua preservação. Porém, deveria utilizar-se com cautela a migração de conteúdo como estratégia de preservação. Algumas vezes é inevitável, por exemplo, quando o suporte original se tornou instável. Mas, frequentemente, ela envolve a perda de informação e o bloqueio de futuras opções, e pode possibilitar riscos imprevisíveis *a posteriori* quando a tecnologia utilizada se torne antiquada. Esta advertência é válida tanto para os métodos mais recentes - como a digitalização - como para outros mais antigos, como a reprodução fotográfica.

Pôr em perigo a preservação a longo prazo a fim de satisfazer a demanda de acesso a curto prazo é sempre uma tentação; e, às vezes, uma necessidade política, mas é um risco que deveria ser evitado, na medida do possível. Nos casos em que não existe uma cópia duplicada de acesso, é melhor dizer “não” que expor um documento original delicado a possíveis danos irreversíveis.

Não existe um procedimento padronizado: os diferentes tipos de suporte não só necessitam de diferentes condições de armazenamento, como também de diferentes métodos de manipulação, gestão e tratamento de conservação. Aos materiais tradicionais “legíveis pelo homem”, tais como o papel impresso, somam-se cada vez mais os documentos “legíveis pela máquina”, como os disquetes e as fitas de vídeo, cuja sobrevivência e recuperação dependem de tecnologias com um elevado e crescente índice de obsolescência. Cada qual requer seu próprio tipo de controle. Embora o desenvolvimento de normas aceitas, internacionalmente - por exemplo, para a transferência de dados digitais - geralmente, fique atrás da velocidade das mudanças tecnológicas, sempre que existam normas ISO ou de outro tipo, elas devem ser respeitadas.

A cooperação é fundamental: neste campo cada vez mais complexo, mesmo as grandes instituições consideram necessário estabelecer redes para compartilhar meios e conhecimentos técnicos. Algumas instituições se especializam para poder oferecer seus serviços a outras instituições, de maneira econômica. No âmbito da preservação, ninguém pode dar-se ao luxo de trabalhar, isoladamente. Neste sentido, os comitês nacionais do *Programa Memória do Mundo* e o Subcomitê Técnico do CCI podem constituir uma base para o assessoramento e a criação de redes.

Conhecimento tradicional: muitas culturas possuem meios tradicionais e eficazes para preservar suas próprias formas de patrimônio documental, que refletem seu caráter e seus costumes. Por outro lado, os métodos modernos costumam basear-se em uma compreensão científica da natureza dos materiais e dos mecanismos de deterioração, e pertencem à tradição “ocidental”. Encontrar uma fórmula de compromisso entre estes dois enfoques pode ser importante para elaborar planos de gestão nos diferentes países. Ambas as áreas de conhecimento são fundamentais para que as coleções sejam **conservadas, adequadamente.**

O grau de profissionalismo é um indicador da importância outorgada por governos às bibliotecas e aos arquivos. A educação profissional deve abranger todo o espectro, desde as técnicas básicas até os conhecimentos de preservação especializados. Se não existe este marco de referência, não existe forma de identificar os problemas básicos. O acesso à informação profissional está se democratizando, já que cursos de ensino a distância por Internet complementam os enfoques das universalidades tradicionais, e as ONGs e outros organismos criam programas concebidos para necessidades específicas. Porém, como a maioria dos debates e das publicações ainda são em línguas europeias, os outros grupos linguísticos permanecem em situação de desvantagem enquanto não aumentem o número e o ritmo das traduções.

Fonte: UNESCO (2002, p. 15-17).

Como princípio e método de acesso ao patrimônio documental, o Programa reconhece que, normalmente, não existe um substituto para o acesso físico; mas, com a chegada da Internet, o avanço tecnológico e as práticas de digitalização do conteúdo vêm resultando em uma nova estratégia de acesso que se torna cada vez mais efetiva, por inúmeras razões. O acesso ao patrimônio documental vem, gradativamente, vencendo barreiras geográficas; as coleções públicas e privadas estão, aos poucos, sendo digitalizadas, permitindo a

disseminação do conteúdo informacional para quem dele precisar, em tempo real. Desta forma, o usuário pode reunir coleções ou documentos dispersos em diferentes lugares. No entanto, o Programa adverte que, mesmo com toda a facilidade de acesso, é de fundamental importância a orientação e o assessoramento dos profissionais que trabalham nas instituições de custódia, dos colecionadores e dos conservadores, que conheçam precisamente suas coleções. “[...] Estes profissionais desenvolvem um conhecimento profundo e uma visão de conjunto que nenhum catálogo pode substituir. Esse conhecimento pode ser comunicado a um usuário remoto, mas depende de uma interação pessoal”. (UNESCO, 2002, p. 19).

Apesar das iniciativas que vêm surgindo e se estabelecendo, em toda parte, no mundo, ao longo dos tempos, como vimos o Programa Memória do Mundo da UNESCO, os projetos da ABINIA e as Cartas Patrimoniais e de existirem instrumentos legais que assegurem a salvaguarda futura do patrimônio documental, há um caminho longo a percorrer para se chegar à instauração efetiva de políticas de informação e memória. Verifica-se, por exemplo, que na maior parte das vezes o que está previsto por lei não está sendo aplicado em sua totalidade. Se por um lado, pulsa uma “vontade de nada esquecer” e uma “ardente obrigação” do patrimônio, seja pela criação de “lugares de memória” como as bibliotecas, os arquivos, museus e centros de documentação, públicos e privados, por outro lado, vê-se um descaso tanto por parte das instituições públicas quanto particulares, e pelo Estado, em manter preservado esse legado, às novas gerações.

De acordo com Kuhl (2010, p. 296) a motivação que leva a preservação de documentos se dá “por questões de cunho cultural, científico – pelo conhecimento que as obras transmitem em vários campos do saber e ético – por não ter o direito de apagar os traços de gerações passadas”. A preservação se destina a salvaguardar e proporcionar a permanência dos diferentes suportes da memória que contêm informações relevantes que justifiquem tal ação. Incluem todas as medidas de gerenciamento administrativo e financeiro, que visam o estabelecimento de políticas e planos de preservação.

Preservar a memória, assim como o patrimônio é, essencialmente, importante por fortalecer a sensação de pertencimento de uma sociedade e a identidade de um povo com sua comunidade, seu estado, seu país. A ameaça iminente da perda da história e da memória de lugares, acontecimentos ou pessoas é um desafio dos novos tempos. Hartog (2006, p. 272) aponta inúmeras iniciativas que surgiram, ao longo dos anos, com o propósito de preservar a memória e garantir a longevidade do patrimônio. Para o autor, faz-se necessário agir rápido antes que histórias e memórias se percam com o tempo: “[...] antes que a noite caia e o hoje tenha desaparecido completamente.”

A “obrigação” e o “dever de memória” (HARTOG, 2006, p. 272) requerem que a reconhecamos como um bem público e, nesse sentido, de conhecimento de todos. “Que [a memória] se manifeste como demanda, se afirme como dever ou se reivindique como direito, a memória vale, no mesmo movimento, como uma resposta ao presentismo e como um sintoma deste último. Assim é também para o patrimônio”. Uma memória comum (JEDLOWSKI, 2005) à comunidade ou à nação, marcada por seus dispositivos institucionais e culturais. Isso, portanto, faz parte, ou deveria fazer, das Políticas de informação e memórias instauradas nas instituições e no país.

Apesar disso, o caminho a percorrer para se chegar à implementação efetiva de Políticas de Informação e Memória nas instituições e no país é longo e repleto de percalços, pois não há, atualmente, políticas voltadas para a preservação de acervos escolares, por exemplo. Além disso, a maior parte das instituições educacionais brasileiras sofre, constantemente, com o descaso do poder público e, quando há investimentos destinados à preservação, são insuficientes para manter o planejamento. A falta de recursos financeiros e tecnológicos associada à carência do quadro de profissionais qualificados para restaurar, conservar e preservar documentos, tem prejudicado o andamento de pesquisas e comprometido séculos de história.

Para Ruckstadter e Tanno (2016, p.2), as instituições públicas têm o dever de criar seus arquivos e preservar suas memórias e, mais que isso, voltar suas atenções aos acervos escolares: “é a escola e toda a documentação produzida nela, seja administrativa ou pedagógica que deixa as marcas das práticas e da cultura escolar de cada instituição e de seu público”. Nesta direção, muitos estados brasileiros vêm realizando o tombamento de seus patrimônios, assim como de escolas centenárias. No entanto, segundo os autores, trata-se de uma política de preservação do patrimônio arquitetônico, são poucas as iniciativas de preservação do patrimônio documental relativo à cultura escolar.

[...] partimos do pressuposto que preservar o acervo documental dos arquivos escolares é preservar o patrimônio documental em seus aspectos históricos e culturais. Para além de preservar a história e a memória de uma instituição, as fontes que compõem a vasta bibliografia presente nos arquivos permanentes das escolas colaboram para a preservação de um patrimônio de toda a comunidade, de modo específico, bem como o patrimônio documental nacional. Assim, o trabalho investigativo com o acervo documental de uma instituição escolar necessita de alguns cuidados e passos. É urgente organizar os arquivos escolares, tarefa ampla e que tem sido atividade de vários grupos de pesquisa nacionais. (RUCKSTADTER; TANNO, 2016, p.7).

De acordo ainda com Ruckstadter e Tanno (2016, p.8), há uma resistência por parte dos gestores das instituições educacionais em valorizar o acervo documental como

patrimônio, considerando seu aspecto “histórico, cultural e memorialístico”. Em contrapartida, restringem-se, geralmente, por atrelar o acervo, somente ao valor administrativo e sua guarda, apenas em seu aspecto legal.

Diante deste cenário, considera-se imprescindível a criação de políticas e a promoção de ações conjuntas entre as instituições escolares para garantir o direito à memória da educação brasileira. Que a vontade de memória seja capaz de incitar o poder público a desenvolver competências informacionais que assegurem a entrada de recursos nas instituições e, de fato, seus prédios sejam restaurados, seus documentos higienizados, conservados e acondicionados com vistas à preservação de patrimônios e à ciência de novos achados.

De acordo com Bonato (2005, p. 214), em meio a tantos problemas, devemos lutar pela preservação e organização dos acervos escolares, tendo em vista a sua função social e científica. Para isso, algumas ações precisam ser tomadas como, por exemplo, desenvolver dentro da escola um trabalho educativo, envolvendo toda a comunidade escolar “de forma a propiciar um espaço para trocas de experiência e reflexão teórico-metodológica, referente ao trato da documentação desse tipo de acervo”, tal como estabelecer trabalhos de parceria entre arquivo-escola, incluindo a participação de todos.

Todos os bens de natureza material e imaterial, de interesse cultural ou científico, que possuam significado histórico, cultural ou sentimental e que sejam capazes, no presente ou no futuro, de contribuir para a construção de uma identidade coletiva – a identidade nacional - devem ser preservados e ter seu acesso garantido no futuro. Sendo assim, cabe-nos uma questão: Como podemos garantir o acesso à memória e, conseqüentemente, a preservação de fontes documentais e de acervos de memória de instituições escolares? Essa é uma questão relevante e que permeia a nossa discussão. As instituições escolares apresentam-se como espaços portadores de fontes de informações fundamentais para a formulação de pesquisas, interpretações e análises sobre elas próprias, as quais permitem a compreensão do processo de ensino, da cultura escolar e, especialmente, da História da Educação. Porém, a preservação dessas fontes e da memória que elas representam, sobre um passado de escolarização, com características próprias da instituição escolar aos quais pertencem, ainda é uma questão de pouca importância na sociedade brasileira. Dessa maneira, as escolas sofrem com o abandono de sua documentação, seja pela falta de interesse das instituições envolvidas, pela ausência de políticas institucionais de preservação e pelo descaso com a memória e a cultura em nosso país.

A “obrigação” e o “dever de memória” (HARTOG, 2006, p. 272) requer que a reconhecamos como um bem público e, nesse sentido, de conhecimento de todos. “Que [a memória] se manifeste como demanda, se afirme como dever ou se reivindique como direito, a memória vale, no mesmo movimento, como uma resposta ao presentismo e como um sintoma deste último. Assim é também para o patrimônio”. Uma memória comum (JEDLOWSKI, 2005) à comunidade ou à nação, marcada por seus dispositivos institucionais e culturais. Isso, portanto, faz parte, ou deveria fazer, das políticas de informação e memórias instauradas nas instituições e no país. O direito à memória incide sobre o direito de acesso, utilização, reprodução e transmissão do patrimônio cultural, com o intuito de aprender as experiências pretéritas da sociedade e, assim, acumular conhecimentos e aperfeiçoá-los, através do tempo (DANTAS, 2010). Não obstante, o direito à memória tem sido associado, comumente, com outro direito, o da verdade, em consonância às resoluções do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNHD-3). Nele, estes dois direitos são elementos fulcrais à cidadania e ao rol de deveres do Estado (BORGES; BORGES, 2015, p. 163).

Com efeito, os centros de documentação e memória, bem como os museus, as bibliotecas e os arquivos, devem priorizar “a forma nobre da memória”, tendo suas obras preservadas, garantindo a todos o acesso às fontes de informação; compreendendo o mesmo, enquanto direito básico ao cidadão, em uma democracia. Tendo em vista os riscos do efêmero, é fundamental refletirmos sobre as ações que devem ser estabelecidas em prol da preservação da memória, e, conseqüentemente, do direito a ela. Somente através da preservação de documentos de diferentes suportes, é possível reconstruir uma história ou a história de uma cultura vivenciada por um grupo de indivíduos, coletiva ou individualmente, dentro daquele espaço escolar. Um acervo escolar precisa ser acessível e disponibilizado a todos que por ele se interessem, pois a escola não apenas faz parte da cultura que forja nossa identidade, como é expressão física, material, social e coletiva de um projeto político. Logo, a memória por ela edificada, mantida ou silenciada refletirá, de maneira ímpar, na forma como o perímetro de uma dada memória coletiva e social, mesmo relacionada ao patrimônio cultural ou até científico, ganhará seus contornos e suas dimensões.

4.4 A Memória Institucional no contexto da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

O processo de transição das Instituições de Ensino à Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica passa por um momento ímpar que envolve a

implantação de novas políticas públicas, pelo governo brasileiro, para integrar a educação, a ciência e a tecnologia, com o intuito de formar a base para o desenvolvimento do país. A nova modalidade de ensino deve estar em consonância com os diversos setores da economia e da sociedade, de forma a oferecer mecanismos de educação continuada, sem perder de vista a formação cultural, profissional, política e ética dos cidadãos, enquanto trabalhadores produtivos e agentes na construção da equidade social.

Ampliando o escopo, o Ministério da Educação instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, através da Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia; incorporou oito Escolas Técnicas aos Institutos Federais; vinculou outras 24 Escolas Técnicas, passando a integrá-las às Universidades Federais, incluiu, ainda, os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG, mais a Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR e o Colégio Pedro II. Assim, contemplando todos os Estados da Federação, oferecendo educação técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, cursos superiores de tecnologia, bacharelados, engenharias, licenciaturas, além de cursos de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*³⁵.

A Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que trata das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, incluiu, pela primeira vez, o tema Projeto Pedagógico e determina que as Instituições de Ensino do país desenvolvam seus Projetos Políticos Pedagógicos Institucionais (PPI). O Projeto Pedagógico Institucional é um documento utilizado pelas instituições com o objetivo de atender as determinações do MEC.

O Decreto nº. 5.773, de 09 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, criou a articulação entre o PPI e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) -, visto ser o PPI um dos elementos do próprio PDI. Esses instrumentos estão, diretamente, associados às avaliações de cursos e aos processos de reconhecimento e credenciamento. O PDI é o instrumento de planejamento e gestão que considera a missão da instituição de ensino superior e as estratégias para atingir seus objetivos e metas, em um período de cinco anos. O Plano deve estar articulado com a prática e os resultados da avaliação institucional, realizada tanto como procedimento autoavaliativo como externo³⁶.

Nos termos do art. 11, da Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), toda instituição concernente ao nível educacional

³⁵ Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <http://redefederal.mec.gov.br/>. Acesso em: 19 ago. 2019.

³⁶ Ministério da Educação. Disponível em: http://www2.mec.gov.br/sapiens/Form_PDI.htm. Acesso em 19 ago. 2019.

em pauta, pública ou privada, deve constituir, entre outras coisas, uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), com as atribuições de condução dos processos de avaliação interna, assim como sistematização e prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Os objetivos da proposta do SINAES estão sintetizados no art. 3º desta Lei que, entre outros, destaca-se:

Art. 3º: A avaliação das instituições de educação superior terá por objetivo identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais, dentre as quais, obrigatoriamente, as seguintes:

III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. (BRASIL, 2004).

Por sua vez, a Avaliação Institucional está relacionada³⁷:

- À melhoria da qualidade da educação superior.
- À orientação da expansão de sua oferta.
- Ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social.
- Ao aprofundamento dos compromissos e das responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

A Avaliação Institucional divide-se em duas modalidades³⁸:

- Autoavaliação – coordenada pela CPA de cada instituição, e orientada pelas diretrizes e pelo roteiro da autoavaliação institucional da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES).
- Avaliação externa – realizada por comissões designadas pelo INEP, a avaliação externa tem como referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação e nos relatórios das autoavaliações. O processo de avaliação externa independente de sua abordagem, se orienta por uma visão multidimensional que busque integrar suas naturezas formativa e de regulação, numa perspectiva de globalidade. Em seu conjunto, os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências

³⁷ Disponível em: <http://inep.gov.br/avaliacao-institucional>. Acesso em 16 ago. 2019.

³⁸ Disponível em: <http://inep.gov.br/avaliacao-institucional>. Acesso em 16 ago. 2019.

conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos de diversos instrumentos e modalidades.

Prevê-se que, os resultados da Avaliação Institucional, irão constituir como base de dados confiáveis à elaboração de estratégias de trabalho de toda a instituição, demonstrando pontos frágeis e fortes que mereçam atenção, promoção ou reestruturação.

Para um melhor entendimento de como as questões que envolvem a preservação da memória e do patrimônio vêm sendo tratadas pelos Institutos da Rede, optou-se em investigar indicativos de políticas de informação e memória, com base na análise de seus documentos institucionais. A região sudeste do Brasil foi delimitada como recorte espacial da presente pesquisa. (Quadro 10).

Quadro 10: Índícios de Políticas de informação e memória nos Institutos Federais da Região Sudeste do Brasil.

REGIÃO	INSTITUIÇÃO	DOCUMENTO INSTITUCIONAL	INDICATIVO DE POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO E MEMÓRIA
Espírito Santo	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo. Disponível em: https://www.ifes.edu.br Acesso em: 20 ago. 2019.	- PDI: 2014-2019 - Regimento Geral: 2010	Não informado.
Minas Gerais	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas. Disponível em: https://portal.ifsuldeminas.edu.br/index.php . Acesso em: 20 ago. 2019.	- PDI: 2019-2023 - Regimento Geral: 2010	Dentro do PDI, no tópico “Forma de atualização e expansão do acervo” encontram-se informações sobre a aquisição de materiais para compor o acervo das bibliotecas; estabelece, dentre outras coisas, que tanto os livros quanto os periódicos, após incorporados, por via direta, por doação ou por meio de licitação, passarão a fazer parte do patrimônio público.
	CEFET-MG - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais Disponível em: https://www.cefetmg.br . Acesso em: 20 ago. 2019.	- PDI: 2016-2020 - Regimento Geral: [198?]	Dentro do PDI, no tópico “Planejamento e Gestão”, está disposto como objetivo específico por programa, Comunicação e Arquivo, entre outras coisas: Definir política e implantar procedimentos para tratamento do Arquivo Permanente e preservação da memória institucional.
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sudeste de Minas Gerais. Disponível em: https://www.ifsudestemg.edu.br . Acesso em: 20 ago. 2019.	- PDI: 2014-2019 - Regimento Geral: 2018	Não informado.
	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais. Disponível em: https://www2.ifmg.edu.br/portal . Acesso	- PDI: 2014-2018 - Regimento Geral: 2016	Não informado.


	em: 20 ago. 2019.		
	<p>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas.</p> <p>Disponível em: https://www.ifnmg.edu.br. Acesso em: 20 ago. 2019.</p>	<p>- PDI: 2019 a 2023</p> <p>- Regimento Geral: 2011</p>	Não informado.
	<p>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (UFMT).</p> <p>Disponível em: http://www.iftm.edu.br. Acesso em: 20 ago. 2019.</p>	<p>- PDI: 2019 a 2023</p> <p>- Regimento Geral: 2016</p>	Não informado.
	<p>Escola Técnica de Saúde da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).</p> <p>Disponível em: http://www.estes.ufu.br. Acesso em: 20 ago. 2019.</p>	<p>- PIDE (Plano Institucional de Desenvolvimento e Expansão): 2016-2021</p> <p>- Regimento Geral: 2009</p> <p>* Ambos documentos elaborados pela UFU.</p> <p>Disponível em: http://www.ufu.br. Acesso em: 20 ago. 2019.</p>	<p>Dentro do PIDE encontram-se os Programas de cultura.</p> <p>A Política de Cultura na UFU está organizada por meio dos seguintes programas:</p> <p>– Programa de defesa, conservação, guarda e difusão do patrimônio artístico e histórico-cultural: ações que visam fortalecer as relações com os grupos culturais, de cultura popular, de amadores e programas de planejamento, conservação, prevenção, formação de agentes multiplicadores, aquisição, curadoria e tombamento do patrimônio cultural e histórico, inclusive museus, programas de arquivo, programas de acervo itinerante, gestão e seguro patrimonial, entre outros; fortalecimento dos museus e centros de documentação existentes na UFU, como <i>locus</i> de produção de saberes e práticas, de acesso e interlocução entre comunidade acadêmica e comunidades local e regional.</p>

	<p>Centro de Formação em Saúde da UFTM.</p> <p>Disponível em: http://www.uftm.edu.br/cefores. Acesso em: 20 ago. 2019.</p>	<p>- PDI: 2019 a 2023</p> <p>- Regimento Geral: 2016</p>	<p>Não informado.</p>
	<p>Centro Técnico Pedagógico da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)</p>	<p>- PDI: 2018-2023</p> <p>- Regimento Geral: 2018</p> <p>*Ambos documentos elaborados pela UFMG.</p> <p>Disponível em: https://ufmg.br. Acesso em: 20 ago. 2019.</p>	<p>Dentro do PDI encontram-se as seguintes informações:</p> <p><u>Princípios Institucionais:</u> Dado seu caráter estratégico no conjunto do patrimônio acadêmico, científico e cultural brasileiro, a gestão responsável de uma instituição de ensino superior pública como a UFMG deve, primeiramente, preservar os patamares de solidez e de qualidade atingidos ao longo de décadas de investimentos de toda ordem. A Universidade tem atuado, sempre, no sentido de defender esse patrimônio de maneira lúcida e transparente, em nome do interesse público e do futuro do país.</p> <p><u>Dentre os objetivos específicos da Pró-Reitora de Extensão, destacam-se:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Aprimorar política de informação, acervo e memória da extensão universitária. - Consolidar a Rede de Museus como política de extensão em articulação com política de acervo, memória e patrimônio. <p><u>Dentre os objetivos específicos e as ações da Pró-Reitoria de Cultura (PROEX), destacam-se:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Proteger, preservar e divulgar o patrimônio cultural, material ou imaterial. - Implementar e executar a Política de Acervo Artístico da UFMG, para gestão de acervos e de patrimônios culturais (ações de diagnóstico, inventário, manutenção e visibilidade), visando o seu resguardo interno e a efetivação de intercâmbios e parcerias com órgãos similares nacionais e internacionais. <p><u>Dentre as ações da Gestão Administrativa, destacam-se:</u></p>

			<p>- Assegurar a preservação, o acesso e a difusão do patrimônio documental da UFMG.</p> <p><u>Dentre os objetivos específicos e as ações da Gestão de Arquivos, destacam-se:</u></p> <p>- No sentido de viabilizar a implantação da política arquivística da UFMG, recomenda-se a criação dos Arquivos Setoriais nas Unidades Acadêmicas e Administrativas, assim como a previsão da criação de um Arquivo Central para o conjunto da Universidade. Tanto os Arquivos Setoriais quanto o Central servirão de arquivos intermediários, para onde serão transferidos documentos que não são mais de uso corrente, além de abrigar os registros da memória institucional de guarda permanente.</p> <p><u>Dentre os objetivos do Sistema de Bibliotecas destacam-se:</u></p> <p>- Coordenar tecnicamente as bibliotecas da UFMG, com a finalidade de normalizar os processos técnicos de formação, organização e utilização do patrimônio bibliográfico da Universidade.</p> <p>Atualmente, o SB/UFMG é constituído por bibliotecas situadas em todas as Unidades Acadêmicas, nas áreas de Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharia, Ciência da Saúde e Linguística, Letras e Artes. Possui, também, bibliotecas vinculadas às Unidades Especiais e atividades de extensão, cultura e lazer, assim discriminadas: Bibliotecas do COLTEC, CP, Museu de História Natural e Jardim Botânico e Carro-Biblioteca. Além destes, o SB/UFMG comporta acervos diferenciados como o Espaço de Leitura da Biblioteca Central, a Biblioteca do Sertão, o Acervo de Escritores Mineiros e o acervo vinculado à Divisão de Coleções Especiais que compreende a Memória Intelectual da UFMG, Obras Raras e Coleções Especiais. Cabe destaque para a biblioteca da Casa da Glória, vinculada ao Instituto de Geociências e a biblioteca do <i>Campus</i> Cultural de Tiradentes que contemplam acervos específicos.</p> <p>* O PDI ressalva que há a necessidade de rever a política de constituição dos acervos do Sistema de Bibliotecas, bem como considerar a mudança</p>
--	--	--	--

			<p>tecnológica e cultural que vem ocorrendo nas últimas décadas, que torna imperativa a constituição de acervos em formato digital. Destaca o papel central que as bibliotecas desempenham no apoio ao ensino de Graduação, sendo imprescindível que as referências básicas utilizadas nas disciplinas estejam disponíveis, em versões atualizadas, seja no formato eletrônico, seja no formato impresso. Enfatiza a importância das bibliotecas universitárias como locais de guarda do patrimônio bibliográfico do mundo. “Parte dessa tarefa corresponde a manter um conjunto de obras que sejam representativas do atual estágio do conhecimento, nos diversos campos do saber. Outra parte diz respeito a manter o registro das correntes de pensamento, das teorias, das abordagens, conforme elas existiram um dia e foram evoluindo ou desaparecendo, influenciando gerações sucessivas, ou caindo no esquecimento. Obras clássicas provenientes de todos os períodos, em diferentes edições e traduções, são o testemunho da história das ideias, do pensamento e da cultura humanas e, cabe às universidades, acolher e disponibilizar essa herança, a um tempo matéria, para a pesquisa acadêmica e, fonte primária, para a futura arqueologia do tempo presente.”</p> <p><u>Dentre os objetivos e ações da Rede de Museus e Espaços de Ciência e Cultura, destacam-se:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - incentivar a produção e a divulgação do conhecimento científico da Universidade ao público; - uniformizar a catalogação e preservação do patrimônio material e imaterial que fundamenta a trajetória institucional e da história das ciências e das artes em geral. <p>A Rede de Museus da UFMG, ligada à PROEX, reúne museus, centros de memória, acervos e centros de referência.</p>
	<p>Centro de Ensino e Desenvolvimento Agrário da Universidade Federal de Viçosa (UFV)</p>	<p>- PDI: 2018-2023</p> <p>- Regimento Geral: 2000</p>	<p>Dentro do Plano de Gestão encontram-se as seguintes informações:</p> <p><u>Dentre os objetivos e ações da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, destacam-se:</u></p>

		<p>- Plano de Gestão: 2015-2019</p> <p>* Ambos os documentos elaborados pela UFV</p> <p>Disponível em: https://www.ufv.br. Acesso em: 20 ago. 2019.</p>	<p>- Criar Programa de Extensão e Cultura relacionado à memória e ao patrimônio histórico da UFV.</p> <p><u>Dentre os objetivos e ações do Departamento de História (DHI), destacam-se:</u> – Participar da política institucional de cultura e memória da UFV.</p> <p>Dentro do PDI encontram-se as seguintes informações:</p> <p><u>Dentre os objetivos e metas da Diretoria de Comunicação Institucional (DCI), destacam-se:</u> - Aprimorar a produção e a socialização da informação institucional da UFV nos cenários regional, estadual, nacional e internacional. - Auxiliar no planejamento estratégico e na divulgação de campanhas institucionais</p> <p>* Foi lançado, em maio de 2017, o projeto Memória Viva, que consiste na realização de programas audiovisuais de entrevistas, buscando resgatar e preservar a memória da Instituição. Ainda em 2017, foi também lançada a versão em inglês, do vídeo sobre os 90 anos da Instituição, a fim de atingir o público internacional.</p>
	<p>Teatro universitário da UFMG</p> <p>Disponível em: http://www.coltec.ufmg.br/tu/#!/pagina/2/apresentacao. Acesso em: 20 ago. 2019.</p>	<p>- PDI: 2018-2023</p> <p>- Regimento Geral: 2018</p> <p>* Ambos os documentos elaborados pela UFMG</p>	<p>As mesmas informações dispostas nos documentos institucionais da UFMG.</p>
	<p>Colégio Técnico da UFMG</p> <p>Disponível em: http://www.coltec.ufmg.br/coltec-ufmg/.</p>	<p>- PDI: 2018-2023</p> <p>- Regimento Geral: 2018</p>	<p>As mesmas informações dispostas nos documentos institucionais da UFMG.</p>

	Acesso em: 20 ago. 2019.	* Ambos os documentos elaborados pela UFMG	
Rio de Janeiro	Colégio Pedro II Disponível em: https://www.cp2.g12.br/index.php . Acesso em: 20 ago. 2019.	- Plano Estratégico: 2015-2018 - PPP: 2002 - PDI: 2015 – 2018 - PPPI (Projeto Político Pedagógico Institucional): 2017-2020 - Regimento Interno: 1987	Dentro do antigo PPP destacam-se as seguintes informações: Primeiro capítulo, “Escola: Espaço de Memória” encontra-se, brevemente, a trajetória histórica da Instituição até vir a pertencer à Rede Federal, a saber: “Rever a história dos cento e sessenta e três anos desta Instituição Federal de Ensino é, de certa forma, estabelecer uma ponte entre passado e presente, aproveitando as lições que emanam dessa retrospectiva. Renovar estruturas para alcançar metas de eficiência no processo educacional, representa uma de suas características significativas, preparando-se, assim, o Colégio Pedro II para cumprir sua missão e levá-la a bom termo, face aos desafios sócio-econômicos e culturais deste novo milênio.” O Projeto Político-Pedagógico ressalva que o Colégio é uma escola tradicional, de viés humanista e que goza de grande prestígio diante da comunidade, em grande medida, devido a essa imagem. “Nos diversos pronunciamentos sobre a Instituição, a tradição secular costuma ser ressaltada como seu maior patrimônio: sua história, memória e seu significado social.” Dentro do PDI destacam-se as seguintes informações: O NUDOM e o antigo LADAH fazem parte do  Sistema de Bibliotecas e Documentação do CPII. O Museu Histórico encontra-se subordinado, no que se refere a sua estrutura organizacional, à Diretoria de Cultura e Eventos da PROPGPEC.

			<p>Dentre os objetivos e as metas da PROPGPEC, destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizar, junto aos diferentes setores já existentes no CPII, responsáveis pelo acervo memorial e histórico da Instituição, um projeto de educação patrimonial itinerante, a ser desenvolvido em todos os <i>campi</i>. - Realizar trabalho em parceria com o NUDOM, uma vez que suas atividades e seus projetos coadunam com os objetivos desta Pró-reitora. <p>Dentro do PPPI destacam-se as seguintes informações:</p> <p>No capítulo “Espaços e Tempos de Aprendizagem”, dentro das Políticas de Ensino, encontram-se informações sobre o CEDOM, entre outras coisas, a estrutura organizacional, os setores vinculados e os objetivos.</p> <p>Entre os objetivos das Políticas de Acesso à Cultura, destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizar um projeto de educação patrimonial itinerante a ser desenvolvido em todos os <i>campi</i>, junto aos diferentes setores já existentes no Colégio Pedro II, responsáveis pelo acervo memorial e histórico da instituição.
	<p>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense</p> <p>Disponível em: http://portal1.iff.edu.br/. Acesso em: 20 ago. 2019.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento Estratégico - Regimento Geral: 2011 - PDI: 2018-2022 	<p>Dentro do Regimento Geral destacam-se as seguintes informações:</p> <p>Entre as competências do Pró-Reitor(a) de Desenvolvimento Institucional, destacam-se:</p> <ul style="list-style-type: none"> - desenvolver ações de preservação da identidade e do patrimônio cultural do Instituto; - responsabilizar-se pela preservação da identidade e do patrimônio cultural do Instituto.
	<p>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro</p> <p>Disponível em: https://portal.ifrj.edu.br/index.php. Acesso em: 20 ago. 2019.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Regimento Geral: 2011 - PDI: 2014-2018 - PPI (Projeto Pedagógico Institucional): 2014-2018 	<p>Dentro do PDI destacam-se as seguintes informações:</p> <p>No Planejamento Institucional estão os valores referentes à memória institucional:</p> <ul style="list-style-type: none"> - buscar cultivar a memória do Instituto, seu passado singular tradicional como “Escola Técnica”, de forma a servir de base para alcançar novos

			<p>reconhecimentos da sociedade, por sua forma diferenciada e inclusiva de educar.</p> <p>Dentro do PPI destaca-se a seguinte informação:</p> <p>Propõe como meta para o futuro, a criação de um Centro de Memória no <i>campus</i> Arraial do Cabo. No entanto, não há informações se este Centro irá atender todos os <i>campi</i> para a preservação da memória institucional.</p>
	<p>Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca</p> <p>Disponível em: http://www.cefet-rj.br. Acesso em: 20 ago. 2019.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Regimento Interno da Diretoria de Gestão Estratégia: 2018 - PDI: 2015-2019 - Plano de Integridade: 2018 - PPI: 2016 - Relatório de Gestão: 2018 	<p>Não informado.</p>

	<p>Colégio Técnico do Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)</p> <p>Disponível em: http://r1.ufrj.br/ctur/. Acesso em: 20 ago. 2019.</p>	<p>- PDI: 2013-2017</p> <p>- Regimento Interno: 1987</p> <p>* Ambos os documentos elaborados pela UFRRJ</p> <p>Disponível em: http://portal.ufrj.br. Acesso em: 20 ago. 2019.</p>	Não informado.
São Paulo	<p>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (INSP)</p> <p>Disponível em: https://www.ifsp.edu.br. Acesso em: 20 ago. 2019.</p>	<p>- PDI: 2019-2023</p> <p>- Regimento Geral: 2013</p>	<p>Dentro do Regimento Geral destacam-se as seguintes informações:</p> <p>Na estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Extensão encontra-se a Coordenadoria do Centro de Memória da Educação Profissional, Técnica e Tecnológica do IFSP com as seguintes atribuições:</p> <ul style="list-style-type: none"> - propor diretrizes para planejamento e implantação do Centro de Memória, de modo a atender às políticas de ensino, pesquisa e extensão do IFSP; - assessorar a Reitoria do IFSP nos assuntos referentes ao Centro de Memória e Acervo Cultural; - promover, apoiar e assistir estudos que visem à padronização dos procedimentos a serem adotados pelas representações do Centro de Memória nos campi; - apoiar políticas, programas e projetos desenvolvidos no IFSP, proporcionando colaboração técnica, por meio do Centro de Memória; - propor e apoiar a constituição de Grupos de Estudos ou Núcleos de Apoios para assuntos relacionados ao Acervo Cultural ou ao Centro de Memória, quando necessário.

	<p>Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE)</p> <p>Disponível em: http://www.inpe.br. Acesso em: 20 ago. 2019.</p>	<p>- Regimento Interno: 2008</p> <p>- Plano Diretor: 2016-2019</p>	<p>Dentro do Regimento Interno destaca-se a seguinte informação:</p> <p>Cabe as Unidades à competência de orientar servidores quanto aos princípios e às normas de editoração, com a finalidade de registrar a memória técnico-científica do INPE, organizar as informações para publicação e divulgar os resultados das pesquisas realizadas.</p>
--	---	--	---

Fonte: Site dos Institutos da Rede.

Diante da análise das informações levantadas, por meio dos documentos de gestão dos Institutos da Rede, disponibilizados pelos mesmos, no site oficial, especificamente, dos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, verifica-se que há poucos indicativos de políticas de informação e memória, assim como também não foram encontradas metas em curto prazo para a implementação de projetos e ações que visem à constituição da memória institucional. Dos 20 Institutos pesquisados, metade não apresenta qualquer informação que leve ao entendimento de que a instituição tem “vontade de memória”, como vimos no caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo e parte dos Institutos Federais de Minas Gerais.

As informações dispostas no Regimento Geral e/ou Interno³⁹ dos Institutos da Rede evidenciam lacunas, ao tratar das questões que envolvem o patrimônio que, em grande parte, estão sendo abordadas pelas vias da gestão de materiais, mais, precisamente, pelos setores responsáveis pela compra de material, almoxarifado, manutenção e aquisição de bens móveis. Apesar disso, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense, dispõe em seu Regimento Geral, como competência do Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional, o desenvolvimento de ações de preservação da identidade e do patrimônio cultural do Instituto. No que se refere às questões de memória, encontram-se tanto no Regimento Geral da IFSP, quanto no Regimento Interno do INPE, indicativos sobre políticas de informação e memória. A Coordenadoria do Centro de Memória da Educação Profissional, Técnica e Tecnológica do IFSP descreve como atribuição o estabelecimento de diretrizes para o planejamento e a implantação do Centro de Memória, de modo a atender às políticas de ensino, pesquisa e extensão do Instituto. Já o INPE destaca que os *campi* têm a competência de orientar servidores quanto aos princípios e às normas de editoração, com a finalidade de registrar a memória técnico-científica do INPE, organizar as informações para publicação e divulgar os resultados das pesquisas realizadas.

Em se tratando dos Planos de Desenvolvimento Institucional dos Institutos da Rede, torna-se possível perceber que os Institutos de Minas Gerais se destacam por apresentarem projetos consolidados que mais se aproximam a indícios de políticas de informação e memória, em comparação aos outros da região sudeste. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas, por exemplo, define o acervo bibliográfico como patrimônio público. O CEFET-MG estabelece como objetivo, definir política e implantar procedimentos para tratamento do arquivo permanente e a preservação da memória

³⁹ O Regimento é o documento que disciplina o funcionamento e regulamenta todas as atividades da Instituição.

institucional. A Escola Técnica de Saúde da UFV institui, como programa da Política de Cultura, entre outros, o fortalecimento dos museus e centros de documentação existentes na UFU.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), por sua vez, destaca como objetivos específicos dos órgãos e dos programas a ela vinculados:

- Aprimorar política de informação, acervo e memória da extensão universitária.
- Consolidar a Rede de Museus como política de extensão em articulação com política de acervo, memória e patrimônio.
- Assegurar a preservação, o acesso e a difusão do patrimônio documental da UFMG.
- Normalizar os processos técnicos de formação, organização e utilização do patrimônio bibliográfico da Universidade.

No Colégio Pedro II, especialmente, o novo Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI), com metas para 2017 a 2020, começou a ser construído no final do ano de 2014, de forma coletiva, no âmbito da comunidade escolar, com envolvimento de servidores docentes e técnico-administrativos, discentes e seus representantes. O PPPI tem por objetivo nortear as políticas educacionais e ações administrativas e pedagógicas. Reúne as diretrizes e estratégias voltadas para as demandas da comunidade escolar, onde estão dispostas as políticas de ensino, programas, projetos e rotinas, a respeito das atividades docentes, discentes e administrativas do Colégio, bem como a descrição dos componentes curriculares elaborados pelos Departamentos e demais setores pedagógicos.

O novo PPPI substitui o anterior Projeto Político Pedagógico (PPP), concluído em 2002, visto que, naquele período, a Instituição ainda não fazia parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Além disso, ao longo dos anos, novos *campi* foram instituídos e mais o Centro de Referência em Educação Infantil (Creir).

O Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) do Colégio Pedro II, igualmente implementado em processo coletivo e participativo, junto à comunidade escolar, apresenta a proposta pedagógica a que se propõe e explicita as posições da Instituição comprometida com uma formação baseada na ética e na cidadania, aliada ao conhecimento científico e tecnológico, que visa à melhoria das condições de vida da sociedade brasileira. O documento apresenta as políticas, diretrizes, concepções filosófico-pedagógicas e os eixos orientadores que possibilitam o cumprimento do papel previsto para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No intuito de definir os objetivos e as estratégias e orientar as ações educativas da Instituição, durante os anos de 2015 e 2018, o PDI do CPEI enuncia os procedimentos e

projetos a serem desenvolvidos no processo educativo, sua organização, sua construção e a normatização das atividades docentes, discentes e administrativas. Caracteriza-se como plano global da Instituição para o desenvolvimento das suas três funções fim, o ensino, a pesquisa e a extensão, e que contempla, desde as dimensões mais específicas, as comunitárias, administrativas e pedagógicas, incluindo as mais gerais, ou seja, políticas, culturais, éticas, ambientais, sociais e econômicas. Todos os projetos e as metas que estão dispostos no PDI devem ser pautados nas dimensões históricas e sociais, considerando sua trajetória e missão institucional: “Promover a educação de excelência, pública, gratuita e laica, por meio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, formando pessoas capazes de intervir de forma responsável na sociedade”⁴⁰.

Verifica-se, tanto no PDI quanto no PPPI, logo no primeiro capítulo de cada um destes instrumentos, um breve histórico do Colégio Pedro II e as mudanças que ocorreram, ao longo do tempo, até vir a fazer parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. No PPPI, especialmente, encontra-se no tópico “Espaços e tempos de aprendizagem” o CEDOM e seus setores, onde também estão elencados os Laboratórios, as Mediatecas, Bibliotecas e Salas de Leitura. O CEDOM está definido, neste documento institucional, como um espaço institucional de pesquisa e divulgação científica que, além do projeto político de preservação da história e memória da Instituição, contribui para a divulgação do acervo documental de fontes inéditas, assim como para o desenvolvimento da pesquisa acadêmica em história da educação brasileira. Ressalta que esta contribuição é atestada pelo expressivo e crescente número de trabalhos acadêmicos em nível de graduação, mestrado, doutorado e pós-doutorado resultantes das pesquisas desenvolvidas, a partir do acervo do Centro.

Diferentemente do PPPI, o antigo Projeto Político-Pedagógico apresentava, no capítulo intitulado “Histórico - Escola: espaço de memória”, além da síntese histórica, os valores relacionados à memória. Destacava o papel do Colégio como instituição tradicional de ensino e lugar propício para a formação de identidades individuais e coletivas, assim como construtor e formador de identidade nacional. Havia, ainda, alguns apontamentos sobre a necessidade da utilização de bibliotecas como fontes de informação, relevantes para o conhecimento das disciplinas (livro, computador, jornais, manuais etc.). No entanto, não dava direcionamentos à ida aos setores do CEDOM. Visitas guiadas ao Museu Histórico, por

⁴⁰ Texto retirado da página oficial do Colégio Pedro II. Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/cpii/missao.html>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

exemplo, seriam de grande relevância para os alunos do ensino fundamental e médio, com o propósito de apresentar a história da instituição e de seus antepassados.

Apesar de explicitar a trajetória histórica e o valor da memória institucional para o país e a comunidade escolar, estes projetos político-pedagógicos não apresentam propostas ou metas, em curto ou longo prazo, para tratamento, divulgação e preservação da memória institucional. Por sua vez, no Projeto de Desenvolvimento Institucional não constam informações sobre o Museu Histórico e Comissão de Memória Histórica. Já o Núcleo de Documentação e Memória, é citado duas vezes no capítulo “Espaços de extensão e complementação pedagógica”. Primeiro, no subcapítulo “Bibliotecas escolares e salas de leitura”, apresenta o Núcleo e dentro dele o antigo Laboratório de Digitalização do Acervo Histórico como integrantes do Sistema de Bibliotecas e Documentação do Colégio Pedro II, coordenado pela Seção de Bibliotecas e Salas de Leitura, instituída, através da Portaria nº. 2.810, de 01 de abril de 2014. Fazendo, também, parte deste Sistema as Bibliotecas Escolares, as Mediatecas, as Salas de Leitura, a Biblioteca da Pós-Graduação, a Biblioteca Histórica e o Centro de Estudos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes.

Neste mesmo capítulo, o NUDOM aparece, novamente, agora em um subcapítulo próprio, no qual são descritas informações sobre sua composição e seus objetivos: resgatar, organizar, divulgar e preservar a história e memória institucional. Além disso, estimular e apoiar o trabalho de pesquisa de graduação e pós-graduação; produzir instrumentos de pesquisa para o trabalho acadêmico; e, produzir textos e trabalhos de divulgação. No PDI, o Núcleo, devido às atividades e aos projetos que desenvolve, encontra-se vinculado, academicamente, à Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura (PROPGPEC).

O planejamento das metas da PROPGPEC também é apontado neste tópico, “Espaços de extensão e complementação pedagógica”, no qual está prescrito um projeto de educação patrimonial itinerante nos *campi*, a ser implementado junto aos diferentes setores responsáveis pelo acervo memorial e histórico da Instituição. A Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Pesquisa, Extensão e Cultura é o órgão responsável por planejar, coordenar, fomentar e acompanhar as atividades e políticas de pesquisa, de extensão e de cultura, integrando-as ao ensino. A fim de melhorar as condições materiais para o desenvolvimento de tais ações, a PROPGPEC promove o intercâmbio com instituições de fomento, e formula políticas de apoio à pesquisa, com recursos próprios do Colégio Pedro II.

No segundo capítulo do Projeto de Desenvolvimento Institucional, “Estrutura Organizacional”, em que são tratados os Órgãos Colegiados, Reitoria e Órgãos de

Administração Local, está assinalada a necessidade da criação de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA), como instrumento fundamental para promover a avaliação institucional e contribuir para o acompanhamento das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão; garantir o espaço à crítica e ao contraditório; oferecer subsídios para a tomada de decisões; o redirecionamento das ações; a otimização dos processos e a excelência dos resultados, além de incentivar a formação de uma cultura avaliativa. Dentre as finalidades desta Comissão, destaca-se: “a responsabilidade social da Instituição, considerada, especialmente, no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da **memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural**”. (COLÉGIO PEDRO II, 2014, p. 44, grifo nosso).

Tal como o PDI, o Regimento Geral do Colégio, reeditado em 2014, traz informações sobre o Setor de Bibliotecas e suas atribuições, mas não apresenta dados sobre o CEDOM ou seus setores. O Regimento visa disciplinar a organização, as competências e o funcionamento das instâncias deliberativas, consultivas, administrativas e didático-pedagógicas, com o objetivo de complementar e normatizar as disposições estatutárias. (BRASIL, 2014).

O Regimento Geral estabelece, entre outros pontos, a Diretoria de Articulação Externa e a Diretoria de Articulação Institucional. A Diretoria de Articulação Externa (DAE) tem como objetivo a integração externa, visando ao fortalecimento da identidade institucional, a partir de iniciativas voltadas ao desenvolvimento da relação com setores governamentais e não-governamentais e com o meio empresarial, utilizando-se dos princípios da gestão do conhecimento. Já a Diretoria de Articulação Institucional (DAI) promove a integração das instâncias políticas e administrativas, no âmbito interno e externo, em nome da Reitoria. As ações visam atingir programas, projetos e ações culturais junto às pró-reitorias; diretorias-gerais de *campi*; diretorias sistêmicas; Chefias de Departamentos Pedagógicos; Associação de Docentes do Colégio Pedro II (ADCPII); Sindicato dos Servidores do Colégio Pedro II (SINDSCOPE); Grêmios Estudantis e demais órgãos representativos da sociedade civil. (BRASIL, 2014).

O Regimento determina, ainda, que cada *campus* deve instituir um Conselho Pedagógico e Administrativo, órgão consultivo encarregado do planejamento, da gestão, do desenvolvimento e do processo decisório dos Diretores ou Coordenadores Setoriais. Poderão atuar como consultores, o Chefe do Serviço de Saúde Escolar da União, o Chefe da Biblioteca, o Chefe da Disciplina e outros membros da comunidade escolar. Nesta relação, novamente, não foi incluído o Coordenador do CEDOM ou de seus setores.

Diante dos instrumentos que regem o funcionamento do Colégio Pedro II, torna-se perceptível que a implementação dos mesmos, pautou-se, exclusivamente, nas especificidades do Núcleo de Documentação e Memória e da PROPGPEC, no tocante ao tratamento, à divulgação e preservação da memória institucional. Ainda que o período de elaboração do Regimento, PPPI e PDI tenha antecedido à data de criação do CEDOM, ano de 2014, verifica-se que os setores que o compõe já existiam e mantinham atividades desta natureza.

A Comissão de Memória Histórica é um exemplo disso. Nomeada, anteriormente, como Comissão de Atualização da Memória Histórica, foi instituída em 1990, pelo professor Antonio José Chediak, então diretor-geral e presidida pelo professor emérito e catedrático de História, Roberto Bandeira Accioli. Inicialmente, era composta por sete professores, um museólogo e uma técnica administrativa e tinha como objetivo propor um projeto para atualizar e dar prosseguimento à pesquisa iniciada pelo professor emérito e catedrático de História, Luis Gastão d'Escragnole Doria, em 1937: “Memória histórica do Colégio de Pedro Segundo: 1837-1937”. Reeditada, no ano de 1997, por ocasião das comemorações dos 160 anos de criação do Colégio Pedro II. Essa obra que registra a trajetória institucional nos seus cem primeiros anos, sendo esta a principal fonte de informação para a pesquisa histórica.

Além das obras que vêm sendo produzidas pela Comissão, há propostas de projetos e ações para a preservação da memória institucional. No decorrer dos anos, foram realizadas inúmeras pesquisas, recuperando parte valiosa de documentos, recolhendo-os ao NUDOM e à Biblioteca Histórica. Promoveram a reedição do “Anuário do Colégio Pedro II – primeiro ano 1914”, de Eugênio de Raja Gabaglia. Desenvolveram o projeto de revitalização do Centro de Estudos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes, com as seguintes atividades: organização do catálogo de fichas das pesquisas; organização e digitalização dos verbetes do Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa; reedição de suas teses e dissertações; e , publicação de sua correspondência internacional.

A Comissão reeditou a antiga Portaria de 1990, através da Portaria nº. 2.047, de 14 de novembro de 2013, que passou a designá-la como “Comissão de Memória Histórica”, e incorporou novos membros por motivos de falecimentos e pela necessidade de expandir seu escopo de trabalho. Atualmente, está em vigor a Portaria nº 2.353, de 12 de julho de 2016, formada por cinco professores de diferentes áreas de atuação, cinco bibliotecários, um museólogo, um auxiliar de biblioteca e uma técnica administrativa. Seus objetivos, também, foram atualizados e a mesma vincula-se, no que diz respeito a sua estrutura organizacional, ao Centro de Documentação e Memória.

A proposta atual é possibilitar aos pesquisadores o acesso aos acervos e aumentar a visibilidade da instituição, em termos de pesquisa histórica. Nesta nova configuração, a Comissão tem como objetivo constituir-se em um espaço para estudos, pesquisas e sistematização da produção da memória histórica do Colégio Pedro II, assim como a sua divulgação para a comunidade escolar e fora dela. Pretende-se estabelecer projetos e ações, em parceria interna e externa, para preservação dos acervos do CEDOM, em especial, os documentos históricos manuscritos do NUDOM, que datam do século XIX e XX; e, os acervos da Biblioteca Histórica e de Coleções Especiais, bem como os materiais que compõem o Centro de Estudos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes.

O Centro de Documentação e Memória, por sua vez, propôs à Reitoria, no início de 2017, reestruturar sua portaria em consonância ao novo regime político e pedagógico que concerne às Instituições Federais de Ensino Superior. Tendo em vista a natureza de seus trabalhos, novos integrantes foram incluídos e seus objetivos estendidos, contemplando todas as atividades que envolvem o resgate, a preservação, a conservação e a divulgação do acervo histórico documental do Colégio. Desta forma, há necessidade de acolher atividades de Educação Patrimonial e projetos de Iniciação Científica, de colaborar com a pesquisa de graduandos e pós-graduandos. Nesta proposta, solicita sua integração ao Sistema de Documentação e de Bibliotecas do CPEI, conforme disposto na Portaria nº 4.527, de 13 de dezembro de 2016, com vinculação técnica ao Gabinete do Reitor do CPEI e administrava à Direção-Geral do *campus* Centro.

Apesar dos projetos e das atividades que vêm sendo realizadas, ao longo dos anos, pela Comissão e pelo CEDOM, verifica-se que há, ainda, muitos entraves quando se trata da preservação da memória institucional. Para entrar nessa discussão, podemos citar logo de início, o projeto de Educação Patrimonial, disposto no PDI como meta da PROPGPEC, e não do CEDOM e da Comissão de Memória Histórica. O projeto para a implementação de um repositório institucional no Colégio é outro impasse. Este projeto foi criado pelo LADAH, setor que, até o ano de 2019, fazia parte deste Centro, elaborado no ano de 2013, com o intuito de preservar a memória institucional e promover o acesso à produção intelectual da Instituição. Para sua aprovação foi endereçado à Reitoria, que o remeteu à Pró-Reitoria de Ensino e esta encaminhou-o à PROPGPEC, que propôs implementá-lo sem a participação do Centro, no processo. Logo em seguida, a Pró-Reitoria de Ensino estabeleceu Grupos de Trabalho, incluindo um específico para a implementação do repositório institucional no Colégio.

As constantes mudanças do Centro de Estudos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes é outro ponto de interrogação. Desde sua criação, manteve-se no *campus* São Cristóvão. Com a justificativa de utilizar o espaço para atender outras necessidades, a Direção-Geral deste *campus* realocou o Centro de Estudos para outros locais sem o conhecimento ou a presença dos profissionais que ali trabalhavam. Fotos registram o estado de destruição que o acervo foi encontrado, decorrente do mau acondicionamento da coleção. Os livros, documentos, ficheiros e objetos foram colocados em caixas e em sacos plásticos, desfazendo todo o trabalho técnico de organização, conservação e preservação, realizado durante anos. Preocupados com os riscos que o acervo vinha sofrendo por estas medidas e cientes da responsabilidade em salvaguardar o acervo doado, especialmente, ao Colégio, pela família do Professor, o CEDOM recorreu junto à Reitoria para que o mesmo pudesse vir a ser incorporado ao *campus* Centro. Depois de inúmeras tentativas, o Centro de Estudos, visivelmente desmantelado, foi, recentemente, realocado para o *campus* Centro, juntando-se agora aos demais setores do CEDOM. No entanto, há pela frente um longo trabalho a ser realizado para reorganizar todo o material.

Com efeito, a presente investigação procurou interpretar como os Institutos da Rede, em particular, da região sudeste do Brasil, vêm atuando em defesa da memória institucional. Buscou-se, por meio da análise de seus documentos institucionais, identificar projetos, ações e metas que anunciassem indícios de Políticas de informação e memória. Apesar disso, a falta de informações ou a insuficiência das mesmas não caracteriza a ausência de projetos, metas e ações desta natureza, que possam estar sendo desenvolvidos dentro das instituições. Tal omissão revela a necessidade de pensar como as instituições podem articular-se melhor, internamente, com as Pró-Reitorias e os setores responsáveis pela memória institucional e, externamente, entre os Institutos, no intuito de construir instrumentos legais que possam nortear seus trabalhos, assim como são os Planos de Desenvolvimento Institucional e os Projetos Político-Pedagógico Institucional, uma vez que, a responsabilidade da preservação da memória institucional, como vimos, varia de uma Instituição para outra.

5. O “FUTURO VELHO” COLÉGIO PEDRO II: REFLEXÕES CONCLUSIVAS

Partimos da hipótese de que a concepção de políticas de informação e memória pode ser um importante parâmetro para a análise das práticas de preservação do patrimônio documental que vêm sendo estabelecidas, ao longo dos anos, pelo Colégio Pedro II. Diante do fato de que todo patrimônio informa, julgou-se também, por conjectura, que a institucionalização de políticas de informação e memória potencializa o valor informacional do patrimônio e justifica ações de preservação.

Procuramos trazer para este estudo a concepção de cultura material e lugares de memória, seus desdobramentos dentro das áreas da Memória, História e Ciência da Informação, com o intuito de analisar e interpretar os elementos que compõe o patrimônio documental do Colégio Pedro II. Entramos no universo dos objetos, restos, relíquias, vestígios, manifestações culturais, memórias afetivas, individuais e coletivas, a valorização do patrimônio como veículo de informação e a necessidade de preservá-lo como legado às novas gerações.

Posteriormente, verificamos alguns pressupostos, acerca da questão do monumento e do documento. Buscamos abarcar as definições sobre o conceito de documento, se mantendo, ainda, dentro dessas três áreas do conhecimento, Memória, História e Ciência da Informação. Neste contexto interdisciplinar, foi apresentada a relação entre patrimônio e documento, aprofundando a primeira linha eixo de discussão apontada por Crippa (2011), no que tange ao tema patrimônio documental, questão central desta investigação. Sendo assim, abordou-se, inicialmente, o conceito de documento na Ciência da Informação para, posteriormente, se trabalhar a questão do documento como objeto da memória. Propôs-se inquirir como o patrimônio pode vir a informar.

Depois da abordagem teórico-conceitual apresentada, foi realizada uma pesquisa etnográfica, baseada nas particularidades do Colégio Pedro II. O Colégio, ao longo dos anos, conseguiu reunir vestígios e traços do seu passado; verificamos que tudo que é produzido pela escola serve de fonte de pesquisa, possibilitando diferentes análises de uma determinada sociedade em um determinado tempo histórico. Assim, tornou-se possível observar que os lugares de memória do Colégio Pedro II nos convidam a tecer e a buscar destinos e trajetórias de lugares, de acontecimentos e dos atores sociais que ali se sentem pertencer. Repleto de lembranças e de esquecimentos inerentes à memória, seu patrimônio nos auxilia no exame da cultura escolar, da prática docente, das disciplinas escolares e de outras tantas temáticas que

têm servido, no âmbito da história da educação, como possibilidade de se entender e compreender o sentido do cotidiano escolar.

No entendimento sobre cultura material, mas, especificamente sobre cultura escolar, verificamos que os objetos e espaços escolares reúnem conhecimentos, práticas e modos de vida e de expressão e, também, “lugares de memória”. São os que contribuem, expressivamente, para a criação de identidades e laços de pertencimento e que levam a comunidade escolar a sentir-se integrada no espaço escolar. O patrimônio documental do Colégio Pedro II, como vimos, revela, entre outras coisas, memórias individuais e coletivas dos grupos que ali se fizeram pertencer. Desperta sentimentos de posse e paixão, numa relação de domínio e identidade; funciona como emulador de lembranças e veículo de emoções. Presente, diariamente, no espaço institucional, o patrimônio documental confirma a vinculação da comunidade escolar a um lugar de pertencimento e é utilizado como referencial emblemático de representação da memória e afirmação da identidade.

A memória e a história se aproximam e se distanciam, conforme trabalhos já apresentados, em especial, por Le Goff (2012) e Pierre Nora (1993). Neste sentido, podemos considerar que os setores do Centro de Documentação e Memória são de extrema importância para a sociedade, pois suas fontes e seus objetos servem de vestígios de uma época, fundamental para a escrita da História. Assim, conservar o patrimônio escolar é preservar a própria história da sociedade, dos homens no tempo e, conseqüentemente, garantir a esta sociedade o direito à memória.

Em vista da relevância dos acervos do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II para a atualidade, pode-se considerar, para efeitos de pesquisa histórica, que o acervo histórico, por exemplo, remete às atividades de ensino e ao cotidiano da administração escolar, nos séculos XIX e XX, retratando a infraestrutura e as funções institucionais, ou seja, suas atividades meio e fim. Compreende os documentos gerados por essa instituição, necessários à sua criação, ao seu funcionamento e ao exercício das atividades que justificam sua existência. Os documentos mostram como a Instituição agia, como as atividades eram desenvolvidas, como definiam-se as diretrizes para os programas de ensino e por quem e como os resultados eram alcançados.

Sob a perspectiva dos valores informativos/testemunhos deste acervo, podemos citar os históricos e documentos de alunos; os livros onde eram registrados os nomes dos alunos que alcançavam as maiores notas, para fazerem parte dos Bancos de Honra do Colégio; os livros de exames que trazem a relação de candidatos com as respectivas notas obtidas em diversas disciplinas; os livros com os procedimentos disciplinares adotados e os castigos que

eram aplicados aos alunos; o registro das médias e dos apontamentos dos alunos ; e os pedidos de gratuidade para ingresso no Colégio.

Encontram-se nas Atas da Congregação, as discussões e diretrizes para elaboração do programa de ensino; os livros de registro das atas dos concursos, pareceres, relação dos candidatos inscritos e, em alguns casos, as notas obtidas pelos candidatos; as atas das reuniões do Conselho Departamental do Colégio; e, as atas das reuniões de alguns departamentos, além de currículos, grades, horários etc. Nas Atas de Concursos do século XIX, podem ser encontrados debates dos grandes educadores e catedráticos, que contribuíram com importantes conceitos culturais e pedagógicos, que elevaram o Colégio ao seu *status* atual de colégio modelo de ensino público brasileiro.

Podemos considerar, também, as obras raras que se encontram registradas no Guia do Patrimônio Bibliográfico Nacional; nesse Guia, destacam-se o NUDOM e a Biblioteca Histórica como “Biblioteca de Memória”, locais que contém obras de grande importância para o país, referentes aos séculos XVI-XVIII/ XIX. Devido a este fato, o Colégio passa a fazer parte de um plano nacional de preservação, junto a outras instituições públicas brasileiras que, de acordo com o PLANOR, são designadas como “instituições curadoras de acervos raros e especiais”. A partir deste momento, o Colégio passa, também, a atuar como espaço de guarda do patrimônio bibliográfico e da memória nacional.

O Centro de Estudos Linguísticos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes é outro importante setor do CEDOM, devido ao valor informacional de seu acervo para a memória científica. Conforme revelado, Antenor Nascentes atuou, ao longo da sua vida acadêmico-científica, como professor e catedrático em diferentes instituições de ensino e deixou para o Colégio Pedro II sua produção intelectual, construída desde 1914, de grande importância para a comunidade científica. Além disso, partiu de seus estudos o projeto de construção do “Atlas Linguístico do Brasil”, concretizado pela ALiB, que se mantém operante até os dias atuais, já com dois volumes publicados e com mais de 10 instituições universitárias do país envolvidas.

Devido à influência de Antenor Nascentes, a relevância de sua produção intelectual para os dias atuais e a contribuição dada ao Colégio, durante todos os anos que esteve como professor catedrático, justifica-se a permanência de seu Centro de Estudos e o estabelecimento de medidas para preservação de seu acervo, uma vez que o mesmo foi confiado pela família do professor à Instituição; por esse motivo, julga-se que a mesma tenha o “dever” e a “obrigação” de zelar por esta memória.

Diante da relevância do patrimônio documental do Colégio, inclusive, torna-se imperativo por conjectura, avaliar a necessidade de refazer o processo de catalogação e

indexação dos acervos do CEDOM. O registro das obras raras e especiais do Núcleo de Documentação e Memória e da Biblioteca Histórica, por exemplo, poderia conter ressalvas de “patrimônio bibliográfico nacional” e direcionamento ao Guia da Fundação Biblioteca Nacional. A base catalográfica do acervo do Centro de Estudos, por conseguinte, poderia abranger novos campos de indexação, atentando-se para o fato de que Antenor Nascentes foi um dos mais importantes cientistas negros a conseguir cadeira como professor catedrático de instituições públicas do Brasil, no século XX e pelo destaque que teve, perante a comunidade científica, nacional e internacional, tanto por sua produção intelectual, quanto pelos estudos que impulsionaram projetos que se mantêm operantes, até os dias atuais. Em se tratando dos Símbolos do Colégio, seria interessante pensar em critérios para registrar e dar visibilidade aos rituais, às festas, comemorações e aos lugares de memória, pois este patrimônio imaterial, além de evocar o imaginário a ele associado, agrega valor ao passado institucional e à memória coletiva e nacional.

O próprio Colégio, além das funções pedagógicas, tem seu papel capital, enquanto instituição secular do país que faz parte, atualmente, de um conjunto de instituições que têm por finalidade preservar a história e memória coletiva e nacional. A Cidade do Rio de Janeiro mantém, até os dias atuais, elementos que reportam à colonização portuguesa. Na região, encontram-se ruas com calçadas de pedras portuguesas e construções centenárias, que se assemelham às das cidades de Portugal. No Centro do Rio de Janeiro, especialmente, concentram-se casarões, museus, centros culturais, sítios arqueológicos e igrejas históricas, a maioria, tombados pelo IPHAN, como é o caso do *campus* Centro do Colégio Pedro II. Na Rua Larga de São Joaquim, hoje Marechal Floriano, estão, além do antigo orfanato de São José, o Centro Cultural Light e o Museu Histórico e Diplomático do Palácio Itamaraty. Nos arredores do Colégio localizam-se o Palácio Duque de Caxias, Pantheon de Caxias, Museu do Amanhã, Cais do Valongo, Museu Casa da Moeda do Brasil e o Arquivo Nacional. Nesta região, encontra-se, ainda, o Centro Cultural Banco do Brasil, a Casa França Brasil, o Museu do Negro, o Museu de Arte do Rio, o Porto Maravilha, a Fundação Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, IHGB, Museu Histórico Nacional, Theatro Municipal do Rio de Janeiro, a Igreja da Candelária, Academia Brasileira de Letras, o Teatro Joao Caetano, CCLSR Cine Odeon Net-Claro, Palácio Tiradentes, Centro Cultural dos Correios, Museu da Justiça - Centro Cultural do Poder Judiciário, a Caixa Cultural Rio, o Museu Naval, Espaço Cultural da Marinha, para não citar todos.

Estes “lugares de memória” fazem parte do patrimônio histórico-cultural do país. Por esse motivo, justifica-se manter próximo a este complexo histórico-cultural, o Centro de

Documentação e Memória do Colégio Pedro II, tendo em vista as inúmeras tentativas de remoção do mesmo para outros *campi* da Instituição. O *campus* Centro do Colégio Pedro II, retrata a história e memória da educação brasileira, assim como extrapola sua importância a atingir outras investigações. A título de exemplo, podemos reconhecer como eram as edificações e suas particularidades, no século XVIII, para não citar todas as múltiplas possibilidades de estudos. Todo patrimônio documental desta instituição é reflexo de sua tradição e história, parcela importante para esse campo fértil que a Cidade do Rio de Janeiro oferta à sociedade.

Todos estes fatores apresentados fortalecem a afirmativa de que o patrimônio documental do Colégio Pedro II tem valor histórico inestimável para a instituição e alto grau de relevância para a pesquisa histórica, pois dimensiona a importância desta instituição, no desenvolvimento da educação brasileira. O valor informacional do patrimônio, como prova e testemunho, serve à reconstrução histórica e à sociedade, à medida que também valida não apenas o discurso historiográfico sobre o tema, como os capitais simbólicos por trás dos elementos constituintes da imagem e da identidade do Colégio.

Apesar da evidência de que o patrimônio documental do Colégio Pedro II possui grande importância para a memória coletiva e nacional, e que a própria instituição está registrada como “lugar de guarda do patrimônio e memória nacional” tanto para a Fundação Biblioteca Nacional, quanto para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a presente investigação identificou algumas fragilidades nas práticas de preservação da memória adotadas pela instituição.

Tal como foi colocado por Andrade (1999): o Colégio perpassou, ao longo dos anos, por inúmeras e importantes reformas institucionais e, sobreviveu, especialmente, ao processo de apagamento de sua memória histórica que ocorreu em diferentes períodos, de forma a impactar na ruptura com a tradição do Imperial Colégio. Acredita-se que a migração do Colégio à Rede Federal, bem como os novos cursos e programas de ensino e pesquisa tenham atenuado este rompimento com a tradição e com a preservação da memória institucional. Notadamente, a atividade-fim dos Institutos da Rede, assim como a do Colégio Pedro II, é o ensino e a pesquisa; talvez por esse motivo, a questão da preservação da memória não conste como prioridade na pauta e agenda institucional ou mesmo seja um compromisso do Ministério da Educação.

Quanto a isso seria incorreto, também, afirmar que o compromisso com a preservação da memória é parte exclusiva das instituições detentoras de bens culturais e históricos, mas o estabelecimento de políticas de informação e memória deveria ser uma questão de Estado,

conforme verificado ao longo deste estudo. Apesar disso, as ações governamentais intensificam a preocupação com a preservação da memória nacional. Logo no início do ano de 2019, por exemplo, foi extinta a pasta do Ministério da Cultura, passando suas atribuições ao Ministério da Cidadania, que também tinha, em sua estrutura, o Ministério do Esporte e do Ministério do Desenvolvimento Social. No final deste mesmo ano, a Secretaria Especial de Cultura foi integrada ao Ministério do Turismo. Acredita-se que tais deliberações podem vir a minimizar, enfraquecer ou suprimir políticas de informação e memória nacionais vigentes.

No Colégio Pedro II, dentro das medidas institucionais que impactaram, decisivamente, na preservação da memória institucional está o encerramento das atividades do Laboratório de Digitalização do Acervo Histórico, no ano de 2019. O Laboratório era um setor do CEDOM que foi criado, em 2006, para atender, inicialmente, às demandas do NUDOM. Posteriormente, o Colégio verificou que também era importante incluir nas atividades do Laboratório, os acervos das Bibliotecas Particulares, começando o processo de digitalização de documentos, na biblioteca do professor Antenor Nascentes. As atividades de digitalização de documentos estavam, gradativamente, sendo realizadas, seguindo um conjunto de prioridades técnicas pré-estabelecidas pelo NUDOM e pela Comissão da Memória Histórica, como: valor histórico para a instituição e estado de degradação física do item. Além da digitalização de documentos, o Laboratório também preparava a edição de imagens, utilizando software próprio para tal procedimento, para os eventos realizados pelo Colégio. O LADAH investigava normas e padrões de digitalização de documentos com o propósito de preservar, disponibilizar e garantir o acesso futuro ao patrimônio documental do Colégio. Verificou-se a necessidade urgente do estabelecimento de política de preservação digital, bem como a imediata implementação de um repositório institucional, como forma de garantir que toda a memória produzida e acumulada pela Instituição, durante os anos, não fosse perdida no tempo.

A Comissão de Memória Histórica e o CEDOM promovem projetos e ações com o intuito de manter viva a memória institucional e seu patrimônio documental. Atualmente, os setores deste Centro e a Comissão articulam competências de forma colaborativa, cujo propósito consiste na aplicação de políticas e diretrizes para a salvaguarda futura do patrimônio, sobretudo, no estabelecimento de critérios para a institucionalização de uma Memória sobre o Colégio Pedro II. Assim sendo, o NUDOM e o Centro de Estudos e Biblioteca Antenor de Veras Nascentes vinham, ao longo do tempo, digitalizando seus acervos como forma de preservar o material impresso, disponibilizando para a consulta documentos em formato digital.

Diante do cenário que se encontram as políticas e ações institucionais, acredita-se que a concepção de políticas de informação e memória no Colégio poderia vir a acontecer com o envolvimento mais efetivo dos setores do CEDOM e da Comissão de Memória Histórica, com a participação de seus responsáveis nas reuniões institucionais, objetivando inserir projetos, ações e metas no Programa de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Político Pedagógico Institucional. Seria talvez um caminho possível a se percorrer, considerando o fato de que o novo PPPI estabelece que o NUDOM, como Núcleo de Pesquisa, pode fazer parte das Câmaras existentes no Colégio. Se o NUDOM, porque não os outros setores do CEDOM e a Comissão?

Assim, considera-se o trabalho colaborativo junto à PROPGPEC e integrado ao Conselho Pedagógico e Administrativo, à Comissão Própria de Avaliação, à Diretoria de Articulação Institucional e à Diretoria de Articulação Externa. Observa-se a existência de muitos projetos realizados no âmbito institucional, que poderiam incluir as propostas do CEDOM e da Comissão. No Planejamento Estratégico, elaborado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, por exemplo, são 28 projetos sendo executados pela Reitoria e Pró-Reitorias, entre os anos de 2015 e 2018, com o objetivo de aumentar a eficiência e eficácia das atividades institucionais, tanto no âmbito administrativo quanto pedagógico. A parceria fechada, recentemente, entre o Colégio e o Museu da República para o estímulo à iniciação científica, exemplifica uma dessas iniciativas. Este acordo de cooperação envolve as atividades que o Museu desenvolve na área administrativa, da história, sociologia, educação, museologia, arquivologia e biblioteconomia, entre outras. Existe, ainda, o Projeto *Thesaurus* de Acervos Científicos em Língua Portuguesa⁴¹, elaborado pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST/MCT) em parceria com o Museu de Ciência da Universidade de Lisboa (MCUL), atuando na preservação, pesquisa, documentação e divulgação dos vestígios materiais da memória científica em seus respectivos países, por meio da análise da representatividade de seus acervos que conta com a colaboração de uma rede de instituições detentoras de acervos científicos, na qual o Colégio Pedro II é parte integrante da rede, por meio dos objetos científicos do Laboratório de Física.

Os planos de preservação e gestão do patrimônio precisam pautar-se na integração e no comprometimento dos principais interessados, no caso o Colégio e sua comunidade

⁴¹ O projeto tem por objetivo desenvolver um thesaurus terminológico para acervos de objetos científicos que possa constituir um instrumento de trabalho e de recuperação da informação, facilitando a comunicação entre os museus de ciência e técnica da esfera lusófona, sobretudo Portugal e Brasil. Este instrumento será de livre e gratuita utilização, devendo estar disponível para consultas já em 2012. (GRANATO; BEZERRA, 2012, p. 138).

escolar. A inclusão da comunidade escolar nos projetos de restauro, na reutilização dos espaços e novos usos aos ambientes antigos, a utilização de mobiliários e o entendimento do sentido do uso dos “espaços” (símbolos, lugares, eventos, rituais etc.) da escola, seja este entendimento sob a perspectiva de outros tempos ou sob os tempos atuais. Assim como a inclusão de matérias relacionadas ao patrimônio escolar, no currículo do ensino fundamental e secundário, poderia ser outra forma de contribuir para a preservação da memória institucional.

Tendo em vista que os instrumentos de gestão do Colégio são implementados em processo coletivo e participativo, junto à comunidade escolar, possivelmente haja a necessidade de investigar nas políticas de informação e memória, diretrizes para as práticas de preservação e acesso como forma de garantir que a memória produzida e acumulada pela Instituição, durante os anos, não seja perdida no tempo.

Na tentativa de encontrar subsídios para um melhor entendimento sobre a concepção de políticas de informação e memória, procurou-se interpretar como os Institutos da Rede Federal, em particular, da região sudeste do Brasil, vêm atuando em defesa da memória institucional. Buscou-se, por meio da análise de seus documentos institucionais, identificar projetos, ações e metas que anunciassem indícios de políticas de informação e memória. A análise dos resultados revelou que há poucos indicativos dispostos nos documentos de gestão, assim como também não foram encontradas metas, em curto ou longo prazo, que visassem à preservação da memória institucional. As informações dispostas no Regimento Geral e/ou Interno dos Institutos evidenciam lacunas, ao tratar das questões que envolvem o patrimônio. No que se refere às questões de memória, encontramos nos Institutos de São Paulo, tanto no Regimento Geral da IFSP, quanto no Regimento Interno do INPE indicativos sobre políticas de memória. Nos PDIs, torna-se possível perceber que os IFMGs se destacam por apresentarem projetos consolidados que mais se aproximam a indícios de Políticas de Memória, em comparação aos outros da região sudeste.

No entanto, a falta de informações ou a insuficiência das mesmas não caracteriza a ausência de projetos, metas e ações desta natureza que possam estar sendo desenvolvidos dentro das instituições. Tal omissão revela a necessidade de pensar como as instituições podem articular-se melhor, internamente; as Pró-reitorias, junto aos setores responsáveis pela memória institucional e, externamente, entre os Institutos, no intuito de construir instrumentos legais que possam nortear seus trabalhos, assim como são os Planos de Desenvolvimento Institucional e os Projetos Político-Pedagógico Institucional, uma vez que a responsabilidade da preservação da memória institucional, como vimos, varia de uma Instituição para outra.

No caso do Colégio Pedro II, especificamente, o Regimento Geral (2014), o Projeto

Político Pedagógico – PPPI (2017-2020) e o Projeto de Desenvolvimento Institucional – PDI (2015 a 2018), implementados com o objetivo de nortear políticas, planos, diretrizes e ações pedagógicas e institucionais, em curto e longo prazo, apresentam insuficientes propostas, no que se refere ao tratamento, à divulgação e preservação da memória institucional. Acredita-se que a implementação dos instrumentos de gestão tenha se pautado, exclusivamente, nas especificidades do NUDOM, no tocante ao tratamento, à divulgação e preservação da memória institucional, deixando de abarcar as atividades dos demais setores do CEDOM e a Comissão de Memória Histórica. Encontraram-se lacunas nas políticas adotadas pela Instituição, no que diz respeito à preservação da informação/memória, especialmente, identifica-se a desarticulação entre as principais instâncias no desenvolvimento dos projetos e as metas institucionais; os projetos de tal natureza, precisam ser incluídos na pauta da agenda institucional.

Apesar dos resultados desta análise, seria incorreto afirmar que o Colégio Pedro II não tenha “vontade de memória”. As políticas de informação e memória que vêm sendo adotadas pela instituição, ao longo dos anos, estão expressas, sobretudo, na criação e manutenção de “lugares de memória”, destacando-se a criação dos setores do CEDOM, a instituição do próprio Centro de Documentação e Memória e a constituição da Comissão de Memória Histórica. Verificamos, neste estudo, que as instituições se reconstituem, em torno da memória, a partir do aspecto político da memória. A memória se configura como elemento político e articulador de novos saberes, novas representações e novos comportamentos culturais que se legitimam, por meio da existência dela. Para que a memória tenha seu agenciamento e sua mobilidade social não basta somente ela mesma ser discurso, mas ter lugares por onde são atravessados estes discursos. (MURGUIA, 2010b). No Colégio Pedro II, este discurso pauta-se, também, pelas políticas patrimoniais estabelecidas por outras instituições do país a ele, como o caso do IPHAN e da Fundação Biblioteca Nacional que, por meio de registro e tombamento, atribuem valor aos seus “lugares de memória”.

Podemos, assim, considerar que as escolhas que incidem sobre as ações de preservação, se configuram como políticas de informação e memória e estabelecem o que deve ser lembrado ou esquecido, melhor dizendo, como a história deve ser contada e transmitida para as futuras gerações. Por esse motivo, as políticas de informação e memória devem pautar-se na recriação e ressignificação da memória, seja esta coletiva, individual ou institucional, no presente, reforçando o significado da participação da comunidade envolvida em ações, projetos e programas institucionais. A memória, além de plural, não é uma

operação espontânea; ela também se constrói, a partir do que deixamos, buscando a coerência entre os fatos, de maneira a preencher as possíveis lacunas.

Nesta perspectiva, podemos considerar que o estudo sobre políticas de informação e memória estrutura-se, em torno de duas questões cruciais: o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido às novas gerações. Essas perguntas são formuladas dentro do plano da Memória e da Ciência da Informação, levantando um problema específico para o Estado e para as instituições de memória, em relação às práticas e ações que devem ser adotadas e mantidas pelas mesmas, voltadas à preservação e ao acesso à informação/memória, em longo prazo.

Na seletividade do que deve ser lembrado no futuro e a consciência do dever de transmitir, em boas condições, aquilo que foi entregue do passado, considera-se, portanto, necessária à instauração de políticas de informação e memória mais efetivas, no Colégio Pedro II, com o intuito de nortear as práticas de preservação do patrimônio documental, em curto e longo prazo, viabilizando, sobretudo, a constituição de uma Memória Institucional, no futuro.

Com efeito, a maior parte do estudo até aqui tratou de levantar algumas questões em torno dos processos pedagógicos e institucionais que vêm sendo implementados pelo Colégio Pedro II, visando contribuir para uma revisão, sobre a qual, as Políticas de informação e memória, tomariam a cena, atingindo um patrimônio documental significativo para o cenário educacional e de produção do conhecimento. Uma vez que se considera o patrimônio um potencial veículo de informação, tais mudanças, certamente, ao colocar em evidência as políticas de informação e memória, colocam, também, em evidência aquilo que comunica e informa à sociedade, a curto e médio prazo, do ponto de vista de um conjunto patrimonial documental, museal e científico. Considerando a importância informacional do patrimônio documental do Colégio para o país e para a sociedade, torna-se urgente a implementação de Políticas de informação e memória que identifiquem, direcionem e criem metas, sejam estas de curto e longo prazo, para o tratamento, divulgação e preservação, viabilizando, sobretudo, a constituição de uma Memória Institucional, no futuro.

Todo patrimônio documental, esteja este sob a guarda de particulares, institutos, fundações, bibliotecas, arquivos, museus, centros de documentação e memória ou outro, pode vir a se constituir como valiosa fonte de informação e de pesquisa. Seja pela particularidade dos tipos documentais ou pelo testemunho histórico, seja pelas possibilidades de informação que fornece ou por proporcionar novas indagações e novos caminhos de pesquisa. Neste sentido, considera-se indispensável para a preservação, a concepção de políticas de

informação e memória que conjuguem reflexões, acerca dos valores de memória inerentes a todo patrimônio documental, inclusive os possíveis valores que possam vir a pretender, os que se transfiguram ou os que se manifestam no decorrer do tempo.

O patrimônio documental do Colégio Pedro II está à espera de investigação dos pesquisadores; por esse motivo, é preciso direcionar as ações institucionais no estabelecimento de novas diretrizes para possibilitar o resgate da memória que se encontra ainda velada.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Patrimônio: ampliação do conceito e processos de patrimonialização. *In*: CURY, Marília Xavier; VASCONCELOS, Camilo de Mello; ORTIZ, Joana Montero (Org.). **Questões indígenas e museus: debates e possibilidades**. São Paulo: MAE-USP; Secretaria de Estado da Cultura, 2012, v.1, p. 28-40.
- ABREU, Regina. Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto de uma nova ordem discursiva. *In*: LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornélia; BELTRÃO, Jane. (Org.). **Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 263-287.
- ABREU, Regina. Patrimônios etnográficos e museus: uma visão antropológica. *In*: ABREU, Regina; DODEBEI, Vera (Org.). **E o Patrimônio?** Rio de Janeiro: Contra-capla, 2009, p. 33-59.
- ANDRADE, V. L. C. de Q. **Colégio Pedro II: um lugar de memória**. Orientadora: Eliane Garcindo de Sá. Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.
- ANDRADE, V. L. C. de Q. Historiadores do IHGB/Catedráticos do CPII. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 168, n.434, p.219-232, jan./mar.2007.
- BELLOTTO, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BELLOTTO, H. L. Da gênese à função: o documento de arquivo como informação e testemunho. *In*: FREITAS, L. S.; MARCONDES, C. H.; RODRIGUES, A. C. **Documento: gênese e contextos de uso**. Niterói: EdUFF, 2010. p.161-175.
- BENJAMIM, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- BENJAMIM, Walter. **Sobre arte, técnica, linguagem e política**. Lisboa: Relógio D'Água: 2012.
- BIBIANI, Regina Elísia de M. L. **Imagens e Símbolos da Guerra do Paraguai: uma estratégia de construção da memória e do Exército e da memória nacional**. Rio de Janeiro: UNIRIO, 2003. 205 p. (Dissertação de Mestrado).
- BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou, o ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BONATO, N. M. C. Os arquivos escolares como fonte a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, n.10, p. 193-220, jul./dez. 2005.

BORGES, A. M. R.; BORGES, C. B. P. O direito à memória e à verdade no Plano Nacional de Direitos Humanos III: um breve inventário. **Revista Jurídica da Presidência**. v.17, n.111, fev./mai. 2015. p.151-172. Disponível em:
<https://revistajuridica.presidencia.gov.br/index.php/saj/article/view/1111/1100>. Acesso em: 08 jul. 2016.

BRAMAN, S. A economia representacional e o regime global da política de informação. In: ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. (Orgs). **Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social**. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. Cap.2, p.41-66.

BRASIL. Constituição (1934b). Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1934. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 20 de jun. 2019.

BRASIL. Constituição (1937a). Constituição da República Federativa dos Estados Unidos do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1937. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm. Acesso em: 20 de jun. 2019.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 5 jan. 2017.

BRASIL. Decreto nº 24.735, de 14 de Julho de 1934a. Aprova, sem aumento de despêsa, o novo regulamento do "Museu Histórico Nacional". Disponível em:
<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24735-14-julho-1934-498325-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2006. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições Acesso em: 15 set. 2016.de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Disponível em: <http://www2.mec.gov.br/sapiens/portarias/dec5773.htm>.

BRASIL. Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007. Altera dispositivos dos Decretos nºs 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 5.773, de 9 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e seqüenciais no sistema federal de ensino. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/decreto/D6303.htm. Acesso em: 15 set. 2016.

BRASIL. Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm. Acesso em: 15 jun. 2019.

BRASIL. Departamento Administrativo do Pessoal Civil. **Diretrizes da documentação**. Rio de Janeiro: DASP, 1964.

BRASIL. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834. Faz algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, nos termos da Lei de 12 de Outubro de 1832. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM16.htm. Acesso em: 15 de set. 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 15 set. 2016.

BRASIL. Lei n 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/110.861.htm. Acesso em: 15 set. 2016.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111892.htm. Acesso em: 15 set. 2016.

BRASIL. Lei nº 12.677, de 25 de junho de 2012. Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 26 jun. 2012. Seção 1, p. 2-3.

BRASIL. Portaria nº 1, de 16 de agosto de 2013. Institui o Regimento do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão do Colégio Pedro II. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/cpii/legislacao.html>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. Portaria nº. 1.019, de 22 de agosto de 1995. Institui o Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/cpii/legislacao.html>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. Portaria n. 1.020, de 22 de agosto de 1995. Cria o Conselho Pedagógico-Administrativo Setorial (copas) das Unidades Escolares do Colégio Pedro II. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/cpii/legislacao.html>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. Portaria nº. 1.316, de 5 de novembro de 2012. Aprova o Estatuto do Colégio Pedro II. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/cpii/legislacao.html>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. Portaria nº 2.047, de 14 de novembro de 2013. Reedita a Portaria da Comissão de Memória Histórica e atualiza sua composição. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/cpii/legislacao.html>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. Portaria nº 2.353, de 12 de julho de 2016. Altera a composição da Comissão de Memória Histórica do Colégio Pedro II. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/cpii/legislacao.html>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. Portaria nº 4.231, de 4 de agosto de 2014. Institui o Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2014/ago/portaria4231.pdf>. Acesso em: 5 out. 2015.

BRASIL. Portaria n. 4.231, de 4 de agosto de 2014. Institui o Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/cpii/legislacao.html>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. Portaria nº 4.527, de 13 de dezembro de 2016. Atualiza a composição do Sistema de Documentação e de Bibliotecas do Colégio Pedro II. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/cpii/legislacao.html>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. Portaria nº 4.866, de 9 de setembro de 2014. Altera a Portaria nº. 2.047, de 14 de novembro e 2013, e vincula da Comissão da Memória Histórica ao Centro de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/cpii/legislacao.html>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRASIL. Regimento interno do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <http://portal.conif.org.br/br/institucional/regimento-interno-do-conif>. Acesso em: 13 ago. 2017.

BRASIL. Regimento Geral: documento base. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2014.

BRASIL. Regulamento nº. 8, de 31 de janeiro de 1838. Contém os Estatutos para o Collegio de Pedro Segundo. In: **Collecção das Leis do Imperio do Brasil de 1857**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1861. Tomo 1, parte 2, Secção 6, p. 61-96.

BRASIL. Resolução nº. 8, de 17 de junho de 2013. Institui o Regimento Interno do Conselho Superior do Colégio Pedro II. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/cpii/legislacao.html>. Acesso em: 10 ago. 2017.

BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2016.

BUCKLAND, Michael K. Document Theory: an introduction. In: Mirna Willer, Anne ; Gilliland; Marijana Tomić (Eds.). **Records, Archives and Memory: Selected Papers from the Conference and School on Records, Archives and Memory Studies**. Zadar: University of Zadar, Croatia, 2013.

BUCKLAND, M Michael K. Entrevista: Michael Buckland. **InCID: R. Ci. Inf. Doc.**, Ribeirão Preto, v.2, n.1, p. 230-242, jan./jun. 2011.

BUCKLAND, M Michael K. Information as thing. **Journal of the American Society for Information Science**, v.45, n.5, p.351-360, 1991.

BUCKLAND, M Michael K. **Information and society**. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 2017.

BUCKLAND, M Michael K. What is a document? **Journal of the American Society for Information Science**, v.48, p. 804-809, 1997.

CAMARGO, Ana Maria; Goulart, Silvana. **Centros de memória: uma proposta de definição**. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2015.

CAMARGO, Célia Reis. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Zélia Lopes da (Org.). **Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas**. São Paulo: UNESP; FAPESP, 1999.

CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **A organização de unidades do conhecimento em hiperdocumentos: o modelo conceitual como espaço comunicacional para a realização da autoria**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2001.

CARDOSO, T. M. de M. **Construindo memórias e identidades por meio de narrativas: as experiências pessoais de docentes e discentes em pertencer ao Colégio Pedro II**. Orientadora: Diana de Souza Pinto. Rio de Janeiro, 2011. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

- CARTER, Karin Kreismann. Educação patrimonial e biblioteconomia: uma interação inadiável. **Informação & Sociedade: Estudos**. v.14, n. 2, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/59>. Acesso em: 15 mar. 2019.
- CASSARES, N. C.; TANAKA, A. P. H. (Org.). Preservação de acervos bibliográficos: homenagem a Guita Mindlin. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008.
- CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Orgs.). **O ensino médio integrado**; concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.
- COCCIA, Emanuele. **A vida sensível**. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2010.
- CONIF - Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Disponível em: <http://portal.conif.org.br/br/>. Acesso em: 13 ago. 2017.
- CHARTIER, Roger. **A aventura do livro**: do leitor ao navegador: conversações com Jean Lebrun. São Paulo: UNESP, [1998].
- CHARTIER, Roger. **A mão do autor e a mente do editor**. São Paulo: UNESP, 2014.
- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 6. ed. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2017.
- CHOERI, W. **O Colégio Pedro II de ontem, hoje e futuro**: uma visão e análise crítica e prospectiva. Rio de Janeiro: [S.n.], 2010.
- CHUVA, Márcia. Preservação do patrimônio cultural no Brasil: uma perspectiva histórica, ética e política. In: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.
- CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.
- COLÉGIO PEDRO II. **Anuário**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 1914.
- COLÉGIO PEDRO II. **Anuário do Colégio Pedro II**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955, v.16, p.231.
- COLÉGIO PEDRO II. **Catálogo da correspondência internacional do Professor Antenor Nascentes**. Rio de Janeiro, 2010.
- COLÉGIO PEDRO II. **Catálogo de teses, dissertações e monografias do Colégio Pedro II**. Rio de Janeiro, 2000.
- O COLÉGIO PEDRO II: contribuição histórica aos 175 anos de sua fundação. Comissão de Atualização da Memória Histórica. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2013.
- COLÉGIO PEDRO II. **Plano de Desenvolvimento Institucional (2015-2018)**. Rio de Janeiro, 2014.
- COLÉGIO PEDRO II. **Projeto Político Pedagógico**: Brasília, DF: Inep/MEC, 2002.
- COLÉGIO PEDRO II. **Relatório de gestão e prestação de contas do exercício de 2016**. Rio de Janeiro, 2017.
- COLÉGIO PEDRO II. Documentário: Professor Antenor Nascentes. **Revista Internato**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 117-132, jan. 1953.

CONCEFET. Manifestação do CONCEFET sobre os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília, DF: MIMEO, 2007.

CORBO, P. de A. B. **Repositório Institucional**: um olhar para a preservação e o acesso aos documentos de memória histórico-institucional do Colégio Pedro II. Orientadora: Rosali Fernandez de Souza. Coorientador: Luis Fernando Sayão. Rio de Janeiro, 2013. 140 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2013.

COSTA, Andréa Virgínia Freire. **Lugares do passado ou espaços do presente?**: memória, identidade e valores na representação social do patrimônio edificado em Mossoró-RN. Recife: o autor, 2007. 204 f. (Dissertação de Mestrado).

CRIPPA, Giulia. Memórias: geografias culturais entre história e ciência da informação. *In*: MURGUIA, Eduardo Ismael (org.). **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos: Compacta Editora, 2010. p. 79-110.

CRIPPA, Giulia. O patrimônio cultural: a cidade como documento. *In*: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel (org.). **Ciência da Informação e Documentação**. Campinas, SP: Alínea, 2011. p. 53-70.

CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel (org.). **Ciência da Informação e Documentação**. Campinas, SP: Alínea, 2011.

CRIVELLI, Renato; BIZELLO, Maria Leandra. Arquivos pessoais e patrimônio documental: análise dos critérios de seleção dos registros Memória do Mundo do Brasil – UNESCO. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16. João Pessoa, PB. **Anais...** João Pessoa, PB, 2015.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

DANTAS, Fabiana. **Direito Fundamental à Memória**. Curitiba: Juruá, 2010.

DAY, R. **Indexing It All**: the [subject] in the age of documentation, information, and data. Cambridge; Massachusetts: The MIT Press, 2014.

DAY, R. **The modern invention of information**: discourse, history, and power. Carbondale, IL: Southern Illinois University, 2001.

DAY, R. Paul Otlet's book and the writing of social space. **Journal of the American Society for Information Science**, v.48, n.4, p. 310-317, 1997.

DE PAOLI, Paula Silveira. Patrimônio material, patrimônio imaterial: dois momentos da construção da noção de patrimônio histórico no Brasil. *In*: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

DELEUZE, Gilles. **A ilha deserta e outros textos**: textos e entrevistas (1953-1974). São Paulo: Iluminuras, 2006.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 43, 1995. v. 1.

DODEBEI, Vera. Construindo o conceito de documento. *In*: LEMOS, Maria Teresa Toríbio Brittes; MORAES, Nilson Alves de (Orgs.). **Memória e construção de identidades**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

DODEBEI, Vera. Digital virtual: o patrimônio no século XXI. *In*: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (Org.). **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: Contra Capa; PPGMSUFRJ, 2008.

DODEBEI, Vera. Espaços mítico e imagético da memória social. *In*: MEMÓRIA e espaço. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000. p. 63-71.

DODEBEI, Vera. Memória, circunstância e movimento. *In*: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

DODEBEI, Vera. Memória e informação: interações no campo da pesquisa. *In*: MURGUIA, Eduardo Ismael (Org.). **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2010, p. 59-78.

DODEBEI, Vera Lúcia Doyle. **O sentido e o significado de documento para a memória social**. 1997. 185 p. Tese (Doutorado em Comunicação) – Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997.

DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (Org.). **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: Contra Capa; PPGMSUFRJ, 2008.

DODEBEI, Vera; GOUVEIA, Inês: Memória do futuro no ciberespaço: entre lembrar e esquecer. **DataGramZaro Revista de Ciência da Informação**, v. 9, n. 5, out. 2008. Disponível em: [HTTP://www.dgz.org.br/out08/Art_02.htm](http://www.dgz.org.br/out08/Art_02.htm). Acesso em: 18 maio 2018.

DOHMANN, Marcus. A experiência material: a cultura do objeto. *In*: **A experiência material**: a cultura do objeto. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013, p.31-48.

DÓRIA, Escragnolle. **Memória histórica do Colégio de Pedro II: 1837-1937**. 2. ed. Brasília, DF: INEP, 1997.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam**. Lisboa: Instituto Piaget, 1986.

ECO, Humberto; CARRIÈRE, Jean-Claude. **Não contém com o fim do livro**. Rio de Janeiro: Record, 2010.

ESCÓSSIA, Liliana da. Individuação e informação em Gilbert Simondon. **Informática na Educação**: teoria & prática, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 19-30, jan./jun. 2012.

FARTES, Vera Lúcia Bueno. A cultura profissional dos grupos de pesquisa nos Institutos Federais: uma comunidade de práticas? **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, n. 154, p. 850-874, out./dez. 2014.

FAYET-SCRIBE, Sylvie. Vocês conhecem Suzanne Briet?. *In*: BRIET, Suzanne. **O que é a documentação?** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2016.

FERNANDES, Amaury. Livro, objeto de memória. *In*: **A experiência material**: a cultura do objeto. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013, p. 249-262.

FERNANDES, Geni Chaves. Ações de informação e práticas documentárias como políticas difusas de memória. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 208-226, jan./jun. 2011.

FERNANDES, Geni Chaves. A ameaça: tempo, memória e informação. 25 mar. 2004. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – MCT/IBICT-UFRJ/ECO, Rio de Janeiro. Orientadora: Maria Nélide González de Gómez.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado**: uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

FONSECA, Maria. Cecília. Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FOUCAULT, Michel. Outros espaços. In: _____. **Estética: literatura e pintura, música e cinema.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003, Ditos e escritos, v. 3. p. 411-422.

FRANÇA, Maria Cristina C. de C.; LOPES, Cicero Galeno; BERND, Zilá. (Orgs). **Patrimônios memoriais: identidades, práticas sociais e cibercultura.** Porto Alegre: Movimento; Canoas: Unilasalle, 2010.

FREITAS, Lúcia Silva de. Documento e poder: uma arqueologia da escrita. **Morpheus, Revista Eletrônica em Ciência da Informação**, v. 9, n. 14, p. 58-73, 2009.

FREITAS, Lúcia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (Orgs). **Documento: gênese e contextos de uso.** Niterói, RJ: EdUFF, 2010. Estudos da Informação v. 1.

FROES, Rosana Carla. **Obras raras no Brasil: estudo dos critérios de raridade bibliográfica, tratamento técnico e preservação das coleções.** 1995. 157 p. Dissertação (Mestrado em Biblioteconomia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 1995.

FROHMANN, Bernd. O caráter social, material e público da informação. In: FUJITA, M. S. L.; MARTELETO, R. M.; LARA, M. L. G. de. **A dimensão epistemológica da Ciência da Informação e suas interfaces técnicas, políticas e institucionais nos processos de produção, acesso e disseminação da informação.** São Paulo: Cultura Acadêmica; Marília: FUNDEPE, 2008.

FROHMANN, Bernd. A documentação rediviva: prolegômenos a uma (outra) filosofia da informação. **Morpheus, Revista Eletrônica em Ciências Humanas**, v. 9, n. 14, 2009a.

FROHMANN, Bernd. Revisiting "what is a document?" **Journal of Documentation**, v. 65, p. 291–303, 2009b.

FROHMANN, Bernd. Taking information policy beyond information science: applying actor network theory. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton. **Electronic proceedings...** Edmonton, 1995. 14 p.

FROTA, Ana Luiza Varella. Walter Benjamin: tempo, imagem, imitação, apresentação. In: ANÁLOGOS X. Anais da X SAF-PUC. Semana dos Alunos de Pós-Graduação em Filosofia, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: PUC, 2010. 235 p.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. Patrimônio histórico e cultural. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2006.

GASPARELLO, Arlette Medeiros. **A pedagogia da nação nos livros didáticos da escola secundária brasileira.** São Paulo: Iglu, 2004.

GEBAUER, Günter; WULF, Christoph. **Mimese na cultura: agir social, rituais e jogos, produções estéticas.** São Paulo: Annablume, 2004.

GUIMARÃES, Lygia. Preservação de acervos culturais. In: SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Segurança de acervos culturais.** Rio de Janeiro: MAST, 2012. p. 73-108.

GRANATO, Marcus; BEZERRA, Mariana Lamas. Patrimônio cultural da ciência e tecnologia: conceituação e estudos realizados no MAST. In: PAULA, Zueleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luis. **Polifonia do patrimônio.** Londrina: EDUEL, 2012.

- GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. *In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (orgs). O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. A documentação e a Documentalidade. *In: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel. Ciência da Informação e Documentação.* Campinas, SP: Alínea, 2011a.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Informação, conhecimento e poder: do ponto de vista das relações entre política, economia e linguagem. *In: ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L. (Orgs). Informação, conhecimento e poder: mudança tecnológica e inovação social.* Rio de Janeiro: Garamond, 2011b. Cap.7, p.183-210.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. Regime de informação: construção de um conceito. *Informação e sociedade*, v. 22, n. 3, p. 43-60, set./dez. 2012.
- GUIA do patrimônio bibliográfico nacional de acervo raro. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2012.
- HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade.* 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva.* São Paulo: Centauro, 2006.
- HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia História*, v.22, n.36, p.261-273, jul./dez. 2006.
- HERNÁNDEZ DÍAZ, José Maria. Etnografía e historia material de la escuela. *In: HERNÁNDEZ DÍAZ, José Maria. La memoria y el deseo cultural de la escuela y educación deseada.* Valencia, Espanha: TirantLoBlanch, 2002.
- HODDER, Ian. The Interpretation of Documents and Material Culture. *In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. (Ed.). Handbook of Qualitative Research.* California: Sage Publishing, 1994, p. 110-129.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO; Adriane Queiroz. *Guia Básico de Educação Patrimonial.* Brasília, DF: IPHAN, 1999.
- HUYSSSEN, Andreas. *Culturas do passado-presente: modernismos, artes visuais, políticas da memória.* Rio de Janeiro: Contraponto; Museu de Arte do Rio, 2014a.
- HUYSSSEN, Andreas. *Políticas de memória no nosso tempo.* Lisboa: Universidade Católica, 2014b.
- HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia.* Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.
- International Federation of Library Associations. IFLA. For tomorrow and the future: Libraries safeguarding documentary cultural heritage. Disponível em: <https://iflparbcs.hypotheses.org/124>. Acesso em: 12 mar. 2018.
- IZQUIERDO, Iván; BEVILAQUA, Lia R. M.; CAMMAROTA, Martín. A arte de esquecer. *Estudos Avançados*, v. 20, n. 58, p. 289-296. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v20n58/22.pdf>. Acesso em 15 ago. 2017.
- JACOB, C.; BARATIN, M. (Org.). *O poder das bibliotecas: a memória dos livros no Ocidente.* 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- JARDIM, J. M. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO. Anais... IX ENANCIB, São Paulo, USP, 2008.*

- JARDIM, J. M.; SILVA, S. C. de A.; NHARRELUGA, R. S. Análise de políticas públicas: uma abordagem em direção às políticas públicas de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 14, n.1, p.2-22, jan./abr.2009.
- JEDLOWSKI, Paolo. Memória e a mídia: uma perspectiva sociológica. In: SÁ, Celso Pereira de. (Org.). *Imaginário e representações sociais*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, PR, v.1, n. 1, p. 9-43, jan./jun. 2001.
- KUHL, Beatriz Mugayar. Notas sobre a Carta de Veneza. **Annals of Museu Paulista**. v. 18, n.2, jul./dez. 2010, p.287-320.
- LAGE, Maria Otília Pereira. **Abordar o Patrimônio Documental**: territórios, práticas e desafios. Guimarães, Portugal: Eden Gráfico, 2002. Cadernos NEPS, 4.
- LATOURE, Bruno. **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. 2. ed. São Paulo: Unesp, 2011.
- LATOURE, Bruno. Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: JACOB, C.; BARATIN, M. (Org.). **O poder das bibliotecas**: a memória dos livros no Ocidente. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.
- LATOURE, Bruno. Which protocol for the new collective experiments? In: SCHMIDGEN, H.; GEIMER, P; DIERIG, S. (Ed.). **Kultur im experiment**. Berlim: Kadmos Verlag, 2004. p. 17-36.
- LATOURE, Bruno; WOOLGAR, S. **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1997.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 6. ed. Campinas, SP: Unicamp, 2012.
- LOPES, Ana Suely Pinho; FLORES, Daniel. Patrimônio documental: a preservação digital em longo prazo. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, jan./jun. 2016, p. 178-188.
- LUND, Niels Windfeld. Document, text and medium: concepts, theories and disciplines. **Journal of Documentation**, v. 66, n. 5, 2010, p. 734-749, Disponível em: <https://doi.org/10.1108/00220411011066817>. Acesso em: 25 jun. 2019.
- LUND, Niels Windfeld. Document theory. In: Annual Review of Information Science and Technology, Silver Spring, EUA: ASIS&T; Meford, EUA: Information Today, 2009. p. 399-432.
- MAESIMA, Cacilda. De centro de documentação a lugar de memória. In: PAULA, Zueleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luis. **Polifonia do patrimônio**. Londrina: EDUEL, 2012.
- MAGALHÃES, Aline Montenegro. Inspeção de Monumentos Nacionais (1934-1937). In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Ana lucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (Verbete).
- MANGAN, Patrícia Kayser Vargas. Construção de memórias digitais virtuais no ciberespaço. In: FRANÇA, Maria Cristina C. de C.; LOPES, Cicero Galeno; BERND, Zilá. (Orgs.). **Patrimônios memoriais**: identidades, práticas sociais e cibercultura. Porto Alegre: Movimento; Canoas: Unilasalle, 2010.
- MÁRDERO ARELLANO, M. A. Preservação de documentos digitais. **Ciência da Informação**. Brasília, v. 33, n. 2, p. 15-27, maio/ago. 2004.

MARTINS, Clerton (Org). **Patrimônio cultural**: da memória ao sentido de lugar. São Paulo: Roca, 2006.

MEDEIROS, Mércia Carréra de; SURYA, Leandro. A importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio. *In*: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos. **Patrimônio cultural**: políticas e perspectivas de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012. p. 293-302.

MEYRIAT, J. Document, documentation, documentologie. **Schéma et Schématisation**, Paris, n. 14, p. 51-63, 1981.

MORAES, Rubens Borba de. **O bibliófilo aprendiz**. Ou, prosa de um velho colecionador para ser lida por quem gosta de livros, mas pode também servir de pequeno guia aos que desejam formar uma coleção de obras raras, antigas ou modernas. Brasília: Briquet de Lemos, 2005.

MOSTAFA, Solange Puntel. A Documentalidade como Conceito Filosófico. *In*: CRIPPA, Giulia; MOSTAFA, Solange Puntel (org.). **Ciência da Informação e Documentação**. Campinas, SP: Alínea, 2011. p. 9-22.

MOURA, Gyl Giffony Araújo. Políticas Públicas e Construções da Memória Social: um estudo a partir do Centro Cultural Bom Jardim, em Fortaleza, Ceará. **XI Congresso LusoAfro Brasileiro de Ciências Sociais**. Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011. UFBA. Disponível em: http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/resources/anais/3/1308363192_.CONLAB.pdf. Acesso em: 06 de março de 2012.

MURGUIA, Eduardo Ismael. Documento e Instituição: produção, diversidade e verdade. *In*: FREITAS, Lídia Silva de; MARCONDES, Carlos Henrique; RODRIGUES, Ana Célia (Orgs). **Documento**: gênese e contextos de uso. Niterói, RJ: EdUFF, 2010a. Estudos da Informação v. 1. p. 123-140.

MURGUIA, Eduardo Ismael (Org.). **Memória**: um lugar de diálogo para arquivos, bibliotecas e museus. São Carlos: Compacta Gráfica e Editora, 2010b.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo, **Projeto História** – Revista do Programa de Estudos Pós graduados em História e do Departamento de História. v.10, 1993.

NUDOM – NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA. **Aniversário de quinze anos do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2010. CD-ROM.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. *In*: GONDRA, José Gonçalves (Org.). *Pesquisa em história da educação no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. p.17-62.

ORTEGA, Cristina Dotta. O conceito de documento em abordagem bibliográfica segundo as disciplinas constituintes do campo. **InCID: R. Ci. Inf. e Doc.**, Ribeirão Preto v. 7, n. esp., p. 41-64, ago. 2016.

OTLET, P. **Tratado de documentação**: o livro sobre o livro teoria e prática. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2018.

OTRANTO, Celia Regina. Criação e implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETS. **Revista Retta**, Seropédica, RJ, n. 1, p. 89-108, jan./jun. 2010.

PAMPLONA, Nelson Vieira. **Família Nascentes**. Rio de Janeiro: N .V. Pamplona, 2016.

PAULA, Zueleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luis. **Polifonia do patrimônio**. Londrina: EDUEL, 2012.

PENNA, Rejane. Velhas fotografias, cartas e papéis: arquivos particulares e os novos rumos no campo do patrimônio cultural no interior de um arquivo histórico. *In*: FRANÇA, Maria Cristina C. de C.; LOPES, Cicero Galeno; BERND, Zilá. (Orgs). **Patrimônios memoriais: identidades, práticas sociais e cibercultura**. Porto Alegre: Movimento; Canoas: Unilasalle, 2010.

PINHEIRO, Ana Virgínia Teixeira da Paz. **Que é livro raro?** Uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica. Rio de Janeiro: Presença, 1989. 71 p.

PINHEIRO, Ana Virgínia Teixeira da Paz. O espírito e o corpo do livro raro: fragmentos de uma teoria para ver e tocar. **Revista Museu: cultura levada a sério**, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: http://www.revistamuseu.com.br/artigos/art_.asp?id=1674. Acesso em: 15 mar. 2014.

PINHEIRO, Lena Vania Ribeiro; GRANATO, Marcus. Para pensar a interdisciplinaridade na preservação: algumas questões preliminares. *In*: SILVA, Rubens Ribeiro Gonçalves da. **Preservação documental: uma mensagem para o futuro**. Salvador: EDUFBA, 2012.

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.5, n.10, p.200-212, 1992.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

POMIAN, Krzystof. Memória. *In*: **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000, v. 42 (Sistemática), p.507-516.

PRIORI, Angelo (Org.). **História, memória e patrimônio**. Maringá: Eduem, 2009.

PROGRAMA MEMÓRIA DO MUNDO. Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental. Elaborado por Ray Edmondson. Ed. rev. [S.l.]: Divisão da Sociedade da Informação/Unesco, 2002. Disponível em: <http://goo.gl/fZ621k>. Acesso em: 14 ago. 2015.

RABELLO, Rodrigo. **A face oculta do documento: tradição e inovação no limiar da Ciência da Informação**. Orientador José Augusto Chaves Guimarães. Coorientador: Juan Carlos Fernández Molina. Marília, SP, 2009. 331 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **A Partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: Editora 34, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. **O destino das imagens**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

RAYWARD, W. B. The origins of Information Science and the International Institute of Bibliography / International Federation for Information and Documentation (FID). **Journal of the American Society for Information Science**, v.48, n.4, p.289-300, 1997.

RAYWARD, W. B. Organização do conhecimento e um novo sistema político mundial: ascensão e a queda e ascensão e as ideias de Paul Otlet. *In*: OTLET, P. **Tratado de documentação: o livro sobre o livro teoria e prática**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2018.

RIBEIRO, Leila Beatriz. Patrimônio visual: as imagens como artefatos culturais. *In*: DODEBEI, Vera; ABREU, Regina (Org.). **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: Contra Capa; PPGMSUFRJ, 2008.

RICOEUR, Paul. **O discurso da ação**. Lisboa: Edições 70, 2014.

- RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Unicamp, 2007.
- RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem**. São Paulo: Perspectiva, 2014.
- RODRIGUES, Marcia Carvalho. Estudo sobre a atuação do MERCOSUL Cultural nas ações de preservação do patrimônio documental bibliográfico. **Em Questão**. Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 217-243, jan./abr. 2018. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/71987>. Acesso em 13 ago. 2018.
- RODRIGUES, Marcia Carvalho. Patrimônio documental nacional: conceitos e definições. **Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.** Campinas, SP, v.14, n.1, p. 110-125, jan./abr. 2016.
- ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.
- RUCKSTADTER, Vanessa Campos Mariano; TANNO, Janete Leiko. Memória e acervos documentais: o arquivo como espaço produtor de conhecimento. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DO CENTRO DE MEMÓRIA, 8. Campinas, SP. **Anais...** Campinas, SP, 2016.
- SALDANHA, Gustavo Silva. O documento e a “via simbólica”: sob a tensão da “neodocumentação”. **Informação Arquivística**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 65-88, jan/jun., 2013.
- SANTOS, B. B. M. dos. O currículo da disciplina escolar história no Colégio Pedro II: a década de 1970: a história e os estudos sociais. Rio de Janeiro: FAPERJ; MAUAD, 2011.
- SANTOS, Beatriz Boclin dos; ANDRADE, Vera Lucia Cabana de Queiroz. **Colégio Pedro II: pólo cultural da cidade do Rio de Janeiro: a trajetória de seus uniformes escolares na memória coletiva da cidade**. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2016.
- SAYÃO, L. F. Repositórios digitais confiáveis para a preservação de periódicos eletrônico científicos. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 4, n. 3, p. 68-94, dez. 2010a.
- SAYÃO, L. F. Uma outra face dos metadados: informações para a gestão da preservação digital. *Revista Eletrônica de Biblioteconomia*, v. 15, n. 30, p. 1-31, 2010b.
- SCHELLENBERG, T. R. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. 6. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- SILVA, E. M. da. **Inventário analítico e registro de autoridade do Fundo Colégio Pedro II**. Orientadora: Letícia Borges Nedel. Coorientador: Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro, 2009. Dissertação (Mestrado em Profissional em Bens Culturais e Projetos Sociais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2009.
- SILVA, Ana Maria da. **Itinerários da produção intelectual de Antenor de Veras Nascentes na comunicação científica**. Rio de Janeiro, 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012a.
- SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. **Segurança de acervos culturais**. Rio de Janeiro: MAST, 2012b.
- SILVA, T. E. da. Bibliotecas: metáforas da memória. *Encontros Bibli. Revista Eletrônica de Ciência da Informação*, Florianópolis, n. 21, p. 85-94, 1. Sem., 2006.
- SEGISMUNDO, Fernando. **Colégio Pedro II: tradição e modernidade**. Rio de Janeiro: Unigraf, 1987.

SOARES, Suelen Garcia. **Organização e preservação de livros raros na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro**. 92 p. 2009. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

STRASSMANN, Paul A. **The politics of information management: policy guidelines**. Connecticut: Information Economics Press, 1994.

TAMASO, Izabela M. Por uma distinção dos patrimônios em relação à história, à memória e à identidade. *In*: PAULA, Zueleide Casagrande de; MENDONÇA, Lúcia Glicério; ROMANELLO, Jorge Luis. **Polifonia do patrimônio**. Londrina: EDUEL, 2012.

TESSITORE, Viviane. **Como implantar centros de documentação**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2003. Projeto Como Fazer, 09.

THIESEN, Icléia. **Memória institucional**. João Pessoa: UFPB, 2013.

THOMPSON, Analucia; PEREIRA FILHO, Hilário. Memória oral e o IPHAN: fontes, metodologia e reflexões no campo do patrimônio cultural. *In*: CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antonio Gilberto Ramos (Orgs.). **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Disponível em: <https://en.unesco.org/>. Acesso em: 13 ago. 2017.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Programa Memória do Mundo. Diretrizes para a salvaguarda do patrimônio documental. Elaborado por: Ray Edmondson. Traduzido por: Maria Elisa Bustamante. [S.l.]: Divisão da Sociedade da Informação, 2002. Disponível em: <https://mowlac.files.wordpress.com/2012/07/diretrizes-para-a-salvaguarda-do-patrimc3b4nio-documental.pdf>. Acesso em: 13 mar. 2018.

VIDAL, Diana Gonçalves; SILVA, Vera Lucia Gaspar da. Por uma história sensorial da escola e da escolarização. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 11, n. 2, p. 29-45, jul. / dez. 2010.

VIÑAO FRAGO, Antonio; ESCOLANO BENITO, Agustin. **Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

WOODWARD, Ian. **Understanding Material Culture**. London: SAGE Publications, 2007.